

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

**BEATRIZ CORSINO PÉREZ**

**MEMÓRIAS E NARRATIVAS DE JOVENS SOBRE O LUGAR:  
UMA DISCUSSÃO SOBRE AS INTERVENÇÕES URBANAS NO RIO DE  
JANEIRO**

RIO DE JANEIRO

2014

**BEATRIZ CORSINO PÉREZ**

**MEMÓRIAS E NARRATIVAS DE JOVENS SOBRE O LUGAR:  
UMA DISCUSSÃO SOBRE AS INTERVENÇÕES URBANAS NO RIO DE  
JANEIRO**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, no Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Psicologia.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Lucia Rabello de Castro

RIO DE JANEIRO

2014

P438 Pérez, Beatriz Corsino

Memórias e narrativas de jovens sobre o lugar: uma discussão sobre as intervenções urbanas no Rio de Janeiro / Beatriz Corsino Pérez. -- Rio de Janeiro, 2014.

318f.

Orientadora: Lucia Rabello de Castro

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2014.

1. Jovens 2. Memória. 3. favela. 4. Intervenção urbana. 5. cidade. I. Castro, Lucia Rabello de, orient. II.Título.

**BEATRIZ CORSINO PÉREZ**

**Memórias e narrativas de jovens sobre o lugar: uma discussão sobre as  
intervenções urbanas no Rio de Janeiro**

Tese submetida ao corpo docente da Pós-Graduação em Psicologia, do Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutora.

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lucia Rabello de Castro – Orientadora  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Solange Jobim e Souza  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria de Fatima Cabral M. Gomes  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rosa Maria Ribeiro Leite Pedro  
Universidade do Federal do Rio de Janeiro

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Andréa Vieira Zanella  
Universidade Federal de Santa Catarina

**Rio de Janeiro, fevereiro de 2014.**

## AGRADECIMENTOS

À Lucia, minha gratidão por todos os ensinamentos ao longo desses dez anos em que estivemos juntas.

À minha mãe pela confiança, pelas trocas e por estar sempre presente e ao meu pai pelo incentivo para que eu buscasse esse caminho.

Ao Pedro pelas palavras de compreensão nos momentos de incerteza e por tornar minhas tardes de escrita mais doce.

Aos meus avós pelas memórias herdadas e por atualizarem as lembranças que fazem parte da minha história.

Aos meus queridos amigos e companheiros de pós-graduação, Conceição, Rafael, Amana, Suzana, Felipe, Marina, Renata e Sônia, por tudo que passamos e compartilhamos nesses anos.

A Joana, Zé e Andreia pela acolhida carinhosa em Paris, durante o Doutorado Sanduíche e a Juliana pela força nos tempos que fiquei fora.

As minhas amigas Laura, Ana Carolina, Bruna, Paula, Laura Bonelli por aceitarem a minha ausência nos últimos tempos.

A Anna Rosa, Claudia, Claudius, Mariana, Marina, Moana, Naza, pelas trocas e por compartilhar o desejo de viver numa cidade melhor para as nossas crianças.

A Isabel e João pela torcida e pelo carinho.

Às professoras que aceitaram fazer parte da banca: Fatima Gomes, Solange Jobim, Rosa Pedro e Andreia Zanella.

Ao Prof. Etienne Tassin por me dar a oportunidade de estudar na Université Paris 7 e participar dos seminários e grupos de estudos com seus alunos.

Aos colegas do NIPIAC que entraram, saíram e ficaram durante todos esses anos de reunião e aprendizado.

À Ana por tornar mais fácil as exigências universitárias.

A Raquel e Amanda pela ajuda na transcrição das entrevistas.

A todos aqueles que me ajudaram durante o trabalho de campo, principalmente, Firmino, Marcela e Leonardo.

Aos jovens que participaram da pesquisa e especialmente a: Leonardo, Gil, Jean, Adriana, André, Ana Carolina, Diego, Vinícius, Paulo, Stella, Thayse, Michael, Beatriz e Laura, pela confiança em contar as suas histórias.

Ao apoio da Capes pela bolsa nos primeiros anos de Doutorado.

Ao apoio da Faperj pela bolsa de Doutorado Nota 10 e pela bolsa de Doutorado-Sanduíche.

## RESUMO

No Rio de Janeiro, diversos projetos estão em curso nas áreas de segurança pública e urbanização nas favelas, que buscam inserir a cidade de forma competitiva no mercado global. Muitos desses projetos têm se concentrado em áreas pobres da cidade, afetando diretamente o modo de vida dos jovens. Entendemos que as subjetividades produzem e são produzidas pela espacialidade e pelos elementos materiais que compõem a cidade. Caso o espaço sofra mudanças e rupturas as imagens produzidas sobre si mesmo também poderá sofrer transformações. Buscamos compreender a perspectiva dos jovens sobre as intervenções urbanas nos lugares onde eles vivem, por considerar que o espaço não é algo exterior, mas constitutivo da subjetividade. Refletimos sobre a função da memória na disputa por sentidos diante das transformações do espaço. Foram realizadas observações-participantes em reuniões comunitárias, entrevistas e grupos de discussão com jovens moradores do Horto, Rocinha, Providência e adjacências, Santa Marta e Complexo do Alemão. Ao todo, participaram 26 jovens, com idades entre 14 e 24 anos. O trabalho se divide em cinco partes: i) memória, lugar e processos de subjetivação no contemporâneo; ii) modernização e favelização do Rio de Janeiro; iii) a pesquisa com jovens: reflexões metodológicas e contribuições do trabalho de campo; iv) os projetos de intervenção urbana: conflitos, divergências e as perspectivas dos moradores; v) memórias e narrativas dos jovens sobre o lugar: antes e depois das intervenções urbanas. Os resultados evidenciam que os jovens se apropriam do espaço da favela através de suas experiências e das histórias contadas pelas gerações anteriores que viveram ali. As políticas de segurança e as obras de urbanização, muitas vezes, desconsideram os laços afetivos que os moradores constroem com a favela, imprimindo uma nova ordem. Diante das ameaças de remoção, os jovens recorrem à memória para legitimar sua permanência no local.

**Palavras-chave:** jovens; favela; memória; intervenções urbanas; cidade; Rio de Janeiro

## ABSTRACT

In Rio de Janeiro, several projects are underway in the areas of public safety and urbanization in the slums, that seek to enter the city competitive in the global market. Many of these projects have been concentrated in poor areas of the city, directly affecting the way of life of young people. We understand that the subjectivities produce and are produced by spatiality and the material elements that make up the city. We seek to understand the perspective of young people on urban interventions in the places where they live, considering that space is not something outside but constitutive of subjectivity. We reflect on the role of memory to produce senses for transformations in the slum. Observations participants at community meetings, interviews and focus groups with young residents of the Horto, Rocinha, Providência, Santa Marta and Complexo do Alemão were conducted. Altogether participated 26 young people aged between 14 and 24 years. The work is divided into five parts : i ) memory, place and processes of subjectivity in contemporary ii ) modernization and slums of Rio de Janeiro ; iii ) research with young people : methodological reflections and contributions of fieldwork ; iv ) projects urban intervention : conflicts , differences and perspectives of residents ; v) memories and narratives of young people about the place : before and after urban interventions . The results show that young people take ownership of the slum area through their experiences and stories of previous generations who lived there. Security policies and urbanization works often ignore the emotional bonds that build with the slum residents, giving a new order. Faced with the threat of removal, the youth use the memory to legitimize their stay in place.

Keywords: youth; slum; memory; urban interventions; city; Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	p.1
1 MEMÓRIA, LUGAR E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO NO CONTEMPORÂNEO	p.7
1.1. As relações com os objetos: memória e consumo	p.14
1.2. As relações com a cidade: memória e lugar	p.30
1.3. O lugar e o ‘não-lugar’: a cidade global e os processos de segregação e fragmentação	p.42
2 MODERNIZAÇÃO E FAVELIZAÇÃO DO RIO DE JANEIRO	p.61
2.1. Da cidade colonial à cidade “civilizada”: higienização e construção de uma subjetividade urbana no século XIX	p.62
2.2. Modernização e segregação do Rio de Janeiro: a reforma Pereira Passos	p.71
2.3. As políticas públicas e as remoções das favelas: do Estado Novo à ditadura militar	p.81
2.4. Favela e urbanização: novas possibilidades de ação do poder público	p.91
3 A PESQUISA COM JOVENS: REFLEXÕES METODOLÓGICAS E CONTRIBUIÇÕES DO TRABALHO DE CAMPO	p.97
3.1. Delineamento do campo, levantamento de informações e observações participantes em fóruns e reuniões comunitárias	p.99
3.2. A realização das entrevistas e o uso da fotografia com jovens	p.103
3.3. A realização dos grupos de discussão com jovens e o trabalho de memória	p.108
3.4. Deslocamentos, afetos e implicações na pesquisa empírica	p.111
3.5. Autorização, anonimato e uso dos dados na pesquisa com jovens	p.120
4 OS PROJETOS DE INTERVENÇÃO URBANA: CONFLITOS, DIVERGÊNCIAS E AS PERSPECTIVAS DOS MORADORES	p.127
4.1. O projeto neoliberal de cidade, a emergência do conflito e de subjetividades políticas	p.128
4.2. O programa de pacificação das favelas: a busca de civilizar e ordenar a vida dos moradores?	p.137
4.3. As remoções de favelas e o processo de gentrificação: a produção de sujeitos desenraizados	p.154
4.4. As intervenções na Região Portuária e o programa Morar Carioca na	p.160

Providência	
4.5. Complexo do Alemão: a instalação da UPP, as obras do PAC e o teleférico	p.168
4.6. As obras do PAC na Rocinha e as críticas à construção do teleférico	p.174
4.7. O conflito fundiário na comunidade do Horto	p.182
4.8. Morro Santa Marta é favela modelo? A UPP e as ameaças de remoção do Pico	p.188
5 MEMÓRIAS E NARRATIVAS DOS JOVENS SOBRE O LUGAR: ANTES E DEPOIS DAS INTERVENÇÕES URBANAS	p.191
5.1. Os jovens e a produção dos ‘lugares de memória’: suas relações familiares, de amizade e vizinhança	p.192
5.1.1. A apropriação lúdica do espaço da favela: memórias de infância e amizades	p.193
5.1.2. A apropriação da favela a partir das relações familiares e das memórias de gerações anteriores	p.204
5.2. O amor ao morro: os sentidos dados pelos jovens às remoções e suas formas de ação	p.226
5.3. Narrativas de violência e o sentimento de insegurança: as perspectivas dos jovens em relação à Unidade de Polícia Pacificadora	p.250
5.4. Os programas de urbanização e a UPP: oportunidades e expectativas dos jovens	p.269
5.5. O turismo e o teleférico: a favela vista pelo outro e pelo alto	p.274
CONSIDERAÇÕES FINAIS	p.290
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	p.296
ANEXO I	p.305
ANEXO II	p.306
ANEXO III	p.307
ANEXO IV	p.308
ANEXO V	p.309

## INTRODUÇÃO

O interesse pela temática das relações que os jovens estabelecem com a cidade é algo que me acompanha desde o mestrado, quando produzi a dissertação “Os jovens na cidade: a produção de uma relação ativa com os diferentes no contemporâneo” (Pérez, 2009). Nesse texto, discuti os impasses e as tentativas dos jovens de estabelecer uma ‘relação ativa’ com pessoas pertencentes a outros grupos sociais, numa sociedade em que o individualismo e a segurança privada se constituem como principais valores. A ‘relação ativa’ se diferencia da tolerância ou de uma ‘relação passiva’, em que o outro é mantido distante ou incapaz de provocar algum impacto ou reflexão no indivíduo. Na ‘relação ativa’, há a troca de narrativas, afetos e experiências e os limites entre o “eu” e o “outro” podem ser retraçados.

Hoje a vida na grande cidade é pautada pelas narrativas do medo e da violência, o que faz com que os jovens abram mão de estar no espaço público e se protejam em casa, shoppings, entre outros espaços privados. O sentimento de insegurança despotencializa o sujeito a se tornar autor da história, a se ver como capaz de agir para tentar mudar a sua vida e o mundo onde se insere. Os jovens que participaram da pesquisa se aproximavam de pessoas que moravam próximas e que compartilhavam hábitos, objetos e símbolos comuns. Eles interagiam pouco com pessoas de outras classes sociais, muitos pareciam ter medo de serem rejeitados, negados ou ameaçados pelo ‘outro’, se mantendo à distância. O encontro com a alteridade, muitas vezes, ocorria através de ‘experiências desestabilizadoras’, marcadas pela violência e agressão. Alguns jovens de classe alta tinham curiosidade sobre o ‘outro’, mas também não sabiam como se aproximar, pois faltavam espaços onde eles pudessem se reunir e discutir conjuntamente temas de pauta comum sobre a cidade, numa posição de igualdade. Em seus relatos, a cidade aparecia fragmentada, segregada, com poucas possibilidades de encontros com a diferença.

No doutorado, continuo com a temática juventude e cidade, no entanto, enfoco a pesquisa com jovens moradores de favelas da cidade do Rio de Janeiro que estão passando por intervenções urbanas e ameaças de remoção. Isso se deveu pelo interesse em entender o momento atual pelo qual a cidade vem passando, em que estão sendo implantados diferentes projetos de revitalização de áreas degradadas, programas de segurança pública e de urbanização nas favelas, obras de preparação para a Copa do Mundo (2014) e para as Olimpíadas (2016). Em geral, o discurso presente nesses projetos é de integração da favela à cidade, como se os moradores de favela estivessem até, então, fora da cidade, das leis e normas que regulamentam o espaço urbano. Em tese, essas intervenções nas favelas

melhorariam a vida dos moradores e fariam com que eles tivessem acesso aos mesmos serviços da cidade. Nesse caso, abriria possibilidade para a produção de novas relações entre pessoas que pertencem a grupos sociais diferentes. Por outro lado, essas intervenções também podem ser vistas como uma imposição de um modelo vindo de fora, que ao invés de trazer benefícios aos moradores trazem conflitos e prejuízos por não atenderem aos seus interesses. Com a pesquisa, busquei compreender a perspectiva dos moradores e, especialmente dos jovens, sobre esse conjunto de transformações que estão acontecendo nos lugares onde eles vivem, por considerar que o espaço não é algo exterior, um cenário aonde os processos subjetivos se desenrolam, mas constitutivo da subjetividade.

Historicamente, a subjetividade foi definida pela concepção de indivíduo, compreendido como sujeito racional, social, autônomo, livre, dotado de interioridade, capacidades e atributos que lhes seriam intrínsecos. Já o espaço foi conceituado como a realidade objetiva, dotado de uma racionalidade própria e como palco onde o indivíduo e a sociedade seriam alvos e agentes de modificações. Considero neste trabalho que os projetos que se abatem sobre o espaço ou sobre a subjetividade produzem efeitos em ambos uma vez que não são duas realidades epistemológica e ontologicamente distintas. Assim, o lugar onde os jovens habitam, circulam e frequentam também dizem sobre quem eles são. Os jovens produzem e são produzidos pela espacialidade e pelos elementos materiais que compõem a cidade. Eles se reconhecem e falam a partir de um lugar, se esse espaço sofre mudanças e rupturas as imagens produzidas sobre si mesmo também passam por transformações.

Nesta tese abordo as perspectivas dos jovens que vivem nas favelas do Rio de Janeiro porque, muitas vezes, eles se encontram numa posição de invisibilidade. A concepção de juventude como uma fase de turbulência e de transição, na qual os indivíduos se preparam para entrar no mundo adulto, aproveitando uma “irresponsabilidade provisória” (BOURDIEU, 1983) está circunscrita ao universo burguês. O modelo ‘do que é ser jovem’ nem sempre corresponde à realidade dos jovens de classe popular que precisam assumir uma identidade prontamente, seja através do trabalho, da maternidade, da religião, entre outros. O presente trabalho teve como objetivos compreender as relações dos jovens com o espaço; desvendar os sentidos que eles atribuem às intervenções urbanas nos lugares onde moram; e refletir sobre a função da memória na disputa por sentidos diante das transformações na favela.

Investigar esse tema não foi tarefa fácil. As obras de urbanização e a instalação de Unidades Polícias Pacificadoras (UPP) nas favelas provocam questões polêmicas. A mídia e a população em geral defendem esses projetos de forma entusiasmada e, por outro lado, os movimentos sociais e militantes se posicionam radicalmente contra. Li e assisti notícias sobre

favelas que foram “libertadas de bandidos” e “pacificadas” e, em outros momentos, matérias que apontavam o declínio das UPPs e o possível retorno do tráfico de drogas. O mesmo se deu com as obras de urbanização, que ora aparecem como sendo um projeto grandioso de revitalização urbana capaz de incluir social e economicamente os moradores, e ora assistimos entrevistas com famílias que foram despejadas de suas casas de forma autoritária e tiveram seus direitos desrespeitados. Pesquisar um tema que se dá no presente, sem um distanciamento histórico para olhar “o que ficou” dessas ações é um desafio, pois sempre se corre o risco de ter sido injusto ou ter “errado a mão” nas análises. Entretanto, é também instigante saber que o presente trabalho pode ajudar a compreender um momento em que as “águas estão turvas”.

A tese foi organizada em cinco capítulos. O primeiro versa sobre a relação dos jovens com a memória e com a materialidade. Abordo como as trocas geracionais acontecem no contemporâneo onde há uma dissolução da memória coletiva, que criava um passado comum. Em seguida, trato das relações que estabelecemos com os objetos, a sua função de dar estabilidade e permanência ao mundo e as formas que assumiram na sociedade de consumo. A cidade também é composta por elementos materiais que possuem temporalidades distintas. A partir do uso e da circulação pelos seus espaços, os jovens se apropriam da cidade construída pelas gerações anteriores. Para os seus habitantes, a cidade possui um ‘valor de uso’ que reflete as lembranças e as histórias vividas ali que contrasta com o ‘valor de troca’ que regem os interesses econômicos pelo espaço urbano. O processo de globalização tem modificado a relação das pessoas com os lugares, ao enfraquecer suas identificações com grupos sociais próximos. Busquei explorar o conceito de “lugar” por considerá-lo útil para compreender as relações que os jovens têm com o espaço onde vivem hoje, considerando os conflitos, a heterogeneidade e a complexidade que faz parte do espaço vivido.

Abordo também do processo de segregação e fragmentação social quando o espaço é visto pelo seu valor de troca e regido pelos interesses econômicos. As diferenças entre classes sociais se materializam no espaço da cidade em áreas mais ou menos valorizadas que, por sua vez, ditam quem é mais ou menos cidadão. Pessoas de classe média alta se isolam em condomínios e em espaços privados para obterem um bem-estar previsível entre iguais. Por outro lado, moradores de favelas e periferias são discriminados pelo seu endereço de moradia, e permanecem submetidos à falta de recursos públicos.

No segundo capítulo, trato especificamente do Rio de Janeiro e da relação que a cidade tem construído com a favela. Busquei o apoio na história para compreender as questões que retornam no presente com as atuais obras de revitalização e as remoções de

moradores. Primeiramente, apresento como se deu a passagem de uma vida rural para a vida urbana, no século XIX, e a tentativa do Estado de “civilizar” as famílias para construir uma nova subjetividade, calcada nos valores da modernidade. Esse processo culminou na Reforma Pereira Passos, no início do século XX, com o projeto de reordenamento urbano. Foram feitas uma série de obras no centro, visando adequá-lo ao novo lugar que o Rio de Janeiro ocupava na economia nacional e internacional. Os cortiços e sobrados onde viviam a classe pobre foram derrubados desalojando os seus moradores para a construção de vias e avenidas. Essas transformações fizeram com que a classe pobre ficasse mais distante da classe favorecida, se alocando nas favelas. O espaço passou a ser fragmentado segundo suas funções (áreas residenciais, comerciais, industriais, etc.) e classes sociais.

Ao longo do século XX, as favelas foram estigmatizadas e consideradas ‘incivilizadas’. Na ditadura militar houve um novo processo de ordenamento da cidade que removeu as favelas localizadas na zona sul e em outras áreas valorizadas da cidade. Os seus moradores foram enviados para conjuntos habitacionais distantes do centro, que não possuíam infraestrutura e serviços públicos. As favelas eram vistas como um problema para a cidade, devendo ser eliminadas. Com a democratização do país, a dicotomia em debate nos anos da ditadura entre urbanizar e remover as favelas acabou prevalecendo à urbanização. Surgem, então, novos projetos, como o Favela-bairro, que promoveram a melhoria da infraestrutura de diversas favelas. Contudo, esse programa também foi alvo de críticas por não incluir a participação dos moradores na tomada de decisão sobre as mudanças ocorridas no espaço e por não considerar os valores estéticos da classe popular. Os parâmetros para a intervenção na favela são construídos pela cidade formal que imprimem o seu modo de viver aos moradores.

No terceiro capítulo, apresento a metodologia utilizada na presente pesquisa. Esclareço como se deu a configuração do campo empírico e os diferentes dispositivos metodológicos utilizados ao longo do processo de investigação. A pesquisa contou com a participação em fóruns e reuniões comunitárias onde os moradores puderam compartilhar as dificuldades que estavam passando por causa das intervenções do Poder Público nas comunidades, e os problemas que já existiam anteriormente e que ainda não tinham sido solucionados. Nesses encontros, as pessoas buscavam criar estratégias de participação a fim de levar suas demandas ao poder público e resistir às remoções, à construção do teleférico, aos abusos policiais, entre outras situações. Realizamos também entrevistas e grupos de discussão com jovens moradores da Rocinha, Santa Marta, Horto, Complexo do Alemão, Providência e Região Portuária. Ao todo, participaram da pesquisa 26 jovens de ambos os sexos. Nesse capítulo também reflito

sobre os deslocamentos subjetivos, a implicação e o afeto do pesquisador com o seu objeto de investigação, a autorização e a autoria da pesquisa com jovens.

No capítulo quatro, apresento as intervenções públicas em andamento no Rio de Janeiro e como esses programas estão inseridos no projeto de cidade neoliberal. As obras de urbanização em favela (como o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e o Morar Carioca) e a instalação de um novo programa de segurança pública (a UPP- Unidade de Polícia Pacificadora) buscam melhorar a imagem do Rio de Janeiro de forma a torná-la competitiva no mercado global de cidade. A Copa do Mundo de Futebol (2014) e os Jogos Olímpicos (2016) são megaeventos que darão visibilidade e investimentos. Nesse sentido, são a incorporação da lógica da cidade como uma mercadoria, a ser vendida, e da “cidade-empresa”, a ser negociada com a iniciativa privada. Esses projetos têm se concentrado em áreas pobres da cidade e vêm afetando diretamente o modo de vida dos moradores. Numa seção, explico a proposta do Programa da Unidade de Polícia Pacificadora e como tem sido a relação dos moradores com a polícia nas favelas onde a UPP foi implantada. Também abordo como as remoções de moradores de favelas ganharam destaque nas políticas atuais e o processo de gentrificação que promove a expulsão dos moradores de baixa renda de áreas que estão sendo revitalizadas pela iniciativa pública ou privada. Por fim, nesse capítulo, apresento os lugares onde vivem os jovens que participaram da pesquisa e as principais questões que afetam esses espaços, a partir do levantamento de matérias de jornais, de observações nos fóruns e reuniões comunitárias e do levantamento de pesquisas já realizadas.

No capítulo cinco analiso as falas dos jovens entrevistados e que participaram do grupo de discussão. Apresento suas memórias de infância e suas relações familiares, de amizade e vizinhança com o lugar onde moram. Exploro as ‘memórias herdadas’, aquelas que eles ouviram de gerações anteriores sobre como era a favela em outras épocas e que compõem o imaginário deles sobre o lugar. Foi importante compreender como eles transformam o espaço em um lugar de afeto, fazendo com que a materialidade e os objetos evoquem lembranças de histórias vividas ali. Em seguida, abordo as ameaças do poder público de remover os moradores por causa das obras de urbanização e revitalização e a insegurança se eles vão poder continuar ou não em suas casas em função do aumento do custo de vida. Dentro desse contexto, a evocação ao “amor ao morro” e à memória serve como uma forma de se opor ao progresso e as mudanças provocadas pelo poder público.

Quando perguntamos aos jovens as principais diferenças do presente em relação à infância deles na favela, muitos responderam que foi a instalação da UPP. Notamos que a inserção da polícia de forma permanente na comunidade foi um marco para os jovens,

servindo para delimitar um “antes” e um “depois” em suas narrativas. Analiso, então, sobre como eram as relações dos jovens com a polícia antes da instalação da UPP e como elas se configuram no presente. Os jovens também apontaram mudanças que esse conjunto de obras e intervenções provocaram em relação aos seus projetos de vida e às oportunidades que eles têm hoje na favela. Na última seção, discuto as controvérsias em relação à construção do teleférico em três favelas da cidade: Complexo do Alemão, Providência e Rocinha, como um emblema das transformações que as favelas passam, explicitando as relações de poder em jogo.

## **1 MEMÓRIA E LUGAR: PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO NO CONTEMPORÂNEO**

Em diferentes momentos, quando apresentamos a temática de investigação: juventude e memória, muitas pessoas estranhavam e afirmavam com convicção: “ora, os jovens não têm memória”. Essa noção de que os jovens não possuem referências sobre o passado indica que suas relações com a temporalidade estão voltadas somente para o presente, como se o dia de hoje não estivesse encadeado com aquilo que já aconteceu e o que se espera em relação ao futuro. Essa forma de se relacionar com o tempo também produz efeitos nas relações intergeracionais e nas transmissões culturais.

Na modernidade, foram criadas normatizações sobre como deveria ser vivida cada etapa da vida. A construção social da infância e da juventude como etapas de vida específicas, que requerem atenção e cuidados especiais, se deu em oposição à fase adulta, que seria mais bem preparada e esclarecida para lidar com os problemas da vida. Os adultos assumiram o papel de transmissão das regras, normas e dos padrões culturais para educar as crianças, seja em casa ou na escola, para que no futuro elas pudessem participar ativamente da sociedade. As crianças deveriam passar por um longo processo de preparação para a vida adulta, dirigido pelos mais velhos que se apoiavam na sua experiência para ensinar as crianças. Dessa forma, os adultos escolhiam quais eram os conteúdos importantes para os mais novos aprenderem e a forma como eles seriam transmitidos visando garantir a transmissão cultural para as próximas gerações. A infância e a juventude foram consideradas como momentos de expectativa e preparação em direção ao futuro e à vida adulta, marcada pelo trabalho e pela ação no presente, enquanto a velhice guardava a sabedoria adquirida pela experiência e a memória coletiva.

Essa concepção dos papéis sociais que desempenham crianças, jovens e adultos está atrelada a forma da sociedade se relacionar com o tempo. Na modernidade, havia uma tentativa de compreender as leis que regem a História para, ao compreender o passado, poder entender o presente e prever o futuro. No século XIX, a História se tornou uma disciplina científica marcada pela ideia de progresso, de evolucionismo histórico e pela convicção de que a sociedade caminhava em direção a um futuro melhor. Havia um encadeamento lógico entre os acontecimentos passados e o presente, o que justificava o modo de vida e a maneira pela qual a sociedade estava organizada.

Segundo Castro (2013), o pacto geracional se baseava na identificação dos mais novos para com os mais velhos em que o presente se estendia em direção ao futuro mitificado com

melhor: “a criança foi colocada no lugar simbólico do desejo adulto de construção de um mundo melhor, movido pelos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade” (CASTRO, 2013, p.50). Os pais tinham a expectativa de que seus filhos os superassem para alcançar níveis mais elevados de autorrealização. A geração mais nova, por sua vez, era importante reconhecer que a posição conquistada era originária do legado recebido dos pais e da geração mais velha.

A compreensão do lugar social de cada um estava entranhado da perspectiva geracional em que cada geração representava o elo de uma cadeia, e as realizações de cada um eram tributárias do esforço e do investimento daqueles que tinham vindo antes. Dessa forma, a reciprocidade intergeracional ficava assegurada pelo sentimento de dever dos novos em relação à geração mais velha a qual, por sua vez, teria agido da mesma forma em relação a seus próprios pais (CASTRO, 2013, p.50).

O sentimento de gratidão e de dever aos pais e aos mestres pela geração mais nova significava reconhecer sua importância na tarefa de dar continuidade à construção da sociedade. Os legados transmitidos pelas gerações anteriores, bons ou ruins, filiavam os indivíduos ao processo histórico familiar. Os mais velhos narravam histórias e evocavam a sua experiência para ensinar e orientar os mais novos. A transmissão da experiência, que passa de geração em geração, tem a ver com o sentido que uma comunidade constrói a partir do que seus antepassados fizeram. Saber narrar uma história não tem nenhuma relação com a competência ou com a autoridade individuais, pois o único mérito do narrador é o fato de também ter sido, algum dia, ouvinte de outras narrativas. As narrativas eram uma forma de memorização do passado, de atualizar o passado no presente.

Para Benjamin (1994) o narrador é um homem que sabe dar conselhos baseados na sua experiência de vida acumulada, na sua sabedoria. O conselho dado pelos mais velhos não respondia a uma pergunta, mas fazia uma sugestão para continuar uma história que estava sendo narrada. A história permanecia aberta para ser construída em conjunto, dessa maneira, cada história desencadeava uma nova história. “Essa dinâmica ilimitada da memória é a da constituição do relato, com cada texto chamando e suscitando outros textos” (GAGNEBIN, 1994, p.13).

Quando esse fluxo se interrompe é porque a memória comum e a tradição, que garantiam a existência de uma experiência coletiva ligada ao trabalho e ao tempo partilhados, já não existem mais. O ancião perde a sua função como depositário privilegiado do passado, que possui uma experiência a ser transmitida aos mais jovens, e se torna um velho, com um discurso inútil, incapaz de se adaptar ao ritmo das mudanças que a vida imprime. Benjamin (1994, p.114) pergunta: “que moribundos dizem palavras tão duráveis que possam ser transmitidas como um anel, de geração em geração? Quem é ajudado, hoje, por um provérbio

oportuno? Quem tentará, sequer, lidar com a juventude evocando sua experiência?”. A distância entre as gerações faz com que o indivíduo pareça isolado, desorientado, desaconselhado, pois as memórias e as tradições comuns já não fazem parte da sua vida. A pobreza de experiência e da capacidade de narrar cria uma nova forma de barbárie que se refere a começar de novo, a contentar-se com pouco. O autor se preocupa com as ameaças à humanidade que o progresso técnico e econômico produzido pelo capitalismo poderia gerar.

Ao longo do século XX, o mundo passou por duas grandes guerras mundiais, crises econômicas, conflitos políticos, e muitos desses acontecimentos não foram previstos pela História. A violência e a destruição de cidades pelas guerras, a experiência do Holocausto, em que milhares de pessoas foram mortas, a construção da bomba atômica, que materializa a possibilidade do mundo ser destruído em um único instante, colocaram em questão a crença no progresso. Hoje em dia, vivemos um excesso de acontecimentos e transformações e temos dificuldade de criar um princípio de inteligibilidade e/ou de identidade para o tempo presente. Para Giddens (1991, p.19) “o mundo que vivemos hoje é um mundo carregado e perigoso”. A perda da crença no progresso contribuiu, na sua perspectiva, para a dissolução das “narrativas da história”, que conferiam sentido ao mundo. Diariamente somos “bombardeados” de informações pelos meios de comunicações, que nos dão a sensação de risco, que a todo instante, algo pode acontecer e modificar radicalmente as nossas vidas.

No entanto, não temos mais a certeza de que essas transformações irão conduzir a um futuro melhor. Temos dificuldade em relacionar e costurar os acontecimentos, considerando-os dentro de um contexto maior, de criar uma narrativa para o mundo em que vivemos. O futuro passou a ser visto como um risco, “uma ameaça da qual nós fomos os iniciadores e da qual nós devemos reconhecer, hoje, na falta de ontem, como os responsáveis” (HARTOG, 2006, p.273). O futuro, portanto, não se configura mais como um horizonte luminoso ao qual marchamos, mas uma linha de sombra que colocamos em movimento em direção a nós, enquanto parecemos marcar passo no presente e ruminar um passado que não passa. Para Hartog (2000), vivemos um “presentismo” uma vez que o presente possui algo de específico em relação a como outras pessoas experienciavam esse tempo em épocas passadas. Longe de ser uniforme e unívoco, o presentismo é vivido de forma bem diferente segundo o lugar em que o indivíduo ocupa na sociedade. Segundo o autor, para alguns, o tempo é fluido e acelerado, possui uma mobilidade que valoriza e é valorizante e, para outros, os mais pobres, o tempo é precário, o presente aparece em plena desaceleração, sem passado e sem verdadeiramente um futuro, pois este não se encontra mais em aberto. Assim, para Hartog (2006), o presentismo pode ser um horizonte aberto ou fechado: aberto para quem pode

desfrutar da aceleração e mobilidade, e fechado para quem sobrevive o dia a dia num presente estagnado.

Essas transformações do mundo contemporâneo refletiram na relação entre adultos e crianças, que vem sendo marcada pela imprecisão dos lugares sociais e geracionais. A atual formação de crianças e jovens não se restringe à família e à escola, expandindo-se para as mídias e outras esferas da vida cotidiana. As inovações tecnológicas e a propagação de diferentes meios de comunicação, como celulares, televisão e computadores conectados à internet, horizontalizaram a transmissão de saberes e informações, tornando mais complexa as relações entre adultos, crianças e jovens. Hoje temos dificuldade em precisar a linha divisória que separa a infância e a juventude da idade adulta. “Por um lado, percebemos a infância marcada por um amadurecimento precoce, adultizada, envolvida em práticas até então próprias ao adulto, quer seja o trabalho, a erotização ou a criminalidade. Por outro lado, percebemos um adulto que recusa-se a amadurecer, respaldado nas promessas da eterna juventude proclamada pela estética do consumo” (PEREIRA, 2002, p.158). Todos desejam se manter jovens. Envelhecer parece ser visto como um problema a ser corrigido. Os adultos não estão mais certos sobre o que devem transmitir para os mais novos, num mundo que está sempre em transformação. Por outro lado, temos jovens que não conseguem projetar um futuro para si e nem para o mundo em que vive. Sem a orientação e a sabedoria dos mais experientes, os mais novos se veem perdidos numa temporalidade do gozo, que incita ao consumo e aprisiona o sujeito.

A insegurança em relação ao futuro e a perda de estabilidade que o indivíduo tem em relação ao presente fizeram com que a memória se tornasse uma preocupação central no contemporâneo. Para Nora (1993) o fenômeno da mundialização, massificação, mediatização e a crise das instituições que asseguravam a transmissão dos valores e indicavam o que deveria se reter do passado para preparar o futuro (tais como: igreja, escola e família) provocaram uma mudança na percepção histórica, que parece ter sido substituída por uma memória voltada para a herança da sua própria intimidade. Isso justificaria o apreço que os jovens têm hoje pelos celulares que tiram fotografias e que podem compartilhar nas redes sociais. Ao andarem sempre acompanhados pela máquina fotográfica, qualquer coisa ou evento pode ser registrado. Há uma abundância de imagens feitas sobre o seu cotidiano que revelam momentos em família, com amigos, com animais de estimação, um prato de comida, uma paisagem, uma festa, qualquer coisa pode ser transformada em memória.

Nora (1993) faz uma diferenciação entre história e memória. Para o autor, a memória é um fenômeno atual, carregada por grupos vivos e, por isso, está sempre “aberta à dialética da

lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações” (NORA, 1993, p. 9). A história, por sua vez, é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. É uma representação do passado, a partir de uma operação intelectual que demanda análise e discurso crítico. A memória é um elo vivido no eterno presente. É afetiva e mágica, se enraizando no concreto, no espaço, nas imagens, nos objetos. A memória é por natureza múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada, enquanto a história pertence a todos e a ninguém, tendo vocação para o universal. A história suspeita da memória e busca deslegitimar o passado vivido com a pretensão de fazer memória de tudo. Para o autor, no duelo entre a memória e a história, a memória tem ganhado vantagem sobre a primeira no mundo contemporâneo.

A desritualização do mundo fez com que museus, arquivos, cemitérios, coleções, aniversários, monumentos, santuários, entre outros, se tornassem marcos testemunhais de uma era que possuía a ilusão de eternidade. “Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea” (NORA, 1993, p.13). Quanto menos a memória é vivida no interior, mais ela tem a necessidade desses suportes exteriores:

São rituais de uma sociedade sem ritual, sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas de uma sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento ao grupo, numa sociedade que tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos (NORA, 1993, p.13).

Para o autor, vivemos uma aceleração da história que significa uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto: “fala-se tanto de memória porque ela não existe mais” (NORA, 1993, p.7). A consciência de uma ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada. A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está associado ao presente, que faz com que o sentimento de continuidade é resíduo aos locais. A tese central de Nora é que “há locais de memória porque não há mais meios de memória” (NORA, 1993, p.7). Os lugares de memória foram criados, portanto, para compensar a perda dos meios de memória que aconteceu com o esfacelamento das tradições.

Huyssen (2000) critica esse argumento compensatório de Nora por considerá-lo conservador ao associar as mudanças do contemporâneo ao sentimento de perda das identidades nacionais e comunitárias que garantiam a conservação e a transmissão de valores, o que ele denomina de “meios de memória”. Nesse discurso da perda há uma dificuldade de

positivar as mudanças do tempo, dos modos de sentir, perceber, e lembrar que caracterizam as sociedades contemporâneas. É como se hoje restasse apenas uma compensação nostálgica de um a situação originária que não existe mais. Para Huyssen, a valorização da memória é um modo de neutralizar os efeitos de uma inserção excessivamente fluida do indivíduo na sociedade. As práticas de memória expressam a necessidade de uma ancoragem espacial e temporal em um mundo moldado por redes cada vez mais densas de espaço e tempos comprimidos.

No contemporâneo a memória também se tornou uma mercadoria a ser vendida. Como Huyssen (2000) afirma, o passado tem vendido mais que o futuro. As cidades europeias passaram a viver um processo de “museificação”, com a restauração de velhos centros urbanos e a criação de cidades-museus, como se fosse possível parar os efeitos do tempo. Houve também uma valorização das modas retro, do comércio da nostalgia e da automusealização através das câmeras de vídeo, pois qualquer coisa passa a ser registrada numa tentativa de anular o efeito do esquecimento. Haveria uma obsessão com a representação, repetição, replicação e com a cultura da cópia, com ou sem o original. Essa obsessão pela memória tem a ver com um intenso medo do esquecimento, que dispara o desejo de lembrar. Ao mesmo tempo, o excesso de memória na cultura midiática cria uma sobrecarga, que o próprio sistema de memórias corre o risco de se esgotar. Como Freud apontou esquecimento e memória estão indissolúvel e mutuamente ligados. Sem esquecimento não é possível lembrar.

Segundo Gondar (2000), a concepção de memória de Freud implica não a identidade, mas a diferença, o esquecimento desempenha um papel fundamental na própria constituição mnêmica. Criar e produzir novos sentidos implica simultaneamente a possibilidade de lembrar e de esquecer. Nesse caso, o esquecimento é valorizado como um ato, como um fazer social sendo, portanto, desnaturalizado. “Essa desnaturalização implica em considerarmos que as sociedades precisam esforçar-se tanto ou mais para se esquecerem do que para lembrarem” (GONDAR, 2000, p.41). A memória é um instrumento de poder, em que está em jogo a manutenção da imagem ou representação de si mesmo, da sua identidade, e a segregação ou exclusão daquilo que a ameaça: a diferença. Admitir a relação de forças entre memória e esquecimento implica em admitir que a identidade é uma ficção, pois é resultado de uma escolha política ou orgulhosa para atender a certos interesses. Para preservar a identidade ou a representação de si mesmo é preciso ocultar as falhas, os paradoxos, ou seja, tudo aquilo capaz de abalar essa imagem. No entanto, não esquecemos apenas o que foi segregado, mas também o próprio ato de segregar. O esquecimento do esquecimento conduz a uma concepção

de memória como uma herança acabada, capaz de perpetuar no tempo nossa identidade (GONDAR, 2000).

Halbwachs (1990) coloca que o passado não se conserva na sua inteireza e autonomia. Se nos lembramos de alguma coisa é porque os outros e a situação presente nos fazem lembrar. Para o autor também não haveria uma linearidade do tempo e uma história em que fatos são alocados sequencialmente. Há uma impossibilidade de reviver o passado tal como ele foi. Todo o conjunto de noções presentes que, involuntariamente, nos obriga a avaliar e simultaneamente a alterar o conteúdo das memórias. Dessa forma, a elaboração da memória se dá no presente, para responder as solicitações do presente.

Para Halbwachs (1990) “jamais estamos sós”, pois mesmo que os outros não estejam presentes materialmente cada lugar é povoado de informações construídas pelos outros. Se for tomar como exemplo uma rua, ao caminharmos podemos nos lembrar de um livro sobre um arquiteto que construiu um edifício nela, de uma história que uma amiga viveu em um café de sua esquina e nos contou, ou de um acidente que lemos nos jornais que parou o trânsito ali. As lembranças dos outros são testemunhas junto com as nossas próprias lembranças. Para o autor, as memórias são construídas no diálogo entre muitas testemunhas presentes nesse conjunto de percepções. O olhar para o passado nunca é solitário, pois sempre levamos as lembranças de outras pessoas também.

Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. Nossos deslocamentos alteram esse ponto de vista: pertencer a novos grupos nos faz evocar lembranças significativas para este presente e sob a luz explicativa que convém à ação atual. O que nos parece unidade é múltiplo. Para localizar uma lembrança não basta um fio de Ariadne; é preciso desenrolar fios de meadas diversas, pois ela é um ponto de encontro de vários caminhos, é um ponto complexo de convergência dos muitos planos do nosso passado (BOSI, 1994, p. 413).

Pollak (1992) também sinaliza esse caráter coletivo da memória uma vez que ela é, em parte, herdada e não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória sofre flutuações em função do momento em que ela é articulada e exposta. As preocupações do presente constituem um elemento de estruturação da memória individual e da memória coletiva, ainda que esta seja mais organizada. Os elementos constitutivos da memória são acontecimentos vividos pessoalmente e aqueles que são “vividos por tabela”, ou seja, vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. “São acontecimentos que a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo, que no fim das contas é quase impossível saber se ela participou ou não” (POLLAK, 1992, p.201).

Neste capítulo, refletimos sobre quais são os sentidos que atribuídos à memória no contemporâneo, marcado pelo consumo e pela perda da narrativa capaz de associar os conteúdos da memória individual com uma memória comum. A memória precisa da materialidade para evocar lembranças, nesse sentido, discutimos como os jovens se relacionam com os objetos e com a cidade. Mais do que a evocação de uma história oficial ou de uma memória nacional, nos interessa pelas memórias cotidianas, pelas situações rotineiras, que compõem os vínculos afetivos das pessoas com os objetos e os lugares onde vivem e frequentam. Abordamos também como o lugar vem se modificando pela globalização, podendo virar um “não-lugar”, ou seja, uma espaço de passagem, sem memória, onde as pessoas não criam vínculos afetivos. Outro efeito da globalização é o acirramento das desigualdades e da fragmentação social.

O capítulo se divide em três seções: “as relações com os objetos: memória e consumo”; “as relações com a cidade: memória e lugar”; “O lugar e o ‘não-lugar’: a cidade global e os processos de segregação e fragmentação”.

### **1.1. As relações com os objetos: memória e consumo**

No entrançar de cestos ou de esteira  
 Há um saber que vive e não desterra  
 Como se o tecedor a si próprio tecesse  
 E não entrançasse unicamente esteira e cesto  
 Mas seu humano casamento com a terra

Sophia de Mello Breyner Andresen

Nessa seção buscamos refletir sobre as funções que a materialidade possui de portar memórias, histórias e sentidos, proporcionando estabilidade e permanência para os sujeitos. Discutimos como esta função se transforma no contemporâneo com a redução do tempo de existência dos objetos e do lugar que assumem ao servirem de instrumento para felicidade. Essa questão se torna relevante principalmente entre os jovens que, através do consumo de objetos, ganharam visibilidade e passaram a ser reconhecidos como agentes. Por fim, discutimos como essa forma de se relacionar com os objetos pode trazer prejuízos ao mundo em comum, ao valorizar a busca do prazer imediato e o tempo presente, sem perspectiva de futuro ou preocupação com as gerações seguintes.

Para Arendt (2005), a objetividade do mundo, o seu caráter de coisa ou de objeto, e a condição humana complementam-se uma à outra. A existência humana seria impossível sem

as coisas, e estas seriam um monte de artigos incoerentes, um “não-mundo”, se elas não fossem condicionantes da existência humana. Nós somos dependentes dos processos de produção, circulação, consumo e destruição dos objetos e dos espaços que usamos e frequentamos em nosso cotidiano. Para Gonçalves (2013) essa dependência não se dá somente pela via da utilidade ou como emblema de nossa identidade, mas pelo “poder de agência” dos objetos. Essa perspectiva problematiza a natureza da relação sujeito-objeto, em que os objetos servem somente aos propósitos e necessidades dos sujeitos soberanos, tal como a modernidade ocidental concebeu. As coisas não existem isoladamente, mas como parte de uma rede complexa de “relações sociais e cósmicas, nas quais desempenham funções mediadoras fundamentais entre natureza e cultura, deuses e seres humanos, mortos e vivos, passado e presente, cosmos e sociedade, corpo e alma, etc.” (GONÇALVES, 2013, p.8).

Sobre a importância dos objetos que acompanham as pessoas ao longo da vida, Mia Couto (2013) narra a história de uma viúva portuguesa que morava em Moçambique e que ele visitou com a sua mãe quando era criança. Ela tinha perdido recentemente o seu filho na guerra e durante a visita ficava se lamentando, abrindo e fechando uma gaveta. Nesta gaveta tinha vários objetos: brinquedos quebrados, fotos desgastadas, romances de linha, o que poderia denominar, como Manoel de Barros, de um “armazém de inutilidades”. A mãe perguntou para a senhora para que serviam aquelas coisas todas. E a viúva respondeu “para que servem essas coisas? Ora, servem para serem guardadas”. Para Mia Couto (2013), não era a viúva que guardavam os objetos, mas eram eles que a guardavam. Todos aqueles objetos eram criaturas vivas, cheias de vozes de antigos parentes que lhe faziam companhia. Poder abrir e fechar a gaveta era uma forma de elaborar a perda e de se lembrar das pessoas com quem não podia mais estar. A gaveta era, portanto, um museu que guardava suas memórias.

Os objetos que compõem a casa contam sobre quem são as pessoas que vivem ali, suas rotinas, costumes, hábitos, idade, os trabalhos aos quais se dedicam, e assim por diante. Os velhos entrevistados por Bosi (1994) atribuem aos objetos um sentido que vai além da sua utilidade. Como a autora afirma, os objetos são capazes de dar assentimento à nossa posição no mundo, à nossa identidade. Durante anos foram usados e modelados pelos seus donos e resistiram ao tempo com a sua alteridade. Ao mesmo tempo, eles deram sobrevida aos seus proprietários, se tornando algo deles: “os metais se arredondam, se ovalam, os cabos e madeira brilham pelo contato com as mãos, tudo perde arestas e se abrandam” (BOSI, 1994, p.441). O objeto e o seu dono se utilizam mutuamente e se modificam um pelo o outro, em uma estreita sincronia.

Violette Morin (1969) denomina de “objetos biográficos” aqueles que envelhecem com seus donos e que se incorporam a sua vida. Eles não fazem parte apenas do ambiente, mas também da intimidade do usuário e são considerados insubstituíveis. O objeto biográfico apresenta uma experiência vivida, passada ou presente de seu proprietário, envelhecendo no mesmo tempo que ele. Por isso, a autora afirma que, ao penetrar em um apartamento, a decoração revela as aventuras profissionais, mentais e afetivas de seu usuário. Se colocar entre o objeto biográfico e seu dono é sempre, em potência ou em realidade, uma operação de *voyeur*.

O artista francês Christian Boltanski, com a série *les Inventaires des objets ayant appartenu à...* (1972-1995), nos faz penetrar num ambiente de intimidade e pensar sobre as histórias de vida que estão por trás dos objetos. Os inventários são instalações efêmeras que consistem em apresentar no museu objetos pertencentes (ou que já pertenceram) a um morador de uma determinada cidade, que está temporariamente ausente ou que morreu recentemente. Como expressa o artista em uma carta enviada a diretores de museus, na qual explica a sua obra: “eu gostaria que, em uma sala do seu museu, sejam apresentados elementos que cercaram uma pessoa durante sua vida e que ficaram após a sua morte como testemunho da sua existência. Poderia ser, por exemplo, os lenços dos quais se serviam até os armários que se encontravam no seu quarto” (Boltanski, In: BÉNICHOU, 2005, p.140). O inventário é composto por móveis, roupas, documentos pessoais, entre outros, colocados em uma estante ou atrás de cabos de proteção. Ao final da exposição, os objetos são dispersos ou devolvidos aos seus proprietários.

A obra *Inventaire des objets ayant appartenu à une vieille dame de Baden-Baden* (1973) é composta por 48 fotografias em preto e branco de objetos de uso cotidiano (colheres, facas, móveis, almofadas, cadeiras, lustres, pratos, entre outros) que tinham pertencido a uma velha senhora. Podemos ver neles as marcas das mãos, das quedas, dos choques, e dos usos que eram feitos por sua dona. Boltanski, portanto, leva para o museu objetos testemunhos das histórias vividas por aqueles que estão ausentes. Ao entrarem naquele novo espaço, eles perdem a sua função de utilidade, permanecendo o sentido de memória.



**Figura 1:** Imagem da obra *Inventaire des objets ayant appartenu à une vieille dame de Baden-Baden*, de Boltanski, 1973

O poema “O prato Azul-Pombinho” de Cora Coralina (2001) nos ajuda a refletir sobre o que seria um “objeto biográfico”, os significados e as lembranças que ele porta e o seu papel de “testemunho da existência”. A autora narra um acontecimento que marcou sua infância em Goiás, na passagem do século XIX para o século XX. Ela descreve em detalhes as características de um prato, que pertencia a sua bisavó, e que era a última louça de um aparelho antigo da família. Cora Coralina recorda as comidas que sua família servia ali, as cerimônias que envolvia o seu uso e as lendas contadas pela sua bisavó, a partir da estampa de motivo chinês:

Minha bisavó - que Deus a tenha em glória -  
sempre contava e recontava  
em sentidas recordações  
de outros tempos  
a estória de saudade  
daquele prato azul-pombinho.

Era uma estória minuciosa.  
Comprida, detalhada.  
Sentimental.  
Puxada em suspiros saudosistas  
e ais presentes.  
E terminava, invariavelmente,  
depois do caso esmiuçado:  
“- Nem gosto de lembrar disso...”  
É que a estória se prendia  
aos tempos idos em que vivia  
minha bisavó  
que fizera deles seu presente e seu futuro.

Voltando ao prato azul-pombinho  
 que conheci quando menina  
 e que deixou em mim  
 lembrança imperecível.  
 Era um prato sozinho,  
 último remanescente, sobrevivente,  
 sobra mesmo, de uma coleção,  
 de um aparelho antigo  
 de 92 peças.  
 Isto contava com emoção, minha bisavó,  
 que Deus haja.  
 (...)  
 Minha bisavó  
 traduzia com sentimento sem igual,  
 a lenda oriental  
 estampada no fundo daquele prato.  
 Eu era toda ouvidos.  
 Ouvia com os olhos, com o nariz, com a boca,  
 com todos os sentidos,  
 aquela estória da Princesinha Lui.

(CORA CORALINA, 2001, p.68)

O prato evocava na bisavó “sentidas recordações de outros tempos” e “a estória de saudade” que eram transmitidas para as crianças. A narrativa, à qual Benjamin (1994) se refere como uma forma de comunicação artesanal e de transmissão dos acontecimentos de geração em geração, se encontrava presente nessa relação da criança com a bisavó, mediada pelo “objeto biográfico”. A narrativa possibilita o encontro do singular, referente a cada sujeito, com uma história compartilhada, associando certos conteúdos do passado individual com outros do passado coletivo. A narrativa não tem a pretensão de transmitir uma informação, ela faz com que o acontecimento seja passado pelo ouvinte como uma experiência. Benjamin (1997) cria uma oposição entre a *Erfahrung*, a “experiência”, e a *Erlebnis*, a “vivência”. A primeira trata de um conhecimento que se prolonga e se desdobra quando o sujeito está integrado numa comunidade que permite sedimentar as coisas com o tempo. Diferentemente, a vivência diz respeito ao indivíduo isolado, privado. É a impressão forte que precisa ser assimilada rapidamente e produzir efeitos imediatos. Nesse poema, percebemos a importância que o “Prato Azul-Pombinho” possuía para a bisavó e para a família, uma vez que ele guardava uma história e servia para transmiti-la às novas gerações. Através desse objeto, a avó conseguia se aproximar da menina e estabelecer entre elas um momento de troca e de fala.

Certo dia, o prato apareceu quebrado. Os familiares interpretaram aquela situação como uma travessura de criança e responsabilizaram a menina pelo ocorrido. A sua punição foi andar com um caco do prato, amarrado em um cordão e pendurado no pescoço. Carregar uma

parte do prato servia para manter viva na criança a lembrança daquele objeto e do valor da tradição que ele portava. Ao narrar essa história, Cora Coralina (2001) traz à tona suas relações primeiras, as alegrias, as opressões, e as situações de injustiça que dizem respeito à infância. Também podemos interpretar a quebra do prato como a ameaça de rompimento da tradição, que o nascimento da criança simboliza. “O novo começo inerente a cada nascimento pode fazer-se sentir no mundo somente porque o recém-chegado possui a capacidade de iniciar algo novo, isto é de agir” (ARENDETT, 2005, p.17).

Através da ação a criança transforma o mundo, que preexiste a sua chegada, em si mesma, para que ela possa se apropriar dele e compartilhar com o outro. Se por um lado, esse processo implica o aprendizado das regras, dos códigos, das normas, por outro, a criança possui a capacidade de conferir novos sentidos, de se inserir no mundo de maneira original e singular. “O conceito de ação, enquanto capacidade de intervenção no mundo é discutido no sentido de indicar que tanto o adulto como a criança contribuem no processo de produção e reprodução da vida e da cultura” (CASTRO, 2001, p.43). Para Winnicott, a cultura é onde encontramos as experiências sobre a vida de outras gerações e também o lugar onde os sujeitos podem inserir as próprias experiências como contribuição para os outros (SAFRA, 2005). A ação da criança, assim como a do jovem, muitas vezes gera tensão e conflito, por problematizar aquilo que já é dado, por querer deixar a sua marca num mundo que resiste a mudança. Esse “interjogo entre originalidade e aceitação da tradição como base para a capacidade inventiva é um exemplo do interjogo entre separação e união, indivíduo e comunidade” (SAFRA, 2005, p.162).

Em nossa cultura, temos dificuldade em compreender as coisas que nos cercam como resultado do encontro de várias pessoas que trabalharam para produzi-las, e até entre as gerações que existiam antes de nós. No entanto, “as coisas transpiram a cultura com suas tradições, perspectivas e sabedorias de vida” (SAFRA, 2005, p.128). Baseando-se no conceito de Winnicott de objetos transicionais, o autor propõe a noção de “objetos líricos”. Estes são objetos de uso cotidianos (chaves, canetas, canecas, bolsas, etc.) que possuem uma história emocional por terem pertencido a alguém e portarem uma história. A sua significância não está em seu valor econômico ou estético, mas na experiência única e pessoal dos indivíduos que interagem com eles. Essa concepção de “objetos líricos” pode ser aproximada da noção de “objetos biográficos” à qual se refere Morin (1969), pois trata dos afetos e das lembranças da relação dos objetos com seus donos.

A dimensão lírica do objeto pode não ser visualmente evidente em sua aparência ou em sua estrutura interna. Mas, ao serem referidos aos seus donos, podem trazer à tona sentimentos, pensamentos que estiveram investidos nele por aqueles que os possuíram. A observação do objeto, dentro desta referência histórica, permite que seu valor lírico se manifeste (SAFRA, 2005, p. 130).

Para o autor, os “objetos líricos” correspondem a um tipo de fenômeno transicional, em que se busca resgatar o lugar do humano, no mundo fragmentado pela tecnologia e pelo consumismo. Como Benjamin (1994) adverte, a modernidade é marcada pela perda da narrativa, da capacidade de intercambiar experiências, o que pode ser entendido como a perda dos laços comunitários e de uma memória coletiva capaz de orientar e unir as pessoas. A figura do narrador transformava as situações vividas pelo sujeito em histórias compartilhadas. Nesse sentido, aqueles que revelam objetos líricos buscam reestabelecer a passagem das pessoas pelo mundo, resgatando o papel dos objetos de articuladores de história e da tradição. “O olhar que descobre objetos líricos procura restabelecer a realidade de “coisa” como pouso e passagem da vida humana” (SAFRA, 2005, p.130).

Safra (2005) propõe uma distinção entre “coisa” e “objeto”. O primeiro termo se refere ao objeto que porta significados afetivos, que são rememorados na relação com o sujeito. “As coisas necessitam de conviver com os homens a fim de manterem seu estatuto e continuarem a ser banhadas em sentidos e significações” (idem, p.90). O objeto, por sua vez, seria caracterizado pela funcionalidade ou estética. Ele se torna objetificado pelo consumo, perdendo a sua função de mensageiro de uma história. “No momento que uma coisa é objetificada, o ser humano perde, em sua relação com ela, a abertura necessária para a sua historicidade” (SAFRA, 2005, p.89).

O autor relata um caso clínico de um jovem de 16 anos, que em sua primeira sessão, ficou quieto observando os objetos nas paredes (quadros, bonecos, objetos de diferentes culturas, entre outros). Depois de algum tempo, perguntou sobre a história de um boneco que estava exposto e o analista contou. Nas sessões seguintes, o paciente voltou a perguntar as histórias dos objetos e o analista relatava a história de cada um deles. Em seguida, conversavam sobre as impressões e as associações que o jovem fez a respeito das histórias que tinha ouvido. O objetivo da conversa era possibilitar a evolução de suas impressões e articulação através do estabelecimento de um diálogo. Os objetos adquiriram a função de criar um espaço transicional, entre o analista e o analisando, entre o espaço privado e o espaço público, entre o tempo passado e o tempo presente. As narrativas, portanto, eram feitas ancoradas nos objetos. Em um dado momento o jovem disse “tudo tem história e a minha?”. A sua sensação era que na sua casa e no seu quarto não existia nada realmente seu, os objetos

só serviam para decoração. O analista fez a seguinte interpretação: “o tempo e o espaço em que vivia eram estranhos, não havia uma apropriação criativa do seu mundo, o que o levava a um profundo desenraizamento e à perda do sentido de si e de sua vida, manifestada como tédio” (SAFRA, 2005, p.133). A ação inaugurante do jovem se deu quando plantou uma muda de samambaia no seu quarto e aos poucos foi se apropriando do seu espaço e do mundo.

Embora existam objetos que acompanhem os indivíduos durante toda a vida, como os que estão presentes nos trabalhos de Boltanski e no poema de Cora Coralina (2001), percebemos que, no contemporâneo, há a proliferação dos objetos de consumo. Estes objetos não portam o valor sentimental da mesma ordem dos objetos líricos de Safra (2005), pois possuem curta duração e se tornam obsoletos rapidamente. As transformações das relações dos jovens com os objetos também produzem efeitos na forma como eles se relacionam entre si e com o mundo em comum, compartilhado não somente com as pessoas que vivem hoje, mas com as outras gerações que antecederam a sua e que vão viver depois dela.

A abreviação do tempo de utilização dos objetos é criticada por Arendt (2005), que associa a emergência do consumismo a três fatores: ao desinvestimento sociocultural na ação política, ao aumento da produtividade industrial, e à conversão imaginária do trabalho em *labor*. Com a revolução industrial e o aumento da produção, “quem produzia não se percebia mais como autor de coisas que foram feitas para atender às necessidades reais, mas para serem vendidas, sendo ou não necessárias” (COSTA, 2004a, p. 133). Os objetos passaram a se tornar supérfluos pelo fato de serem comprados simplesmente porque foram produzidos, perdendo o seu sentido de utilidade. O *homo faber*, fabricante de artefatos duráveis feitos para serem usados, passou a se perceber como *animal laborans*, produtor de objetos feitos para serem rapidamente descartados. As coisas produzidas pelo *animal laborans* não foram feitas para serem usadas, mas para serem vendidas. Embora feitas pelos homens, seguem o eterno movimento cíclico da natureza, assim como o corpo humano. São as coisas menos mundanas e ao mesmo tempo as mais naturais:

A vida é um processo que, em tudo, consome a durabilidade, desgasta-a, fá-la desaparecer, até que a matéria morta, resultado de pequenos processos vitais, singulares e cíclicos, retorna ao círculo global e gigantesco da própria natureza, onde não existe começo nem fim e onde todas as coisas naturais circulam em imutável, infundável repetição (ARENDR, 2005, p.108).

Para a autora, a necessidade de subsistir comanda tanto o labor quanto o consumo, no sentido de que ambos são processos devoradores, que se apossam da matéria e a destroem. O labor quando incorpora, reúne e mistura-se fisicamente às coisas da natureza, assim como o corpo quando consome o alimento. “O ‘trabalho’ realizado pelo labor em seu material é

apenas o preparo para a destruição vital deste último” (ARENDT, 2005, p. 112). O ato de comprar imaginariamente se torna similar ao consumo de alimentos (as únicas coisas que de fato consumimos) pela rapidez com que adquirimos e nos desfazemos dos objetos. A felicidade entendida como “a soma total dos prazeres menos as dores” (ARENDT, 2005, p.322) foi associada ao consumo de objetos, o que justifica porque eles se tornaram tão importantes e atraentes no contemporâneo. Os indivíduos passaram, portanto, a consumir objetos para obter prazer.

Já os objetos produzidos pelo *homo faber* eram feitos, a partir do que a natureza oferecia para se proteger do ambiente natural. A sua utilidade legitimava o esforço para fabricar artefatos que sobreviveriam aos seus artífices. “Os ideais do *homo faber*, fabricante do mundo, eram a permanência, a estabilidade e a durabilidade” (ARENDT, 2005, p.138). Apesar desses objetos não desaparecem, eles sofrem um desgaste com tempo. “O processo vital que permeia todo o ser também o atinge; se não usarmos as coisas do mundo elas também perecerão mais cedo ou mais tarde, e retornarão ao processo natural global do qual foram retiradas e contra o qual foram erigidas” (ARENDT, 2005, p.149). Longe do mundo humano, quando são descartadas, as coisas voltam a ser o material sobre o qual se trabalhou e com o qual se construiu. Nesse caso, a mesa e a cadeira, por exemplo, perdem sua função como objeto de uso e passam a ser um pedaço de madeira, que entrará em processo de decomposição. A autora pontua que, embora o uso desgaste os objetos, este desgaste não é o seu destino intrínseco, como a destruição é o fim de todas as coisas feitas para o consumo. “O que o uso desgasta é a durabilidade” (ARENDT, 2005, p.150).

A durabilidade faz com que as coisas do mundo possuam uma relativa independência daqueles que as produziram e as utilizaram. A sua “objetividade” faz com que elas resistam e suportem, pelo menos por um tempo, às necessidades de seus usuários e fabricantes. Dessa forma, os objetos têm a função de estabilizar a vida humana, oferecendo uma relativa permanência. “Sua objetividade reside no fato de que os homens, a despeito de sua forma contínua mutação, podem reaver a sua invariabilidade, isto é, sua identidade, no contato com objetos que não variam, como a mesma cadeira e a mesma mesa” (ARENDT, 2005, p.150). A realidade e a confiabilidade no mundo são garantidas por estarmos rodeados de coisas mais permanentes que a atividade pela qual foram produzidas e, potencialmente, mais permanentes do que a vida de seus autores.

Arendt (2005) considera que os objetos de uso são produtos da ação e do discurso, e que juntos constituem a textura dos negócios humanos. O pensamento, a ação e o discurso em si não produzem, nem geram alguma coisa. No entanto, para que “se tornem coisas mundanas,

fatos, feitos, eventos, e organizações de pensamento e ideias, devem primeiro ser vistos, ouvidos e lembrados, e em seguida transformados, ‘coisificados’” (ARENDDT, 2005, p.106). Dessa forma, é, primeiramente, necessário que eles sejam compartilhados com os outros, e em seguida que seja criado algum tipo de registro, documento ou monumento – podendo ser um texto, uma pintura, uma escultura, entre outros – para que os negócios humanos existam e sejam reais, transformando, assim, o intangível na tangibilidade das coisas.

Sem a lembrança e sem a reificação de que a lembrança necessita para a sua própria realização (...) as atividades viva da ação, do discurso, e do pensamento perderiam a sua realidade ao fim de cada processo e desapareceriam como se nunca houvesse existido (ARENDDT, 2005, p. 107).

Há uma oposição clara para a Arendt entre o mundo e a vida, pois “enquanto o primeiro remete a um reconhecimento comum, o segundo permanece circunscrito pelo espaço da subjetividade” (CORREIA, 2003, p.237). A realidade da vida depende da intensidade pela qual ela é experimentada, já o mundo depende da sua permanência para além da vida dos indivíduos. Assim, o mundo é o que existe em comum não apenas entre as pessoas com os quais compartilhamos o mesmo período histórico, mas é o que há em comum entre a humanidade inteira. Independentemente do lugar que cada um ocupa dentro dele, o mundo comum não pode ser construído apenas para aqueles que estão vivos, pois é aquilo que permanece, que já existia antes da nossa chegada e o que sobreviverá após a nossa morte. Dessa forma, a autora valoriza o papel da materialidade na construção do mundo e na sua transmissão para as gerações seguintes.

Essa diferenciação entre os objetos de uso e os objetos de consumo é importante porque resgata a função da materialidade de dar permanência às ações, aos pensamentos, aos sentimentos, às lembranças, permitindo que esses processos subjetivos possam ser compartilhados com os outros, dando corpo ao mundo comum. Costa (2004a) sustenta a ideia de que sentimentos sem expressão material é uma ficção idealista, desprovida de sentido. As experiências emocionais se exteriorizam em coisas. As emoções são feitas de imagens e narrativas de caráter mental, mas também das propriedades que lhes são emprestadas de objetos e situações materiais. Os “ideais morais e emocionais não se sustentam sem objetos materiais, porque que são eles que dão visibilidade e mundanidade aos sentimentos” (COSTA, 2004a, p.180). Para o autor, temos relações emocionais com os objetos que se tornam mediadores necessários à aproximação com o outro. A satisfação com a posse de coisas é algo psicologicamente indispensável ao equilíbrio afetivo.

Costa (2004a) problematiza o pensamento economicista que identifica qualquer comprador de produtos industriais como consumidor, ressaltando que objetos e mercadorias estão integrados a uma rede de sentidos emocionais, sociais, culturais, que se diferem do “comprismo” consumista atual. O autor afirma que os objetos se tornaram cada vez mais descartáveis pelo fato de não portarem o significado moral e emocional que um dia materializaram. Eles não têm mais “a função de manter viva a história de quem os possuiu. (...) Enquanto vivemos, os usamos como excitantes das sensações; depois que morremos ou eles têm valor de mercado e são vendidos ou não tem liquidez e vão para o lixo” (COSTA, 2004a, p.174). O consumismo fez com que os objetos passassem a contribuir exclusivamente para despertar o corpo para uma prontidão prazerosa, ganhando o semblante de nutrientes para a “felicidade das sensações”. “O sujeito sentimental contorna a fluidez da felicidade interior materializando as narrativas afetivas em *objetos duráveis*; o sujeito sensorial, para reter o prazer físico, devora os *objetos doces*, os que estão sempre à mão, ou melhor, ‘sempre ao corpo’” (COSTA, 2004a, p.168).

A felicidade sensorial é definida por Costa (2004a) pela dependência da presença física do objeto de estímulo ou excitação, pois fora do instante do gozo, a sensação se torna emocionalmente obsoleta. As lembranças das experiências sensoriais vividas não conseguem reproduzir o prazer; não se deixam metaforizar em imagens e narrativas sentimentais. Por isso, para o autor, a felicidade sensorial depende dos “objetos doces” para que possam ser rapidamente instrumentalizados. Na tentativa de escapar da efemeridade das sensações, o sujeito passa a depender cada vez mais da diversidade e da constância dos objetos para obter prazer: “como sem objetos não há prazer e como um mesmo objeto esgota rapidamente sua capacidade de despertar excitação sensorial, é preciso ter sempre à mão algo com que gozar” (COSTA, 2004b, p.83). Assim, compreendemos porque o objeto atrai os indivíduos atualmente, substituindo a sua qualidade de permanência e durabilidade pela possibilidade de dar prazer.

Podemos também criticar a noção amplamente difundida de que os indivíduos são fantoches manipulados pela propaganda. Para Costa (2004b) os indivíduos se deixam persuadir pela propaganda porque eles encontram, de certa medida, na posse dos objetos industriais um meio de realização pessoal. A posse de determinados objetos permitem a satisfação de se sentir aprovado e admirado pelo grupo, algo fundamental para o equilíbrio emocional de todos nós. “O consumo de objetos, portanto, não se impõe apenas pela invasão da moda publicitária nas vidas das pessoas. O aparato de objetos caros e elegantes é signo, por excelência da distinção social de seus possuidores” (COSTA, 2004b, p.79).

Costa (2004b) alega que o uso da palavra consumismo é problemática por dois motivos: nos fazer crer que consumimos coisas que, de fato, compramos e por nos dar a entender que somos todos iguais diante da possibilidade de comprar mercadorias produzidas e vendidas em larga escala. O autor faz questão de enfatizar que comprar não é uma ação regida por necessidades biológicas, mas um ato econômico com implicações sociais.

Consumismo, portanto, é o modo que imaginário econômico encontrou de se legitimar culturalmente, apresentando as mercadorias como objetos de necessidade supostamente universais e pré-culturais, e ocultando, por esse meio, as desigualdades econômico-sociais entre os potenciais compradores (COSTA, 2004b, p.77).

O termo “consumir” salienta nossa condição de organismos físicos naturais, que seria comum a todos. Enquanto, somos todos diferentes e desiguais diante do ato de comprar, principalmente, considerando que a maior parte da população tem um poder de compra extremamente reduzido. Os objetos ditos de consumo “nem são *consumíveis* nem estão *igualmente disponíveis* para todos os indivíduos. A produção de objetos é *seletivamente* distribuída pelos que tem muito dinheiro, pouco dinheiro ou nenhum dinheiro” (COSTA, 2004b, p.77). As massas populacionais da periferia não estão dentro da sociedade de consumo e tampouco estão fora dela. Elas são duplamente vitimizadas: pela privação do efetivo consumo e pelo aprisionamento no desejo de tê-lo. “Pior que reduzir o desejo ao consumo é reduzir o consumo ao desejo do consumo” (SANTOS, 2008, p.313). Aqueles que não podem consumir são encarados como uma população redundante. Se antes a classe pobre podia ser vista como reserva de mão-de-obra que merecia cuidado e assistência do Estado, hoje empobrecer é encarado como um crime, que deve ser coagido pela força policial (BAUMAN, 1998).

A compra de “objetos dóceis” atrai, especialmente, aos jovens, que se sentem livres dos discursos tradicionais e das regulações morais e religiosas sobre suas relações com o corpo e com os prazeres. Como Barbosa (2004) afirma não existem grupos de referência consolidados capazes de orientar as escolhas dos indivíduos. Por isso, não existem regras que criem restrições sobre o que os jovens podem ou não consumir. O critério de compra de qualquer objeto depende da sua escolha individual. A noção de gosto, de “bom” ou “mau” gosto são mecanismos diferenciadores, de inclusão e exclusão. Os jovens compram objetos como sinal de distinção social, buscando reconhecimento e valorização. Ao mesmo tempo em que servem para diferenciar, os objetos também possibilitam a identificação com outros que fazem parte do mesmo grupo, criando uma aparência uniforme para aqueles que

compartilham os mesmos hábitos, gostos, sentimentos e interesses. Atualmente, há uma multiplicidade de grupos e tribos urbanas que criam suas próprias modas.

Para Soares (2004), quando um jovem compra um tênis de marca, ele busca o ingresso no grupo. A filiação ao grupo possibilita o sentimento de que os jovens possuem um valor e a sensação de que aquilo que pensam e sentem é compartilhado com os outros membros. “O que está em jogo é a busca de reconhecimento e valorização, a marca é o que importa; é a marca o objeto cobiçado; é ela que atende a necessidade – o frio e o calor não importam, o vestuário não interessa como proteção”. (SOARES, 2004, p.149). A marca interessa por ser um sinal de distinção do sujeito e de valorização dele entre os membros do grupo do qual faz parte.

Segundo Kehl (2004), os objetos de consumo, os espaços onde os adolescentes frequentam, tais como: lanchonetes, shoppings, boates, bailes *funks*, entre outros, servem como ritos de passagem, substituindo os que existiam nas culturas pré-modernas. Em nossas sociedades faltam ritos para sinalizar o ingresso na vida adulta. A adolescência é marcada pelo sentido de moratória social, vivido por aqueles que já passaram pela infância, mas que ainda não se incorporaram à vida adulta. Os adolescentes vivem o tédio, a insatisfação sexual sob alta pressão hormonal, a dependência em relação à família pela falta de funções no espaço público. Ele ocupa um lugar privilegiado de consumidor em todas as classes sociais, pois os acessórios funcionam como objetos transicionais ajudando “na difícil tarefa de reinscrever o corpo, estranho até para o próprio sujeito, nesse lugar também de transição entre a infância e a vida adulta que ele passa a habitar” (KEHL, 2004, p. 95). O consumo de drogas leves como a maconha e a cerveja, pode funcionar como prova ou desafio para decidir a entrada do adolescente em determinados grupos, estabelecendo a fronteira entre “caretas” e “entendidos” e entre aqueles que são vistos como ainda crianças e os que já se consideram adultos.

Os jovens, ao se tornarem consumidores, ganharam visibilidade e reconhecimento social. Mesmo quem não possui independência econômica para comprar objetos, consome a imagem deles e o desejo de possuí-los. Poucos são aqueles que possuem condições financeiras para consumir os produtos que são oferecidos aos jovens, “mas a imagem do adolescente consumidor, difundida pela publicidade e pela televisão, oferece-se à identificação de todas as classes sociais” (KEHL, 2004, p.93). Essa captura da juventude pelo mercado transformou os jovens num clichê publicitário, um *slogan*, uma condição para pertencer a certa elite atualizada e vitoriosa:

O adolescente das últimas décadas do século XX deixou de ser a criança grande, desajeitada e inibida, de pele ruim e hábitos anti-sociais, para se transformar no

modelo de beleza, liberdade e sensualidade para todas as outras faixas etárias. O adolescente pós-moderno desfruta de todas as liberdades da vida adulta, mas é poupado de quase todas as responsabilidades (KEHL, 2004, p.93).

Atualmente, os adultos também almejam ser jovens. Eles querem se incluir nessa categoria, seja por um estado de espírito, por um jeito de se vestir, de usar o corpo. Para Kehl (2004), estamos vivenciando a substituição do modelo adulto por um modelo jovem, em que ser “teen” é algo almejado, é um grupo identificatório onde todos querem se incluir. “Passamos de uma longa, longuíssima juventude, direto para a velhice, deixando vazio o lugar que deveria ser ocupado pelo adulto” (KEHL, 2004, p. 90). Com efeito, há uma desvalorização da experiência que esvazia o sentido da vida, deixando os jovens à deriva, sem terem a quem se remeter. Eles buscam encontrar, nos mais velhos, alguma perspectiva de futuro, mas encontram um espelho deformado de si próprios. Assim os jovens ficam sem parâmetros para pensar o futuro.

Jobim e Souza (2005) afirma que em outros tempos se sabia o significado da experiência, que era comunicada aos mais jovens na forma de provérbios, histórias, narrativas de lugares e tempos distantes. A autoridade da velhice era respeitada e reconhecida, diferentemente de hoje em que as famílias não contam mais suas histórias. Há uma ruptura do diálogo entre crianças e adultos, que se reduz a uma interação muda entre os programas de televisão, dividindo atenção com: a internet, celulares e redes sociais. “Ela tem deixado marcas profunda em nós, sendo portanto responsável pelo nosso sofrimento maior, a tragédia nossa de cada dia, quando não encontramos mais as palavras certas para aplacar a infelicidade dos nossos filhos” (JOBIM e SOUZA, 2005, p.94). Quando o adulto abre mão do seu lugar de transmissão, interdição e confronto, o jovem passa a viver o presente desconectado do passado e do futuro. “Os filhos não se reconhecem mais como continuidade da história dos pais, tornam-se estranhos na própria casa” (JOBIM e SOUZA, 2005, p.96).

Segundo Castro (1998), no contemporâneo, crianças e jovens foram elevados à categoria de consumidores, adquirindo um tipo de cidadania que os iguala aos adultos, se diferenciando do papel atribuídos a eles pela modernidade. O período da infância e adolescência correspondia a uma etapa de estudo, preparação e de construção de si para poder ter uma profissão futura, assumir as responsabilidades e obrigações da vida adulta. Havia, portanto, metas a serem cumpridas em longo prazo, que implicavam numa racionalização das condutas e no adiamento do prazer. Crianças e jovens precisavam se esforçar, obedecer aos mais velhos, para conquistar o lugar do adulto. Pais, avós, professores serviam como mediadores para a formação da criança e do adolescente, a partir de uma identificação

baseada na promessa de crescer e ser como eles. Crianças e jovens passavam, portanto, por um momento de espera e de invisibilidade nos espaços privados da casa e da escola para, posteriormente, serem credenciados a participar dos espaços públicos da sociedade.

A atual associação entre juventude e consumo favoreceu o florescimento de uma cultura altamente hedonista.

O viver enquanto um processo de construção que se dá ao largo do tempo, vem sendo substituído por um viver que se constrói através de projetos de curto prazo, mediado pelo agora, arrebatando do sujeito o contato com suas limitações em prol de uma identidade performática (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006, p.13).

O árduo processo de transformação, implicado na construção de uma identidade, perde sua importância diante da ostentação de objetos que permitem projetar instantaneamente os indivíduos numa grade classificatória de status social. O caráter constitutivo de ser enquanto um processo laborioso passa a ser substituído pela posse de coisas que “capacitam” os sujeitos (CASTRO, 1998). Vivemos um processo de individualização em que cada um possui a tarefa de construir a si mesmo: ter os próprios gostos, projetos de vidas, interesses, que se expressam pelos grupos que faz parte, lugares aonde vai e objetos que consome. “Não são mais os outros, nossos semelhantes, que fornecem os elementos básicos para a constituição de nossas referências éticas e morais” (JOBIM e SOUZA, 2005, p.93).

Desse modo, vivemos uma privatização das experiências, em que “cada um por si” busca o seu bem-estar individual. Essa busca pelo prazer e pela satisfação imediata das necessidades gera um aprisionamento da privacidade do corpo, com o qual ninguém compartilha. A moral das sensações e do espetáculo nos levou a perceber os bens e os corpos como coisas e existências que passam sem deixar história. Os objetos não portam mais histórias capazes de serem contadas pelos adultos, que se viam como herdeiros de uma tradição. A promessa de felicidade baseada no prazer pelo consumo, a veneração e a sacralização dos objetos transformaram as relações entre as pessoas, gerando emudecimento e uma “pobreza de experiência”, tal como anunciada por Benjamin (1994). Isso faz com que os jovens se sintam isolados e com dificuldades em se comunicar com os outros. Como Sarlo (2007, p.25) afirma “a linguagem liberta o aspecto mudo da experiência, redime – a de seu imediatismo ou de seu esquecimento e a transforma no comunicável, isto é, no comum”. Esse aprisionamento no corpo faz com que a dor e as vivências pertençam à dimensão privada, sem conseguir transformá-la numa história que diz respeito a muitos.

As famílias burguesas do século XIX possuíam inúmeros objetos de decoração, brinquedos, adereços dos vestuários, louças, o que não impedia que eles durassem. Como vimos no poema de Cora Coralina, os objetos possuíam um significado para aqueles que

possuíam e portavam uma história de família a ser transmitida para as outras gerações. O fato das famílias burguesas terem muitos objetos não fazia com que os indivíduos vivessem somente para si. Como Benjamin (1997) relata, os objetos passaram a ter importância para o burguês do século XIX porque ele tinha perdido a capacidade de deixar o seu vestígio na cidade, que crescia e passava por intensas transformações, se voltando para o universo da casa. “É como se fosse uma questão de honra não deixar se perder nos séculos, se não o rastro de seus dias na terra, ao menos o dos seus artigos de consumo e acessórios” (BENJAMIN, 1997, p.43). A casa se tornou uma espécie de cápsula, um estojo, onde acomodava todos os seus pertences, preservando, assim, os seus vestígios, “como a natureza preserva no granito uma fauna extinta” (BENJAMIN, 1997, p. 44). Havia, portanto, mesmo se restringindo ao universo privado, uma preocupação com algo que ficasse de “rastro”, de herança para aqueles que vêm depois.

O atual problema não está na capacidade do sujeito comprar e acumular coisas, mas na sua atitude irresponsável para com o patrimônio material e moral da sociedade em que vivemos. Tratar os objetos de modo consumista significa considerar tudo o que existe como sendo para devorar, jogar fora, sem se importar com as consequências éticas desse gesto.

Não consumir significa adotar diante do mundo uma atitude de cuidado. Significa estar consciente de que a sociedade ou o planeta não é um depósito infundável de recursos que podemos saquear, sem respeito ou preocupação com, quem virá depois de nós (COSTA, 2004b, p.84).

O ideal de permanência quando substituído pelo ideal de abundância faz com que a vida mine a durabilidade do mundo, pois não se constrói o mundo com coisas que são consumidas, mas com coisas que são usadas. Se por um lado, o consumo possibilitou a inclusão de novos atores na vida social, como as crianças e os jovens, retirando-os da posição de invisibilidade, por outro, abandonamos o compromisso e o cuidado com o mundo comum, e passamos a nos preocupar com o presente e o prazer imediato do corpo. O consumismo pode ser entendido como um fator de dissolução do mundo comum, gerando empobrecimento de experiências e das trocas geracionais.

Entendemos que os objetos portam diferentes valores e funções e que, muitas vezes, eles se encontram sobrepostos. Eles podem ganhar relevância como objetos biográficos ou líricos por serem capazes de evocar memórias sejam pessoais ou coletivas e servir para o indivíduo deixar o seu “rastro” no mundo. Eles servem para comunicar pensamentos, ações e discursos, fazendo com que ganhem tangibilidade e permanência. Os objetos são importantes para nos aproximarmos do outro, servindo como mediadores das emoções e dos sentimentos e

para conferir filiação a um grupo, que compartilha de interesses semelhantes. Enfim, consideramos que os objetos fazem parte de uma rede complexa de relações entre os indivíduos e o mundo, uma vez que as coisas não existem isoladamente. Neste trabalho em que investigamos as memórias dos jovens sobre os lugares onde moram, buscamos ressaltar os objetos como mediadores das relações do passado e do presente, capazes de evocar lembranças nos jovens. Na seção a seguir, abordamos a base material da cidade e das relações afetivas que os indivíduos estabelecem com o lugar.

## 1.2. As relações com a cidade: memória e lugar

Toda rua tem seu curso  
Tem seu leito de água clara  
Por onde passa a memória  
Lembrando histórias de um tempo  
Que não acaba

Torquato Neto

Como abordamos na seção anterior, as relações que os indivíduos possuem com os objetos são complexas, produzindo efeitos na maneira como lidamos com a temporalidade e nos vínculos que estabelecemos com os outros. A cidade também possui elementos materiais que a compõe, são construções, edifícios, pontes, praças, ruas, monumentos, entre outros. Segundo Lefebvre (2006), a cidade é, ao mesmo tempo, a ação conjunta de seus agentes históricos e sociais e o resultado de suas ações. A realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas e reconstruídas não subsiste sem se apegar à materialidade das coisas. Para o autor, o “urbano” não pode ser considerado sem se ligar aos objetos, a uma base prático-sensível, a “cidade”.

A cidade simboliza o poder criador dos cidadãos e a sua capacidade de transformar a natureza e de criar algo próprio, artificial, fruto da ação coletiva. É nesse sentido que Lefebvre (2006) se refere à cidade como sendo “obra” humana composta por atos e ações, decisões e condutas, mensagens e códigos, mas também por uma matéria a ser modelada, um lugar, uma “natureza”. Ao considerar a cidade como “obra” o autor contrasta com a orientação na direção do dinheiro, do comércio, das trocas, dos “produtos”. “A obra é valor de uso e o produto é o valor de troca” (LEFEBVRE, 2006, p.4). A cidade como “obra” guarda elementos da história, possibilitando os indivíduos terem acesso às construções e aos valores de diferentes épocas.

Santos (1996) considera o espaço como um conjunto de relações do passado e do presente objetivadas em funções e formas que se apresentam como testemunho de uma história. A estrutura espacial funciona segundo as leis atuais, mas o passado também está presente. Além disso, o espaço é futuro, no sentido em que teve a sua finalidade projetada. Em outras palavras, o espaço é composto de formas representativas de relações sociais, que se dão no tempo e que se manifestam através de processos e funções. Tomando como exemplo o espaço urbano, as atividades, as casas, as ruas e avenidas não têm a mesma idade. O que torna um lugar único é a presença simultânea dessa combinação de variáveis de idades tão diversas. Por isso, o autor coloca que uma das características do espaço é “a diferença de idade entre os elementos que o formam” (SANTOS, 1996, p.210). Os acontecimentos encontram-se reificados em suas construções, assim como as ações e os discursos se materializam em objetos, fazendo com que permaneçam e durem no tempo. É nesse sentido que, para Santos (2004), se trata a singularidade do espaço:

Ela é formada de momentos que foram, estando agora cristalizados como objetos geográficos atuais; essas formas-objetos, tempo passado, são igualmente tempo presente enquanto formas que abrigam uma essência dada pelo fracionamento da sociedade total. Por isso, o momento passado está morto como tempo, não, porém como espaço; o momento passado já não é, nem voltará a ser, mas sua objetivação não equivale totalmente ao passado, uma vez que estará sempre aqui e participa da vida atual como forma indispensável à realização social (SANTOS, 2004, p. 14).

Como “forma” (SANTOS, 1996) ou “forma-objetos” (SANTOS, 2004), o autor se refere tanto o resultado como a condição para os processos: “a estrutura espacial não é passiva, mas ativa embora sua autonomia, seja relativa, como acontece às demais estruturas sociais” (SANTOS, 1996, p.148). As formas espaciais, criadas por uma geração ou herdadas, não dispõem de uma “autonomia de comportamento”, mas uma “autonomia de existência”, no sentido em que podem provocar efeitos em outras coisas e se exteriorizar, nas suas relações, de maneira original. As formas influenciam o curso da história, participando na dialética da sociedade. Essa influência pode ser melhor compreendida através da ideia de que o espaço possui uma “inércia dinâmica”. Esta assegura a tendência a reproduzir a estrutura global que lhe deu origem, ao mesmo tempo em que se impõe a essa reprodução social como uma mediação indispensável, capaz de alterar o objetivo inicial. Santos (1996, p.150) afirma que o espaço jamais é “um produto terminado, nem fixado, nem congelado pra sempre”. O autor propõe o conceito de “rugosidade”, extraído do vocabulário geomorfológico, para tratar do

espaço construído, definido como o tempo histórico que se transformou em paisagem ao ser incorporado ao espaço. Em suas palavras:

O espaço, portanto, é um testemunho; ele testemunha um momento de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada. Assim, o espaço é uma forma, uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança dos processos; ao contrário, alguns processos se adaptam às formas preexistentes enquanto que outros criam novas formas para se inserir dentro delas (SANTOS, 1996, p.138).

Esse espaço testemunho se apresenta para os jovens a partir de sua circulação pelos espaços públicos da cidade. Ao caminharem pelas ruas, eles compartilham uma história comum que se visibiliza na materialidade, nos modos de relação e interação social que a cidade permite e imprime. “Ver, conhecer e, finalmente, ocupar a cidade significam momentos de decifrar aspectos da história comum estampada nos edifícios, ruas becos, rostos, afazeres, hábitos e costumes de uma cidade” (CASTRO, 2004, p.31). Para a autora, conhecer a cidade significa construir sentidos que deem conta de uma tradição à qual nos filiamos, de um “nós” ao qual fazemos parte. “A aprendizagem na e com a cidade confunde-se com a invenção diária de quem nós somos e quem nos tornamos” (CASTRO, 2004, p.30). Esse processo é extremamente laborioso, contraditório e incompleto, pois é impossível apreender a cidade na sua totalidade.

Faz parte do conhecer a cidade a construção de um saber fugidio e instável que dela obtemos com os nossos sonhos, desejos, expectativas, mas também pelos nossos medos, queixas, nostalgias e saudades. Lutar para fazer da cidade um lugar “seu”, uma obra “sua” requer a recriação dos pequenos espaços, becos, trajetos, o que demanda a participação do sujeito. Crianças e jovens imprimem outros pontos de vista, outras maneiras de imaginar a cidade que tinha sido planejada e organizada pelos adultos. Esse processo pode gerar tensão e conflito por questionarem e insurgirem contra o *status quo*. Assim, a presença de crianças e jovens é percebida de forma negativizada e sua “obra” considerada pouco amistosa pelos adultos, que buscam limitar sua participação (CASTRO, 2004).

Zanella & Brito (2012) entendem que a arte urbana cria relações estéticas em que os sujeitos podem expressar e construir novos espaços e possibilidades para si e para os outros na cidade. Os autores relatam os resultados do projeto de pesquisa-intervenção que realizaram com jovens moradores de Florianópolis sobre a temática da cidade com a mediação de diferentes linguagens artísticas da arte urbana (a fotografia, o graffitti, estêncil e lambe-lambe). Como resultado, eles perceberam que “os jovens que participaram do projeto habitavam a mesma cidade, porém as cidades que habitavam neles eram nitidamente

diferentes” (ZANELLA & BRITTO, 2012, p. 58). As cidades que os jovens expressavam eram únicas e particulares, ressaltando a história de vida de cada um. Diferentemente da Florianópolis dos cartões postais, a praia não apareceu nas representações desses jovens sobre a cidade por ser considerado um espaço distante do dia a dia deles, não servindo para o convívio e a sociabilidade.

Os jovens expressaram algumas marcas da cidade, como prédios, antenas, ônibus, carros, favelas, fezes de cachorros, pichações, pipas, calçadas, pessoas, árvores, bancos, bueiros, etc. Cada imagem apresentou a singularidade do jovem e dos seus modos de apropriação e objetivação da cidade, ao mesmo tempo, particulares e coletivos. Os autores também chamam a atenção para a relação que os jovens estabelecem com os objetos e a materialidade da cidade:

O cimento, o asfalto, os tijolos, estão sedimentados com emoções, misturados a histórias, sonhos, conquistas. Cada pedaço urbano é um aglomerado disso tudo e cada pessoa é um aglomerado de sentidos que produziu e se apropriou a partir do contexto em que vive, na sua história tecida na interlocução de diversas histórias outras, de variados tempos e condições. Cada personagem dessa cidade é ao mesmo tempo construído e construtor da própria urbe (ZANELLA & BRITTO, 2012, p.59).

Em oposição à cidade criada pelos seus moradores, e nesse sentido, crianças, jovens, adultos e idosos contribuem para ela se tornar o que é, há o espaço como produto ou como mercadoria. O espaço transforma-se em produto através da sua redistribuição orientada para beneficiar um determinado grupo social ou separar os indivíduos, atribuindo-lhes um pedaço de espaço, segundo um valor comercial (LEFEBVRE, 2006). Este valor é estabelecido pelos investimentos públicos e privados em infraestrutura e equipamentos na região, pelos atributos físicos (declive do terreno, qualidade da construção) e locais (acessibilidade a centros de serviços e negócios, proximidade de áreas valorizadas). A partir do seu poder de compra, os consumidores se distribuem no espaço-mercadoria, que se fragmenta em áreas para o trabalho, para o lazer, para o morar, entre outras. Todas as frações do território são marcadas em função de uma gama de especulações de ordem econômica, ideológica, política, isoladamente ou em conjunto. O espaço-mercadoria aparece como uma unidade maciça, sem rugosidades, e não pode ser considerado “inocente” já que serve à reprodução social (SANTOS, 1996).

O espaço-mercadoria é produzido e vendido enquanto solo urbano cujo conteúdo escapa aos indivíduos que se tornaram submissos à troca e à especulação. Num processo de produção assentado na propriedade privada da terra, a troca se autonomiza em relação ao uso do espaço, gerando a sua apropriação diferenciada de acordo com diferentes extratos da

sociedade. O lugar é constantemente transformado, produzindo estranhamento e perda das referências. O marketing atua em diversos níveis espaciais, mas, principalmente, no nível da cidade, influenciando trocas de domicílios, de locais industriais, comerciais, de viagens e imagens nacionais. Os indivíduos se veem obrigados a se mudar do centro para a periferia e vice-versa, dissipando os vínculos com o lugar.

Os deslocamentos, as mudanças constantes que a vida atual imprime, dificulta o enraizamento em algum lugar. O desenraizamento é uma condição desagregadora da memória, tendo como causa principal o predomínio das relações de dinheiro sobre os vínculos sociais. Esse processo parece estar ainda mais presente nas famílias pobres, uma vez que “a mobilidade extrema impede a sedimentação do passado, perde-se a crônica da família e do indivíduo em seu percurso errante. Eis um dos mais cruéis exercícios da opressão econômica sobre o sujeito: a espoliação das lembranças” (BOSI, 1994, p. 443). Halbwachs (1990) considera que a população pobre não se desloca sem resistência, sem ressentimento e, quando cede, muitas vezes, deixa pra trás traços de si mesma. É uma surpresa encontrar nos novos quarteirões ilhotas da vida popular, por detrás das novas fachadas e ao lado das avenidas ocupadas por casas ricas construídas recentemente.

Contudo, às vezes, essa resistência da classe popular não tem força frente à violência do Estado e do capital que busca instaurar no espaço transformado a ordem e a disciplina. Dessa maneira, apagam-se os vestígios que seus antigos moradores deixaram na cidade. Os suportes materiais da memória foram bloqueados pela sociedade capitalista. Bairros inteiros são descaracterizados e destruídos pelas necessidades da expansão desenfreada da acumulação do capital que reproduz o espaço metropolitano mudando referenciais e comportamentos. Isso faz com que os moradores da cidade se transformem em migrantes urbanos, empurrados pela especulação imobiliária de um local para outro. Segundo Bosi (2003), de 140 moradores de São Paulo entrevistados por ela sobre os seus deslocamentos urbanos, apenas três permaneciam na sua casa de infância.

Uma matéria publicada na Revista O Globo (18/12/2012) relatou a história de moradores que se recusaram a vender os seus imóveis em áreas valorizadas da cidade, mesmo com ofertas milionárias. Muitos deles alegavam não querer morar em outro lugar por estarem satisfeitos com o seu cotidiano ali. Uma senhora explica: “podem ser 10, 20, 30 mil, milhões, reais, dólares, euros, eu não quero saber. Se a vida me deu o presente infinito de morar no lugar que eu adoro, vou dispensar isso? A grande coisa, quando você fica mais velha, é andar junto com o tempo. O futuro não me prende mais”. Um senhor assegura que “é um sonho por trás, alguma coisa com valor sentimental” que faz com que as pessoas queiram permanecer

com a posse da propriedade. Essas falas nos fazem pensar que, para eles, a velhice significa uma reconciliação do tempo vivido com o tempo idealizado durante a juventude. “Andar junto com o tempo” é não precisar mais adiar seu desejo para uma satisfação futura, é poder aproveitar aquilo que construíram ao longo da vida.

O sonho deixa de estar voltado para uma projeção do futuro, para se remeter ao passado, as histórias que a materialidade que compõe a casa e o lugar ajuda a lembrar. Como afirma Halbwachs (1990, p.137) “se as pedras se deixam transportar, não é tão fácil modificar as relações que são estabelecidas entre as pedras e os homens”. Quando indivíduos vivem muito tempo num lugar, este se torna adaptado a seus hábitos, não somente os seus movimentos, mas também seus pensamentos se regulam pela sucessão das imagens que lhe representam os objetos exteriores. Eles possuem uma história conquistada a partir de uma longa adaptação e uma maneira de ser que anima a vida das ruas, das praças, dos mercados, das esquinas. Para os mais velhos, a mudança significa uma perda dos laços com o lugar e, muitas vezes, um grau intolerável de desenraizamento.

Uma senhora de setenta anos tentava resistir à demolição da sua casa. Uma construtora se interessou em comprar seis casas de uma vila centenária, no bairro da Tijuca, no Rio de Janeiro, para construir ali um grande prédio. Ao oferecer um bom pagamento, muitos proprietários venderam suas casas, no entanto, uma senhora se recusou a vendê-la. Para a construtora, só valeria a pena construir o empreendimento se tivesse como espaço disponível para a edificação toda a área da vila. A empresa começou um processo de negociação, aumentando o valor oferecido pela casa. Mas, mesmo assim, ela não mudou de opinião. Esse embate de interesses e perspectivas sobre o espaço acabou tendo um final trágico: a empresa demoliu a última casa que ainda restava na vila e, na justiça, alegou ter sido um engano dos funcionários que trabalhavam no local.

Nesse caso, dois sentidos diferentes estão sendo dados para o espaço negociado. Para a senhora que resiste à venda, possivelmente, a casa foi o lugar onde passou momentos importantes da sua vida. Podemos imaginar que naquela casa de vila, a senhora viu os seus filhos e netos crescerem, plantou e cultivou flores e arbustos no jardim. Aquele espaço era permeado por laços de afetividade uma vez que a sua história pessoal estava imbricada na história daquele local. No entanto, para os dirigentes da empresa, a casa era mais uma coisa velha, que atrasava o desenvolvimento da região e impedia a construção do empreendimento. O espaço era qualificado apenas pelo seu valor econômico, tratado como mercadoria, desumanizado, a-histórico. Houve, assim, a vitória do valor de troca do espaço em detrimento do seu valor de uso, segundo os temas de Lefebvre (2006). Diante dessa situação tão violenta,

a resistência frente ao poder avassalador do capital torna-se difícil. “Quando não há essa resistência coletiva os indivíduos se dispersam e são lançados longe, as raízes partidas” (BOSI, 1994, p.452).

A partir dessa situação, podemos refletir sobre como a história comum da cidade vai se apagando e sendo reconstruída por valores e interesses econômicos. Kehl (2010), em um artigo publicado no jornal Estado de São Paulo, trata da perda de urbanidade e delicadeza da cidade de São Paulo, criticando as diversas obras em curso. Os sentidos que orientam as novas construções são baseados nos interesses de algumas empresas ou de um grupo restrito de empresários que compram o poder público. Eles lucram com a especulação imobiliária e passam a agir em nome do interesse das pessoas. “Parece que o mercado é igual à soma das vontades das pessoas. Não é. O que chamamos mercado é um dispositivo formado por poucos, porém grandes interesses, que se impõe às pessoas de modo a determinar o que elas devem querer” (KEHL, 2010). A autora faz um convite para os leitores se colocarem no lugar dos pedestres e caminharem pelas ruas da cidade:

O que será de uma cidade que destrói todas as suas reservas de delicadeza, de graça, de modéstia? (...) O que será de nosso convívio diário numa cidade sem o pequeno comércio da rua, responsável pelo território coletivo onde as pessoas aos poucos se conhecem, se cumprimentam, conversam? Uma cidade sem zonas de familiaridade? (...) Procure os lugares em que ainda seja possível o encontro entre o público e o privado, o íntimo e o estranho, o desafiante e o acolhedor. O que será de uma cidade que é pura arrogância, exibicionismo e eficiência? O que será de nós, moradores de uma cidade que despreza a vida urbana? (KEHL, 2010).

Os espaços comuns da cidade, tais como praças, ruas, parques, e os transportes públicos permitem, mais do que os espaços privados, o encontro com pessoas estranhas e exigem a prática da “urbanidade”. A urbanidade se constitui como experiência de liberdade e de respeito às diferenças, uma vez que a cidade comporta uma diversidade de pessoas com valores, religiões e costumes distintos. Desse modo, os espaços comuns possuem esse papel de agregar e unir pessoas desconhecidas, possibilitando o aprendizado da convivência com a diferença. Podemos relacionar a ideia de urbanidade ao conceito de civilidade, tal como proposto por Sennett (1988, p. 323): “civilidade é tratar os outros como se fossem estranhos que forjam um laço social sobre essa distância social”. O autor chama a atenção para o fato de que “civilidade” e “cidade” possuem a mesma raiz etimológica, dado que a cidade é a institucionalização da civilidade.

Para Sennett (1988, p.323) a civilidade “é a atividade que protege as pessoas uma das outras e ainda assim permite que elas tirem proveito da companhia umas das outras. Usar máscara é a essência da civilidade”. As máscaras permitem a prática da sociabilidade,

separada das circunstâncias de poder, do mal-estar e do sentimento privado de quem a usa. Elas protegem os outros de serem sobrecarregados pela intimidade de alguém. O autor afirma que as máscaras precisam ser criadas por ensaio e erro, por aqueles que a usam, a partir do desejo de viver com os outros. Diferentemente do mundo que possui rituais religiosos e crenças transcendentais que organizam as formas das pessoas se relacionarem entre si, as máscaras não estão pré-fabricadas. É uma construção de uma forma de se relacionar com aqueles que são diferentes de nós, mas com quem compartilhamos o desejo de estar no mesmo espaço.

Nas atuais transformações da cidade, há uma maior privatização de seus espaços. Os lugares onde se pode estar com os estranhos e desconhecidos estão sendo substituídos por outros mais homogêneos. Nesse sentido, os espaços de convivência e de troca onde é possível ensaiar a criação de máscaras e a agir como pessoa pública, sem ser instigada a confessar seus sentimentos íntimos ou exibir seus sonhos e angústias, se tornaram reduzidos. Para Sennett (1988), a faculdade de uma sociabilidade criativa e sadia se transforma em “incivilidade” na “sociedade íntima”, tendo como consequência, comportamentos egoístas, narcisistas e o esquecimento do outro e da vida pública.

Sarlo (2009) visita os primeiros livros da obra do escritor Jorge Luis Borges em busca de poemas nos quais ele percorre a cidade de Buenos Aires, em um perambular nostálgico, uma vez que a cidade de sua infância já havia desaparecido. Para a autora, Borges percebe na paisagem moderna as incrustações do passado: as casinhas, os quintais, o mercadinho rosado, as paredes baixas, as cercas vivas, as varandas, as sacadinhas. Objetos aos quais ele se refere como sendo a “incerteza de cidade”: “são persistências do passado, objetos carregados de identidade daquilo que a cidade moderna prescinde. Não representam apenas a cidade colonial que desaparece, mas um instante perdido (adolescência)” (SARLO, 2009, p.21).

A cidade da qual Borges quer falar é aquela de sua adolescência, em que esses objetos formavam parte de um mundo considerado mais perfeito que o presente. A disposição decadente desses objetos da “incerteza de cidade” conduz o passeio para uma Buenos Aires passada, a cidade da década de 1920. Em seus poemas, Borges evoca e se despede da sua “cidade amável”, inventa itinerários onde ela ainda persiste e resiste ao processo de modernização. O autor escolhe qualidades retrospectivas num espaço urbano atravessado pelo bonde, mas onde ainda é possível perambular como *flâneur*. Ele percorre o bairro, em espaços familiares, da vida cotidiana, “nos quais a cidade se torna mais íntima e amistosa” (SARLO, 2009, p.21).

Ecléa Bosi (1994), no seu livro sobre as lembranças de velhos, abriu espaço para que as delicadezas que existiam na cidade de São Paulo aparecessem nas falas dos seus antigos moradores. A partir de seus relatos, entramos em contato com uma cidade “familiar como a planta da mão quando suas dimensões eram humanas” (BOSI, 1994, p.448). Com uma cidade cheia de afetos, com ruas, praças, árvores, casas, comércio, cinemas, teatros, que “já não existem mais”. Estavam presentes nas memórias dos velhos sobre a infância, as ruas do bairro, os sons e ruídos, que faziam parte daquele universo. Eles se lembravam dos gritos e assobios dos vendedores ambulantes, que passavam pela porta de casa anunciando seus produtos, da oficina do sapateiro, da quitanda, do barulho do amolador de tesouras, do pipoqueiro, do homem do realejo, dos meninos que brincavam na rua, entre outros. Como afirma a autora, as pedras da cidade quando permanecem sustentam a memória, mas o espaço também pode ser lembrado por sua paisagem sonora. Esta parece estar ainda mais suscetível às mudanças com tempo, uma vez que muitas técnicas e profissões deixaram de existir e foram substituídas por outras. No entanto, “ao perdermos uma paisagem sonora sempre podemos evocá-la através dos sons que subsistem na conversa com testemunhas que a viveram” (BOSI, 1994, p. 447).

Nos relatos, a cidade de São Paulo do início do século XX aparece viva, permitindo encontros entre os seus moradores; com várzeas livres para os jogos de futebol entre vizinhos; com teatros e cinemas para os momentos de lazer; sendo palco de conflitos armados, lutas e manifestações; o transporte era feito por bonde, trem e carroça, quando ainda não existiam tantos carros nas ruas. Cidade vivida pela empregada doméstica descendente de escravos, por imigrantes de italianos que eram operários nas fábricas, pelas professoras que percorriam os diversos cantos para dar aulas e conhecer a casa dos seus alunos, pelo artesão que terminou a vida no asilo, entre outros personagens que trabalharam para construir São Paulo.

Um lugar que sempre estava presente nas lembranças dos velhos entrevistados por Bosi (1994) era a casa materna. Esta não era necessariamente a primeira onde eles viveram, mas onde passaram os momentos mais importantes da sua infância. “Ela é o centro geométrico do mundo, a cidade cresce a partir dela, em todas as direções” (BOSI, 1994, p.435). Os espaços da infância dos velhos moradores de São Paulo se restringiam aos limites da casa, do quintal, de uma parte da rua ou do bairro. A casa ganha destaque nas lembranças, como o lugar das brincadeiras realizadas na companhia de irmãos, parentes e vizinhos. A casa da infância possui um valor mítico: móveis, cantos, portas e desvãos, tudo é permeado de afetos. Para Bachelard (2003, p. 24), “a casa é o nosso canto no mundo”, é um local de proteção e intimidade que possibilita o “enraizamento”. É onde podemos nos reconfortar com

as lembranças dos momentos iniciais da vida. A casa abriga o devaneio e nos permite sonhar em paz. “Pelos sonhos, as diversas moradas de nossa vida se interpenetram e guardam os tesouros dos dias antigos” (BACHELARD, 2003, p.25). A casa natal é habitada, pois guarda os valores da intimidade, abriga solidões passadas, seus espaços possuem cheiros e sons que marcaram o sujeito. A casa natal fica marcada no corpo, através de hábitos que adquirimos e que não são esquecidos: “Após vinte anos, apesar de todas as escadas anônimas, redescobriríamos os reflexos da ‘primeira escada’, não tropeçaríamos num degrau um pouco alto. Todo o ser da casa se desdobraria, fiel ao nosso ser” (BACHELARD, 2003, p.33).

As coisas que fazem parte do quintal também são exploradas pelas crianças que criam uma relação de intimidade com a materialidade e com a natureza. Para a criança, a mudança pode ter um caráter de ruptura e abandono, pois os investimentos de seus primeiros afetos são deixados para trás, se tornam dispersos e divididos. “Mudar é perder uma parte de si mesmo; é deixar para trás lembranças que precisam desse ambiente para reviver” (BOSI, 1994, p.436). Assim, ao narrarem suas histórias de vida, os velhos entrevistados por Bosi (1994) contam sobre como eram o lugar onde moravam, suas relações familiares, os trabalhos aos quais se dedicaram grande parte da vida, os seus posicionamentos políticos e os momentos de lazer. Notamos como a cidade se modificou e, com ela, uma nova forma de viver foi sendo construída pelos seus habitantes. Hoje em dia, cidades grandes como o Rio de Janeiro e São Paulo, poucas são as casas que possuem quintal ou jardim. Principalmente em áreas centrais ou bem valorizadas onde está presente uma crescente verticalização.

O uso da cidade que crianças e jovens fazem, atualmente, parece se diferenciar da infância e juventude narradas pelos entrevistados de Bosi, do início do século XX, principalmente, no que se refere à apropriação do espaço público. O medo da violência, a grande presença de carros nas ruas, dificultando brincadeiras e aumentando o risco de acidentes, as diferenças na própria forma de brincar – que passou a se dar pelos jogos de computador, videogame, televisão e as redes sociais na internet – fazem com que a relação das crianças com as ruas e os bairros se dê de forma mais restrita. Além disso, muitos espaços da cidade não são preparados para receber crianças e jovens, não possuem equipamentos públicos (praças, parques, quadras esportivas, etc.) ou, se têm, muitos estão em mau estado de conservação.

As relações de troca também se modificaram na cidade. No lugar das feiras, das mercearias de bairro e dos ambulantes que passavam na porta de casa, temos os supermercados, que reúnem em um único local, o que antes era vendido separadamente pelos pequenos comerciantes. Dessa maneira, crianças e jovens restringem sua circulação à casa, à

escola e aos espaços privatizados. Habitar a cidade possui um sentido diverso, pois houve uma dissolução dos antigos modos de vida e das relações entre as pessoas. Os relatos de jovens hoje sobre a sua infância talvez sejam pautados por temas diferentes das gerações anteriores, e certamente, por outras paisagens sonoras.

No prefácio do livro de Bosi, Chaui (1994) afirma torcer para que os velhos não retornem aos lugares citados em suas memórias, pois a maior parte deles já não existe mais. “Destruída a parte de um bairro onde se prendiam lembranças do seu morador, algo de si morre junto com as paredes ruídas, os jardins acimentados” (BOSI, 1994, p. 452). Essa destruição dos lugares gera estranhamento e “ausência de memória”, fazendo com que os indivíduos percam a identificação com o lugar. A história oficial da cidade exclui as perspectivas “daqueles que perderam”, que acabam esquecidos, assim como suas práticas culturais, valores e modo de vida. Ela deixa de lado os aspectos subjetivos e afetivos que os seus moradores têm com os lugares onde vivem. Por outro lado, a história, muitas vezes, torna homogênea uma geração, sem apontar as contradições e as diferentes perspectivas que estavam presentes naquele momento.

Como Bosi (1994) tornou evidente em sua obra, cada indivíduo atribui à cidade um sentido, a partir das suas lembranças, dos afetos e das situações vividas ali. Conforme os velhos evocam suas memórias, notamos como a história e os acontecimentos que marcaram São Paulo ganharam rugosidade, textura, e diferentes formas de interpretação a partir da vivência de cada narrador. É interessante notar como a cidade de São Paulo acolheu a diversidade de grupos sociais, e como esses velhos moradores, com histórias de vida distintas, produzem narrativas que se referem aos espaços comuns, repetindo algumas notícias, situações, e opiniões que ganharam destaque à época. Nesse sentido, apesar da diversidade de experiências, os relatos possuem a marca de uma geração e, portanto, de um tempo e local em que viveram. As suas memórias ganham contornos sociais, pois aquilo que é lembrado é também o que foi compartilhado com outras pessoas, e que continuou presente nas conversas, nas imagens, nos textos e nos jornais sobre aquele período. Dessa maneira, as vivências foram “reificadas”, nos termos de Arendt (2004). Ao lembrarem e narrarem suas experiências, velhos moradores tornam os espaços da cidade que foram destruídos novamente vivos, uma vez que podemos imaginá-los e as suas histórias podem ser compartilhadas por outros que não estiveram ali.

A memória das sociedades apoiava-se na estabilidade espacial e em alguns valores ligados à práxis coletiva, como a vizinhança, a família extensa, e o apego aos objetos biográficos. Hoje em dia, nas cidades grandes houve uma mudança nesses três elementos,

pois existe uma grande mobilidade espacial, os laços de vizinhança em muitos lugares parece não existir, a família reduziu o seu número de membros, e há a proliferação dos objetos de consumo. Para Halbwachs (1990), a memória coletiva é um sistema organizado de lembranças que cujo suporte são grupos sociais espacial e temporalmente situados. Para o autor, existe uma memória que antecede os indivíduos que assegura a coesão e a solidariedade do grupo, ganhando relevância nos momentos de crise e pressão. A memória coletiva é um fenômeno coletivo e social, ou seja, submetido às mudanças e transformações constantes, para manter-se precisa ser reavivada. Numa mesma sociedade, várias memórias coletivas podem coexistir, relacionando-se de diferentes formas. O autor anteviu a impossibilidade crescente de “memórias coletivas” existirem, em sociedades marcadas pela fragmentação, pela mobilidade social e pela crescente individualização. Nesses novos modelos de sociedade, o tempo seria cada vez mais acelerado e projetos de unidades nacionais ameaçados. Em seu entender, a inviabilidade de memórias coletivas tornaria impossível qualquer projeto de unidade para a humanidade. No novo cenário marcado pela fragmentação de grupos e indivíduos, haveria uma multiplicação de memórias coletivas efêmeras e transitórias. O sentido de passado deixaria de ser algo compartilhado entre muitos, para se tornar cada vez mais pontual e local.

A partir das entrevistas com jovens moradores de favelas que estão passando por intervenções urbanas ou com risco de serem removidas, podemos compreender quais sentidos eles atribuem aos lugares onde vivem ou viveram e de que maneira se sentem vinculados a essa materialidade. Buscamos desvendar as relações de afetividade, as lembranças e os sentidos que os jovens constroem sobre os espaços que habitam. Procuramos, com isso, obter pistas sobre em que elementos pousam suas memórias e lembranças do passado, considerando que os jovens vivem intensamente o contemporâneo.

### **1.3. O lugar e o ‘não-lugar’: a cidade global e os processos de segregação e fragmentação**

Hoje os jovens compartilham uma experiência geracional inédita. Ao mesmo tempo em que vivem um processo acelerado de globalização, marcado pelo desenvolvimento tecnológico e a proliferação de redes, que aproximam pessoas de diferentes partes do mundo, também sofrem intensamente com as múltiplas formas de desigualdades sociais e processos de exclusão. Embora esses aspectos tenham consequências na sociedade como um todo, atingindo todas as idades, os jovens de hoje vivem a tensão local-global de maneira contundente. Nessa seção, discutimos como as mudanças provocadas pela globalização

alteraram os vínculos que as pessoas possuem com os lugares onde moram e frequentam e de que maneira os processos de homogeneização e fragmentação social produzem efeitos na subjetivação de jovens moradores de grandes centros urbanos.

Com as transformações dos meios de comunicação, transporte e tecnologia, mudamos a forma pela qual nos relacionamos com o tempo e o espaço. Vivemos um processo de globalização compreendido como um fenômeno de “compressão de tempo-espaço” (GIDDENS, 1991), “compressão espaço-tempo” (HARVEY, 2004), de “superabundância espacial” (AUGÉ, 2005), no qual o mundo se tornou uma “aldeia global”. Nesse caso, torna-se relevante compreender como os autores abordam os efeitos dessas mudanças na relação do espaço global com o lugar, uma vez que este se refere ao espaço vivido e apropriado pelo sujeito. Compreendemos que o espaço não se trata apenas um cenário para a vida do indivíduo, mas uma categoria relacional que é inerente a sua constituição subjetiva.

De acordo com Augé (2005) com a industrialização e modernização se tornou necessária a melhoria dos meios de comunicação e transporte. Houve a migração da população do campo para as cidades, que passaram a abrigar um número cada vez maior de pessoas. Esse modo de vida que se inicia no século XIX, na Europa, foi exportado para diferentes partes do mundo e se intensificou no final no século XX, provocando transformações na escala e multiplicação das referências. Há uma mudança na escala, pois não percebemos mais o espaço como níveis independentes que se sucedem: o local, o nacional e o global; mas como sendo atravessado por eles. Se a modernidade foi marcada pela importância dada ao tempo, atualmente, o espaço parece produzir muito mais inquietação, vivemos, portanto, para o autor, uma “superabundância espacial”.

Segundo o Foucault (2006), o espaço na Idade Média era um conjunto hierarquizado, marcado por oposições, como entre lugares sagrados e profanos, lugares protegidos e expostos, lugares urbanos e rurais. A vida se dava predominantemente no campo, e as cidades eram pequenos centros de comércio e troca de mercadorias. Essa forma de lidar com o espaço foi denominada de “espaço de localização”. A partir do século XVII, “a extensão” toma o lugar da “localização”, o que se reflete no espírito expansionista e colonizador da época. No século XX, passamos a viver um terceiro tipo de experiência em relação ao espaço, na qual o espaço é vivido sob uma forma de “relações de posicionamento”. O lugar no mundo ocidental deixa de estar inscrito em limites precisos e passa a ser entrelaçado por fluxos diversos. “O posicionamento é definido pelas relações de vizinhança entre pontos ou elementos. Formalmente, podem-se descrevê-las como séries, organogramas, grades” (FOUCAULT, 2006, p.412). Nesse modo de se relacionar com o espaço, o indivíduo constrói sua identidade

a partir de uma relação provisória que estabelece com o outro. Se pensarmos numa rede, existem pontos em que os fios se encontram, nesse lugar, está situado o indivíduo. Para Foucault (2006, p. 411):

Estamos na época do simultâneo, da justaposição, do próximo e do longínquo lado a lado, do disperso. Estamos em um momento em que o mundo se experimenta, acredito menos como uma grande via que se desenvolveria através dos tempos do que como uma rede que religa pontos e que entrecruza sua trama.

Essa perspectiva do mundo conectado em rede também está presente na obra de Giddens (1991). Para ele, a superfície da terra passou a ser enredada como um todo, na medida em que as modalidades de conexão entre diferentes regiões ou contextos sociais se ampliaram. A globalização se caracteriza pela “intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa” (GIDDENS, 1991, p.69). Essa intensificação das relações sociais em escala global também altera a relação com o tempo. Antes da modernidade ocidental, o tempo estava vinculado ao lugar, entendido como localidade, o cenário físico da atividade social. “O advento da Modernidade arranca crescentemente o espaço do tempo, fomentando relações entre outros “ausentes”, localmente distantes de qualquer situação dada ou interação face-a-face”. (GIDDENS, 1991, p. 27). Como consequência da separação tempo-espaço é a criação do “espaço vazio”, que independe de qualquer lugar ou região particular onde está localizado. Os lugares são completamente penetrados e moldados por influências sociais bem distantes deles. Por isso, o que estrutura o local não é simplesmente o que está presente na cena. A “forma visível” do local oculta às relações distanciadas que determinam a sua natureza.

O processo de globalização produziu, numa perspectiva cartográfica, a superação das distâncias entre pessoas, mercadorias, informações, entre outros. Porém, numa perspectiva cultural, a globalização produz formas de desenraizamento simbólico-territorial. Nesse caso, as pessoas não se identificam mais simbólica e afetivamente com os lugares onde vivem, ou se identificam com vários espaços simultaneamente, podendo mudar a sua referência espacial com relativa facilidade. Esse tema nos interessa especialmente, uma vez que afeta diretamente as relações que os jovens estabelecem entre si e com o local onde moram. Se antes nascer em um lugar marcava profundamente a identidade dos jovens, que se identificavam com outras pessoas que também viviam ali, hoje, temos uma proliferação de formas de identificação

vinculadas ao consumo de objetos, que ultrapassam as fronteiras da cidade ou do Estado-nação.

O sujeito possuía uma identidade vinculada ao lugar de moradia, que se caracterizava por ser unificada, coesa e estável. No contemporâneo, há uma diversidade de objetos, imagens, símbolos e informações a serem consumidos e que multiplicaram as possibilidades de construções identitárias para além daquelas demarcadas pela posição social ou pelo lugar de nascimento e moradia. Ocorre, assim, uma diversidade de opções disponíveis de consumo, em que cada um escolhe o que mais lhe agrada, de acordo com o seu interesse individual. A proliferação de diferenças que produz, a todo instante, novos grupos sociais. Essa difusão de 'estilos de vida' orientam as relações de aproximação e de evitação, fazendo com que os jovens tenham uma relação mais estreita, muitas vezes, com aqueles que compartilham dos mesmos gostos e consomem coisas semelhantes, do que com aqueles que compartilham o mesmo lugar: seus vizinhos ou familiares. Os jovens podem ter múltiplos pertencimentos; o processo de identificação se tornou mais provisório, variável e precário. As identidades se tornaram desvinculadas de tempos, lugares, histórias e tradições específicos. Há uma fragmentação dos códigos culturais e uma diversidade de identidades que torna difícil fazer uma escolha (HALL, 1997).

Santos (1998) afirma que “o espaço se globaliza, mas não é mundial como um todo, senão como metáfora” (p.31). Existem temporalidades hegemônicas e as não hegemônicas ou hegemonzadas. As primeiras são o vetor da ação dos agentes hegemônicos da economia, da política, da cultura, enfim, da sociedade, que regulam a ação em outros lugares. Já os outros agentes são hegemonzados, devendo se contentar com os tempos mais lentos. Existe, portanto, um sistema de dominação sobre os outros sistemas, em benefícios de alguns e não de todos. “As tentativas de construção de um mundo só sempre conduziram a conflitos, porque se tem buscado unificar e não unir” (SANTOS, 1998, p.35). Nesse sentido, o que está presente em âmbito mundial é a vontade de dominar, de competir, num rígido esquema de organização, que atravessa diferentes aspectos da vida humana. “A dimensão mundial é o mercado” (SANTOS, 1998, p.37).

Para o autor, o global separa, enquanto o local permite a união. O lugar é o encontro entre as possibilidades latentes e as oportunidades preexistentes ou criadas. Isto é, cada lugar revela aquilo que ele é, mas também o que não é, independente de onde está situado. Por serem todos mundiais, os lugares podem ser diferenciados e hierarquizados. Segundo Santos (1998) o lugar contraria o mundo da globalização doentia, pois é nessa dimensão que os homens percebem que não estão sozinhos, que podem se unir pela cooperação na diferença.

“É pelo lugar que revemos o mundo e ajustamos nossa interpretação, pois, nele, o recôndito, o permanente, o real triunfam, afinal, sobre o movimento, o passageiro, o imposto de fora” (SANTOS, 1998, p.37). O autor considera o lugar como sendo capaz de combater às forças estrangeiras. Ele acolhe o novo, ao mesmo tempo em que resiste às mudanças ao guardar sua herança material e cultural: “a força do que é criado de dentro resiste, força tranquila que espera, vigilante a ocasião e a possibilidade de se levantar” (SANTOS, 1998, p.37).

Dessa maneira, Santos critica o processo de globalização, mas também vê possibilidades de enfrentamento frente às transformações culturais, econômicas e políticas impostas pelo espaço global. É o espaço vivido, sentido e incorporado pelas pessoas, que possibilita o encontro entre elas e a criação do sentimento de pertencimento. Santos (1998) diferencia o lugar da tribo, pois esta é o encontro de pessoas baseadas na semelhança, o que provoca a fragmentação do espaço social. A produção de tribos seria um dos efeitos da própria globalização, em que os indivíduos se aproximam daqueles com os quais compartilham os mesmos gostos expressos pelos objetos de consumo. A potência do lugar é a reunião de pessoas diferentes, o que contraria as forças globais.

Hall (2006) concorda que a globalização não foi completamente bem sucedida na sua tentativa de combinar tempos, espaços, histórias em um espaço-temporal “global”, homogêneo: “o sistema é global, no sentido de que sua esfera de operações é planetária. Poucos locais escapam ao alcance de suas interdependências desestabilizadoras” (HALL, 2006, p.56). Como efeito desse sistema, temos o enfraquecimento dos Estados-nação e da soberania nacional. A globalização não possui um caráter uniforme, uma vez que não afeta igualmente todos os lugares do mundo. Esse sistema opera produzindo efeitos contraditórios, perpetuando desigualdades e criando instabilidades cada vez mais profundas, sobre o qual nenhum Estado possui o controle absoluto. Se por um lado, a globalização diminuiu o mundo, integrando-o através de fluxos econômicos e informacionais, por outro, essa integração também se deu pela exclusão de uma grande parcela da população. A escala global age diretamente nos espaços locais, criando conflitos, desigualdades e injustiças sociais.

Segundo Hall (2006), a globalização produziu desenraizamento, mas também emergiram movimentos que valorizam a esfera local, regional ou nacional e o forte vínculo com o espaço, o que denominou de ‘localismo’. Um dos efeitos da globalização é a criação de elementos diferenciadores no interior das próprias sociedades ou entre elas. Esse processo tem produzido a retomada de localismos, muitas vezes, espacialmente segregadores. Alguns movimentos separatistas ganharam força hoje, assim como expressões culturais e religiosas passaram a ser cultivadas e cultuadas com fervor diante da possibilidade de se apagarem com

a globalização. Para o autor, o localismo é “a sombra que acompanha a globalização. O que é deixado de lado pelo fluxo panorâmico da globalização, mas que retorna para perturbar e transformar seus estabelecimentos culturais. É o ‘exterior constitutivo da globalização’” (HALL, 2006, p.59).

O autor usa essa noção de um “exterior constitutivo” se referindo às teorias de Laclau e Mouffe (1985). Para esses autores, da mesma forma em que a identidade individual precisa demarcar uma diferença em relação ao outro para se constituir, na vida política é preciso afirmar um “nós” que necessariamente mantém de fora um “eles”, aqueles que foram excluídos da comunidade. Essa divisão é um elemento constitutivo da política. Nesse sentido, para Hall (2006) faz parte da globalização o conflito entre o que é global, e o que fica de fora, o seu contraponto, o local, o que não entra no fluxo homogeneizante da universalização, ao ter temporalidades distintas e conjunturais. Esse localismo, portanto, pertence ao presente, não é um resíduo do passado ou algo que possui um caráter estável diante das mudanças vividas hoje.

O espaço globalizado e suas contradições se materializam na cidade pelas suas construções. A partir da segunda metade do século XX, a cidade passou a ter que se conectar com o mundo de forma mais intensa, produzindo instalações necessárias à circulação acelerada de pessoas, bens e mercadorias. Assim, foram construídos lugares intercambiáveis e idênticos em todo o mundo, como por exemplo: vias expressas, aeroportos, rodovias, estacionamentos, pedágios, distribuidores automáticos, shoppings, supermercados, cadeias de hotelarias, de refeições rápidas, entre muitos outros. Esses espaços construídos para atender às demandas da globalização são nomeados por Augé (2005) como “não-lugares”, em oposição à concepção de “lugares” associados às culturas localizadas no espaço e no tempo.

O autor cria o termo “não-lugar” para se opor ao “lugar antropológico”, que simboliza a relação de seus ocupantes consigo próprio (identidade), com os outros ocupantes (relacional) e com a história comum. Nessa concepção, o lugar de nascimento é considerado como constitutivo da identidade individual. A forma pela qual as pessoas constroem as suas casas, as divisões existentes na residência, as regras, os usos e as circulações nas terras possuem um conteúdo que é, ao mesmo tempo, social e espacial. Para Augé (2005) os “não-lugares”, diferentemente, seriam espaços em que o território perde sentido como fonte de identificação cultural e referência simbólica, com os quais os indivíduos estabelecem uma nova forma específica de se relacionar. Eles podem produzir a sensação de liberdade individual, mas também provocar a perda de identidade. Esses espaços “medeiam um conjunto de relações consigo e com os outros que só dizem respeito indiretamente aos seus

fins: assim como os lugares antropológicos criam um social orgânico, os não-lugares criam uma tensão solitária” (AUGÉ, 2005, p. 87).

Nos aeroportos, nos meios de transporte e nos grandes centros comerciais, o usuário tem uma relação contratual com as pessoas, em que o diálogo se reduz a avisos e informes impessoais. Enquanto o lugar cria uma identidade, a partir da convivência de linguagem, dos sinais da paisagem, das regras não formuladas do bem viver, o “não-lugar” cria uma identidade partilhada dos passageiros, da clientela e dos motoristas. As relações nessa nova espacialidade possuem funções claras e definidas pela relação contratual entre consumidor e prestador de serviço. O usuário do “não-lugar” é sempre obrigado apresentar documentos que o identifique, diferentemente do lugar que a conversa, a troca, e acordos verbais podem valer mais do que a palavra escrita. Os não-lugares também podem ser caracterizados pelas palavras ou textos prescritivos (“pegar a fila a direita”), informativos (“Sorria, você está na Barra”), proibitivos (“proibido fumar”), entre outros, que reduzem ou inibem a comunicação e a troca com o outro. Essas interpelações fabricam o homem médio, definido como o usuário do sistema rodoviário, comercial ou bancário.

Para Augé (2005, p.74), o não-lugar “nunca existe sob uma forma pura”. Isso significa que o surgimento do “não-lugar” não substituiu o lugar, essas duas formas de experiências espaciais convivem na cidade. Nesse aspecto, o autor se aproxima da perspectiva de Certeau (1994, p.202) sobre a possibilidade de construir no não-lugar, um espaço vivido, “efeito produzido pelas operações que o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais”. O não-lugar é fugidío, e pode se tornar um lugar quando é apropriado pelas pessoas, que criam novos percursos e discursos que o efetivam. Por outro lado, há sempre a possibilidade dos lugares e não-lugares serem transformados pelos indivíduos que podem conferir novos significados, e fazer diferentes usos de seus espaços.

No filme “Amor sem escalas” (Jason Reitman, 2009) o personagem principal, Ryan Bingham, traduz bem o usuário do “não-lugar”. Ryan é um homem solitário, que vive viajando, cujo trabalho consiste em demitir pessoas que ele nunca viu anteriormente. Ele é contratado pelas empresas para fazer aquilo que as pessoas têm mais dificuldade: romper suas relações e os vínculos com as outras. Ao longo do filme, o personagem passa por diversas cidades, mas a paisagem quase não muda, pois ele passa a maior parte do tempo nas empresas e hotéis, sem tempo para conhecer os lugares onde está. A visão que o personagem tem das cidades onde visita é sempre de “sobrevoo”, vista do alto, pela janela do avião. Dificilmente o personagem aparece caminhando pelas suas ruas, conversando ou interagindo com pessoas

locais. Os laços que ele cria são com serviços e bens que encontra, nos diferentes lugares aonde vai, tais como: as redes internacionais de hotéis, as empresas de aluguel de carro, as marcas de produtos, cartões de créditos, e assim por diante. Segundo Ryan: “tudo aquilo que você odeia em viagem faz me lembrar de que eu estou em casa”. Ele se sente em casa no não-lugar, pois é ali onde entra em contato com as coisas que fazem parte da sua rotina, independente de qual lugar ele está, e que não geram nenhum estranhamento ou surpresa.

Para o personagem, os relacionamentos são “as coisas mais pesadas na vida”, que não cabem na sua mala e, por isso, devem ser deixadas de lado. A família é vista como aquela que impede o seu projeto de individualização se realizar por completo, demandando atenção e amarrando-o a um grupo social. A falta de interesse em construir vínculos sociais também aparece nas suas relações amorosas, que se reduzem a breves encontros e a algumas trocas de mensagens pelo celular, não se formalizando em compromisso. Como afirma Bauman (1998, p.113) “manter o jogo curto significa tomar cuidado com os compromissos em longo prazo. Recusar-se a “se fixar” de uma forma ou de outra. Não se prender a um lugar, por mais agradável que a escala presente possa parecer. Não se ligar a vida a uma vocação apenas. Não jurar coerência ou lealdade a nada ou a ninguém”.

De tanto viver em trânsito, viajando pelo ar o sujeito “desenraizado” não sabe mais estar em terra. A casa de Ryan não possui nenhum objeto biográfico ou algo que pudesse contar a sua história. Os objetos guardam momentos do nosso passado em que eles estiveram presentes, como as datas especiais quando os ganhamos, falam sobre as pessoas que nos deram, o lugar e a situação em compramos. Essas lembranças se materializam nos objetos; suas marcas e desgastes de uso servem como traços de memória. O usuário do “não-lugar” não possui esses objetos porque que ele não se permite lembrar. Ryan ensina: “não cometa erros, mover-se é viver”. É preciso estar circulando pelo mundo, não se fixar em lugar algum. Não é a toa que o personagem se encanta pelos aparelhos eletrônicos, computadores e celulares, que permitem a comunicação e que sempre podem ser substituídos por um modelo mais novo. Essa relação com o tempo também é abordada por Bauman (1998, p. 113) “cortar o presente nas duas extremidades, separar o presente da história. Abolir o tempo em qualquer outra forma que não a de um ajuntamento solto, ou uma sequência arbitrária, de momentos presentes: aplanar o fluxo do tempo num presente contínuo”.

Entretanto, em um momento do filme, Ryan também se mostra insatisfeito com o seu modo de vida e sente incomodado por ser sempre um passageiro. As suas relações amorosas, que possuíam limites claros, estabelecidos e estavam sob o seu controle, mudam quando se vê envolvido por uma mulher. Ao visitar a cidade natal para ir ao casamento da irmã, ele visita a

escola dos tempos de criança e se depara com “lugares de memória”, que fizeram parte da sua vida. Ao encontrar a família, percebe o quanto esteve distante. Nesse momento, percebemos a fragilidade de Ryan e o conflito existente entre o desejo de se fixar e o de continuar a ser um viajante. Assim como o não-lugar nunca se completa totalmente, o seu usuário também não se encerra na figura do indivíduo desenraizado, solitário, individualista, que vive somente o presente. No processo de subjetivação, lugares e não-lugares se misturam e interpenetram-se. Os componentes que caracterizam essas duas espacialidades distintas entram em conflito e ambos permanecem de alguma forma presente. O passado, a memória e o lugar em que o indivíduo viveu continuam presentes e atuantes em sua subjetividade.

Nesse caso, trata-se de um “tipo ideal” do usuário do não-lugar. Certamente, muitas pessoas, ao assistirem o filme, se identificaram com alguns traços desse personagem que dizem respeito ao modo de vida urbano atual. O indivíduo “desenraizado”, que não se fixa em uma identidade, vê o mundo como um espaço de circulação permanente e que jamais projeta o futuro, a partir das condições presentes. Os objetos de consumo são aquilo que esse indivíduo pode ter de mais estável porque são as únicas coisas que ele transporta durante a viagem, e de mais mutável, pois podem ser facilmente substituíveis. Como Costa afirma (2004b, p.80. Grifos do autor) “a posse de mercadorias permitiu ao indivíduo *preservar a necessidade psicológica de estabilidade, sem renunciar à elasticidade pessoal exigida pelo mundo dos negócios*”.

Os usuários do não-lugar fazem parte de um grupo social formado, em sua maioria, por homens brancos, de uma camada social elevada, capazes de pagar para se deslocarem e consumirem nesses espaços globais. Aqueles que trabalham para atender esse usuário do não-lugar criam, nesse mesmo espaço, outros sentidos e vínculos. É ali que passam cerca de oito horas do seu dia, convivendo com outros trabalhadores e tecendo uma rede de amizade e solidariedade. Por isso, devemos considerar que o mesmo espaço pode ser experienciado como um “lugar” e um “não-lugar”, de acordo com as relações e os sentidos atribuídos a materialidade.

Bauman (1998) cria uma metáfora da vida contemporânea a partir da diferenciação entre dois tipos de figuras: o turista e o vagabundo. O turista inicia sua viagem por escolha, por desejar passear por diferentes lugares que vão proporcionar aventuras e experiências mais excitantes do que a vida doméstica. A decisão de explorar outros lugares é mais fácil por saber que pode, a qualquer momento, retornar para casa, se for preciso. Os turistas não pertencem ao lugar que estão visitando, “é deles o milagre de estar dentro e fora do lugar ao mesmo tempo” (BAUMAN, 1998, p.114). Ele guarda uma distância do outro, que lhe permite

se sentir seguro para ver as coisas do lado de fora. O que lhe é peculiar é a vida em movimento, não chegar necessariamente em algum lugar específico porque não há comprometimento com o futuro. Quando novas oportunidades não experimentadas acenam, eles vão para outra parte. O turista não segue obrigações de longo prazo. O mundo para o turista parece ser infinitamente flexível, dócil, improvável de se manter na mesma configuração por muito tempo.

Já os vagabundos são aqueles que estão em movimento, mas que muitas vezes preferiam ficar em seu lugar. Eles foram impelidos, forçados a viajar, “desenraizados por uma força demasiadamente misteriosa para que se lhe resista” (BAUMAN, 1998, p.116). Os vagabundos por mais que desejem intensamente ficar em algum lugar, sabem que serão obrigados a se mudar, pois não são bem-vindos em canto algum. “os vagabundos se movem porque acham o mundo insuportavelmente inóspito” (BAUMAN, 1998, p.118). Para o autor, o vagabundo é o *alter ego* do turista, o que significa servir como exposição daquilo que lhe é mais íntimo e privado e que não pode ser suprimido. Por isso, sua presença é enfadonha e enraivecadora. Os vagabundos são “funcionais” para a existência dos turistas, pois aparecem como aquilo que não se deseja ser. Para o autor, quanto mais liberdade de escolha se tem, mais alta é a posição alcançada na hierarquia social. Desse modo, concordamos com Augé (2010, p. 73) quando conclui que “os turistas partem voluntariamente aos países de onde os imigrantes saem em condições difíceis, e às vezes em risco de vida. Esses dois movimentos de sentido contrário são um dos símbolos possíveis da globalização liberal que, sabemos, não facilita igualmente todas as formas de circulação”.

No caso do Rio de Janeiro, a figura do turista cada vez ganha mais relevância, na tentativa de incluir a cidade no circuito internacional, atraindo investimentos e recursos do mercado global. A Copa do Mundo de Futebol (2014) e os Jogos Olímpicos (2016) devem atrair muitos turistas e dar visibilidade internacional para cidade. O atual discurso é feito por empreendedores e políticos, que tentam aumentar a receita com o turismo de massa, convenções e alugueis de espaços comerciais, passando a existir uma proliferação de espaços estéticos para consumo. Huyssen (2000) faz uma comparação entre o turista e o *flâneur*. No final do século XIX existia a figura do *flâneur*, em Paris, que era um *outsider* em sua própria cidade, que via com estranhamento as transformações provocadas pelas obras de modernização da cidade. Contudo, o *flâneur* “sempre se configurou como um habitante, em vez de viajante, sempre em movimento. Mas, hoje em dia é ao turista, mais que ao *flâneur*, que a nova cultura da cidade quer apelar, ao mesmo tempo em que teme o indesejável duplo turista: o imigrante expatriado” (HUYSSSEN, 2000, p. 91).

O turista procura diversão, entretenimento, absorver o que a cidade pode lhe oferecer de bom (praias, paisagens, bares, festas, etc.), dando prazer aos sentidos. Diferentemente do habitante, que constrói a cidade no seu dia a dia, através dos seus diferentes usos e apropriações do espaço. No entanto, essa abertura para o mercado externo é seletiva uma vez que não interessa a vinda de imigrantes pobres, oriundos de países em crise, guerra ou dificuldades econômicas, que buscam se fixar na cidade. O consumo da cidade como uma mercadoria também exclui os trabalhadores pobres brasileiros e cariocas que não podem comprar seus produtos e nem frequentar espaços valorizados da cidade.

O bairro do Rio de Janeiro que talvez o “não-lugar” esteja mais presente é a Barra da Tijuca. O bairro tem uma grande presença de condomínios com seguranças privados e áreas de lazer exclusivas, prédios altos, vias largas sem calçadas, com poucos sinais e passarelas para os pedestres. Um bairro marcado pela presença de grandes lojas, centros empresariais e shoppings. Muitos de seus moradores se reconhecem como vítimas em potencial e buscam se proteger de situações de violência e de encontro com os diferentes em lugares seguros e programados. Esses espaços privados frequentados por pessoas da elite e da classe média em busca de segurança, status social, conforto, tranquilidade e isolamento foram denominados por Caldeira (2003) como “enclaves fortificados”. Nos shoppings, condomínios e clubes privados, seus usuários desejam estar protegidos dos outros, que são vistos como possíveis criminosos, e obter um prazer plenamente possível e absolutamente seguro, sem precisar entrar o contato com pessoas de classes sociais diferentes.

Sarlo (2000) expõe que nos shoppings todos os extremos da cidade foram eliminados. Os ruídos, a colisão de luzes diferentes, as temperaturas, a beleza ou a feiúra da paisagem perdem a sua intensidade e passam a ser controlados pela estética do mercado. Os dias e as noites não se distinguem, o tempo parece não passar. Os shoppings possuem uma relação de indiferença com a cidade, ignorando tudo o que se passa fora dos seus limites. “A cidade não existe para o shopping, que foi construído para substituí-la” (SARLO, 2000, p.17). O encantamento dos jovens por esse espaço se justifica pela possibilidade de caminhar num cenário onde nada falta, pelo contrário, há um excesso de objetos a disposição para serem desejados e consumidos. Os jovens se sentem protegidos e seguros nos shoppings, uma vez em que os ‘estranhos’ foram mantidos do lado de fora. É como se o espaço pudesse produzir ‘comunidades’, entendidas como o estar junto entre semelhantes, onde não é preciso tentar entender, negociar e nem lidar com as diferenças dos outros.

Castro (2004) ressalta o total desapareço e indiferença que jovens de classe média e alta demonstram pelo que não conhecem e está distante. Quando se confrontam com o

desconhecido, os sentimentos mais comuns entre eles parecem ser o ódio e o medo. Cada um se isola e passa a frequentar lugares onde os riscos são calculáveis, a imprevisibilidade é atenuada e onde não há estranhos. Nessa busca por essa segurança, esses jovens deixam de frequentar determinados espaços da cidade que são considerados perigosos. Esses são, geralmente, os mais pobres onde a desigualdade social se manifesta de forma mais radical; onde há a presença de estranhos que parecem ser mais desconhecidos para os sujeitos e, portanto, mais ameaçadores. Ao mesmo tempo, o medo se dissemina de tal forma que, na cidade, qualquer pessoa, lugar ou objeto desconhecido passa a ser perigoso.

Na Barra da Tijuca existem vias e avenidas que podem ser significadas como “não-lugares”, no sentido de que não foram construídas para serem usadas e apropriadas por pedestres, mas para motoristas passarem com seus carros, de preferência, em alta velocidade. Espaços criados para o indivíduo que, de dentro do carro, controla a temperatura e o som ambiente, evitando qualquer incômodo que a cidade possa oferecer. Recentemente, uma propaganda televisiva mostrava o mundo sendo destruído, com prédios caindo, e o indivíduo continuava dentro do carro dirigindo alheio ao que passava do lado de fora. Longe de ser veiculada como uma forma de crítica social, essa propaganda se dirigia para a venda de carro, transmitindo a ideia de que é possível ser bem-sucedido, ignorando os problemas do mundo e seguindo as aspirações individuais. O uso de carros reduz o conhecimento da cidade pelo olhar, que perde seus odores, ruídos, sons. Assim, a cidade se desmaterializa, se desvitaliza, impossibilitando encontros inesperados e evitando a presença de estranhos. Como Castro (2001) afirma, a cidade que só é vista, mas não internalizada, é uma ‘cidade-tela’. Para que marque o sujeito e se torne uma ‘cidade-mundo’, ela precisa ganhar significação, demandando uma exigência de subjetivação.

A proteção que o carro e os “enclaves fortificados” proporcionam dificultam o relacionamento com o outro, fazendo com que o indivíduo se encerre em si mesmo. Trata-se de uma intimidade que precisa ser resguardada diante das coisas que estão no entorno, pois ela é um eficiente valor de defesa da sua identidade. “A morada é o lugar de onde a “alma burguesa” não sai, ou não deve sair, assim como tudo que está fora dela deve permanecer fora ou, ao menos, não deve bagunçar sua ordem. Mesmo no movimento, no transitar pelas ruas, o indivíduo deve fixar-se para não se perder, para não se esquecer quem de fato ele é” (RODRIGUES & BAPTISTA, 2010, p. 427).

Apesar da grande divulgação desse modo de vida como um ideal a ser perseguido, esse modelo de consumo e segregação também enfrenta dificuldades de ser realizado. As ruas não comportam o grande número de veículos, os congestionamentos se tornaram frequentes

na cidade, logo aparecem discussões e brigas no trânsito e vendedores ambulantes que interrompem o isolamento dos motoristas em sua viagem. Avenidas e ruas, que não foram planejadas para serem usadas por pessoas a pé, servem de caminho para empregadas domésticas, porteiros, seguranças, funcionários de serviços gerais, entre outros, que trabalham na região e precisam se locomover do ponto de ônibus até o emprego. Os canteiros centrais das avenidas ganham as marcas desses pés, em trilhas criadas improvisadamente nos novos percursos daqueles que são excluídos como usuários do “não-lugar”.

A Barra da Tijuca e os bairros próximos vêm passando por um crescente processo de favelização e de ocupação irregular do solo. Os alojamentos temporários para os trabalhadores das construções realizadas no primeiro período de expansão da Barra passaram a ser permanentes, incomodando os moradores dos prédios e condomínios. Como coloca Maia (1998, p. 64): “quando não situadas na própria Barra, podem ser constatadas (favelas) em grande escala em Jacarepaguá, o que não deixa de ser preocupante, dada a proximidade em relação ao “bairro nobre”, o que, aos olhos dos moradores deste, pode significar uma constante ameaça”.

Dessa forma, apesar do modelo de segregação social, as pessoas criam seus caminhos, ocupam espaços, constroem suas casas e se fazem presentes no bairro, modificando o que foi projetado por urbanistas e arquitetos. A presença daquele tomado como diferente no bairro produz um sentimento de insegurança nos moradores que, muitas vezes, respondem com ações discriminatórias e preconceituosas. Como exemplo, podemos citar os condomínios que regulam quem pode ou não frequentar a área comum e de lazer ou usar o elevador social. Arnaldo Bloch, em sua coluna do Jornal O Globo do dia 3 de março de 2012, nos conta sobre uma situação que aconteceu num shopping localizado em São Conrado, bairro de classe média alta, situado entre a favela da Rocinha e a Barra da Tijuca:

A primeira cena foi de uma moça com biótipo nordestino que passeava com três crianças de pele bem clara, como seus cabelos e seus olhos. Um segurança negro e alto a abordou, com educação. Numa localização estratégica, Rafael, que tem o hábito de observar, na moita, esses enclaves comportamentais, viu tudo, como um antropólogo. Percebeu, inclusive, o constrangimento do segurança, de origem humilde, e seu esforço para encontrar um modo de falar que não ofendesse a moça, ao lhe perguntar qual o grau de relação que tinha com aquelas crianças. Ao confirmar suas suspeitas – a mulher era babá da prole de algum casal que, naquele momento, fazia compras ou trabalhava – o segurança pediu que se encaminhasse para algum misterioso destino, esperou que ela desaparecesse e passou um rádio para assegurar o procedimento. O fato: ela não podia ficar ali sem o uniforme de serviço. (Arnaldo Bloch, em Jornal O Globo, 3 de março de 2012)

Esse caso de discriminação reflete o medo que o diferente gera num determinado grupo social, que precisa identificar e classificar as pessoas com as quais compartilham o mesmo espaço. Num ambiente elitista, marcado pela presença de pessoas brancas, uma mulher que aparenta ser nordestina e de outra classe social gera suspeita sobre os motivos da sua presença naquele local. Colocar um uniforme significa criar um rótulo para enquadrar aquele outro, que deixa de ser um ‘estranho’ e passa a ser visto como uma ‘empregada’, ‘babá’, cidadã de segunda classe, subalterna, que só pode frequentar aquele espaço se estiver em serviço. O incomodo que a diferença de classe social e de raça pode gerar nos frequentadores do shopping é eliminado. A situação naturalizada da desigualdade social, de que há aqueles que são os dominantes, na figura do patrão, e os dominados, na figura do empregado, é reposta. O uniforme torna invisíveis as pessoas que estão usando-o: seus nomes, suas histórias de vida, suas emoções e medos, suas qualidades e defeitos, tudo isso é apagado. O mal-estar do segurança do shopping pode ser compreendido, uma vez que ele só é bem-vindo ali, por estar uniformizado e identificado rapidamente como trabalhador. Possivelmente, se estivesse ali num momento de lazer também seria visto como uma “pessoa suspeita” pelos seus frequentadores.

No caso dos jovens, muitos reclamam ter sido alvo de preconceitos e discriminações por estarem usando o uniforme de escola pública (CASTRO et al., 2010). Os vendedores das lojas não fazem questão de atendê-los bem, pois os identificam à classe popular, sendo incapazes de consumir os objetos à venda. Nas ruas, os jovens sentem vergonha porque os alunos de escolas particulares debocham e “zoam” porque eles passam por situações de dificuldade para ter acesso gratuito aos ônibus. Assim, o uniforme, ao identificar a condição de estudante daquele que o veste, coloca o jovem em uma posição publicamente inferiorizada (CASTRO et al., 2010).

Soares (2004) afirma que jovens pobres e negros que caminham pelas ruas e os diferentes espaços da cidade são invisíveis, por causa do preconceito e da indiferença:

Uma das formas mais eficientes de tornar alguém invisível é projetar sobre ele ou ela um estigma, um preconceito. Quando o fazemos, anulamos a pessoa e só vemos o reflexo da nossa própria intolerância. Tudo aquilo que distingue a pessoa, tornando-a um indivíduo, tudo o que nela é singular desaparece. O estigma dissolve a identidade do outro e a substitui pelo retrato estereotipado e classificação que lhe impomos (SOARES, 2004, p.133).

Pelo simples fato de existir, o indivíduo projeta sobre o jovem pobre um estigma. Quem passa a estar ali é o possível ladrão, assaltante ou bandido. Soares (2004) afirma que essa imagem atribuída ao jovem, expressa mais as limitações internas de quem a projetou, do

que de quem sofreu, embora deixe marcas em ambos. O preconceito provoca invisibilidade porque o anula e o substitui por uma imagem caricata, na qual os jovens pobres negros são percebidos como “perigosos” e com comportamento previsível. Prever um comportamento estimula e justifica atitudes preventivas, tais como: agressão, fuga, hostilidade. Por medo do outro, o indivíduo se torna violento preventivamente (SOARES, 2004). Outra forma de invisibilidade que acomete os jovens tem sua origem na indiferença. A maioria de nós é indiferente aos miseráveis que vivem e perambulam nas ruas, tornando-os invisíveis. Para Soares (2004), a indiferença não está relacionada à insensibilidade com os dramas humanos:

Pelo contrário, quão mais sensível, mais chance a gente terá de bloquear a percepção, entorpecer os sentidos, anestesiar a sensibilidade, turvar a visão, seletivamente. Trata-se de um mecanismo adaptativo. Ele funciona sem a nossa autorização e às vezes contra a nossa vontade consciente. Serve para proteger-nos. Para salvar-nos do que é doloroso. Para livrar-nos da dor alheia e nos poupar do sofrimento (SOARES, 2004, p.134).

A mente nos submerge em uma amnésia seletiva para proporcionar a indispensável paz interior, apaziguar o espírito e obter uma modesta cota de felicidade. A alienação é necessária para que possamos nos divertir, celebrar a vida e usufruir das amizades. “Essa deficiência é o resultado do ajuste da realidade social aos nossos sentimentos, ajuste que visa calibrar nosso equilíbrio interior” (SOARES, 2004, p. 136). Contudo, o autor faz questão de mencionar que existem distintas formas de ser indiferente e, muitas vezes, acaba se transformando em ódio, vingança, medo, na construção de muros que impedem e dificultam a comunicação. As consequências da indiferença e do preconceito é que geram invisibilidade nos meninos e meninas que transitam pelas grandes cidades, principalmente, nos negros. A formação da identidade é construída a partir do espelho do olhar do outro, que nos devolve a nossa própria imagem carregada de valor, de significação humana. Se o olhar do outro não nos acolhe, se não somos nem sequer vistos, essa situação nos anula, gera solidão e incomunicabilidade, falta de sentido e valor (SOARES, 2004).

Essa indiferença aparece como um dos principais problemas da cidade para algumas crianças que se encontram em situação de desvantagem econômica e social. Segundo Castro (2004), elas falam que gostariam de mudar no Rio de Janeiro “o coração de pedra” dos habitantes da cidade. Para essas crianças parece ser fundamental que se preserve a possibilidade de ser afetado pelo outro, que se resgate a capacidade de se comover. Talvez, por serem muitas vezes objeto de indiferença do outro, elas apontem o afetamento mútuo como o que mais gostariam de ver nessa cidade.

Há práticas silenciosas que produzem segregações e ditam quem merece viver no coração da cidade, desfrutando de seus bens e serviços, e quem deve ser mantido distante. “A questão da segregação ganha sob este ponto de vista um conteúdo político, de conflito: a luta pelo espaço urbano” (ROLNIK, 1988, p.51). Existe no Rio de Janeiro uma população imensa que vive em situação precária, de vulnerabilidade e extrema pobreza. Essas pessoas ocupam as favelas, subúrbios, periferias e áreas centrais degradadas da cidade. Uma matéria publicada pelo Jornal O Globo (15/04/2012) apresentou dados da Secretaria Municipal de Assistência Social do ano de 2012, que indicam que 973 famílias com renda *per capita* diária de aproximadamente quatro reais moram nos morros Santa Marta, Babilônia e Pavão-Pavãozinho, localizados em bairros nobres na Zona Sul do Rio de Janeiro.

O processo de fragmentação da cidade entre ricos e pobres, que vivem e frequentam espaços diferenciados, acirram as tensões, os conflitos e as desigualdades sociais. Santos (2007) ressalta que a igualdade entre os cidadãos supõe uma acessibilidade semelhante aos bens e serviços, sem os quais a vida não será vivida com o mínimo de dignidade. O autor também observa a privatização dos espaços da cidade, que se tornam fechados e excluem aqueles que não podem pagar para ter acesso a esses bens. “O lazer na cidade torna-se igualmente o lazer pago, inserindo a população no mundo do consumo. Quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha e o ar puro, pela água, fica excluído do gozo desses bens, que deveriam ser públicos porque essenciais”. (SANTOS, 2007, p.64).

As condições existentes em uma região acabam determinando o valor dos indivíduos. Enquanto um lugar facilita o acesso a bens e serviços, outro lugar pode ser a condição de sua pobreza. Dependendo de onde o indivíduo se encontra, há a possibilidade de ser mais, ou menos, cidadão. “Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário têm valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas” (SANTOS, 2007, p. 107). Assim, a cidade cria indivíduos que têm mais ou menos valor, de acordo com o lugar onde vivem e frequentam. Em estudo anterior (PÉREZ, 2009), os jovens entrevistados disseram sofrer discriminação por serem negros, pobres e moradores de favela, o que dificultava conseguir um emprego fora do lugar onde moravam. Os jovens, muitas vezes, precisavam mentir o endereço em uma entrevista de trabalho, por vergonha de serem rotulados como “favelados”. Existe uma crença de que todos os moradores de favelas são “bandidos”, “marginais”, o que dificulta a inserção dos jovens no mercado de trabalho e em contextos externos à comunidade.

Isso faz com que eles não se sintam à vontade para percorrer as ruas e os espaços públicos localizados em áreas valorizadas da cidade. A “discriminação por endereço”

restringe o acesso à educação, ao trabalho e ao lazer dos jovens que vivem nas favelas caracterizadas pela precária presença do poder público. Segundo Cassab (2001), para os jovens em processo de exclusão social a cidade é um “outro” contraditório na constituição da sua subjetividade, estando presente como espacialidade nas escolhas identitárias e nos circuitos de inclusão e exclusão. “Mais do que o lócus onde essa subjetividade se produz, a cidade “personifica” e impõe a esses jovens determinadas restrições e/ou possibilidades que se conformam como elementos importantes na configuração dessas subjetividades” (CASSAB, 2001, p. 40). Divisões são criadas na cidade, produzindo isolamento social e a redução das oportunidades de interação entre as classes sociais. A segregação residencial urbana influi na composição social de cada comunidade que se torna cada vez mais homogênea entre si e heterogênea entre comunidades (Katzman, 2007).

Assim, ao pensarmos na relação existente entre a espacialidade e a produção de subjetividade, é importante ressaltar como os aspectos materiais da cidade são construídos a partir de valores que marcam uma época e um grupo social, ao mesmo tempo em que possuem agência, ou seja, produzem modos de ser, pensar e agir. Atualmente existem “não-lugares”, mas também existem “lugares”, que podem estar nas favelas, em bairros residenciais ou no centro histórico. Nesses espaços, notamos uma arquitetura que tem pouco a ver com as construções globais dos “não-lugares”. Isso significa que existem valores sobrepostos, conflitantes que são transpostos para a materialidade da cidade, o que nos obriga a repensar de que forma estão sendo criados os laços de solidariedade, identidade e diferença no mundo de hoje. “É necessária uma disposição para interrogar, política e historicamente, o aparente “dado” de um mundo dividido em primeiro lugar entre ‘nós’ e ‘outros’” (GUPTA & FERGUNSON, 2000, p. 43).

A favela pode ser vista como uma forma diferente de organização social em relação à cidade formal, ainda que não seja homogênea. Nas favelas, os becos e vielas destoam das grandes vias construídas para os carros em outras partes da cidade. A circulação a pé ainda se configura como a principal forma de deslocamento. Os jovens possuem amigos que foram construídos desde a infância, através das brincadeiras nos espaços comuns e da circulação naquele território. Mesmo em épocas de violência, é comum ver crianças e jovens correndo pelos becos, soltando pipa nas lajes e jogando bola no campinho. Muitos deles estudam em escolas próximas aos lugares onde moram, vão e voltam a pé na companhia de irmãos e colegas vizinhos, que possuem um modo de vida parecido ao seu.

As casas pequenas e próximas umas das outras dificultam a separação daquilo que seria privado e do que é público. Em algumas delas valores comunitários parecem ainda estar

presentes e, graças aos mutirões, que contam com a ajuda dos vizinhos e familiares, os materiais de construção podem ser transportados e as casas construídas. Como ressalta Alvito (2006, p.198), “embora seja verdade que todo espaço habitado pelo homem é um produto socialmente construído, no caso da favela isso assume uma dimensão radical”. Essa radicalidade consiste em um espaço que não somente foi construído pelo homem – um termo genérico que, no caso de bairros de classe média, equivale a construtoras privadas –, mas pelas mãos de homens e mulheres que lá habitam. Conforme a família aumenta ou melhoram as condições financeiras, novos espaços vão sendo construídos para ampliar casa: a criação de um novo andar, da laje, de um “puxadinho” no terreno do antigo quintal... Desse modo, as casas possuem um valor afetivo de terem sido feitas pelos seus moradores, familiares e vizinhos, a custa de muito esforço e durante anos de trabalho.

Nas favelas, muitas ruas não possuem placas com identificação e as casas não possuem numeração ou se têm não seguem a uma ordem lógica. A orientação no espaço se dá a partir das experiências cotidianas vividas ali, tendo como referência a casa de vizinhos, os centros comunitários, religiosos, espaços de comércio e lazer. Um estrangeiro que busca se orientar na favela precisa necessariamente se comunicar com os habitantes locais, pois não há muitas indicações de como chegar as suas ruas.

Mesmo sendo diferentes entre si, as favelas possuem uma identidade espacial própria (JACQUES, 2011). Isso se dá porque foram espaços estabelecidos sem ou com pouca interferência do planejamento urbano, sem o saber dos arquitetos e engenheiros, erguidos pelos próprios moradores que obedecem à outra racionalidade. São espaços com alta densidade populacional e de construções vernaculares, que não seguem os padrões determinados pelo Estado e o mercado como modelo de ocupação e uso do solo nas cidades. Esses padrões foram elaborados por grupos sociais hegemônicos que definem o que é um ambiente saudável, agradável e adequado às funções que uma cidade deve exercer (SOUZA e SILVA, 2009).

Ao mesmo tempo, a definição de favela como um conjunto de habitações toscamente construídas com materiais improvisados onde faltam serviços públicos essenciais não se aplica a todos os territórios. As favelas não são um *locus* privilegiado da pobreza, esta também se encontra presente em bairros dos subúrbios, em loteamentos irregulares, nas periferias, em ocupações de áreas decadentes do centro da cidade. Na mesma favela, existem situações de classe média e de extrema pobreza. Muitas delas são divididas, fragmentadas em microáreas, que possuem uma história de ocupação singular e são “*locus* de memória” (ALVITO, 2006). A heterogeneidade da favela não está apenas em suas construções e nas

questões econômicas e de infraestrutura, mas também nos moradores que vivem ali: suas ocupações, escolaridade, seus projetos de vida e sociedade, os sentimentos de pertencimento, vergonha ou recusa do lugar onde vivem.

Portanto, é preciso refletir sobre a oposição que se constrói entre um modo de vida “típico” da favela e uma forma de vida urbana, como se a favela também não estivesse inserida na cidade e na sua lógica de funcionamento. Crianças e jovens que moram nas favelas se encontram ligados ao mundo global. Através da televisão, de celulares e computadores conectados à internet, os jovens estão em contato direto com informações do que acontece no país e no resto do mundo, participando e interagindo nas redes sociais. As novidades de consumo, como aparelhos tecnológicos, tênis, bolsas, roupas, entre outros, também logo chegam para serem vendidos no comércio e, muitas vezes, na informalidade. Mesmo sem independência econômica para comprarem, crianças e jovens consomem a imagem dos objetos e o desejo de possuí-los. Maiolino (2008) critica muitos pensadores que projetam no setor mais pobre da população ou no morador da favela a imagem de alguém que necessariamente estaria comprometido em assumir um projeto alternativo de sociedade, de resistência ou de militância:

O mais impressionante é que cambiamos entre o estigma, que associa à decadência social e moral, e a necessidade de vê-los – moradores de favela – como a “tábua de salvação” a nossos dilemas, como se, antagonicamente, eles tivessem a chave para viver de outra forma, mais feliz, afastada de nosso mundo autocentrado, solitário, consumista. Tentar encontrar uma solidariedade e coesão irrestritas nas favelas e não encontrá-las, deparando-nos com uma forma de desejar e agir muito próximas às classes médias é motivo de frustração e crítica. “Desejam ser burgueses como nós”. Donde se conclui que, em última instância, para o bem ou para o mal, essa população tem um papel: ser diferente, servir de contraponto, acolher o que expulsamos de nosso meio, respaldar os sonhos que nos parecem impraticáveis (MAIOLINO, 2008, p.128).

Ser um jovem morador de um condomínio ou habitar uma favela no mesmo bairro, por exemplo, produz formas diferentes de significar a desigualdade social, de perceber as injustiças e as mazelas da cidade, e de se relacionar com os outros. Isso não significa, contudo, que não haja divergências de perspectivas e de posicionamentos entre os jovens que vivem no mesmo lugar. Como coloca Massey (2000), a multiplicidade, os antagonismos e as temporalidades contrastantes pertencem a todos os lugares. Ao longo desse trabalho, preferimos usar o conceito de lugar por levar em conta a inserção das favelas em um contexto mais amplo (a cidade, o mundo) e as contradições e multiplicidades existentes nesse e em todos os espaços. A dimensão espacial nos permite, portanto, a compreender como formas diferentes de vida coexistem no contemporâneo, servindo como crítica a perspectiva que

considera a pobreza e a favela como resquícios do passado. Nesse sentido, Santos (2008) elucida as questões que envolvem a globalização:

Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. Há uma busca de uniformidade, ao serviço de atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal. Enquanto isso, o culto ao consumo é estimulado. (SANTOS, 2008, p.19)

No mundo globalizado, em que é possível obter informações e acessos às coisas que acontecem em diferentes partes do mundo, existem, por um lado, pessoas usuárias do “não-lugar”, que estão em constante deslocamento, atentas aos novos objetos a serem consumidos, por outro, existem pessoas em situação de pobreza e miséria, segregadas, excluídas de usar os espaços comuns da cidade, do acesso ao trabalho e aos serviços. Essa desigualdade social, acirrada pela globalização, reduz as oportunidades de interação entre as classes sociais. O resultado é um espaço empobrecido que também se empobrece: material, social, política, culturalmente. A fragmentação do espaço urbano produz “subjetividades empobrecidas” uma vez que os indivíduos não entram em contato com formas de ser e estar no mundo diferentes das quais estão em contato no espaço privado, da casa e da família. A divisão do território entre ricos e pobres e a perda da possibilidade de interação entre pessoas de classes sociais diferentes acabam dificultando a compreensão da cidade como um espaço comum a muitos. A possibilidade da convivência apoiada nos valores da vida pública, como o diálogo, a solidariedade, o respeito, a igualdade, é confrontada pela intolerância, indiferença e a apatia em relação ao outro.

## 2 MODERNIZAÇÃO E FAVELIZAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

Nesse capítulo, utilizamos a História para pensar como a fragmentação entre ricos e pobres se constituiu ao longo dos anos no Rio de Janeiro. Buscamos compreender em que contextos as favelas surgiram na cidade e como foram estabelecidas as relações com o poder público. Esse recuo ao passado possibilita nos darmos conta das injustiças e opressões e nos responsabilizarmos diante das heranças deixadas pelas gerações anteriores. Não compreendemos a história como algo linear, que necessariamente indica que estamos caminhando para um futuro melhor. O olhar para trás serve para pensarmos que muitas questões e problemas permanecem ou podem ser repetir no presente. Como afirma Löwy (2005) sobre a obra de Benjamin, a abertura do passado ou do futuro é inseparável de uma opção ética, social e política pelas vítimas da opressão e por aqueles que a combatem. “O futuro desse combate incerto e as formas que assumirá serão, sem dúvida, inspirados ou marcados pelas tentativas do passado: serão igualmente novos e imprevisíveis” (LÖWY, 2005, p.159).

Apresentamos no presente capítulo como se deu a construção de uma subjetividade urbana no Brasil, a partir do século XIX, e a transformação dos valores que orientavam as relações familiares e sociais na época. Em seguida, abordamos o marco da entrada do Rio de Janeiro na Modernidade, no início do século XX, com a reforma de Pereira Passos e o surgimento das favelas. Discutimos como as favelas têm sido percebidas pela sociedade ao longo dos anos e como os projetos de urbanização têm se relacionado com essa espacialidade. As políticas e investimentos públicos no Rio de Janeiro sempre privilegiaram os locais que asseguravam retorno financeiro ao capital investido, ou seja, as áreas mais ricas da cidade. Historicamente, o Estado tem apoiado os interesses e privilégios das classes e grupos sociais dominantes, via a adoção de políticas, controles e mecanismos reguladores altamente discriminatórios e elitistas. A distribuição espacial das classes sociais no Rio de Janeiro foi influenciada pelo Estado, tanto por suas ações quanto por suas omissões (ABREU, 1997). Abordamos também alguns marcos dessas ações do poder público, como a remoções de favelas no período da ditadura militar, assim como o programa “Favela-bairro”, criado após a democratização.

## **2.1. Da cidade colonial à cidade “civilizada”: o higienismo e a construção de uma subjetividade urbana no século XIX**

Até o século XVIII, a concentração das riquezas e da administração portuguesa estava centrada no meio rural brasileiro. Com a descoberta do ouro, as cidades ligadas à extração e à comercialização do produto começaram a se expandir. As pessoas que ali moravam (negociantes, homens de letras, militares, funcionários públicos, religiosos, entre outros) começaram a se opor a exploração econômica de Portugal. As cidades se tornaram um foco de contestação permanente da política e do poder real. A transferência do Vice-reinado da Bahia para o Rio de Janeiro se deveu, em grande parte, para controlar a massa subversiva de opositores da metrópole. Surge, assim, uma nova forma de organização social, de moradia e de relações sociais que deram origem a uma subjetividade marcada pelo modo de vida urbano no Brasil. Como relatou Gilberto Freyre (2006), no livro “Sobrados e Mucambos”, o processo de transformação da sociedade implicava no ajustamento e na mudança da hierarquia diante de demandas mais igualitárias e individualizantes determinadas pelo modo de vida urbano.

Com a chegada da Família Real e da Corte, em 1808, a população do Rio de Janeiro aumentou em quase um terço. Vieram com elas um importante contingente de comerciantes estrangeiros, diplomatas, e famílias vindas do campo, que possuíam novas necessidades materiais e anseios econômicos, políticos e ideológicos. A cidade passou a atrair numerosos capitais internacionais, principalmente, no setor de serviços públicos (transporte, esgoto, gás, etc.) pela concessão do Estado. A aristocracia portuguesa e a burguesia europeia detinham um poder incomparavelmente superior ao das famílias nativas. Diante da escassez de moradias, aqueles que chegaram com a corte se apossaram de muitas casas de famílias cariocas, forçando-as a serem removidas para outras habitações (ABREU, 1997).

Com a vinda da família real, o Rio de Janeiro viveu um processo de “reeuropeização”, que impunha uma mudança radical nos hábitos coloniais, na organização familiar, nos padrões e estilos de vida. Podemos relacionar a “reeuropeização” (FREYRE, 2006) do Brasil ao “processo civilizador” (ELIAS, 1994) vivido na Europa, em que foram produzidos os comportamentos que caracterizam o homem civilizado ocidental. O conceito francês e inglês de civilização se refere a uma grande variedade de fatos: ao nível de tecnologia e da cultura científica, ao tipo de maneiras, às visões de mundo, às ideias religiosas, e aos costumes. Características estas que serviam para se diferenciar e classificar os outros povos e culturas como “bárbaros” ou “incivilizados”. Elias (1994) afirma que o termo “civilização” ressaltava a importância da Europa no progresso da humanidade. Expressava a ideia de um movimento

pra frente, constante, que minimizava as diferenças nacionais, ressaltando aquilo que deveria ser comum a todos os seres humanos, na perspectiva francesa e inglesa. A civilização era o orgulho da sociedade ocidental, que se julgava superior às sociedades mais antigas ou às sociedades contemporâneas consideradas “primitivas”, justificando o processo de expansão e colonização para além das fronteiras do Estado-nação. Nesse sentido, o Brasil e a sua capital, em particular, estavam fora dos padrões “civilizados” e, por isso, deveriam se submeter a uma série de imposições e transformações para se adequar ao modo de vida europeu.

No Rio de Janeiro, até o século XVIII, os moradores dos sobrados não concebiam a rua em seu aspecto público e mantinham a postura de inimizade, reproduzindo a forma dos “moradores da casa-grande” do meio rural. Eles atiravam pela janela bichos mortos, restos de comida, água, fezes. As posturas municipais começaram a defender a rua, com a criação de uma série de leis e regras sobre o uso do espaço comum. Passou a ser proibido lavar a roupa nas biqueiras dos centros da cidade, obrigando as mulheres a se deslocar até os riachos. Os construtores e proprietários dos prédios foram obrigados a respeitar a rua, seguindo os alinhamentos e tapando os buracos das calçadas. Houve melhorias na limpeza e no saneamento básico, o gosto pelas casas cercadas de árvores, além de novos hábitos, como o chá da tarde, a cerveja e o pão. Havia, portanto, um processo civilizatório para adaptar o Rio de Janeiro ao modelo europeu de cidade. Foi exigido pelo Estado que os habitantes se submetessem aos valores urbanos: a secularização dos costumes, a racionalização das condutas, a funcionalidade nas relações pessoais, o maior esfriamento das relações afetivas interpessoais, entre outros (COSTA, 1989).

Era necessário converter os sujeitos à nova ordem urbana e construir a figura do cidadão. Até então, o patriarca concentrava os poderes de chefe da família, as funções militares, empresariais e afetivas, como exigia a estrutura social da colônia. Os membros da família colonial estavam vinculados pela dependência do pai. “A família não formava cidadão, e sim parentes. A participação desses indivíduos na sociedade resumia-se à defesa do grupo que pertenciam” (COSTA, 1989, p.47). Os membros familiares estavam habituados a defender o pai para sobreviverem, seus interesses e desejos era o da manutenção do patrimônio. Dessa forma, eles demoraram a acreditar que a sociedade poderia oferecer-lhes meios de autonomia econômica, social e psicológica. A formação social brasileira convivia com duas lógicas distintas: a escravista (colonial) e a capitalista, cujos conflitos irão se refletir no espaço urbano.

Segundo Freyre (2006), quando a paisagem social começou a se alterar, as casas grandes se urbanizaram em sobrados requintadamente europeus e as senzalas foram reduzidas

a quartos de criados. Novas relações de subordinação e distâncias sociais começaram a se desenvolver na cidade entre: o rico e o pobre, o branco e o negro, o sobrado e o mocambo. Enquanto as senzalas diminuía de tamanho, engrossavam as aldeias de mucambos pelas zonas mais depredadas das cidades e de palhoças, perto dos sobrados e das chácaras. O autor afirma que a casa continuou a influir sobre a formação social do brasileiro da cidade: o sobrado europeu criava um tipo, enquanto o mocambo, mais africano ou indígena, estabelecia outro tipo social de homem. Essas diferenciações regulavam comportamentos, relações e a circulação nos espaços públicos e privados. Como aponta Freyre (2006, p.269, 270):

Menino de sobrado que brincasse na rua corria o risco de degradar-se em moleque; iaíá que saísse sozinha de casa, rua afora, ficava suspeita de mulher pública. O lugar de menino brincar era o sítio ou o quintal; a rua do moleque. O lugar de iaíá a camarinha; quando muito a janela, a varanda, o palanque.

Essa separação entre a casa e a rua fazia com que as mulheres e as crianças limitassem sua circulação ao espaço doméstico, íntimo, protegidas do espaço público. O homem tinha um contato mais amplo com o mundo, com a sociabilidade e permanecia pouco tempo em casa. Os cuidados domésticos eram responsabilidade da mulher, embora não pudesse imprimir aos aposentos a marca da sua necessidade. O interior da casa colonial era desprovido de objetos capazes de criar um ambiente agradável. A maior parte das coisas que a casa possuía era fabricada na própria residência. Tudo que a mulher branca precisava era levado para o sobrado: os mascates com as roupas, acessórios e perfumes, as quituteiras com seus doces, os mexericos da cidade e os bilhetes dos namorados. Somente as mulheres escravas e mulatas tinham trânsito livre pela cidade, frequentando os mercados e participando dos encontros nas ruas. As mulheres brancas só saíam de casa para ir à missa e às festas religiosas. Como a mulher do sobrado não podia sair, ela se dedicava a fazer comidas, doces, licores e trabalhos manuais. As meninas eram obrigadas desde cedo ao rigoroso “bom comportamento”, que lhe tirava a liberdade de brincar, pular, saltar, subir em árvores, de correr no quintal ou no sítio. Desde os treze anos elas eram obrigadas a vestir-se como moças e usar decotes para ir aos teatros. Muitas meninas e mulheres que ficavam confinadas em casa eram languidas, sofriam com a falta de higiene e doenças, como anemia e tuberculose, e tornavam-se mães de meninos que nasciam mortos.

Os meninos desejavam o prestígio da idade avançada, por isso, o rapaz imitava o velho desde a adolescência. Utilizava barba, óculos, possuía uma fisionomia severa para esconder a alegria e o resto de meninice que ainda possuía. “Tamanho é o prestígio do homem feito, nas sociedades patriarcais, que o menino, com vergonha da meninice, deixa-se amadurecer,

morbidamente, antes de tempo. Sente gosto na precocidade que o liberta da grande vergonha de ser menino” (FREYRE, 2006, p.177). Na sociedade patriarcal havia uma distância grande entre o menino e o homem ou, como afirma o autor, do elemento humano. Ao pai-proprietário interessava somente o filho adulto, que poderia herdar os seus bens, levar adiante o seu trabalho e enriquecer a família.

A criança tinha uma vida paralela na casa e permanecia numa espécie de limbo cultural. Até os seis anos, ela era idealizada e identificada com os anjos do céu. Depois dessa idade, as crianças passavam a ser criaturas estranhas, que não podiam participar da conversa dos adultos, nem comer à mesa. Com tendência para a preguiça e a malícia, o seu corpo era castigado dentro de casa. “Castigado por uma sociedade de adultos em que o domínio sobre o escravo se desenvolvia, junto com as responsabilidades de mando absoluto, o gosto de judiar também com o menino” (FREYRE, 2006, p.179). O autor afirma que, no engenho ou na cidade, a mãe sempre foi aliada do menino contra o pai excessivamente duro na disciplina e na autoridade. “Sob esse ponto de vista, não faltou influência amolecedora da mulher sobre o brasileiro” (FREYRE, 2006, p.231). Ela cantava canções de acalento para lhe fazer dormir, o consolava, era enfermeira e namorada.

Desde o século XVIII, as escolas jesuítas procuraram subordinar à Igreja a mulher, a criança, e o escravo, considerados elementos passivos da casa-grande. No entanto, a educação jesuíta manteve os métodos de dominação patriarcal, visando quebrar a individualidade da criança e torná-la um adulto passivo e subserviente a Deus e a Igreja. Quando formados, esses meninos contribuíram para o processo de urbanização e universalização. Pelos seus estilos de vida e moda, representavam a tendência do predomínio do espírito europeu e de cidade, sobre o meio colonial. Dessa forma, eles se opunham aos seus próprios pais e avós.

O que dava brilho e ruído às ruas era a religião, os brancos com suas procissões e os negros com suas danças. As ruas também eram ponto de encontro dos *capoeiras*, curioso tipo de negro ou mulato de cidade que correspondia ao *capanga* ou *cabra* dos engenhos. Nessa época, o Rio de Janeiro possibilitava os encontros e as trocas sociais, podendo se assemelhar, em alguns aspectos, à cidade medieval europeia. O ditado popular alemão *Stadtluft macht frei* “o ar da cidade liberta” faz referência às cidades medievais que não estavam sob o controle feudal de famílias da nobreza e possuidores das terras produtivas cujos habitantes eram considerados cidadãos livres. A cidade medieval era desorganizada, vivendo para si mesma e para os seus vizinhos. Evidenciavam-se ocupações irregulares, passagens tortuosas e escuras, construções e ocupações que não obedeciam a nenhum plano lógico. Não havia divisão entre o espaço da moradia e do trabalho e nem separação de funções e classes sociais. “Como no

burgo medieval, na cidade colonial não existem regiões/moradia, praças da riqueza, praças da miséria. Isto evidentemente não quer dizer que não existiam nestas cidades diferenças de classe ou posição social” (ROLNIK, 1988, p.45).

As distâncias que separavam ricos, pobres, escravos e senhores no Rio de Janeiro não eram físicas. Elas se expressavam através da cor da pele, pelo modo de se vestir, na gestualidade, na postura arrogante ou submissa. A mistura podia acontecer nas ruas e nas casas porque o respeito e a hierarquia introduziam uma diferença social na vida comum. A segregação espacial só começa a ficar mais evidente a partir da Reforma Pereira Passos, no início do século XX. Como afirma Freyre (2006) esse uso da rua serviu como uma forma de atenuação das diferenças sociais:

E a rua, a praça, a festa da igreja, o mercado, a escola, o carnaval, todas essas facilidades de comunicação entre as classes e de cruzamento entre as raças, foram atenuando os antagonismos de classe e de raça e formando uma média, um meio-termo, uma contemporização mestiçamente brasileira de estilos de vida, de padrões de cultura e de expressão física e psicológica de povo (FREYRE, 2006, p.35).

Na cidade, tornavam-se maiores as oportunidades de ascensão social para os escravos e seus filhos. Principalmente, se eles fossem dotados de aptidão artística, intelectual extraordinária ou de qualidades especiais de atração social. Freyre (2006) afirma que a miscigenação nas cidades amaciou, a seu modo, antagonismos entre os extremos. Certamente, a distância entre a mulher branca e o escravo negro sempre foi maior do que a separação entre o senhor branco e a escrava negra. No entanto, para o autor, foi a relação entre a mulher branca e o negro que marcou o declínio da família patriarcal no Brasil. A afirmação da mulher e do seu direito de amar, independente da cor e da raça, da família e do sangue, a sua coragem para desobedecer ao pai e à família foram fundamentais para a criação de uma lógica mais individualizante.

No século XIX, o Estado passou a implantar os seus interesses servindo dos equipamentos de normalização, como a medicina doméstica. Segundo Costa (1989), na sociedade brasileira, a higienização da família progrediu estabelecendo uma relação direta com o desenvolvimento urbano. Uma peça fundamental no dispositivo médico-higiênico foi arrancar a mulher e as crianças da alcova, alegando os inúmeros males que as acometiam, possibilitando a integração da família à cidade. “A mãe devotada e a criança bem-amada vão ser o adubo e a semente do adolescente, futuro adulto patriótico” (COSTA, 1989, p.73). Para os médicos, a maneira como um indivíduo era tratado na infância era determinante de suas qualidades corporais e mentais quando adultos. Uma criança que fosse má

amamentada, que tivesse uma alimentação insuficiente, faltasse exercício físico, passasse por condições anti-higiênicas, sofresse com castigos corporais e com a falta de amor paterno poderia se tornar um adulto fraco de caráter, possuído de uma saúde física e moral extremamente precária. Acreditava-se que amor à pátria surgia num momento específico da vida, na adolescência, em que havia a abertura para o mundo e seus semelhantes. Por isso, o adolescente deveria merecer cuidados especiais cuja heterossexualidade era o caminho de acesso ao patriotismo. O nacionalismo político possuía uma origem biológico-moral inventada pela medicina, que investia na criação de um personagem higiênico.

Dessa forma, a família passou a ter maior interesse pelo desenvolvimento e pela educação dos filhos, tratando-os de maneira individualizada. O amor entre pais e filhos tornava-se a energia moral responsável pela coesão familiar, substituindo a ética religiosa e as questões de necessidade e sobrevivência material. O poder paterno se enfraquecia e a medicina social tornava-se aliada da mulher no cuidado e na educação das crianças. As rotinas religiosas e de subsistência, nas famílias burguesas, foram substituídas pela educação das crianças, adequando o tempo e o espaço das casas para atender à higiene, à proteção e ao cuidado. Em direção às famílias pobres, o Estado fazia campanhas de moralização e higiene familiar.

Assim, um dos objetivos da medicina higienista foi fazer a conversão da tutela do pai para a do Estado. O seu projeto de disciplina valorizava a vida doméstica e familiar. A casa era um elemento de fixação, que permitia conhecer e vigiar melhor os indivíduos, tarefa impossível de ser feita com a população nômade, fluida, diferenciada, heterogênea e múltipla das ruas.

“A família íntima e o indivíduo psicologizado habitarão uma casa ricamente decorada, terão ventres finamente nutridos e corpos minuciosamente vestidos. Privacidade familiar, conforto doméstico e interiorização dos indivíduos progrediram juntos, no mesmo compasso” (COSTA, 1989, p.98).

Sennett (1988), se referindo à experiência francesa e inglesa, afirma que antes do século XIX o domínio próximo ao eu não era considerado como o reino da expressão da personalidade única ou distintiva. “As particularidades do sentimento individual não tinham, como ainda não têm, uma forma social definida, porque, ao contrário, o domínio próximo ao eu estava organizado por meio de “afinidades” naturais, universais e humanas” (SENNETT, 1988, p.117). A personalidade emerge no século XIX a partir da crença no significando imanente do mundo, na vida imediata do próprio homem e nas suas experiências como definição de tudo aquilo que se pode crer. A personalidade varia de pessoas para pessoa, enquanto o caráter natural era um laço que perpassava toda a espécie humana. A pessoa é o

que parece, portanto, pessoas com diferentes aparências possuem personalidades distintas. “Quando a aparência muda, é porque houve mudança em seu eu” (SENNETT, 1988, p.192). A personalidade é controlada pela autoconsciência, a partir da moderação de seus desejos, das emoções e de seu próprio passado. A forma de controle se dava pela atenção constante para aquilo que a pessoa sente, e possuía um caráter retrospectivo. Depois que a experiência acabou que a pessoa entende o que aconteceu. Por isso, o autor afirma que “a personalidade é também a capacidade de recobrar as emoções” (SENNETT, 1988, p. 193). O burguês do século XIX estava sempre lembrando o seu tempo de juventude. A saudade, o lamento e a nostalgia ocupavam um lugar importante no estudo da Psicologia.

A espontaneidade era vista como uma anormalidade, pois se opunha à convenção social. Pessoas comuns que involuntariamente eram expressivas podiam ser consideradas insanas. Os pais precisavam estar vigilantes quanto ao seu próprio comportamento e, ao mesmo tempo, em relação ao comportamento das crianças para criar personalidades estáveis. Com isso, houve uma redução dos membros da família. A criação da família nuclear atendia o problema da ordem, ao reduzir o número de atores e de papéis que cada um desempenhava. Na família nuclear burguesa europeia, cada adulto só possuía dois papéis: de esposa (esposo) e de mãe (pai), o que simplificava os relacionamentos humanos. Sem a convivência diária com os avós, as crianças não presenciavam os pais na posição de filhos também. “Quanto menos complexos; mais estáveis; quanto menos a pessoa tiver que lutar; mais sua personalidade poderá se desenvolver” (SENNETT, 1988, p.226).

Com o crescimento das cidades europeias, as pessoas passaram a se posicionar de forma distinta na rua, onde vivenciavam o anonimato, e em casa, onde podiam desfrutar de suas relações íntimas (familiares e amigos) e ter o seu espaço de interiorização através da leitura e da escrita. Ariès (1986) coloca que surge no século XIX a vontade de se isolar, de estar sozinho e de se conhecer melhor através da escrita de cartas, diários e confissões de modo em geral. “São escritos de si e o mais das vezes para si” (ARIÈS, 1986, p.11). Os indivíduos desejavam desfrutar em casa a permanência dos objetos e das tradições, em oposição às transformações constantes da cidade. A família nuclear era o instrumento que as pessoas usavam para resistir às transformações econômicas, demográficas e sociais. O processo de interiorização também se deu espacialmente, no sentido em que as pessoas passaram a se refugiar, em casa, da hostilidade do mundo exterior. O recolhimento no centro privado significava estar protegido dos olhares dos desconhecidos das ruas.

Surgia, então, um novo tipo de individualismo, a privacidade, uma área na qual o indivíduo é livre de interferências e capaz de fazer e pensar qualquer coisa de sua escolha. A

privacidade passa a ser essencial para que uma vida própria possa ser vivida. Existia o desejo de se retrair e não mostrar os sentimentos involuntariamente às outras pessoas. Ao ocultarem seus sentimentos, os indivíduos se sentiam seguros, reservando lugares escondidos e momentos específicos para serem livres para interagir. Esse recuo diante da expressão é o que pressiona os outros a chegarem mais perto para saber o que pensa, o que quer, o que ele sabe. “A mera expressão de emoção, qualquer emoção, torna-se muito mais importante na medida em que passa a ser necessário muito trabalho para se penetrar nas defesas de outrem e chegar no ponto que está disposto a interagir” (SENNETT, 1988, p.188).

A partir desses novos valores importados da Europa, a casa rústica colonial brasileira passou a ser substituída pelas novas moradias do século XIX, que possuíam corredores internos para respeitar os limites de privacidade dos cômodos. Novos móveis e objetos de decoração, papéis de parede importados, cortinas, bibelôs, pianos passaram a fazer parte da casa brasileira, criando um ambiente confortável e acolhedor. A mulher branca passou também a se exibir socialmente, contribuindo para o prestígio de seu marido, e a frequentar cafés, bailes, teatros. Os saraus passaram a ser uma atividade comum na vida social. As ruas que concentravam o comércio feminino começavam a ficar cheias, perdendo a função dos vendedores e mascates na porta de casa. A casa perdia sua autossuficiência e a mulher ganhava maior mobilidade na cidade, embora o controle exercido sobre o seu comportamento continuasse e, dessa vez, expandindo-se do marido e da Igreja para a sociedade em geral.

O ritual da alimentação com a reunião da família passou a ser valorizado como uma oportunidade dos indivíduos exercerem controles recíprocos. É à mesa, que a família burguesa compartilha e relata os acontecimentos diários, discute os problemas domésticos e a educação dos filhos, interrogando-os sobre o cumprimento de suas atividades escolares, o que fizeram no dia, suas brincadeiras, entre outras coisas. Diferentemente da família colonial, que durante a refeição podia comer com as mãos, compartilhar pratos, sentar no chão, visando quase exclusivamente satisfazer a demanda da nutrição, a família burguesa era rigorosa em relação às normas civilizadas de comportamento e higiene. Houve a difusão do uso de talheres e da mesa para as refeições, do ensinamento da maneira correta de comer e de tudo o que é proibido quando se come civilizadamente.

Elias (1994) estudou o “processo civilizador” na Europa que promoveu mudanças de comportamentos em direção a uma maior separação entre os indivíduos. Como exemplo, o autor considera as mudanças nas maneiras de se comportar na mesa de jantar. O hábito de comer com a mão, considerado anti-higiênico, e substituído pelo uso de garfos, segundo o autor, não tem a ver diretamente com o perigo de contrair doenças, mas com a corporificação

de um padrão específico de emoções e um nível específico de nojo considerado “civilizado”. Por trás das mudanças das técnicas à mesa está uma transformação na estrutura de impulsos e emoções:

Estes tabus, tanto quanto podem ser apurados, nada mais são do que sentimentos ritualizados ou institucionalizados de desagrado, antipatia, repugnância, medo ou vergonha, sentimentos estes que foram socialmente alimentados em condições muito específicas e que são constantemente reproduzidos, não só, mas principalmente porque se tornaram institucionalmente enraizados em um dado ritual, em dadas formas de conduta (ELIAS, 1994, p.133)

Os rituais de comer à mesa, assim como as atitudes em relação às funções corporais, aos hábitos de assoar-se, de escarrar, de se vestir, entre outros, fazem parte da criação de um novo modelo de relações humanas, que indica o que a sociedade exige e proíbe. Ao mesmo tempo em que os indivíduos se separam entre si, também são separados do próprio corpo: dos seus processos fisiológicos, das suas vontades, das suas luxúrias. Estas expressões não foram mais admitidas no espaço público, sendo relegadas ao espaço privado e da intimidade. Os espaços de convivência entre as pessoas foram marcados por uma maior formalidade e uma série de padrões refinados de comportamento para distingui-las. Os indivíduos tornaram-se mais sensíveis às pressões exercidas reciprocamente uns sobre os outros, aumentando, a sutileza daquilo que deveria ser feito ou não para ofender ou chocar os outros. Com esse novo modelo, os indivíduos passaram a policiar o seu próprio comportamento, alterando o patamar dos sentimentos de vergonha, medo, desagrado e delicadeza (ELIAS, 1994). Esse “processo civilizador” ganhou força no Brasil no século XIX, com a importação das formas de se comportar e dos hábitos europeus.

A família, dominada pelo sentimento de privacidade, começava a valorizar o convívio íntimo e exclusivo entre seus membros, abandonando a companhia de elementos estranhos que moravam na própria casa. Até então, os escravos eram responsáveis por atividades diretamente ligadas à intimidade física e emocional, como as de higiene e amamentação dos recém-nascidos. Havia uma aliança entre as mulheres negras e as crianças que se realizava pelo cuidado, pelas histórias, cantigas e alimentação. Costa (1989) chama atenção que homens e mulheres se habituavam a falar alto em casa, dando ordens aos escravos e acabavam por repetir esse mesmo tom arrogante ao falar um com os outros ou com os filhos. Dessa maneira, os escravos dispersavam o sentimento de intimidade. A relação que a casa possuía com eles impedia a aproximação sentimental entre os moradores. Os escravos, peças indispensáveis no sistema colonial, se tornaram indesejáveis e até mesmo uma ameaça à saúde: “além de corromperem moralmente o branco, transmitiam-lhe suas doenças, escandalizavam sua

consciência liberal e promiscuíam, através de seu elevado número, o ambiente interno da casa” (COSTA, 1989, p.124).

Os europeus recém-chegados ao país tinham em comum com os brancos nativos o desprezo aos negros. Além disso, eles possuíam uma repulsa e uma intolerância à convivência com eles, não suportando com a mesma facilidade brasileira o contato próximo com negros e mestiços. Essa versão médico-política estava de acordo com o momento econômico que tendia a suprimir o regime escravista. Desde a extinção do tráfico negreiro, em 1850, os escravos tornavam-se mais caros e difíceis de obter. Ao apontá-los como um mal, a higiene reforçava a ordem econômica e ensinava a família a prescindir deles. Passou a ser mais comum a contratação de serviçais brancos e de governantas estrangeiras encarregadas de civilizarem as crianças e reeuropeizarem as casas (COSTA, 1989).

Esse processo produziu indivíduos extremamente preocupados com a sua intimidade física e moral, preparou a família para “acomodar-se e participar na criação de valores de classe, corpo, raça, e individualismo, característicos do Estado burguês” (COSTA, 1989, p.151). A “estatização” dos indivíduos os ajudou a se desprenderem das raízes familiares e extensas, e das velhas relações de casta, religião e propriedade, para colocá-los sozinhos na família nuclear burguesa. Cada vez mais foram criados hábitos e condutas que aumentavam a distância entre a elite e a camada popular. A medicina responsabilizava os negros pela perpetuação dos hábitos incultos e da maneira rude dos senhores, incentivando a reeuropeização. Com isso, os comportamentos moralmente aceitos nos espaços públicos e privados produziam a diferença entre os ricos e os mais pobres, fazendo com que os últimos fossem facilmente identificados.

## **2.2. Modernização e segregação: a Reforma Pereira Passos**

Por volta de 1870, a Europa passou pela Revolução Técnico Científica, dando origem a um grande processo de desenvolvimento e de industrialização. Houve a descoberta de novos potenciais energéticos, como a eletricidade e os derivados de petróleo, a exploração de ramos metalúrgicos, e os desenvolvimentos nas áreas da microbiologia, bacteriologia, bioquímica, produzindo efeitos na medicina e na farmacologia. Nessa época, o Rio de Janeiro estava no auge de sua glória imperial, tendo que se enquadrar a essa nova ordem econômica mundial. O ano de 1870 é considerado um marco divisório na cidade, pois é a partir dessa década que o sistema escravista entra em colapso, alterando definitivamente a produção nacional e fortalecendo novos setores em crescimento.

O período que se estende de 1870 a 1902 representa a primeira fase de expansão da malha urbana do Rio de Janeiro, movida pelas necessidades de reprodução do capital nacional e estrangeiro. A crise da economia cafeeira deslocou parcelas do capital mercantil para as atividades urbanas, provocando importantes transformações na cidade. Neste ano, a Estrada de Ferro D. Pedro II aumentou o número de trens suburbanos. Dois elementos impulsionadores da expansão da cidade, os trens e os bondes, passaram a atuar sincronicamente. O poder público investiu em serviços e em imóveis nas áreas servidas pelas linhas de bondes. Já o capital estrangeiro controlava as decisões sobre aquela área e ficava responsável pela infraestrutura. Os pequenos comerciantes também investiram em moradias para a classe popular. Dessa maneira, os ricos se espalharam para os novos bairros e os pobres continuavam adensando o centro (ABREU, 1997).

Após a abolição da escravatura (1888) e a Proclamação da República (1889), houve um grande crescimento da população no Rio de Janeiro e dos problemas habitacionais. Muitas pessoas egressas das fazendas de café do Vale do Paraíba, que estavam arruinadas, se instalaram na cidade. A maioria era pobre, formada por negros remanescentes de escravos ou ex-escravos que se alojaram em casarões na região portuária. Eles foram lançados como mão-de-obra no mercado livre, engrossando o contingente de subempregados e desempregados. Além disso, houve um aumento do número de imigrantes estrangeiros, principalmente, portugueses do sexo masculino. De acordo com o censo de 1890, 30% da população da cidade era composta de estrangeiros, destes 70% eram portugueses. (CARVALHO, 1987). Os sobrados maiores transformavam-se em armazéns, hotéis, colégios, pensões, quartéis, repartições públicas, e assim por diante. Enquanto padres, frades e ricos eram donos de casas assobradadas, com cafezais e matas, águas e gado dentro de sítios, as populações pobres eram forçadas a habitarem pequenos espaços de terra (FREYRE, 2006).

Diversas pessoas e famílias viviam no mesmo sobrado, que se tornaram cortiços e casas de prostituição. Nesses lugares, quase não havia espaços livres, pois ali se lavava a roupa, criava-se suíno, galinha, pato, passarinho, entre outros animais. Artur Azevedo (1890/2012) no livro “O cortiço” retrata o cotidiano dos moradores de um cortiço em Botafogo. Na sua trama aparecem figuras que faziam parte do imaginário da época: a negra ex-escrava; as lavadeiras; a baiana que gostava de dar festas e de tomar cachaça; o capoeirista que estava sempre acompanhado da sua navalha e pronto para uma briga; o imigrante português, que larga os costumes da terra natal e passa se encantar com o Brasil; a família italiana; a prostituta; os operários; o engenheiro da pedreira; e o capitalista, dono do bar e do cortiço. Este fazia questão de ficar rico e de ascender socialmente, explorando os seus

funcionários e inquilinos. Para se tornar respeitável não bastava ter posses, precisava se livrar do seu passado e adquirir novos gostos e hábitos. O cortiço tinha uma rotina de trabalho assim como de conflitos familiares, fofocas, brigas e confusões entre os seus moradores. No entanto, quando havia a tentativa de invasão de pessoas que habitavam um cortiço rival ou de policiais, todos se uniam para combater esse “outro”. Assim, o cortiço de Botafogo ia sobrevivendo e mantendo o seu dia a dia. Três anos depois do lançamento do livro de Artur Azevedo, o mais famoso cortiço da época, conhecido pelo nome “Cabeça de Porco”, foi destruído numa operação planejada com grande aparato da polícia militar. O prefeito Barata Ribeiro, em 1893, empreendeu uma verdadeira guerra aos cortiços, dando início ao processo de intervenção direta do Estado no centro da cidade.

Nesse momento, a elite se via ameaçada pelo aumento da criminalidade, prostituição, mendicância e alcoolismo, levando ao sentimento de insegurança pessoal. Para as autoridades, negros e pobres significavam uma ameaça à ordem e à segurança. O higienismo reforçou os preconceitos, oriundos da mentalidade escravagista, de que os negros eram vagabundos e moralmente inferiores aos brancos. Por isso, proibiram rituais religiosos, cantorias e danças das tradições negras, associando-as à feitiçaria e à imoralidade. Os capoeiras foram os primeiros a serem reprimidos, logo no início da República. Muitos foram presos e deportados para Fernando de Noronha.

Diante desse cenário, as elites investiram em reformas urbanas para modernizar o Rio de Janeiro e deixá-lo a altura de seu novo papel como capital da República e vitrine do país. Acontecimentos e notícias, muitas vezes, banais ganhavam uma repercussão desmedida em todo o país. A cidade vivia o seu maior momento de glória e de visibilidade, depois da independência e precisava mudar a sua imagem. No início do século XX, a cidade possuía o principal porto de exportação e importação do Brasil, e o terceiro do continente, ficando atrás apenas de Nova Iorque e Buenos Aires. Era necessário tornar a cidade atraente para os imigrantes europeus, uma vez que precisavam de técnicos e capitais para o desenvolvimento e a modernização da cidade. No entanto, o Rio apresentava focos permanentes de doenças que se espalhavam rapidamente, como tuberculose, malária, difteria, lepra, tifo, entre outras. Essas endemias atingiam a população local e vitimavam, principalmente, os estrangeiros, conferindo à cidade a reputação, desde o século XIX de “tumulo do estrangeiro” (SEVCENKO, 2010a).

Além desses problemas, as instalações da região portuária encontravam-se obsoletas. Os antigos cais não tinham profundidade suficiente para permitir que os modernos transatlânticos abordassem neles diretamente. Também era difícil o escoamento de mercadorias pela estrutura viária do centro da cidade, composta de vielas tortuosas,

provenientes do período colonial. O governo concebeu, então, um plano para resolver essas questões principais: a modernização do porto, o saneamento e a reforma urbana. Para isso, o presidente Rodrigues Alves convocou uma equipe de técnicos, formados pelo engenheiro Lauro Muller, o médico sanitarista Oswaldo Cruz, e o engenheiro Pereira Passos, que havia acompanhado de perto as reformas de Haussmann em Paris.

Em 1853, Haussmann iniciou o projeto de reconstrução de Paris, que pode ser considerado o maior esquema de redensolvimento urbano dos tempos modernos, destruindo boa parte da malha urbana medieval e renascentista. A reforma estava inserida num contexto autoritário francês e procurou criar meios de evitar a reincidência de levantes e barricadas das revoltas operárias, que caracterizaram os movimentos socialistas da época. A direita francesa, sintetizada na figura de Napoleão III, assumiu o poder e compreendia que as ruas tortuosas e estreitas de Paris podia ser um convite ao entrincheiramento e o surgimento de novas revoltas. Por isso, construiu novas vias, retas que ligavam o centro da cidade aos distritos. Haussmann separou e dividiu as comunidades pobres com avenidas largas, permitindo a passagem de duas carroças militares ao lado da outra para reprimir qualquer revolta popular. Segundo, Benjamin (1997) a verdadeira finalidade da obra de Haussmann era precaver a cidade contra a guerra civil e tornar impossível a construção de barricadas.

O “embelezamento estratégico” da cidade significou não apenas adequar Paris às necessidades da cidade industrial, mas transformar as avenidas em monumentais espaços de passagem. Essa nova arquitetura expressava os valores da burguesia em ascensão, em contraposição à forma e à pouca funcionalidade da cidade antiga. A urbanização tinha como intuito produzir indivíduos capazes de atender às novas necessidades impostas pelo modelo capitalista, desencorajando os movimentos de grupos organizados. “Corpos individuais que transitam pela cidade tornam se cada vez mais desligados dos lugares em que se movem e das pessoas com quem convivem nesses espaços, desvalorizando-os por meio da locomoção e perdendo a noção de destino compartilhado” (SENNETT, 2008, p.326).

Os novos edifícios seguiam a mesma lógica: as lojas comerciais e os apartamentos dos ricos mais perto da rua e os dos pobres mais perto do céu. Nesse sentido, Haussmann colocou um fim num componente essencial do espaço público, que era a superposição de funções dentro do mesmo território. Em Paris, no mesmo edifício funcionavam lojas, escritórios e residências, permitindo que as necessidades do trabalho, de criação dos filhos e a sociabilidade ocorressem no entorno da residência. Havia uma mistura de diversas classes em prédios vizinhos, quando não na mesma casa. O bairro possuía uma variedade de quiosques, lojas, feiras, para atender às clientela variadas. A reforma buscou eliminar essas

complexidades do espaço e destruir a multiplicidade de suas funções. A cidade industrial possuía *quartiers* bem definidos, separando os operários, dos burgueses e do espaço de negócios:

Os investidores em novas construções ou em reformas acharam mais racional essa homogeneização, na medida em que sabiam exatamente em que tipo de área estavam aplicando seu capital. Uma ecologia de *quartiers* como uma ecologia de classes: esta era a nova muralha que Haussmann erigira entre os cidadãos urbanos, assim como em torno da própria cidade (SENNETT, 1988, p.171).

Assim, a população de Paris ao se tornar cada vez mais densa também passou a ser mais homogeneizada, divididas em áreas ricas e pobres. Sennett (1988) chama atenção que no Antigo Regime também havia distritos ricos e distritos pobres, que eram marcados por quem vivia ali. No entanto, a diferença em relação à cidade moderna era que os preços da residência, dos alimentos, das bebidas não eram sensivelmente mais altos num distrito com mais pessoas ricas do que num onde habitavam pessoas mais pobres. Conforme a cidade crescia, as pessoas foram perdendo o contato funcional umas com as outras nas ruas, resultando num isolamento mútuo das classes sociais.

Sennett (2008) lembra que desde o século XVIII palavras como “artérias” e “veias” entraram para o vocabulário urbano, aplicadas por projetistas que analisavam o funcionamento das cidades, a partir da medicina higienista. A ideia de um corpo saudável, limpo, asséptico e disciplinado foi transferida para o desenho urbano, com o propósito de que as cidades funcionassem da mesma forma que o organismo. Os parques de Paris e Londres, por exemplo, foram planejados no século XVIII para serem os pulmões da cidade cujas plantas forneciam oxigênio saudável. Assim, Haussmann promoveu a atomização da cidade, retirou do centro a função de moradia, favorecendo o uso de veículos em avenidas projetadas para a locomoção. A rapidez com que se passava de veículo provocou indiferença ao que acontecia nas ruas, não permitindo o encontro, o “burburinho”, dividindo a multidão.

A partir desses valores, as principais transformações da Reforma Pereira Passos no Rio de Janeiro foram as alterações no traçado de ruas antigas do centro e a construção de novas ruas e avenidas, visando diminuir os congestionamentos, melhorar a circulação da cidade, facilitar a ação e o controle policial. As obras privilegiaram a criação de redes urbanas, os fluxos e a circulação de mercadorias que chegavam da região portuária, e buscavam a integração da cidade de forma mais dinâmica. Para isso, foram feitas obras no subúrbio para conectar os bairros entre si; foi criada a Avenida Beira Mar, ligando o centro à zona sul pelo litoral; a Avenida Atlântica, impedindo a construção de acessos privados ao mar e incorporando a natureza à malha urbana.

Não foi a velha cidade que desapareceu; foi uma outra, totalmente nova, que foi imposta no meio dela; cidade de prazeres, luxo e abundância, composta de palácios refinados, recobertos de verniz, mármore e cristal, cujo acesso era vedado aos membros da comunidade original (SEVCENKO, 2010, p.93).

Segundo Abreu (1997), a reforma conduzida pelo prefeito Pereira Passos (1902-1906) representou um momento de ruptura porque foi a primeira intervenção direta do Estado sobre o solo urbano. Ao longo do século XX, o Estado veio aumentar o processo de estratificação espacial, contribuindo para consolidar a estrutura núcleo/periferia existente hoje. A reforma provocou a destruição de lugares de encontro e de cultura, como os quiosques que reuniam populares para consumir e conversar sobre as suas atividades diárias e os movimentos de resistência. Pereira Passos buscou tirar a pobreza do ângulo de visão da elite e dos estrangeiros que chegavam à cidade. Assim, a reforma foi também um trabalho de segregação social que limitava o livre fluxo das pessoas.

A imagem do Rio de Janeiro foi construída para os estrangeiros, transmitindo a ideia da cidade como um espaço aberto onde todos poderiam ser cariocas, mesmo sem residir ali. A capital passou a ser considerada a cidade síntese do Brasil, pois era sinônimo de natureza tropical e de modernidade, servindo de inspiração para projetos de urbanização que se deram em outras cidades do país. As reformas se enquadravam, portanto, num processo que Needell (1993) denomina de “colonização cultural”. Ao analisarmos este esforço de fazer no Brasil reformas parecidas com as que ocorreram em Paris, podemos perceber uma apropriação simbólica de valores europeus, onde os indivíduos da elite acreditavam que alterando fisicamente o espaço do Rio de Janeiro, poderiam transformar o imaginário e a vida social dos cariocas.

Neste sentido, o espaço funcionaria como um elemento disciplinador, civilizatório, que educaria a sociedade moldando-a aos interesses desse grupo. Dentro desse projeto, prédios públicos imponentes foram construídos, como o Teatro Municipal, a Escola de Belas-Artes e, posteriormente, a Biblioteca Nacional. Praças antigas receberam jardins e coretos de música, foram construídas novas praças, incentivando as construções de cafés, bares e restaurantes para chamar a classe burguesa para as ruas. O escritor Lima Barreto foi um dos críticos à reforma Pereira Passos como percebemos nessa passagem sobre a construção da “cidade-monumento” e o seu caráter elitista:

Pouco frequento a Biblioteca Nacional, sobretudo depois que se mudou para a avenida e ocupou um palácio americano. A minha alma é de bandido tímido, quando

vejo esses monumentos, olho-os, talvez, um pouco como burro; mas, por cima de tudo, como uma pessoa que se estarrece de admiração diante dessas suntuosidades desnecessárias... O Estado tem curiosas concepções, e esta, de abrigar uma casa de instrução destinada aos pobres diabos, em um palácio intimidador, é das mais curiosas... Como é que o estado quer que os mal vestidos, os tristes, os que não têm livros caros, os maltrapilhos (...) avancem por escadarias suntuosas, para consultar uma obra rara...? (BARRETO, 1956, p.36-38)

Lima Barreto criticava o bota-baixo da cidade não devido ao amor ao passado, que significava, para o autor, a tradição, a violência do sistema escravocrata, e os valores do Brasil colonial que permaneciam presentes nos preconceitos, nas regras, nos sentimentos (OSWALD, 2009). Lima Barreto afirmava a importância de manter os marcos e atestados da vida anterior, que contam a história da cidade, para que se possa compreendê-la. Ele questionava o mito do progresso que destruía a rica tradição popular vista como “obscena”, em defesa da “cena”, a cidade que se moldava segundo os valores das elites. Segundo Oswald (2009), Lima Barreto exerceu uma crítica militante, denunciando as injustiças sociais e combatendo a cultura institucionalizada da burguesia incipiente. Ele problematizava as vantagens que a nação moderna capitalista dizia ter dado aos negros, colocando-os numa posição de marginalidade e de subproletariado, após a abolição. O autor afirmava ironicamente que os negros saíram de um “estado de fazenda” para um “estado de sítio”.

As reformas de Pereira Passos geraram impactos na vida dos negros e moradores mais pobres. Cortiços situados em áreas centrais foram removidos para que dessem lugar a avenidas no centro. Os locais com grandes aglomerações humanas eram considerados propícios para a propagação de doenças e, por isso, eliminados. A transformação do desenho urbano da capital obedeceu uma diretriz claramente política que consistia em deslocar aquela massa temível do centro da cidade, eliminando becos e vielas vistos como perigosos. A ação do governo não se fez somente contra os seus alojamentos, mas atingiu a todo o modo de vida da classe popular: seus hábitos, pertences, roupas, animais, formas de subsistência, relações familiares e vicinais, sua cultura. Várias práticas comuns na época foram proibidas, como o ato de cuspir nos chão dos bondes, o comércio de leite onde as vacas eram levadas de porta em porta, a exposição de carne nas portas dos açougues, a criação de porcos e outros animais dentro dos limites urbanos. Com essas medidas, o prefeito buscou adequar o comportamento daquela sociedade à nova realidade que ia sendo imposta para cidade.

Tudo, enfim, é atingido peça nova disciplina espacial, física, social, ética e cultural imposta pelo gesto reformador. Gesto oficial, autoritário e inelutável, que se fazia, como já vimos, ao abrigo de leis de exceção que bloqueavam quaisquer direitos ou garantias das pessoas atingidas. Gesto brutal, disciplinador e discriminador, que

separava claramente o espaço do privilégio e as fronteiras da exclusão e da opressão (SEVCENKO, 2010a, p.82).

Devido às demolições das zonas central e portuária; à especulação com o solo, feita pelas companhias de bondes e de serviços públicos; aos novos impostos que acompanhavam o fornecimento de iluminação elétrica, esgotos, calçamentos; às posturas municipais, que estabeleceu normas para as construções; à proibição de determinadas profissões; e à criação de animais, que eram indispensáveis para a subsistência da classe trabalhadora (SEVCENKO, 2010a), houve uma enorme procura por imóveis mais baratos. Desenvolveram-se as casas de cômodo ou “zungas”, onde dezenas de pessoas alugavam uma esteira para dormir num salão aberto, sem nenhum recurso sanitário. Essa situação empurrou as populações pobres para áreas periféricas e subúrbios da cidade, bairros distantes e degradados, onde se alojavam em instalações em condições subumanas. Nesse momento, iniciava-se o processo de fragmentação e segregação urbana com a criação de bairros específicos segundo a classe social. Regiões desvalorizadas, como morros e mangues, por serem impróprias para construções, começaram a ser ocupadas por casebres construídos por tábuas de caixas de bacalhau e cobertas com latas de querosene desdobradas. Nesses casebres, não havia água corrente, as condições de higiene eram precárias, servindo para a instalação de doenças e endemias.

Muitos se instalaram no Morro da Providência, localizado no centro, próximo à área de trabalho. Esse lugar já era conhecido como “Morro da Favella” desde 1887, quando militares de baixa hierarquia, que tinham retornado de Canudos sem recursos, passaram a habitá-lo com a finalidade de pressionar o Ministério da guerra a pagar seus saldos atrasados. Alguns moradores do morro também eram oriundos de outros cortiços que tinham sido removidos em 1893. A denominação de “favela” se restringia aos limites do Morro da Providência, mas “pouco a pouco, passou a estender sua denominação a qualquer conjunto de barracos aglomerados sem traçado de ruas nem acesso aos serviços públicos, sobre terrenos públicos e privados invadidos” (VALLADARES, 2005, p. 26). A favela se tornou uma alternativa para a população pobre que precisava residir próximo ao local de trabalho. Essa população não parava de crescer, pois era atraída para a cidade pelo desenvolvimento industrial e pela construção civil.

Conforme a classe popular se deslocava para esses lugares, o centro ganhava um caráter exclusivamente burguês, destinado a tornar-se sadio, ordeiro e asseado. No entanto, esse processo não aconteceu sem conflitos e revoltas. A principal delas, a Revolta da Vacina, aconteceu no Rio de Janeiro em 1904, com o pretexto imediato da campanha de vacinação em

massa contra a varíola desenvolvida pelo sanitarista Oswaldo Cruz. A vacinação era concebida pelo Governo Federal como inegável e imprescindível aos interesses da saúde pública, uma vez que o Rio de Janeiro enfrentava um surto endêmico. A campanha atingia desde recém-nascidos até idosos, impondo-lhes exames e restringindo a possibilidade de defesas e omissões. Aqueles contrários à vacina eram obrigados a pagar multas pesadas, correndo o risco de serem demitidos. Os médicos sanitaristas não prepararam a população para a vacinação, exigindo a submissão incondicional. Essa insensibilidade política e tecnocrática desencadeou a Revolta da Vacina, formada por movimentos da massa popular.

De acordo com Sevcenko (2010a) a revolta teve como saldo trinta mortos, 110 feridos, 945 presos e 461 deportados, e é até hoje considerada a maior revolta urbana realizada no Rio de Janeiro. A população se manifestou nas ruas, assaltou armas de delegacias e repartições públicas, quebrou os veículos que estavam nas ruas centrais, destruiu lâmpadas de iluminação pública, arrancou os calçamentos das ruas, construiu barricadas e trincheiras para enfrentar a guarda nacional. “Tudo que o constrange, o humilha, o subordina e lhe reduz a humanidade. Eis os seus alvos, eis o que desperta sua revolta, o seu objetivo é assumir e afirmar, ainda que por um gesto radical, ainda que por uma só e última vez, a sua própria dignidade” (SEVCENKO, 2010a, p.96).

Do ponto de vista das autoridades, as pessoas se revoltaram porque tinham medo, eram ignorantes e desconheciam o processo de imunização das vacinas. Era um levante de gente irracional, incapaz de compreender o progresso pelo qual a cidade estava passando. A guarda nacional não conseguiu conter a insurreição, sendo necessário convocar os bombeiros, as tropas do exército, da marinha e ainda o auxílio das tropas de Minas Gerais e de São Paulo. O governo tratou a revolta como um segundo Canudos, a qual seria preciso eliminar para salvar a República. Para o autor, essa foi uma das “mais pungentes demonstrações de resistência dos grupos subalternos do país contra a exploração, a discriminação e o tratamento espúrio a que eram submetidos pela administração pública nessa fase da história” (SEVCENKO, 2010a, p.14). O motim popular se deu contra o autoritarismo e a truculência das autoridades, não sendo, portanto, especificamente contra a vacina.

As elites se esforçavam para modernizar a cidade, sem buscar compreender as mazelas herdadas do colonialismo e da escravidão. A partir da importação do modelo europeu de higiene, do urbanismo científico e da crença no progresso, queriam instaurar um novo regime na cidade capaz de apagar a herança e o seu passado histórico. Prevalencia o sentimento de vergonha em relação à tradição e aos grupos sociais que mantinham seus rituais e hábitos culturais. As festas tradicionais que congregavam pessoas foram reprimidas, o carnaval podia

ser tolerado desde que sofresse alterações. Os blocos, as máscaras, os sambas populares deveriam ser substituídos pelos desfiles de carros abertos, das batalhas com flores e dos pierrôs e colombinas comportados, típicos do carnaval de Veneza, da mesma maneira como era imitado o carnaval em Paris. Assim, a elite deslumbrada pela Europa buscava impor seus padrões, instaurar códigos rígidos e sistemas de racionalidade, para modelar os comportamentos e as práticas da população, com o anseio de controlar seus destinos e multiplicar suas oportunidades (SEVCENKO, 2010b).

A intensificação dos contatos e trocas internacionais acelerou o curso de transformações históricas, permitindo a ampliação da esfera pública, a expansão e o crescimento da imprensa, e as oportunidades de convívio cultural. Os jornalistas incorporaram charges, fotografias e discussões sobre a cidade nos jornais, fomentando o debate sobre o processo de urbanização. Contudo, a participação na esfera pública e o gozo da privacidade eram considerados um privilégio de poucos. Em relação às camadas populares não havia hesitação por parte das autoridades de invadir e, não raro, destruir suas moradias, sejam elas o cortiço, o barraco ou o mocambo. Os terrenos cerimoniais de tradição africana, seus instrumentos musicais, os objetos religiosos, qualquer coisa poderia ser destruída ou capturada pelas autoridades, sem que houvesse algum constrangimento. Da mesma forma, continuava a tradição herdada da escravidão, do espancamento e assassinato como punição (SEVCENKO, 2010b).

Nesse momento em que o Estado buscava construir a identidade “cidadão” urbano, segundo os moldes europeus, o negro não se encaixava nessa categoria. Embora libertos, eles não possuíam os mesmos direitos dos brancos, se constituindo como um “outro”, em oposição ao “cidadão”. Como afirma Zaluar & Alvito (2006 p.15):

O favelado foi um fantasma, um outro construído de acordo com o tipo de identidade de cidadão urbano que estava sendo elaborada, presidida pelo higienismo, pelo desenvolvimentismo ou, mais recentemente, pelas relação auto-reguláveis do mercado pela globalização.

A capital federal nunca alcançou o padrão europeu desejado, pois havia uma desigualdade aguda presente na cidade. Podemos afirmar que o desenvolvimento do Rio de Janeiro, como uma cidade moderna e o processo de favelização estão imbricados, são as duas faces de uma mesma moeda. Graças à mão-de-obra trabalhadora, que vivia nos cortiços, subúrbios e favelas, a cidade pode se desenvolver industrialmente e se expandir. As “populações marginais manteriam com a sociedade a que pertencem uma relação de

participação, qual seja, participam do mercado de trabalho como ofertantes da mão-de-obra, garantindo uma maior acumulação do capital” (MAIOLINO & MANCEBO, 2005, p.16). A reforma Pereira Passos foi a tentativa de superar as contradições da cidade colonial-escravista e o início da transformação em um espaço adequado ao modo de produção capitalista. O papel do Estado foi fundamental nesse momento de transição, ao intervir diretamente no espaço urbano e no modo de vida das pessoas que habitavam a cidade.

O período de 1900 a 1920 é marcado pela entrada do país de novos padrões de consumo, instigado por uma agressiva onda publicitária. Há nesse momento a difusão de práticas esportivas, a criação do mercado fonográfico e a popularização do cinema. O efeito globalizante da Revolução Científico-tecnológica e a difusão de ideias novas iriam articular a inserção do país no contexto da modernidade. Os grupos beneficiados pelo crescimento econômico e pela industrialização possuíam um otimismo em relação ao progresso do país. A compreensão dos fenômenos de subdesenvolvimento e das desigualdades inerentes ao mercado internacional demorou para surgir e adquirir consistência crítica nas elites republicanas.

### **2.3. As políticas públicas e as remoções das favelas: do Estado Novo à Ditadura Militar**

A República Velha (1889-1930) se caracterizou pela expansão do tecido urbano do Rio de Janeiro em duas direções. Nas zonas sul e norte, houve uma intensificação da sua ocupação pela classe média e alta, comandada pelo Estado e pelas companhias de serviços. Os subúrbios carioca e fluminense, por sua vez, foram ocupados por proletários e, ao contrário da área nobre, não tinham o apoio do Estado e nem das concessionárias de serviços, se caracterizando pela ausência de benefícios urbanísticos. Na primeira metade do século XX, as favelas eram compreendidas como um fenômeno transitório, cuja erradicação seria um processo natural do desenvolvimento da cidade. Enquanto as áreas centrais ganhavam grandes investimentos, as favelas continuavam a ser caracterizadas como um conjunto de habitações irregularmente construídas, sem arruamentos, sem plano urbano, sem esgotos, sem água, sem luz. A precariedade urbana, resultado da pobreza de seus habitantes e da ausência do poder público, deu origem às imagens que fizeram da favela o lugar da carência, da falta, do vazio a ser preenchido pelos sentimentos humanitários (ZALUAR & ALVITO, 2006).

Na perspectiva dos jornalistas e cronistas que subiam o morro nas primeiras décadas do século XX, morar na favela se apresentava como uma escolha, assim como ir para Canudos dependia da vontade individual de cada um. Para os analistas sociais, a favela pertencia ao

mundo antigo, bárbaro, do qual é preciso se distanciar para alcançar a civilização. Eles já percebiam a dimensão da identidade relacionada à favela, quando afirmavam que os seus moradores estavam ligados à comunidade e não desejavam deixá-la. A imagem construída era que a favela pertencia a outro mundo, “muito mais próximo da roça, do sertão, longe da cidade, onde só poderia se chegar através da ponte construída pelo repórter ou cronista, levando o leito até o alto do morro onde ele membro da classe média e da elite não ousava subir” (VALLADARES, 2005, p.37).

Desde 1900, os moradores do Morro da Providência já eram estigmatizados como imorais, poluidores, perigosos, como vemos na seguinte carta de delegado da 10ª Circunscrição ao Chefe de Polícia encontrada na pesquisa realizada por Zaluar & Alvito (2006, p. 8,9):

(...) ali impossível ser feito o policiamento porquanto nesse local, foco de desertores, ladrões e praças do Exército, não há ruas, os casebres são construídos de madeira e cobertos de zinco, e não existe em todo o morro um só bico de gás (...). Parece, entretanto, que o meio mais prático de ficar completamente limpo o aludido morro é ser pela Diretoria de Saúde Pública ordenada a demolição de todos os pardieiros que em tal sítio se encontram.

A pobreza constituía um universo exótico, originalmente concentrada no centro da cidade, em diferentes modalidades de construções coletivas e se prolongava nas encostas do morro como uma ameaça para o resto da cidade. A noção de perigo a ser erradicado pelas estratégias políticas tornou o favelado o “bode expiatório” dos problemas da cidade. A favela ficou conhecida como o local de bandidos e marginais, inspirando um imaginário preconceituoso sobre os seus moradores. A descoberta da favela e sua designação como um problema desencadeou um debate entre jornalistas, médicos e engenheiros. De acordo com o pensamento higienista, o meio ambiente era visto como fonte direta dos males físicos e morais. A favela era uma patologia social, um mal contagioso que precisava de “limpeza” para ser combatido. “Para isso, moradias insalubres deveriam ser submetidas com rigor às regras de higiene, de circulação de luz e a ar para poder usufruir de uma atmosfera sadia” (VALLADARES, 2005, p.41). Engenheiros e médicos insistiam na necessidade de organizar, de maneira racional, científica e controlada a cidade. As favelas eram elementos que se opunham a essa racionalidade técnica e a tentativa de regulação da cidade, compreendida como uma máquina cujas engrenagens poderiam ser manipuladas. Elas eram percebidas como um problema social e estético cuja única saída era sua erradicação.

O Plano Agache elaborado em 1927, pelo urbanista francês Alfred Agache, mas nunca implantado, pretendia controlar a forma urbana carioca, ordenar e embelezar a cidade,

segundo critérios funcionais e de estratificação do espaço (ABREU, 1997). O plano é considerado o primeiro documento oficial a tratar explicitamente das favelas que aumentavam cada vez mais na cidade. Nele, Agache expõe que o principal motivo da proliferação da favela na cidade era a vantagem de possuir uma residência perto do trabalho, uma comodidade apreciada devido à grande extensão da cidade. Ele também reconhece parte da responsabilidade do Estado, ao dificultar com burocracias a autorização para edificar. O urbanista assinala sobre a emergência de atividades econômicas, o aparecimento de um mercado imobiliário e de laços sociais na favela. Com essas reflexões, Agache foi um dos primeiros a perceber que existem elementos exteriores à pobreza, buscando construir uma dimensão sociológica da constituição desses aglomerados (VALLADARES, 2005).

Contudo, em relação às soluções, ele considera que as favelas deveriam sair das áreas nobres da cidade “porque aproximavam classes sociais opostas, cidadãos de primeira e de segunda classe por assim dizer” (ABREU, 1997, p.88). Essa aproximação era considerada negativa e uma ameaça, no que diz respeito tanto à segurança e à qualidade de vida das classes dominantes, quanto à higiene e à estética da cidade. Além disso, os moradores de favelas estavam se “sedentarizando”, começavam a se sentir “donos” do local, criavam laços de vizinhança, estabeleciam costumes e comércios, alguns faziam negócios, podiam melhorar a sua habitação, e construir outras para alugar. Assim, Agache pensava que era melhor impedir a construção estável e definitiva das favelas, que tornava difícil e onerosa a sua expropriação, por parte do Estado. Ele propõe em seu plano de Extensão, Renovação e Embelezamento que fossem construídas moradias adaptadas à população:

A medida que as villas-jardins operárias serão edificadas em obediência aos dados do plano regulador, será conveniente reservar um certo número de habitações simples e econômicas, porém higienicas e praticas, para a transferência dos habitantes da favella, primeira etapa de uma educação, que os há de preparar a uma vida mais confortável e mais norma (AGACHE, 1930, p.190)

A distância social entre a elite da cidade e o mundo popular retardou o ingresso das favelas nas políticas públicas. O Plano Agache e todo o conjunto de propostas de urbanização, embora aprovados, foram deixados de lado com as transformações da Revolução de 1930. O governo de Getúlio Vargas rompeu com os interesses das oligarquias rurais defensoras dos interesses de uma elite agrário-exportadora e introduziu o nacionalismo, a construção e valorização da identidade nacional brasileira. Vargas era contra a orientação político-cultural europeia das elites que dominaram a República Velha e considerava ameaçador tudo o que fosse estrangeiro. A República de Vargas reforçou a capacidade de intervenção do Estado e perseguiu aqueles que eram oponentes a seu regime, como os comunistas. Era uma ditadura

populista que protegeu os trabalhadores, através de leis reguladoras e a modernização do sistema educativo. Nesse momento, começou a existir uma aproximação, por via da cultura e especialmente pela música popular, dos favelados com intelectuais e artistas. Como exemplo, Burgos (2006) aponta a participação das escolas de samba no programa oficial do carnaval da cidade e da aproximação de compositores do “asfalto” e da favela, sendo o caso mais emblemático a amizade de Noel Rosa e Cartola. Contudo, nessa época, a maioria dos moradores de favelas era composta por analfabetos que não possuíam direitos políticos. Muitos deles não participavam do mercado formal de trabalho, ficando fora das organizações sindicais e profissionais, e da luta operária pelas conquistas de direitos sociais.

No Rio de Janeiro assumiu a prefeitura Pedro Ernesto que considerava a ajuda aos pobres uma responsabilidade pública com o intuito de reduzir o estigma de inferioridade e de dependência. Ele se voltou para a construção de escolas e hospitais públicos. Pedro Ernesto manteve contato com os moradores de favelas e interveio nos conflitos sobre a propriedade do solo. A política inaugurada mantinha a perspectiva higienista, mas reconhecia a existência das favelas e a necessidade de melhorar as condições de vida de seus habitantes, contrariando a solução única de destruição que anteriormente havia sido proposta (VALLADARES, 2005).

Esse reconhecimento deu origem ao Código de Obras da cidade (1937) pela prefeitura do Rio de Janeiro que permaneceu em vigor até 1970. O código excluía as favelas por sua situação marginal, consideradas uma “aberração”. Ele proibia a expansão, a construção de novas casas, as obras de melhoria das habitações existentes na favela, além de sugerir a construção de casas proletárias. Segundo Valladares (2005), o texto é considerado ambíguo uma vez que considerava a possibilidade de manter as favelas, controlando e impondo normas as já existentes, ao mesmo tempo em que anuncia a transferência dos moradores aos novos conjuntos de moradias.

Abreu (1997) afirma que, apesar desse momento em que o controle urbanístico formal estava cada vez mais acentuado, as favelas continuavam se proliferando na cidade. De um lado, em função do forte fluxo migratório e, do outro, pela necessidade de mão-de-obra para o desenvolvimento da indústria e do comércio. O aumento da urbanização e industrialização atraiu uma intensa migração das classes populares do interior do Estado e do Nordeste para o Rio de Janeiro. Essa população contribuiu para o crescimento dos subúrbios, principalmente dos bairros localizados na fronteira do Distrito Federal, como Pavuna e Anchieta, e na baixada fluminense. Houve também o crescimento do número de favelas na zona norte que se estabeleciam no entorno das indústrias que buscavam mão-de-obra farta, barata e especialmente concentrada. A “tolerância” da presença de trabalhadores pobres em

determinadas áreas da cidade, próximas ao mercado de trabalho, assegurava a entrada na nova economia urbano-industrial. Essa “tolerância”, contudo, não alterou a política de alocação de recursos públicos, que continuou privilegiando as áreas centrais da cidade (LAGO, 2000).

As pessoas que moravam nas favelas da zona sul, diferentemente, se dedicavam à prestação de serviços, sobretudo, os domésticos. A favelização dos morros da zona sul foram “tolerados” na medida em que não entrava em conflito com a expansão do capital imobiliário que atuava nas áreas planas, ainda abundantes na época. Para as classes consumidoras emergentes, as empresas imobiliárias criaram os bairros a beira-mar da zona sul, tendo como expressão máxima Copacabana. Nesse momento, há a primeira renovação do bairro, com a substituição das casas em que só vivia uma família para os prédios com apartamentos.

O início das políticas públicas em favelas se deu na década de 1940, a partir da “descoberta” do poder público do incômodo que elas causavam a urbanidade da cidade, e não por uma postulação de seus moradores. A criação de parques proletários, na Gávea, no Leblon e no Caju, seguia a proposta de resolver os problemas da região central, além de estimular a expansão urbana para novas áreas. Os três parques proletários realojaram de 7 mil a 8 mil pessoas e representavam uma nova concepção de ação política em relação às favelas. Na perspectiva populista de Vargas, não fazia mais sentido incendiar as áreas ocupadas irregularmente ou simplesmente expulsar os pobres, conforme feito na época de Pereira Passos. O regime assumia que a casa própria e alimentação eram aspirações legítimas dos trabalhadores e que as moradias precárias tornavam os trabalhadores revoltados e preguiçosos. As habitações foram construídas com a finalidade de obter apoio popular, indispensável à manutenção do regime. O nome “parque proletário” ressaltava a valorização do trabalhador (VALLADARES, 2005).

Contudo, essas iniciativas não significaram apenas retirar as famílias dos espaços insalubres, fornecendo novas moradias. Os habitantes do parque deveriam ter um atestado de bons precedentes e se submeter a sessões de lições de moral. O objetivo era dar assistência, educar os moradores para que eles modificassem suas práticas e assumissem um novo modelo de vida saudável física e moralmente. Por isso, “pré-cidadãos, os habitantes das favelas não são vistos como possuidores de direitos, mas como almas necessitadas de uma pedagogia civilizatória” (BURGOS, 2006, p.28). Os parques possuíam dispensários, escolas, centros sociais, equipamentos esportivos, creches, posto de polícia. No entanto, as moradias eram provisórias servindo, em sua concepção, como um lugar de transição para a integração posterior dos habitantes à vida urbana. O autoritarismo dessa pedagogia e a precariedade das instalações fizeram com que os moradores do morro Pavão/Pavãozinho, Cantagalo e

Babilônia se organizassem como uma forma de resistirem ao suposto plano de remoção da prefeitura de levar todos os moradores para os parques proletários. Essas comissões, despertadas pela intervenção do poder público, formulariam, pela primeira vez, uma pauta de direitos sociais referente aos problemas de infraestrutura de suas localidades.

Como reação à participação dos moradores de favelas, os setores conservadores da cidade se organizaram com a Arquidiocese do Rio de Janeiro e a prefeitura para criar a Fundação Leão XIII. Esta tinha como finalidade oferecer uma alternativa à pedagogia populista do Estado Novo, oferecendo assistência material e moral aos habitantes de favelas da cidade. Dessa forma, ao invés do conflito político, a Fundação prometia o diálogo e a compreensão; “ao invés da luta pelo acesso a bens políticos, o assistencialismo; no lugar da crítica, a resignação; em vez do intelectual orgânico, a formação de lideranças tradicionais” (BURGOS, 2006, p.29). Entre 1947 e 1954, a Leão XIII estendeu a atuação a 34 favelas, implantando em algumas delas os serviços básicos como água, esgoto, luz, rede viária e a construção de centros sociais.

Nos anos 1950, surgem lideranças comunitárias que estabelecem vínculos com partidos políticos. As favelas começam a ser valorizadas em seu aspecto cultural, pelos artistas, estudantes e jornalistas de classe média. Com a aproximação desses intelectuais, as favelas ganham uma imagem positiva e estabelecem contatos mais largos com a sociedade, fora do controle do Estado e da Igreja (BURGOS, 2006). Como resultado dessa maior articulação da favela com outros setores da sociedade e sua crescente politização, a Igreja e a prefeitura criaram novas ações que procuravam articular o controle político a uma pauta mínima de melhorias na infraestrutura com a urbanização das favelas. A Fundação Leão XIII continuou atuando e desenvolveu, especialmente, a assistência material e moral às populações através ações voltadas à educação e saúde, como a construção de creches e ambulatórios. A Igreja criou a Cruzada São Sebastião em 1955, liderada por Dom Helder Câmara e, no ano seguinte, a prefeitura fundou a Serfha – Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-higiênicas.

A Cruzada São Sebastião melhorou os serviços básicos em 12 favelas e executou 51 projetos de redes de luz. No Leblon, construiu o conjunto habitacional para abrigar moradores removidos da Praia do Pinto, que foi considerado a primeira experiência de alojamento permanente de moradores nas proximidades da própria favela. A Cruzada São Sebastião consistiu numa virada na representação política dos habitantes de favelas, pois rompia com uma visão puramente negativa do mal a ser erradicado e, por outro, não possuía uma política de assistência caritativa e clientelista do período anterior. O princípio do desenvolvimento

comunitário se dava baseado na participação dos principais interessados (VALLADARES, 2005).

Em 1957, os moradores das favelas criaram uma entidade autônoma para negociar seus interesses, a coligação dos Trabalhadores Favelados do Distrito Federal. Ela tinha como objetivo lutar por melhores condições de vida com o desenvolvimento do trabalho comunitário. Segundo Burgos (2006, p.30), “a presença desse novo interlocutor indica que a categoria *favelado*, originalmente forjada para identificar negativamente os excluídos e justificar ações civilizatórias arbitrárias do Estado e da Igreja, estava sendo requalificada”. A categoria de “favelado” podia servir como uma identidade coletiva àqueles excluídos, possibilitando-os a lutar pelos seus direitos sociais. Nesse momento, a Igreja também começava a ser criticada por segmentos públicos pelo seu papel assistencialista e paternalista, principalmente no que tange a sua atuação contra as propostas de remoção de algumas favelas.

Em 1960, a capital federal é transferida para Brasília e é criado o Estado da Guanabara. O Serfha é revitalizado, havendo uma aproximação com as favelas e o incentivo da criação de associações de moradores onde ainda não possuíam. Até 1962, 75 novas associações de moradores foram abertas. “Em que pese ao seu ideal democratizador, o que prevaleceu foi a tendência a subordinar politicamente os moradores das favelas. Assim, na prática a ação do poder público apenas acenava com a substituição da Igreja pelo Estado” (BURGOS, 2006, p.31). Também foram feitas as Operações Mutirão, em que o governo do Estado entrava com o material, produtos de demolições, com técnicos para orientar o trabalho, e os moradores com a mão-de-obra.

As pressões advindas dos interesses das imobiliárias e o medo de perda de controle das favelas pelo setor mais conservador fizeram com que aumentasse as pressões para mudar as políticas em relação à favela. O Serfha foi esvaziado com a criação da Companhia de Habitação Popular (Cohab), empresa que deveria realizar uma nova política habitacional baseada na construção de moradias para as famílias de baixa renda. Segundo Gomes (2005), o regime militar também criou uma política de habitação nacional, na tentativa de legitimar o regime junto à população e atenuar a questão social que se agravava nos últimos anos. A criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1964, que tinha por objetivo financiar essa política, atingindo prioritariamente as classes subalternas. Porém, ao longo dos anos houve um agravamento da questão social com a elitização da política de habitação popular.

O governo de Carlos Lacerda (1960-1965) investiu na limpeza da cidade, com a retirada de mendigos das ruas e a remoção de favelas localizadas na zona sul. Duas delas, Catacumba

e Pasmado, foram integralmente derrubadas e os seus moradores foram realocados nos conjuntos habitacionais da Cidade de Deus (Jacarepaguá), Vila Kennedy, Vila Aliança (Bangu) e Vila Esperança (Vigário Geral). O governo seguinte, de Negrão de Lima (1965-1971), deu continuidade à remoção de favelas, dentre elas a Catacumba, na Lagoa, a Macedo Sobrinho, no Humaitá, e a da Praia do Pinto, no Leblon – onde viviam cerca de 20 mil pessoas até 1969, quando um incêndio atingiu a favela (MAIOLINO, 2008).

Assim, em meados da década de 1960 e até o final dos anos 1970, durante a ditadura militar, as favelas passaram a ser compreendidas como assentamentos “subnormais”, sendo sua erradicação promovida ativamente pelo Estado, através de políticas de remoção e de transferência de sua população para conjuntos habitacionais situados em áreas periféricas. De acordo com Burgos (2006), 100 mil pessoas foram removidas entre 1968 e 1975, com a destruição de cerca de 60 favelas. A política urbana acentuou o caráter persecutório e estigmatizador, encontrando apoio nos argumentos econômicos e culturais para as remoções indiscriminadas de populações. Os habitantes das favelas, organizados politicamente e representados pela Fafeg, que congregava 100 associações de moradores, lutaram desesperadamente para não serem removidos. Em 1967 e 1968 criaram congressos para tornar explícito o desejo de seus moradores que houvesse a urbanização e não a remoção. Da mesma forma como fizeram com os partidos políticos, o regime militar desmantelou as organizações das favelas. Muitas lideranças foram torturadas e assassinadas. O presidente da Fafeg foi preso, morrendo logo depois. A resistência dos moradores de favelas continuou, tornando o programa de remoções bastante custoso politicamente, tendo o seu esvaziamento a partir de 1975. Como resultado, 52 favelas permaneceram em bairros tipicamente ocupados pelas classes média e alta do Rio de Janeiro, na zona sul e norte da cidade (BURGOS, 2006). A partir de meados da década de 1970, começaram a surgir programas habitacionais alternativos que tinham em comum o reconhecimento e a parcial adoção das práticas de produção do ambiente construído das favelas pelo Estado.

Como afirma Burgos (2006), um dos efeitos dessa política de remoção foi a fragmentação da própria identidade coletiva dos excluídos como *favelados*, com o surgimento do morador de conjunto habitacional. A remoção significava uma ruptura com as redes de sociabilidade e solidariedade desenvolvidas nas favelas. Familiares, amigos e vizinhos, que viviam próximos na favela, foram morar em lugares distantes no conjunto habitacional. Com a ausência do Estado promovendo direitos sociais, a presença dessas redes garantiam o apoio e ajuda entre os moradores, fazendo com que as dificuldades e os problemas pudessem ser compartilhados. Com a remoção para os conjuntos habitacionais, foram fragmentadas

identidades e culturas que caracterizavam os moradores da favela, provocando esvaziamento do favelado como ator social, e a perda do sentimento de pertencimento a um grupo e a um lugar.

Essas políticas habitacionais se revelaram ineficientes em relação ao atendimento das necessidades das populações removidas, uma vez que os conjuntos foram construídos em áreas precárias, sem saneamento básico, com dificuldades de acesso ao transporte público e às opções de trabalho, sem escolas, postos de saúde, áreas de lazer, entre outros serviços, e as casas oferecidas eram de péssima qualidade. As habitações eram padronizadas e deveriam ter as mesmas fechaduras e chaves, o que fazia com que muitos moradores errassem seus endereços e cometessem gafes. Somente depois de estarem dentro da casa, constavam que haviam se enganado (MAIOLINO, 2008).

Havia um grande contingente de trabalhadores que frequentemente prestavam serviços, tais como: comércio, trabalho doméstico, construção civil, atividades estas desenvolvidas em áreas valorizadas da cidade. Ao irem morar em locais distantes do mercado de trabalho, a população mais pobre se viu desconectada das condições monetárias de reprodução social. Nos casos em que a remoção foi efetivada, foram criadas estratégias de recusa às imposições de morador de conjunto habitacional. Muitos optaram pela venda da nova casa e retornaram para viver em outras favelas. Outros permaneceram lá, se apropriaram simbolicamente do novo lugar, criando espaços de sociabilidade, mas permanecendo distantes em relação ao Estado e à política institucional.

A política de remoção evidenciou, portanto, a proposta de ordenação burguesa da cidade que se valorizava cada vez mais. Abreu (1997) afirma que as remoções de favelas de locais valorizados na zona sul foram motivadas pela construção de habitações de luxo, símbolos da concentração de renda, ou para que os morros fossem mantidos livres e desembaraçados, permitindo que fossem vendidos pelas empresas imobiliárias como áreas verdes. Buscava-se apagar a memória da cidade nas áreas onde foram demolidas as favelas com a construção de espaços agradáveis e rentáveis para serem incorporados no mercado imobiliário. Segundo Lago (2000), 70% dos domicílios removidos localizavam-se na Zona Sul, Tijuca e Méier, o que torna claro o caráter seletivo da política de remoção. Se na década de 1950, 25,4% da população favela estava na zona sul, em 1970 esse número representava apenas 9,6%. Além da ação coercitiva, o poder público intensificou o controle sobre o processo de favelização, evitando o surgimento de novas ocupações e a expansão das já existentes.

A autoss segregação da elite fez com que a periferia fosse ocupada não apenas pelos mais pobres, mas também pelos setores médios que viam nela a possibilidade de ter uma casa própria. A periferia metropolitana do Rio de Janeiro não era apenas um lugar de pobreza, se transformando num canteiro de obras, com casas individuais em constante construção e com obras inacabadas. Contando com a ajuda do Estado, o processo intenso de especulação imobiliária determinou a expansão da parte rica da cidade, em direção a São Conrado e Barra da Tijuca. Negrão de Lima (1968-1971) encomendou a Lucio Costa a criação do plano da Barra da Tijuca com o objetivo de estabelecer critérios para um desenvolvimento ordenado da área e conciliar expansão urbana com preservação da natureza, evitando problemas presentes em alguns bairros da cidade à época, como Copacabana. A partir de então, o Estado investiu na construção de sistema viário e na implantação da infraestrutura para que ali pudesse se desenvolver a “novíssima zona sul”. No plano piloto de Lucio Costa constava três áreas residenciais, uma área destinada ao uso industrial e um complexo sistema viário, integrando o bairro as demais zonas. Os segmentos pobres deveriam ser instalados em espaços declaradamente segregadores (MAIA, 1998). O governo realizou ainda a construção da autoestrada Lagoa-Barra, a perfuração dos túneis do Joá, de São Conrado e Dois Irmãos.

Assim, o Estado gastou grandes somas na preparação dessa expansão da área rica da cidade para o litoral, em detrimento do investimento nas áreas do subúrbio e da periferia metropolitana já habitadas por um grande número de pessoas. Os investimentos públicos concentrados nas áreas nobres e a produção de lotes populares na periferia intensificaram a dinâmica migratória no interior da metrópole, consolidando um padrão profundamente desigual. De acordo com Lago (2000), a tendência do fechamento dos bairros ricos à população pobre e o acelerado crescimento das periferias aprofundaram a segmentação social, levando alguns estudiosos a preverem, o desaparecimento das favelas na área mais rica da cidade.

No final dos anos de 1970, a crise econômica mundial provocou em nosso país altas taxas de inflação, recessão e desemprego. Diferentemente dos países centrais, que conquistaram o acesso universal à moradia através de financiamentos públicos, o Estado de bem-estar brasileiro foi excludente e não incorporou grande parte da população. Segundo Gomes (2005), o regime urbano fordista possibilitou naqueles países o acesso à moradia, através do mercado de imóveis e não mais pelo mercado de aluguéis e a ampliação do espaço das habitações para atender às demandas de bens de consumo duráveis. No Brasil, a moradia permaneceu como privilégio e a estrutura fundiária urbana manteve-se concentrada. Como consequência, houve o crescimento e a heterogeneização das favelas já existentes, a

proliferação de ocupações e terrenos vazios nas cidades brasileiras, bem como pelos loteamentos clandestinos (GOMES, 2005).

#### **2.4. A favela e urbanização: novas possibilidades de ação do poder público**

Com o crescente movimento pela redemocratização do país na década de 1980, houve mudanças na relação do governo e a população de favelas, tendo como desdobramento o fim das remoções. Nessa década várias favelas da cidade aumentaram o seu número de moradores por causa da retração da produção de loteamentos da periferia, do empobrecimento da população, nos anos de crise econômica, e do próprio recuo da política de remoção (LAGO, 2000). A saída da classe popular, diante desse cenário, foi morar nas favelas e em loteamentos ilegais, em áreas desprezadas pelo mercado imobiliário ou em áreas públicas e ambientalmente frágeis.

A pobreza e a favela ganharam novas características, uma vez que não podiam mais ser compreendidas como passageiras ou como um problema de fácil resolução. A crença de que o progresso econômico acabaria com a desigualdade social foi posta em questão com a existência de um elevado índice de desemprego e de pobreza num contexto de prosperidade. Durante os anos de 1930 e 1980, o Brasil foi o país que mais cresceu no mundo, por outro lado, as taxas de desigualdade, marginalização e subcidadania não foram alteradas radicalmente. O crescimento da produção se deu sem a criação de novos postos de emprego e de melhorias das condições de vida em bairros pobres.

As desigualdades sociais têm suas raízes na própria formação social brasileira, fazendo parte das relações sociais estabelecidas entre os habitantes da cidade e de suas relações de trabalho. Para Wacquant (2001), a precarização do emprego, a fragmentação do mercado de trabalho e a autonomização da economia informal são forças estruturais que geram a “marginalidade avançada”. Com este conceito o autor expõe que a pobreza não é um problema cíclico, transitório, mas fruto da separação entre a escala da desigualdade e o desenvolvimento econômico. Ele usa o adjetivo “avançado” para enfatizar que essa forma de pobreza está inscrita num por vir das cidades contemporâneas. Já que as pessoas que não se adaptaram às mudanças do mundo do trabalho não estão sendo reabsorvidas pelo mercado ou pela ação do Estado.

Entendemos que o conceito de “marginalidade avançada” nos ajuda a compreender a realidade brasileira, pois notamos que o crescimento econômico das últimas décadas não significou o fim da desigualdade social. Segundo Telles (2006) a pobreza aparece sempre

como sinal do atraso, uma herança do passado que envergonha o Brasil que se acostumou a pensar como “o país do futuro”. A pobreza incomoda por mostrar o avesso do Brasil que se quer moderno, espelhado na imagem projetada dos países do primeiro mundo. A modernização à qual o Brasil tenta reproduzir não cria empregos e a cidadania prometidos, mas engendra uma lógica que descarta e desqualifica povos e populações que não se adaptam à velocidade das mudanças e às exigências da competitividade econômica.

Algumas regiões da cidade, como as favelas, subúrbios e periferias, acabam concentrando pessoas que estão no processo de marginalização social decorrente da precarização do emprego ou do desemprego. Wacquant (2007) aponta que há aglomerados urbanos, em vias de guetificação, um empobrecimento social, desestruturação do universo familiar, isolamento social, estigmatização e desertificação cívica dos bairros. Nesses espaços, torna-se cada vez mais difícil o surgimento de ações coletivas que possam compensar a perda de renda e o relativo abandono pelo poder público. As maiores taxas de repetência e evasão escolar, de jovens mães solteiras, e de jovens que não possuem perspectiva de mudança de vida, que não estudam e nem procuram empregos se dão nesses aglomerados urbanos. Por outro lado, há uma redução também dos serviços públicos compartilhados, como as escolas públicas, da circulação nos mesmos espaços da cidade e do pertencimento a redes de sociabilidade comuns.

Em 1982, Leonel Brizola desenvolveu uma agenda social especialmente voltada para as favelas do Rio de Janeiro. Diferenciando-se do governo militar, buscava implantar uma política de direitos humanos e uma nova conduta para a polícia civil e militar. As favelas passaram por um processo de urbanização financiado pelo Banco Nacional de Habitação e pelas agências de serviços públicos. Segundo Burgos (2006), através do programa da CEDAE (1983-1985) 60 favelas passaram a ter água e esgoto, incorporando-as às redes de seus bairros, houve a regularização da propriedade em algumas áreas, coleta de lixo e iluminação pública, entre outras ações.

Foram criados dois projetos-pilotos de urbanização, nas favelas do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho. As ações do Estado se concentraram nas obras de infraestrutura, deixando a edificação por conta dos moradores. O projeto buscava criar alternativas de acessibilidade e circulação internas, para o transporte de passageiros e a coleta de lixo em casos de topografia difícil, além de equipamentos sociais e de lazer dentro da favela. De acordo com as necessidades (áreas de risco, abertura de ruas, implantação de equipamentos públicos, etc) poderiam ter realocações de moradias. Estes projetos-piloto estabeleceram as bases para as intervenções nos anos seguintes, dentre eles, o programa Favela-Bairro (MAIOLINO, 2008).

A Constituição de 1988 tornou obrigatória a elaboração de Planos Diretores para as cidades com mais de 20 mil habitantes, como um instrumento orientador do desenvolvimento e da expansão urbana. No Rio de Janeiro, o Plano Diretor da Cidade (1992) consolidou a proposta de criação de um programa de integração das favelas à cidade, prescrevendo a necessidade da urbanização e regularização fundiária de favelas e loteamentos de baixa renda. O Plano incorporava os princípios que deveriam orientar os debates sobre as reformas urbanas e indicava instrumentos que permitiriam o exercício da função social da cidade e da propriedade, como a implantação de lotes urbanizados e de moradias populares. Além de apontar para a necessidade de assegurar a participação dos moradores no processo de urbanização, a preservação da tipicidade da ocupação local e integrar as favelas ao bairro. A definição de favela no Plano Diretor se afasta de julgamentos de valor e passa a fazer descrições espaciais locais:

A área predominantemente habitacional, caracterizada por ocupação de terra por população de baixa renda, precariedade de infraestrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e de alinhamento irregular, lotes de formas e tamanhos irregulares, construções não licenciadas, em conformidade com os padrões legais (PLANO DIRETOR, 1992, p.20)

O Plano Diretor define o problema da favela como uma questão municipal, fundamental para o futuro da cidade. No entanto, a política de segurança é responsabilidade do governo do Estado, o que dificultava a presença de programas de urbanização. Em 1993, foi criado no governo César Maia o Grupo Executivo de Assentamentos Populares (Geap), que incluía seis programas habitacionais, dentre eles o Favela-Bairro. Este foi formulado com o objetivo de viabilizar obras de infraestrutura urbana, como saneamento básico e acessibilidade, a criação de equipamentos e de condições ambientais para promover a integração e a transformação da favela em bairro.

O programa tinha como princípio intervir o mínimo possível nos domicílios, tendo como foco ações para promover a integração das favelas ao tecido urbano da cidade formal. Essas ações deveriam complementar ou construir a estrutura urbana principal; introduzir os valores urbanísticos da cidade formal para possibilitar sua identificação como bairro (criação de ruas, praças, mobiliário e serviços públicos); consolidar a inserção da favela no processo de planejamento da cidade. Deveriam ser implantadas creches públicas para atender crianças de 0 a 6 anos, programas de geração de renda, capacitação profissional, atividades esportivas, culturais e de lazer, a regularização fundiária e urbanística. Para cada favela, seria elaborado um projeto de urbanização específico, construído a partir de uma discussão ampla com os membros da comunidade.

Segundo Burgos (2006), uma das questões centrais do programa Favela-Bairro e o desafio de integrar a cidade era a deficiente articulação entre o poder da esfera estatal, que garante a política de segurança, e o governo municipal, que assume a responsabilidade pelas políticas sociais. Outro problema foi a falta de articulação com o governo federal para investir num programa de habitação de moradia popular. Com isso, as áreas de favela atingidas pelo programa, mesmo depois das obras, continuaram crescendo e acolhendo populações de baixa renda que não tinham para onde ir.

Gomes (2005) avalia as políticas de habitação instituídas a partir dos anos 1990 como incapazes de contribuir para a superação das desigualdades sociais em relação ao acesso à moradia e à infraestrutura. A construção de moradias no programa Favela-Bairro para os segmentos mais empobrecidos da população proporcionou uma atenuação das distorções evidenciadas no processo de urbanização do Rio de Janeiro, possibilitando uma melhoria de vida sem uma transformação da condição social. O programa Favela-Bairro se reduziu a um projeto urbanístico, não tendo “como pressuposto uma intervenção social forte e urgente do poder público para combater a pobreza, a violência e a degradação ambiental” (GOMES, 2008, p.167). As intervenções nas favelas foram articuladas segundo os interesses do capital, demonstrando o peso que a cidade passou a ter no desenvolvimento econômico do país.

Gomes (2005) critica a participação subordinada da população às políticas públicas, fazendo com que haja a reprodução da oposição entre dominantes e dominados de forma mais complexa nessas intervenções. Por isso, ela enfatiza a importância de resgatar os valores coletivos, a participação e o controle da população sobre políticas públicas. Burgos (2006) também critica a falta de participação popular nas obras do Programa Favela-Bairro, pois foi elaborado pelos quadros técnicos da Prefeitura. Não foi incentivada a construção conjunta de engenheiros, arquitetos e urbanistas com crianças, jovens, adultos e idosos de projetos que atendam às necessidades e interesses locais. A participação dos moradores das favelas se deu de forma instrumentalizada para permitir a sua implantação.

As obras do programa Favela-Bairro visaram à homogeneização do espaço urbano, eliminando territórios de informalidade para torná-los mais atraentes para os investimentos privados e para o turismo. Jacques (2011) questiona se essa integração formal proposta por essas intervenções nas favelas não seria uma imposição autoritária de uma estética formalista que visa à uniformização do tecido urbano. A autora considera a favela parte do nosso patrimônio cultural e artístico, pois se constitui por um processo arquitetônico e urbanístico vernáculo singular, que se opõe ao dispositivo projetual tradicional da arquitetura e do urbanismo eruditos.

Jacques (2011) propõe três figuras conceituais para explicar o dispositivo espaço-temporal das favelas: fragmento, labirinto e o rizoma. “Os barracos das favelas são compostos por fragmentos; a aglomeração de barracos formam labirintos; estes, por sua vez, se desenvolvem pela cidade como rizomas” (JACQUES, 2011, p.19). Projetos de urbanização como o Favela-Bairro, através de imposições estéticas, arquitetônicas e urbanísticas, acabam provocando a destruição da arquitetura e do tecido urbano original da favela para criar, muitas vezes, espaços impessoais que não são apropriados pelos moradores. Esses espaços tendem a ficar rapidamente deteriorados e abandonados uma vez foram construídos sem a participação e o envolvimento da população local.

Assim, Jacques (2011) questiona por que o bairro é sempre o exemplo a ser seguido, em detrimento do inventivo e rico, tanto culturalmente quanto formalmente, da favela? A lógica racional dos arquitetos e urbanistas é prioritária nos projetos de urbanização que acabam impondo a estética da cidade formal. Há um tabu em se tocar nas questões culturais e estéticas das favelas, embora todos saibam que o samba, o carnaval e várias outras festas populares e religiosas se desenvolveram e possuem ligação direta com esses espaços. Várias favelas foram removidas por serem consideradas “antiestéticas”. Em contrapartida, essa estética da arquitetura vernacular das favelas tem influenciado inúmeros artistas nacionais e estrangeiros. Mais recentemente, essa diferença estética tem atraído turistas a visitar e até a morar nas favelas.

Deste modo, o período de redemocratização do país significou uma mudança na relação do Estado com a favela, passando a implantar projetos de urbanização. Aumentaram as discussões e a busca de soluções para as favelas em diversas instâncias governamentais, como a criação do programa Favela-Bairro na década de 1990. Embora esse programa não tenha proporcionado mudanças estruturais nas desigualdades presentes na cidade do Rio de Janeiro, possibilitou melhorias nas condições de vida das populações de baixa renda através das obras de infraestrutura. A questão que passou a ser alvo de debate não era mais a remoção e a relocação dos habitantes das favelas para regiões longínquas da cidade, mas a maneira pela qual o projeto de urbanização se dava.

O direito à urbanização era considerado, portanto, um dado adquirido e incontestável, o que permitia expandir o debate para a dimensão cultural e estética das favelas. Até o final dos anos 1990, o termo “remoção” coube apenas a porta-vozes de setores políticos conservadores, que alegavam a falta de legitimidade dos pobres terem acesso à terra urbana sem contrapartida financeira, tendo em vista que ao resto da população caberia ‘pagar’ por esta opção (NUNES, 2012). Como veremos nos capítulos 4 e 5 sobre a análise do trabalho de

campo, atualmente, o tema das remoções volta com força no debate público, num contexto de reordenamento socioespacial da cidade para a Copa do Mundo de Futebol (2014) e os Jogos Olímpicos (2016). Algumas questões que pareciam ter sido superadas, a partir das discussões para a criação do Plano Diretor da cidade, retornaram com força à cena pública.

### **3 A PESQUISA COM JOVENS: REFLEXÕES METODOLÓGICAS E AS CONTRIBUIÇÕES DO TRABALHO EMPÍRICO**

O presente capítulo se propõe a refletir sobre a metodologia utilizada na pesquisa e a configuração do objeto empírico. Abordamos como foi o processo de investigação nas favelas do Rio de Janeiro e a realização de diferentes dispositivos de pesquisa: levantamento de informações em jornais, sites e redes sociais, observações participantes em fóruns, entrevistas e grupos de discussão com os jovens. Nesse capítulo, damos relevância às relações de afeto, aos deslocamentos subjetivos, à implicação do pesquisador com o seu tema de investigação e com os participantes. Abordamos, também, o uso da fotografia, a autoria e a autorização da pesquisa com jovens.

O trabalho empírico foi composto através de idas e vindas que serviram para construir o objeto de pesquisa. Diferentemente de uma pesquisa institucional cujo trabalho é feito dentro de um universo já delimitado, precisávamos configurar o campo a ser investigado. Ao longo do processo de pesquisa, buscamos dispositivos capazes de mapear as questões locais, emergentes nas espacialidades onde os jovens vivem e habitam. A investigação se iniciou a partir de um levantamento nos diferentes meios de comunicação sobre as intervenções públicas nas favelas, os programas de urbanização e a política de segurança pública em curso.

A partir disso, obtivemos informações sobre as reuniões comunitárias e fóruns de iniciativas governamentais que frequentamos para rastrear as questões que atravessavam a vida dos jovens. Com o panorama das transformações na cidade e, especificamente, nas favelas, buscamos abrir espaço para a emergência da singularidade e da narrativa através da criação de um espaço de fala e de escuta entre o jovem e a pesquisadora. Realizamos entrevistas e grupos de discussão dos quais participaram 26 jovens, sendo 12 meninos e 14 meninas, com idades entre 14 e 24 anos, moradores da comunidade do Horto, Santa Marta, Rocinha, Complexo do Alemão, Providência e adjacências. Neste capítulo, detalhamos como foi esse processo multifacetado da pesquisa e o delineamento do campo investigado, considerando que a nossa preocupação não era apenas com as questões emergentes nas “espacialidades do pesquisador” (CASTRO, 2008), mas com aquelas que afetavam o dia a dia dos jovens.

Buscamos também trazer à tona questões que muitas vezes são deixadas de lado na divulgação da pesquisa que são as tentativas, as frustrações e as dificuldades na sua realização. O pesquisador planeja, tem propostas de como vai desenvolver o trabalho empírico, mas a entrada no campo é imprevisível e requer reformulações constantes a partir

do que é possível. Entendemos que as dificuldades enfrentadas ao longo do processo de pesquisa também servem para pensar metodologias de pesquisa e fornecem elementos para compreender a realidade dos jovens pesquisados.

Pesquisar com jovens, ao invés de pesquisar sobre eles, significa manter uma abertura em relação às surpresas do trabalho de campo e considerá-los como parceiros dos adultos na construção do conhecimento. O momento de troca entre pesquisadora e pesquisado se deu de forma singular em cada encontro. Procuramos neste trabalho escutar as histórias dos jovens, suas perspectivas sobre as questões atuais que a cidade vive e como elas perpassam as narrativas sobre suas vidas, evocando memórias de eventos passados. Evitamos impedir a cristalização de novas imagens redutoras da experiência da juventude e abordar as complexidades das condições de existência de meninos e meninas moradores de favelas no Rio de Janeiro, nos dias de hoje. Diferentemente, da visão idealizada do jovem estudante, que possui poucas preocupações e obrigações, podendo aproveitar seu tempo livre para se divertir, buscamos chamar atenção ao longo da tese para essa parcela da juventude que se encontra numa posição de invisibilidade, embora constitua a maioria da população.

Seguimos as orientações de Castro (2001) para construir “narrativas do presente”: compreensões localizadas e parciais que dizem respeito a nossa época, sem a pretensão de dar conta da totalidade ou de criar uma noção universalizante dos jovens. Na presente investigação, compreendemos que “o local e o particular são espaços possíveis para desenvolver o trabalho empírico, no qual os processos mais gerais poder ser descritos e compreendidos, bem como conceitos e teorias podem ser construídos” (SATO & SOUZA, 2001, p.30).

O presente capítulo se divide em cinco seções. Na primeira, abordamos como foi o processo de construção do campo investigado, o levantamento de informações e as observações participantes em fóruns e reuniões comunitárias. A segunda seção versa sobre as entrevistas com os jovens, como os participantes foram escolhidos, o roteiro de perguntas, o uso da fotografia e sua relação com a memória. Em seguida, tratamos de como foi a realização dos grupos de discussão com jovens moradores da Rocinha, a evocação da memória, as atividades e temas realizados, e o perfil dos jovens que participaram da pesquisa. As duas seções finais são reflexões metodológicas em que tratamos as relações afetivas, a implicação e a responsabilidade do pesquisador, e as questões de autoria e autorização na pesquisa com jovens.

### **3.1. Delineamento do campo, levantamento de informações e observações participantes em reuniões comunitárias**

Em um primeiro momento, fizemos um levantamento de matérias de jornais do Rio de Janeiro sobre as políticas de urbanização em curso nas favelas e sobre as remoções de moradores, veiculadas ao longo dos anos de 2010 a 2013. Investigamos em sites da prefeitura, do governo estadual e federal para obter informações sobre o discurso oficial das intervenções públicas nessas áreas. Outra fonte de informação foram sites de ONGs e movimentos sociais, e textos divulgados nas redes sociais por instituições que atuam nas favelas. Na rede social *Facebook*, encontramos páginas de associações de moradores, de grupos que possuem ações comunitárias em favelas, jornais criados pelos próprios moradores, que buscam denunciar problemas, divulgar eventos e reuniões, criando um novo canal de informação tais como: *Jornal Voz da Comunidade*, *Viva Rocinha*, *Salve a Rocinha*, *Fórum Comunitário do Porto*, *Comitê Popular Rio da Copa e das Olimpíadas*, *Ideais de uma luta Morro da Providência*, *Vila Autódromo*, *Redes de Comunidades Impactadas*, *Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência*, *Favela Não se Cala*, *SOS Moradores do Horto*, *Horto: História Que Tem Raíz*, *Favela Santa Marta*, *Complexo Alemão*, *Jornal Alemão Notícias*, entre outros.

No site da UPP Social, vimos a agenda dos fóruns em cada comunidade que ia receber o programa. Achamos que seria interessante começar o campo participando dessas reuniões, pois poderíamos entender melhor como estavam acontecendo as intervenções do poder público nas favelas. Além disso, elas eram abertas à população em geral e em lugares de fácil acesso, como quadras de escolas municipais ou de escolas de samba, o que facilitou a nossa entrada nas comunidades. Fizemos observações participantes em três reuniões da UPP Social no Borel, no morro Santa Marta e no Morro dos Macacos, no início de 2012. Nesses encontros, pudemos conhecer as principais reivindicações e queixas dos moradores sobre a atuação do poder público na favela e as respostas que os gestores davam à essas demandas. Além de representantes do programa da UPP Social, estavam presentes policiais da UPP, agentes das secretarias municipais, de empresas prestadoras de serviços, de ONGs e de movimentos sociais. Tivemos a impressão que tinham mais pessoas de fora da favela do que moradores, estes ainda pareciam estar desconfiados com os propósitos do encontro. As principais lideranças dessas favelas também estavam nas reuniões. Algumas começavam a fala agradecendo a abertura desse espaço de diálogo com o poder público e diziam apoiar à Unidade de Polícia Pacificadora, outras eram mais críticas, questionavam as ações da polícia e cobravam por melhorias.

Na Providência, em 2012, conversamos com pessoas que participam da Comissão de Moradores que estão se mobilizando contra as remoções e as obras do programa Morar Carioca. Entramos em contato também com uma gestora do programa Territórios da Paz, da Secretaria de Estado de Assistência Social, que falou um pouco sobre o seu trabalho na favela e as dificuldades encontradas. No ano seguinte, estivemos com pessoas que participam de projetos de educação popular com crianças e adultos na favela para conhecer a perspectiva delas sobre a situação da Providência e também tentar articular grupos de discussão com os alunos do projeto. Em agosto de 2013, fomos convidadas para uma reunião na Providência em que se debateu o Programa Morar Carioca, as remoções dos moradores, o fechamento de escolas, a desapropriação de ocupações na região portuária e as estratégias de ação frente a esses problemas. Nessa reunião, estavam presentes moradores, militantes, pesquisadores, membros da Comissão de Moradores e do Quilombo das Guerreiras.

No Complexo do Alemão, em 2012, entramos em contato com pessoas que trabalham na Praça do Conhecimento, instituição vinculada à Secretaria Municipal de Habitação. Nesse encontro, elas falaram sobre como a instituição funciona, e como estava a favela com a entrada da UPP e após as obras do PAC. Em junho de 2013 retornamos à Praça do Conhecimento para entrevistar três jovens e pudemos conversar outra vez com seus funcionários. Participamos, nessa época, de uma reunião com os policiais da Unidade de Polícia Pacificadora, a associação de moradores de Nova Brasília, comerciantes locais e outros moradores sobre a regulação dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, as abordagens e comportamentos do policiais. Na ocasião, a polícia apresentou um programa que faz parte da política de proximidade que esclarece aos moradores como ela atua na favela.

No Chapéu-Mangueira e Babilônia, estivemos presente em 2012 numa reunião do programa Morar Carioca, da prefeitura, na quadra da FAETEC na favela, em que se debateu as obras de urbanização no local. Nessa reunião, pudemos conhecer os planos da prefeitura para as comunidades e como os moradores se posicionavam diante das obras. Percebemos que muitos apoiavam o projeto, mas tinham críticas às remoções dos moradores da área considerada reserva ambiental e dos transtornos gerados. No ano seguinte, tivemos alguns encontros com gestores da UPP Social, da prefeitura, e do programa Território da Paz, da Secretaria de Estado de Direitos Humanos. Numa dessas reuniões, conhecemos o grupo “Dá teu papo” que trabalha com jovens no Chapéu-Mangueira. Acompanhamos um dia do projeto em que o grupo visita museus da cidade, em parceria com a Universidade Federal Fluminense.

Na Rocinha, em maio de 2013, entramos em contato com moradores para nos informar sobre como estava a situação da favela, os projetos em andamento e suas dificuldades. Um dos moradores com quem estivemos estava organizando um encontro do Fórum de Cultura da Rocinha, realizado na Biblioteca Parque na favela. Achamos que seria interessante participar dessa reunião para saber como o grupo estava vendo a entrada do programa de urbanização na favela e, além disso, conhecer algum jovem que pudesse ser entrevistado. No fórum, tinha cerca de vinte pessoas, a maior parte moradora da favela. Os participantes discutiram as obras do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento, dos governos Federal e Estadual, e as estratégias de ação dos moradores para garantir a realização das obras de saneamento básico e lutar contra a criação do teleférico. Nessa reunião, também estava presente o arquiteto responsável pela produção do Plano Diretor da Rocinha que esclareceu dúvidas sobre o que ficou faltando do PAC 1 e a proposta do PAC 2. Percebemos que ele costumava frequentar as reuniões na favela, era muito respeitado e querido por todos. Marcamos um encontro com o arquiteto para conhecer melhor como foi elaborado o Plano Diretor e o processo de mobilização comunitária.

Fomos também ao Vidigal, conversamos com um representante da associação de moradores que ficou de nos passar o contato de jovens para realizarmos a entrevista. Também fomos a um grupo de teatro para tentar realizar entrevistas com os jovens, mas para conseguir a permissão tínhamos que entrar em contato com os responsáveis pela instituição. Tentamos algumas vezes agendar encontros no Vidigal, mas era um momento de muitas atividades e não foi possível encontrar os jovens, dentro do nosso cronograma de trabalho.

Além disso, mandamos emails e mensagens pelo *Facebook* para diversos grupos que atuam nas favelas que estavam sendo ameaçadas de remoção. Entramos em contato com pessoas da comunidade Indiana, na Tijuca, e outros grupos na Providência e região portuária. Procuramos também moradores que já tinham sido removidos e que estavam morando no condomínio Bairro Carioca, em Triagem. Vimos que existia uma página na internet denunciando a situação dos apartamentos e divulgando encontros e reuniões com os moradores. Achamos que poderia ser interessante entrevistar os jovens que foram viver lá. Então, mandamos mensagens para tentar marcar um encontro. No entanto, quando explicamos que a pesquisa seria com jovens, recebemos a seguinte resposta de um morador:

Normalmente os jovens dessa localidade são jovens que vieram de comunidades dominadas pelo tráfico, logo, a grande maioria deles são verdadeiros projetos de marginais, sem lei! A outra parte, que são os jovens de índole e caráter, se arredia muito em dar entrevistas e revelar a realidade, entende??? Logo, fica difícil indicar

alguém, mas se você quiser visitar o local e constatar a realidade e fazer o processo seja bem vinda (Morador, Bairro Carioca).

Ficamos surpresos com a sua resposta porque evidencia que o local onde as famílias estão sendo realocadas, após as remoções, enfrenta muitos problemas a ponto dos jovens sentirem medo de revelar como é viver ali. Imaginamos que devem existir muitos conflitos entre os moradores e os jovens que vieram de várias partes da cidade e que não se conheciam anteriormente. Pensamos que seria interessante visitar o condomínio para conhecer de perto o que estava acontecendo. Mas como não conhecíamos ninguém do local que pudesse fazer a mediação entre a pesquisadora e as famílias que moram ali, ponderamos que poderia ser arriscado chegar sozinha ao condomínio. Nesse momento, sentimos falta de um grupo que pudesse dar apoio e ajudar a localizar os jovens que gostariam de participar da pesquisa para contar como foi deixar a favela onde moravam e a adaptação na nova realidade no Bairro Carioca. Para isso, seria necessário mais tempo para se inserir no condomínio, fazer observações, conhecer as pessoas, até ganhar a confiança delas para fazer um grupo de discussão ou entrevistas com os jovens. Infelizmente, não tínhamos tempo para investir exclusivamente nesse local.

Nas outras comunidades que visitamos tinha um espaço aberto seja pelo poder público, como fórum da UPP Social, seja pelos moradores, que divulgavam publicamente o encontro nas redes sociais. As favelas que visitamos tinham a presença da UPP, o que facilitava a entrada de uma pessoa estrangeira. Tomamos consciência de que a própria presença da polícia nas áreas pesquisadas ajudou o andamento da pesquisa, pois dificilmente em outras situações teríamos esse acesso aos moradores, sem já ter um conhecimento prévio de algum grupo que atua no local.

Assim, as observações e os contatos com os moradores serviram como uma primeira entrada no campo para conhecer as questões que afetavam as comunidades, a diversidade de pontos de vista em jogo e as tensões entre as posições do poder público e dos moradores. Nas reuniões que participamos, havia a presença de jovens, embora nem sempre eles assumissem um papel de liderança na condução das atividades. Nas reuniões da UPP Social, como tinham muitas pessoas de fora da favela, a nossa presença não gerou estranhamento no local. Em outras reuniões, como a da Rocinha e a da Providência que tinha um grupo menor de pessoas, a pesquisadora se identificou como doutoranda da UFRJ e isso trouxe alguma abertura. Foi importante também estar acompanhada de pessoas da comunidade que já nos conheciam de encontros anteriores. Ouvimos dos moradores que outros pesquisadores tinham participado de reuniões – inclusive conhecemos um sociólogo na Rocinha e um antropólogo na Providência

– mas elas não entendiam o porquê de tantas pesquisas. Outras pessoas achavam interessante e davam sugestões para o andamento do trabalho. Escutamos também que os jovens eram um grupo difícil e que provavelmente teríamos problemas em conseguir entrevistá-los. Uma moradora nos escreveu um email perguntando se não podíamos ampliar o foco do trabalho, investigando não apenas a perspectiva dos jovens, mas de idosos e crianças. Tivemos que respondê-la que, infelizmente, para esse trabalho não poderíamos fazer isso porque abordaríamos a questão em diferentes lugares da cidade, mas nos chamou a atenção o interesse pelo trabalho.

Nessas idas a campo, buscamos também conhecer grupos e instituições que trabalhavam com jovens para estabelecer contatos para a segunda etapa da pesquisa em que realizamos entrevistas e grupos de discussão. Todas essas observações participantes e encontros com os moradores foram registrados em cadernos de campo e, posteriormente, em relatórios.

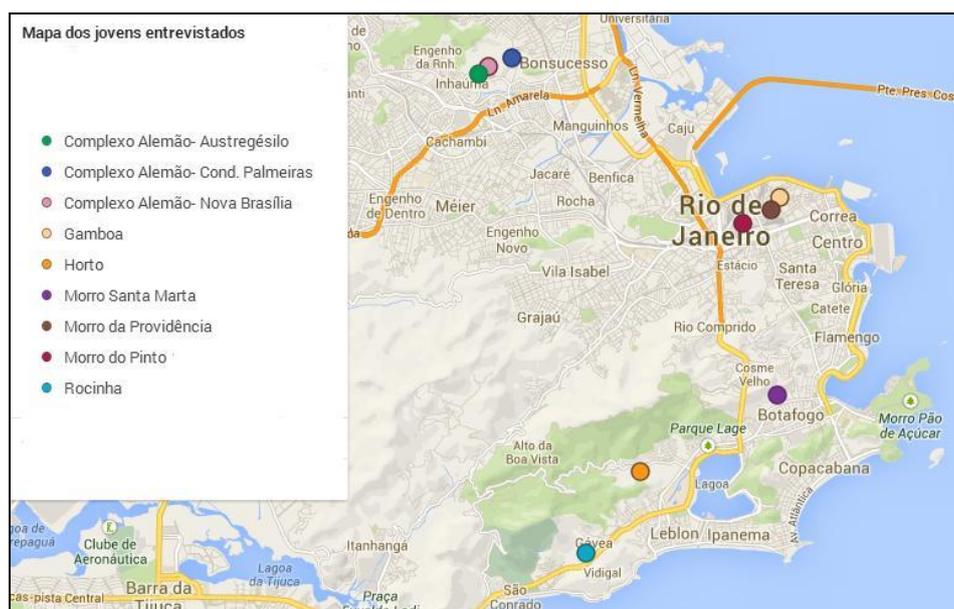
### **3.2. A realização das entrevistas e o uso da fotografia com jovens**

Resolvemos aprofundar a pesquisa a partir da realização de grupos de discussão e de entrevistas feitas com jovens individualmente ou em duplas. As entrevistas tinham como objetivo criar um espaço de fala e de escuta entre o jovem e a pesquisadora. Se em outros momentos da investigação pudemos apreender as questões sociais que a cidade e, mais especificamente, as favelas estavam passando, faltava abrir caminhos para a emergência da singularidade. Para isso, elaboramos um roteiro (Anexo I) com perguntas abertas, estruturado em três momentos. O primeiro abordava questões referentes a memórias e vínculos afetivos com o lugar, lembranças da infância, relações com vizinhos e familiares. O segundo continha perguntas sobre as mudanças que os jovens percebiam de quando eram mais novos para o tempo presente e o terceiro versava sobre suas expectativas em relação ao futuro, à permanência ou não na comunidade, e suas formas de ação.

As perguntas funcionaram como um guia, uma vez que cada entrevista seguiu uma direção própria, respeitando as associações de cada entrevistado. Foram feitas sete entrevistas individuais e três entrevistas em duplas. Participaram dessa etapa duas meninas do Horto, dois meninos do morro Santa Marta, um jovem da Rocinha, quatro jovens do Complexo do Alemão, um menino e uma menina do Morro do Pinto, um jovem da Providência e uma menina da Gamboa. As entrevistas tiveram duração mínima de 40 minutos e máxima de duas horas. Todas foram gravadas e, posteriormente, transcritas.

Em muitos casos, também elaboramos um relatório sobre os encontros com moradores que se deram antes e após as entrevistas com os jovens. Quando as entrevistas foram realizadas nas casas dos entrevistados, algumas vezes, seus familiares puxavam assunto para compreender porque a pesquisadora estava ali e também como uma forma de querer colaborar para o processo de investigação, dando suas opiniões. Como por exemplo, a tia de uma jovem que interrompeu a entrevista para perguntar sobre o que se tratava. Após explicarmos, a moça disse que algumas coisas a sobrinha não saberia responder, pois era muito nova, mas ela estaria disponível para falar também. Conversamos brevemente sobre como ela via as transformações na favela no Complexo do Alemão. Algumas conversas informais que se deram antes e após as entrevistas serviram para compreender melhor as questões que envolviam os jovens.

### Mapa dos lugares onde os jovens entrevistados moravam



Escolhemos jovens que moram em lugares que estão recebendo o programa de instalação de Unidades de Polícia Pacificadora, programas de urbanização, como Morar Carioca, PAC e Porto Maravilha, ou por estarem correndo risco de remoção. Buscamos também entrevistar jovens que já tinham sido removidos da favela onde moravam por causa das obras, meninos e meninas que estavam correndo risco de saírem do local onde viviam e outros que não estavam sendo afetados diretamente em relação à moradia, mas que também estavam submetidos às transformações recentes.

Chegamos aos jovens a partir da indicação de pessoas já conhecidas ou de informantes que estabelecemos contato durante a participação nos fóruns e reuniões comunitárias. Em muitos casos, tivemos uma reunião com esses informantes na qual explicamos os objetivos da pesquisa e como seria realizada a entrevista com os jovens. Além disso, utilizamos as redes sociais para conhecer as páginas de movimentos sociais e pessoas engajadas que se mobilizaram contra as remoções forçadas e as intervenções autoritárias do Estado nas favelas. No caso do Horto, trocamos mensagens com pessoas que administram a página do *Facebook* SOS Moradores do Horto, e elas marcaram o encontro com as jovens que foram entrevistadas. Essas pessoas que serviram de mediação para o encontro dos jovens foram, em geral, muito solícitas e contribuíram bastante para o andamento do trabalho, oferecendo informações preciosas para pesquisa.

É importante enfatizar que muitos contatos foram feitos ao longo da investigação. Enviamos diversos emails e mensagens, mas muitas vezes os jovens não respondiam ou não podiam participar. Com isso, tivemos dificuldades em realizar a pesquisa em alguns locais onde tínhamos um interesse inicial. Devido à limitação do tempo, foram entrevistados jovens que responderam assertivamente aos convites e se mostraram disponíveis para as entrevistas no período de maio a setembro de 2013.

**Quadro 1- Entrevistados segundo nome, sexo, local de moradia, idade e formação.**

<b>Nomes<sup>1</sup></b>	<b>Sexo</b>	<b>Local de moradia</b>	<b>Idade</b>	<b>Formação</b>
Leandro	M	Rocinha/ Laboriaux	24	Ensino Médio completo
João	M	Santa Marta	19	Cursando faculdade de Geografia
Mauro	M	Santa Marta	20	Cursando faculdade de Economia
Miguel	M	Alemão/Austregésilo	16	Cursando Ensino Médio
Renata	F	Alemão/ Juramento	17	Ensino Médio completo
Tainá	F	Alemão/ Nova Brasília	23	Graduada em Design de Interiores
Pedro	M	Alemão/ Condomínio das Palmeiras	16	Cursando Ensino Fundamental
Vicente	M	Alemão/ Condomínio das Palmeiras	18	Cursando Ensino Fundamental
Letícia	F	Horto	17	Cursando Ensino Médio
Bárbara	F	Horto	19	Cursando faculdade de Fisioterapia
Daniel	M	Providência	24	Ensino Médio completo
Andreia	F	Gamboá	24	Ensino Médio completo

<sup>1</sup> Foram dados nomes fictícios para preservar a identidade dos entrevistados.

Antonio	M	Morro do Pinto	21	Ensino Médio completo
Cecília	F	Morro do Pinto	24	Ensino Médio completo

As entrevistas se deram em locais escolhidos pelos entrevistados, em geral, nas suas casas ou em lugares próximos. Isso fazia com que a pesquisadora se deslocasse para os diferentes espaços, podendo conhecer pessoalmente as obras, o clima do local, observar as pessoas que passavam ou que ali residiam.

Durante a entrevista com Leandro, caminhamos pelo Laboriaux, na Rocinha, e fomos parando em alguns pontos considerados significativos para o jovem. No trajeto, ele falou sobre a história do lugar, as mudanças que aconteceram ali e pudemos observar suas interações com os outros moradores. Caminhamos também pelo Horto. Bárbara escolheu passar por alguns lugares de sua infância, onde ela gostava de brincar e realizar festas, no percurso a jovem contou histórias de antigos moradores, nos mostrou casas de pessoas que viviam ali, fomos até à escola de quando ela era mais nova. Essa ida ao campo acompanhada dos jovens foi muito rica para o trabalho, pois eles puderam narrar suas histórias, a partir do que a própria materialidade do lugar oferecia de recursos para evocação das lembranças. O diálogo não parecia se dar apenas entre os jovens e a pesquisadora, mas também com as casas, ruas, matas, bicas, entre outros elementos que compõem o espaço onde moram. Como Nora (1993, p. 9) ressalta, “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto”.

Além da entrevista individual, pedimos para um jovem de cada localidade tirar fotos de lugares que contavam sobre a sua história e que eram importantes para eles. A fotografia era algo de interesse dos jovens que participaram da pesquisa, pois muitos gostavam de tirar fotos nas câmeras dos celulares, sendo que dois deles já tinham feito cursos e trabalhavam como fotógrafos. A proposta era marcarmos um segundo encontro para que os participantes apresentassem as imagens e justificassem suas escolhas.

Leandro da Rocinha foi o primeiro que entramos em contato para pedir as fotos. Ele não possuía máquina fotográfica, então, marcamos um encontro para entregá-la. Nesse dia, o jovem retomou algumas questões que ele já tinha falado na entrevista e combinamos de nos reencontrar na semana seguinte para ele devolver a máquina e comentar as imagens. Ao todo, nos reunimos cinco vezes, criando um vínculo entre o jovem e a pesquisadora. Renata, moradora do Complexo do Alemão também aceitou tirar as fotografias. No dia da entrevista, ela já pensou nos lugares que gostaria de fotografar e nos enviou as imagens por email, não sendo necessário um segundo encontro. Trocamos algumas mensagens pela internet e ela

justificou novamente a escolha das imagens. Cecília e Antonio, moradores do Morro do Pinto, na Região Portuária, escolheram tirar as fotografias juntos. Com o celular, eles registraram lugares que eram importantes para cada um. Depois nos encontramos para que eles pudessem falar sobre as imagens escolhidas. Fizemos o convite para mais cinco jovens, dois não responderam, três concordaram em participar, mas não enviaram as fotografias e depois pararam de responder nossos emails e mensagens.

Ao pedirmos aos jovens para fotografarem lugares que foram importantes na sua história, buscamos dar a oportunidade para eles congelarem uma paisagem ou um objeto, servindo como registro de um momento de suas vidas. Considerando que alguns espaços escolhidos pelos jovens estão passando por grandes transformações e que correm o risco de não existirem mais, a fotografia exerce o papel de perpetuar a memória: “o espaço recortado, fragmentado, o tempo paralisado; uma fatia de vida (re) tirada de seu constante fluir e cristalizada em forma de imagem” (KOSSOY, 2007, p.133). A fotografia testemunha a cena passada, ao mesmo tempo em que revela o seu autor, possuindo uma estreita relação com a memória. Há um universo infinito de imagens possíveis a serem registradas, por isso, a fotografia também revela as escolhas subjetivas de seu autor.

Kossoy (2007, p. 131) afirma que a “fotografia é memória enquanto registro da aparência dos cenários, personagens, objetos, fatos; documentando vivos ou mortos, é sempre memória daquele preciso tema, num dado instante de sua existência/ocorrência”. A imagem produzida sempre permanece aberta a diversas interpretações, pois há um silêncio que nos leva a dialogar com o passado, a sermos interlocutores das memórias que elas mantêm em suspensão. O autor relata que a fotografia tem se prestado ao registro da experiência humana, à captura do tempo e à preservação da memória:

Através da fotografia aprendemos, recordamos, e sempre criamos novas realidades. Imagens técnicas e imagens mentais interagem entre si e fluem ininterruptamente num fascinante processo de criação/construção de realidades – e de ficções. São essas as viagens da mente: nossos ‘filmes’ individuais, nossos sonhos, nossos segredos (KOSSOY, 2007, p. 147).

Dessa maneira, o uso da fotografia na pesquisa com os jovens era outra forma de trabalhar suas memórias individuais e coletivas sobre os lugares onde vivem, provocando uma reflexão sobre a sua história, os laços que os vinculavam àqueles espaços e suas relações. Quais realidades os jovens queriam produzir sobre as comunidades onde vivem? O que eles selecionaram para mostrar para a pesquisadora? De que forma suas memórias individuais

dialogavam com o momento em que a cidade ou a favela estava passando? Essas são algumas questões que iremos aprofundar na discussão sobre o trabalho de campo.

Alguns jovens registraram espaços que fizeram parte da sua infância, onde costumavam brincar, estudar e encontrar amigos e familiares. Em seus relatos, assinalam como esses lugares sofreram mudanças e que as suas memórias não correspondiam com as imagens registradas. Bosi (1994, p. 55) assegura “por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor”. O retorno ao passado sempre carrega elementos do presente e se configura como impossível de dizer “tal como ele foi”. Além disso, a própria cidade está em constante transformação, o que torna difícil encontrar algo que permaneça com o tempo. Como constatou a jovem Cecília, moradora do Morro do Pinto: “não tem mais o retrato de algumas coisas que eu queria tirar”.

### **3.3. Grupo de discussão com jovens e o trabalho de memória**

Além das entrevistas individuais, tínhamos como proposta a realização de grupos de discussão com jovens de diferentes favelas do Rio de Janeiro, que estavam vivendo ameaças de remoção ou os efeitos das intervenções do poder público, como por exemplo, a instalação de Unidades de Polícia Pacificadora e de programas de urbanização. Chegamos a marcar quatro grupos de discussão nas comunidades do Horto, Chapéu-Mangueira, Complexo do Alemão e Rocinha.

No Horto, a tentativa foi de marcar o encontro com o grupo horto-jovem, que vem se reunindo para pensar estratégias de luta contra a remoção da comunidade. No entanto, no dia marcado só duas meninas compareceram. Elas disseram ser difícil conciliar os horários dos jovens, que estudam, trabalham e estão envolvidos em diversas atividades. Por isso, o grupo acaba conversando muito pela internet. No Chapéu-Mangueira chegamos a encontrar duas vezes com o grupo de jovens e acompanhamos o projeto do qual eles participam. A ideia era a pesquisadora começar a se familiarizar com os jovens para depois fazer o grupo de discussão. No entanto, por uma série de imprevistos, o grupo teve de ser desmarcado diversas vezes. Como havia uma limitação do tempo para realização do trabalho de campo, acabamos desistindo de encontrar com os jovens dessa favela. No Complexo do Alemão, a ideia era reunir jovens que vivem no mesmo condomínio, que foram realocados das obras do PAC para saber como eles viveram o processo de adaptação ao novo lugar de moradia. Entretanto, a

pessoa que nos ajudou a entrar em contato com os jovens teve dificuldade de marcar com eles um horário em que todos pudessem estar. No dia marcado para a atividade, acabamos fazendo a entrevista com dois irmãos. No condomínio até havia alguns jovens presentes, mas eles não estavam interessados em participar da pesquisa naquele momento.

Com isso, apenas conseguimos realizar o grupo de discussão com os jovens da Rocinha. Entendemos que nessa favela o encontro com os jovens foi facilitado porque eles já faziam parte de uma instituição. Eles participavam da RAP – Rede de Adolescentes e Jovens Promotores da Saúde, uma iniciativa da Secretaria de Saúde do Município do Rio de Janeiro que funciona no Adolescentro Paulo Freire, na Rocinha. O projeto ocorre no horário de contraturno escolar, quatro vezes na semana. Realizamos dois grupos de discussão com jovens do turno da manhã e da tarde.

Ao todo treze moradores da Rocinha participaram da atividade que tinha o objetivo de criar um espaço de troca de narrativas e de construção de sentidos comuns sobre o processo de transformação que a favela vem passando. Foram realizados três encontros com jovens, todos foram gravados e, posteriormente, transcritos. Além disso, a pesquisadora elaborou relatos sobre como foi a inserção no campo, das conversas com os jovens que se deram antes e após os grupos de discussão.

**Quadro 2- Grupos de discussão, segundo sexo, faixa etária e localidade de moradia**

<b>Grupos</b>	<b>Meninas</b>	<b>Meninos</b>	<b>Faixa etária</b>	<b>Localidades da Rocinha</b>
Grupo 1	4	3	14 - 17 anos	Rua 2, Vila Verde, Roupa Suja, Valão
Grupo 2	5	1	15 - 18 anos	Rua 2, Vila Verde, Rua 99, Rua 1

Com o primeiro grupo, tivemos um encontro, em que exploramos com os jovens os mesmos pontos abordados no roteiro das entrevistas individuais, e teve a duração de uma hora. Com o segundo grupo, tivemos dois encontros. No primeiro dia, também seguimos as perguntas presentes no roteiro, mas fomos interrompidos porque os jovens tinham outro compromisso. No segundo dia, propusemos a elaboração de um mapa afetivo da Rocinha. Cada jovem escolheu um lugar que gostava na favela, que possuía alguma história ou lembrança e escreveu num pequeno cartão. Em grupo, os jovens desenharam o mapa da Rocinha numa cartolina. Depois, cada participante revelou o nome do lugar escolhido, colou na cartolina com o desenho da favela e contou uma lembrança que tinha desse lugar. O jovem contava uma história ou situação vivida por ele e, conforme narrava suas experiências, os outros participantes complementavam e davam suas opiniões. Após a criação do mapa

afetivo, retomamos algumas perguntas do roteiro de entrevistas que ainda não tinham sido respondidas e debatidas pelo grupo.

Essa dinâmica foi criada para retomar o clima do encontro anterior e permitir que as vozes de outras pessoas pudessem circular no grupo. No primeiro dia, a discussão ficou centrada nas perspectivas de dois jovens e os outros falaram poucas vezes. Uma questão que nos chamou a atenção na realização dos grupos de discussão foi que, embora todos os jovens fossem moradores da Rocinha, eles apontavam diferenças em relação ao local de moradia. Algumas áreas eram consideradas melhores, outras mais desvalorizadas, outras violentas ou com forte presença do tráfico de drogas. Com a construção do mapa afetivo, pudemos compreender melhor essas divisões presentes na favela e os sentidos atribuídos a elas pelos jovens. Por isso, no quadro acima consta em qual localidade da Rocinha os meninos e meninas que participaram do grupo de discussão moravam.

A discussão em grupo fez com que os jovens se lembrassem de suas infâncias, brincadeiras, contando muitas histórias sobre como foi crescer na Rocinha e como aquela situação tinha se mantido ou se modificado, após a presença de policiais da Unidade de Polícia Pacificadora e as obras do PAC chegarem à favela. Percebemos um movimento no grupo de associação de memórias, em que uma história levava a outra. Os próprios jovens colocavam perguntas e problematizavam o que os seus colegas falavam. Pela narrativa, eles se revelaram como sujeitos singulares, enfrentando as diferenças de opiniões, do modo particular de cada jovem compreender as situações vividas na favela onde mora, de sentir e estar no grupo. Ao escutar as experiências que outros jovens compartilharam no grupo, eles puderam rever a sua experiência privada e individual, num processo de negociação dos sentidos compartilhados (CASTRO, 2008). A pesquisadora precisou fazer poucas intervenções, deixando o grupo falar livremente.

Notamos que, em algumas entrevistas individuais, narrar situações passadas era uma tarefa que exigia esforço tanto dos entrevistados quanto da entrevistadora, pois o caráter livre, espontâneo e onírico da memória é excepcional. “Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho” (BOSI, 1994, p.55). No grupo, o ‘trabalho de memória’ se deu de forma mais leve e espontânea. Buscamos respeitar os caminhos que os jovens abriram na evocação de suas lembranças, considerando que esses constituem o mapa afetivo da sua experiência e da experiência do seu grupo. Dessa forma, eles foram tecendo uma história coletiva do lugar onde moram em que cada jovem pode dar sua contribuição, a partir da sua experiência. De forma lúdica, meninas e meninos relembrou situações alegres

e difíceis que viveram na Rocinha, e puderam criar sentidos comuns sobre como é ser jovem morador de uma favela que passa hoje por intensas transformações.

### **3.4. Deslocamentos, afetos e implicações na pesquisa de campo**

A escolha por uma metodologia participativa fez com que refletíssemos em diferentes momentos, sobre como a pesquisadora se posicionava diante desse “outro” com quem não compartilhava as mesmas condições sociais. Ao longo do trabalho de campo, repensamos os nossos objetivos, perguntas e propostas feitas para os jovens, de forma a criar novas estratégias que nos aproximassem deles. Também foi uma preocupação central saber como as relações de alteridade apareciam nos dados e como poderíamos trabalhar com elas na análise. Entendemos que a construção de um conhecimento engajado requer um envolvimento afetivo e uma mudança do próprio pesquisador. Durante o trabalho de campo, há uma troca entre os participantes, que faz com que, simultaneamente, o pesquisador modifique o contexto no qual ele está inserido e também seja modificado por ele. A noção de deslocamento subjetivo nos parece interessante para pensar os ajustamentos sucessivos e os desprendimentos necessários para construção de um laço com o seu objeto de pesquisa.

Os deslocamentos efetuados ocorrem juntamente aos momentos de desestabilização para o investigador, engajado num processo de exploração feito de tentativas, intuições e projeções. Estes deslocamentos, tanto geográficos quanto mentais, nos conduzem para mais perto dos atores e para uma relação de maior proximidade com eles. É preciso dar-se para criar um laço de confiança, deixar certo nível de discurso e avançar para uma fala mais engajada e concreta do trabalho vivido (CAUSSE, 2007, p.219, tradução nossa).

Esses deslocamentos mentais e geográficos podem ser compreendidos como um afetamento pelo novo, por aquilo que lhe é diferente, pelas situações vividas e pelas falas dos entrevistados, que produzem novos questionamentos e inseguranças no pesquisador. Ao longo do trabalho, estivemos em espaços desconhecidos, rodamos por favelas localizadas em diferentes lugares da cidade, fizemos um esforço para conhecer o campo do outro. Estar sozinha em um lugar novo onde as pessoas são desconhecidas obriga a pesquisadora a ter a coragem de se abrir para o imprevisível e o indeterminado.

Diferentemente de quando a pesquisa acontece na universidade ou em algum território familiar à pesquisadora, ir ao encontro dos jovens significava abrir mão das suas seguranças, sair de si, das suas referências, e se expor para uma experiência nova. Fazer caminhos desconhecidos, pegar ônibus, metrô, van, mototaxi, se perder pelas ruas e becos, pedir ajuda

das pessoas para indicar onde fica o ponto de encontro marcado, subir ladeiras e escadas, conhecer uma nova cidade dentro da própria cidade. Ao chegar ao local combinado, aguardar ansiosamente o jovem com quem tínhamos marcado o encontro, às vezes, por minutos que se parecem horas. É preciso esperar o tempo do outro. Ficar observando as pessoas passarem e imaginar quem é o jovem e esperar ser encontrada por ele. Também pode acontecer dele esquecer que tinha combinado a entrevista e a pesquisadora voltar frustrada para casa. Durante todo o percurso, ter a sensação de estar sendo olhada por desconhecidos, que sabem que ela não é dali, que não faz parte daquele contexto e olham com estranheza a sua presença.

Favret-Saada (2005) apresenta a modalidade de “ser afetado” como uma dimensão central do trabalho de campo, em que a “sensibilidade” poderia ser reabilitada na produção do conhecimento. A antropóloga fez uma incursão no interior da Europa para pesquisar a feitiçaria rural hoje. As pessoas não falavam sobre feitiço com quem vinha de fora e só poderiam conversar com quem já tinha sido enfeitado. Elas começaram a colaborar com a investigação quando acreditaram que a pesquisadora era uma desenfeitadora e se dirigiam até ela para solicitar o ofício. Nesse momento, Favret-Saada oscilou entre participar e tornar o trabalho de campo uma aventura pessoal, ou manter-se a distância, só observar, o que poderia ter dificuldades para encontrar alguma coisa a ser relatada. A antropóloga, então, sem saber exatamente o que estava fazendo, tentou fazer da “participação” um instrumento de conhecimento, como expressa nessa passagem: “nos encontros com os enfeitados e desenfeitados, deixei-me afetar, sem procurar pesquisar, nem mesmo compreender e reter” (FAVRET-SAADA, 2005, p.158).

Após vivenciar esses encontros, permeados de emoção, a autora escrevia uma crônica no seu diário de campo. Entretanto, algumas situações eram inenarráveis e desafiavam a rememoração, pois a afetavam demais. Ela tinha se colocado no lugar do outro, do nativo, e estava agitada pelos pensamentos e sensações de quem ocupa um lugar no sistema de feitiçaria. Favret-Saada (2005, p. 159) diferencia a sua experiência de uma “empatia”, pois este gênero supõe a distância. “É justamente porque não se está no lugar do outro que se tenta representar ou imaginar o que seria estar lá”. Nesse caso, ao invés de imaginar, ela viveu a feitiçaria e assegura ter sido necessário passar por isso uma vez que tudo “o que ali se passa é literalmente, inimaginável, sobretudo para um etnógrafo, habitado a trabalhar com representações” (FAVRET-SAADA, 2005, p.159). Para a autora, foi preciso “se afetar” para aproximar o pesquisador do sistema da feitiçaria, pois o que estava em jogo eram aspectos não verbais e involuntários da experiência humana. Somente a comunicação verbal

intencional não daria conta de fornecer informações relevantes sobre aquelas intensidades específicas.

Concordamos com a autora que muitas vezes a comunicação verbal se mostra insuficiente para compreender determinado ritual ou situação. No entanto, essa posição de se colocar no lugar do outro pode ser arriscada, uma vez que ela poderia se envolver de tal forma a não conseguir mais retornar ao lugar de pesquisadora e nem conseguir produzir um conhecimento sobre aquela experiência vivida. Entendemos que esse processo de “dar-se” ao trabalho de campo também implica numa separação, num momento de reflexão e distanciamento daquilo que foi vivido. Rizet (2007) considera o engajamento e a distância como dois momentos da pesquisa, que podem ser compreendidos a partir de dois pronomes diferentes. De um lado, o “eu” que se tornará um pesquisador implicado, engajado, pelo seu objeto. E de outro, o “nós”, que é próprio da escrita e da distância necessária à elaboração de um saber científico.

Barus-Michel (1987) também dá importância a uma distância que seria necessária para produção de conhecimento, a partir da perspectiva da psicologia social clínica. A implicação, para a autora, pode ser compreendida como a capacidade de dar sentido, de acolher e de admiti-lo lá onde ele atravessa o pesquisador. Isso não significa se imergir no objeto de investigação, mas reconhecer, o que supõe certa distância. A implicação, portanto, não é uma fusão emocional com o objeto, uma vez que na fusão ele se torna inutilizável. Segundo Barus-Michel (2007), a implicação se trabalha. Ela deve passar pela palavra, ser experimentada dentro de um dispositivo de escuta e ser formalizada. O modo de análise passa por escrito através da redação de um relatório. O trabalho começa a partir do sujeito, que se pergunta: “quem fala e a partir de qual lugar?”. Considerando esse questionamento, o pesquisador explicita a sua relação com o objeto escolhido, fazendo com que ele se mantenha, portanto, como algo separado de si. Em seguida, faz para si mesmo as perguntas: “por que fala?”, “quais são os problemas, as dificuldades, as ignorâncias?”, “como formulá-las?”, considerando as emoções que trazem para o pesquisador. A partir de, então, podem ser construídas as hipóteses da pesquisa, os limites e a problemática de sua análise.

Apesar das diferenças entre as escolhas teóricas e metodológicas, essas perspectivas consideram a relação afetiva do pesquisador com o seu objeto de pesquisa, que perpassa a maneira pela qual ele vai desenvolver e elaborar a sua questão de investigação e se inserir no campo. Os aspectos subjetivos do pesquisador são tomados como dados importantes para serem refletidos e discutidos. Para Causse (2007), o pesquisador se torna disponível aos outros durante a pesquisa de campo e, por meio da objetivação do seu trabalho, reconhece os

efeitos que emergiram dos dispositivos de escuta e reflexão sobre a sua prática. A dimensão transferencial, ou mais precisamente contra-transferencial, não é ocultada no jogo de interações, mas se torna uma preocupação central e de permanente vigilância.

Muitos jovens se surpreenderam ao ver que a pesquisadora era nova, pois imaginavam uma doutoranda como uma pessoa mais velha. Alguns chegaram a perguntar a sua idade, pois suspeitaram que a diferença de idade entre eles não era tão grande. Em um dos grupos que realizamos, estávamos discutindo como os policiais atuam na favela. Uma menina discordava dos outros membros do grupo e perguntou “E você? Qual a sua opinião sobre a polícia?” Nesse momento a pesquisadora ficou surpresa e se sentiu colocada contra a parede, como se a pergunta da jovem fosse: “você está comigo ou está contra mim?” A saída tomada foi a de tentar esclarecer que a pesquisa era justamente pra saber a perspectiva deles, por isso, a pesquisadora ainda não tinha uma opinião formada. Com a insistência por parte da jovem, a pesquisadora acabou dizendo, pelo que estava ouvindo nas entrevistas, existiam diferenças entre as comunidades; algumas pessoas pareciam estar satisfeitas e outras não. Com essa resposta a jovem voltou a argumentar com os seus colegas o seu ponto de vista. Pensamos que a pesquisadora tentou evitar fortalecer uma das perspectivas que estavam em jogo no grupo, o que poderia silenciar os jovens que tinham uma posição contrária ou direcioná-los a pensar da mesma maneira, como se existisse uma resposta correta à pergunta.

Os processos subjetivos, que levaram o pesquisador a se dedicar a um determinado tema, não se constituem como fonte de confusão ou um obstáculo metodológico que deva ser neutralizado durante a pesquisa. A implicação é o motor da investigação, a tenacidade que lhe é necessária para a origem de numerosas descobertas que são reconhecidas ao colocar em prática o seu trabalho (CAUSSE, 2007). Para Rizet (2007) é no momento da coleta de dados que a questão da implicação se coloca de forma mais evidente e crucial, pois é quando ocorre o encontro, a troca verbal e a proximidade. Contudo, ela atravessa todas as fases da pesquisa, desde a escolha do sujeito e a elaboração de uma problemática à formalização das interpretações e à finalização da escrita.

Dessa maneira, podemos criticar um tipo de estudo que anseia pela objetividade e neutralidade da relação entre pesquisador e pesquisado, tomando o sujeito do conhecimento como exterior ao objeto a ser investigado. Na pesquisa de campo, os afetos, os sentimentos e as emoções emergentes durante o processo de intervenção servem para entender o próprio problema em questão.

O princípio da neutralidade leva a aprisionar seus afetos, produto do reprimido. Ao invés de colocar à distância sua normatividade e sua representação do mundo, ele age de uma maneira implícita e muitas vezes inconsciente na pesquisa. Nosso objetivo é considerar a riqueza potencial da pesquisa de campo, uma vez que deixamos de lado essa noção de neutralidade, e reconhecer o lugar da subjetividade – em primeiro lugar aquela do pesquisador – e dos laços intersubjetivos nas investigações sociológicas (CAUSSE, 2007, p. 218. tradução nossa).

Considerar os deslocamentos do pesquisador é também se distanciar de uma forma de pesquisa com jovens que usa a investigação empírica, apenas como um exemplo ou uma ilustração para uma teoria já existente. Nesse caso, o conhecimento do “outro” não provoca mudanças, pois há uma distância construída pela própria teoria que pretende dar conta de explicá-lo e torná-lo transparente. Aprendemos, com a etnografia (PEIRANO, 1992), que existe um exercício de estranhamento existencial e teórico, entre a teoria acumulada pela disciplina e o confronto com a realidade, que proporciona novos desafios para que uma situação possa ser entendida e interpretada. As incursões no campo “exercem um verdadeiro impacto na personalidade total do etnógrafo, fazendo com que diferentes culturas se comuniquem na experiência singular de uma única pessoa” (PEIRANO, 1992, p.7,8). A incursão no campo permite ver contradições e incoerências da teoria que orienta o pesquisador e o que há de específico naquele grupo estudado cuja produção de um conhecimento abstrato e universalizante não consegue explicar. Possibilita a construção de “insights fragmentários” da realidade, em oposição às construções dos grandiosos sistemas de explicação, que marcaram o século XIX.

No presente trabalho, tivemos a preocupação de não essencializar os jovens de camadas populares, habitantes de favelas do Rio de Janeiro, considerando-os como “vítimas” ou idealizando um determinado papel social. O lugar de escuta impõe desafios que é, por um lado, o de se distanciar das representações dominantes – que os colocam numa posição subalterna em relação aos adultos e que, muitas vezes, os consideram como um risco social – e de outro lado, das projeções e expectativas em relação a um novo modo de vida que deveria necessariamente ser inaugurado pelos jovens de favelas ou periferias. É trabalho do pesquisador, portanto, refletir sobre o imaginário que está em jogo na construção de conhecimento. Como nos ensina Maiolino (2008):

É importante deixá-los falar de seus pontos de vista, seus hábitos, valores, o que os move, o que os imobiliza, o que lhes causa indignação, para, através dessas autodescrições, tonar mais compreensível à sociedade como um todo quem são aqueles que estão ali do outro lado daquela linha divisória imaginária. Afinal, as linhas concretas estão aí – a falta de urbanização, o menor nível educacional, as baixas rendas, eventualmente a violência – mas são imaginárias, as subjetivas, que

sustentam a manutenção dos estigmas para além de qualquer dado de realidade; que mantêm as fantasias em suas funções de origem (p. 128).

Deixar o outro falar significa trazer à tona uma história que lhe é própria, contada a partir do seu ponto de vista, e que muitas vezes foi ignorada pela história oficial. Em um país marcado pela escravidão e colonização, os posicionamentos de índios, negros, mestiços, pobres, assim como de mulheres, crianças e jovens foram emudecidos e colocados à margem. Ficaram excluídos do ofício de escrever a história, precisando de um “outro” – antropólogos, historiadores, sociólogos, psicólogos – autorizado a falar em seu nome. A tentativa de compreender as linhas imaginárias e subjetivas que perpetuam as desigualdades sociais implica numa reflexão sobre a própria produção de conhecimento, que toma essas diferenças como um dado.

Brandão (1999) discute o problema de como tratar pessoal e metodologicamente uma relação de alteridade antecedente à pesquisa e que, na maioria dos casos, é a própria condição da investigação. Adotando como referência o pensamento de Marx, o autor assevera que não é necessário que o pesquisador se faça operário para conhecê-lo, mas que tenha compromisso com os projetos de luta do “outro”. Ele critica o posicionamento de antropólogos que buscavam conviver com o outro em seu mundo, aprender a sua língua, viver a sua vida para tentar pensar através da sua lógica e, no entanto, não se sentiram obrigados a lutar pelas questões efetivamente sociais das condições de vida do “outro”. Assim, apesar de ter um método participante, a antropologia não se tornava ela própria politicamente participativa. Por isso, o autor afirma que uma pesquisa participante: “mais que conhecer para explicar, a pesquisa pretende conhecer para servir” (BRANDÃO, 1999, p.12).

Como já vimos, a investigação parte de um interesse e de uma curiosidade em conhecer mais o “outro” que está sendo pesquisado. Na maior parte dos casos, quem fala sobre o jovem, pobre, negro e morador de favela são os adultos, intelectuais, brancos, moradores do “asfalto”. Nesse caso, é impossível a pesquisadora se colocar no lugar do seu objeto de estudo, pois há uma experiência, uma história de vida anterior que age na maneira dos jovens se posicionarem, de verem o mundo e de construírem suas opiniões. Quando a pesquisadora foi a uma favela, moradores perguntaram se ela era turista e se precisava de guia para conhecer o lugar. Em outra situação, uma mulher perguntou se a pesquisadora já tinha empregada doméstica ou se conhecia algum lugar onde pudesse trabalhar. Nesses casos, a presença da pesquisadora suscitava questões sobre a classe social que ela ocupava e os motivos dela estar ali uma vez que não pertencia aquele lugar. Ao longo das entrevistas e dos grupos de discussão, percebemos que diversas vezes essa questão voltava. Os jovens falaram:

“ah, mas você não vai entender, você não sabe como é viver aqui”, “você nunca deve ter visto isso, né?”, demarcando uma diferença entre quem é de ‘dentro’ e quem é de ‘fora’ da comunidade.

De acordo com Young (1997), a relação com o outro deve levar em conta o reconhecimento da singularidade, da diferença existente que nos distancia e que, ao mesmo tempo, possibilita o reconhecimento mútuo. As pessoas possuem histórias de vida diferentes, hábitos e planos de vida distintos, o que torna impossível uma compreensão completa do outro. Cada sujeito possui uma temporalidade própria, que envolve tanto o tempo quanto o espaço. Por causa dessa diferença temporal, não podemos compreender totalmente a história que o outro nos conta e nem nos colocar no seu ponto de vista. Há sempre alguma coisa que permanece desconhecida e que não pode ser compreendida, já que há uma diferença estrutural entre os sujeitos.

Para Young (1997), a afirmativa de que é preciso se colocar no lugar do outro para que haja comunicação é falsa, pois é impossível para uma pessoa de uma posição social adotar a perspectiva de outra, que pertence a uma posição social diferente. Essa ideia torna obscura a diferença e a particularidade do outro. Para que haja comunicação é preciso existir um espaço de diferenciação entre as pessoas, no qual as vozes possam cruzar e atravessar as distâncias e as fronteiras entre elas. É fundamental manter o encantamento pelo ‘outro’, estar aberto para a novidade e o mistério, o que pressupõe em não tratar o ‘outro’ como posse ou reduzi-lo a objeto, mas manter a singularidade e a liberdade. O encantamento pelo ‘outro’ e pelo mundo é o que mantém a curiosidade sempre presente.

Assim sendo, consideramos importante tornar claro que a pesquisadora fala de um lugar diferente dos jovens entrevistados. A interpretação, a discussão e a problematização das suas falas são formuladas no processo de pesquisa, a partir de elementos que compõem a história de vida da pesquisadora, da sua formação teórico-metodológica e dos seus alinhamentos políticos que fazem parte da sua formação. O estudo sobre o “outro” é sempre atravessado pela posição social e o lugar de onde a pesquisadora fala. Dessa maneira, não podemos dizer que há neutralidade na pesquisa, mas sim um compromisso e uma responsabilidade do autor.

Nessa perspectiva, o método não é o que determina *a priori* a relação entre os polos da pesquisa. O conhecimento só ocorre em profundidade quando há um comprometimento pessoal entre o pesquisador e aquele que ele investiga. A sua intenção prévia com a investigação, a sua relação pessoal e política possibilitam a escolha dos modos concretos de realização, podendo utilizar diferentes técnicas. “Quando o *outro* se transforma em uma

convivência, a relação obriga a que o pesquisador participe da sua vida, da sua cultura. Quando o *outro* me transforma em um compromisso, a relação obriga a que o pesquisador participe de sua história” (BRANDÃO, 1999, p.12). No caso, não é o pesquisador que detém controle da investigação, de modo a garantir a objetividade e neutralidade da pesquisa. Ele é afetado e, a partir desse “outro”, que o enreda e reduz a distância que antes os separava, é convocado a agir. O pesquisador se vê obrigado a repensar a sua própria história, os pressupostos da investigação, o caminho que havia sido tomado.

Uma das questões que perpassaram o trabalho de campo foi um questionamento por parte de alguns moradores do grande número de pesquisas que têm sido realizadas em favelas que possuem uma Unidade de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro. Muitas vezes, ao conversar com pessoas que trabalham em instituições que atendem os jovens, percebemos que não havia interesse em abrir espaço para a realização dos grupos de discussão. Alguns moradores nos disseram estar cansados de dar depoimentos para pesquisadores que aparecem, colhem informações e nunca mais retomam o contato e nem prestam justificativas do que foi feito com as informações dadas.

Segundo Leandro, morador da Rocinha, existem muitos sociólogos que vêm de fora, moram uns dias, meses na favela para fazer pesquisa. “Eles dizem que vão tentar ajudar, criar isso e aquilo, depois vão embora. Eles ganham dinheiro com a miséria dos outros”. O jovem relacionou a figura do pesquisador com os turistas que vão visitar a favela: “eles vão para a Rocinha para ver as coisas ruins, para ver a pobreza, como os jornalistas que querem ver a lágrima. Não tem nada para eles fazerem na Rocinha. Podiam ver as coisas boas, mas não, querem só ver as ruins”. Os moradores se queixam, portanto, da falta de compromisso do pesquisador que não possui uma preocupação com os desdobramentos do seu trabalho para a vida daqueles que participaram do processo de investigação.

Ao longo das incursões no campo, conhecemos pessoas e lugares diferentes, que passavam por momentos difíceis. Sabemos que a pesquisadora também se encontra limitada do poder de transformar diretamente a realidade investigada. Recebemos alguns convites para reuniões, assembleias, manifestações, participamos de alguns desses encontros, mas depois eles tiveram de ser recusados, considerando a urgência de finalizar a investigação empírica. Os prazos e os compromissos institucionais obrigaram a pesquisadora a interromper o seu envolvimento com os jovens e os outros moradores, se distanciando de uma militância mais próxima e ativa. Nesse momento, era necessário retomar a escrita, analisar o campo, refletir sobre as entrevistas e as experiências vividas. Entendemos que há diferentes formas de “participar da história” do outro, uma delas é dar visibilidade aos seus pontos de vista, através

da produção de um conhecimento a ser compartilhado. Ao escrever sobre as histórias dos jovens, procuramos pôr em diálogo as vozes de outros autores com as experiências do campo, com o intuito de criar novas perspectivas que nos permitam compreender o mundo em que vivemos.

Temos uma preocupação sobre as repercussões que a pesquisa pode trazer para as vidas dos jovens e as questões de ordem ética e política que envolvem a produção de conhecimento. Diversas vezes refletimos sobre a relevância da pesquisa não apenas para a pesquisadora, mas para os participantes que colaboraram ao longo do processo de investigação. Na entrevista com Mauro, que teve cerca de duas horas de duração, percebemos que, no início, a pesquisadora seguia o roteiro de perguntas e o jovem as respondia. Por volta de uma hora, quando parecia que a entrevista já tinha se esgotado, houve o interesse do jovem de saber mais sobre quem era a pesquisadora e as outras pessoas que estavam sendo entrevistadas, como ilustram as seguintes perguntas realizadas por ele: “mas você tem quantos anos?”, “você queria essa profissão, quando você era mais nova ou aconteceu?”, “você mora aonde?”, “e como você está fazendo pra achar as pessoas?”, “quais os lugares você já foi?”, “o que você tem achado dos resultados?”. Esse momento foi delicado, pois até que ponto a pesquisadora poderia revelar suas opiniões? De que forma isso poderia direcionar o posicionamento do entrevistado? Como a entrevista já estava no final, a pesquisadora se sentiu a vontade para responder as questões levantadas pelo jovem, o que criou uma proximidade entre eles. Em seguida, Mauro sugeriu novos lugares para a pesquisa, contou sobre como via outras favelas da cidade e se mostrou disponível para fazer o contato com jovens que pudessem ser entrevistados. Como notamos na passagem a seguir:

... E o Vidigal é um morro, o Vidigal é excelente pra sua pesquisa sabe por quê? Porque o Vidigal ele é um morro e não é um morro, porque o Vidigal no meio dele tem a área nobre, onde só mora gente rica. E ali em torno dos prédios antigamente, morava a classe famosa praticamente toda, ali que era o reduto da cultura, morou a Marília Pera, então o Vidigal é um morro diferente, ele sempre foi um morro diferente (MAURO, 20 anos).

Nesse caso, o jovem passou a colaborar diretamente nos rumos da pesquisa, problematizando algumas escolhas e sugerindo outras. Foi interessante abrir espaço para que ele pudesse participar não somente respondendo as perguntas da entrevista, mas também ouvir suas impressões e refletir sobre suas propostas para a investigação empírica. No final do encontro ele comentou: “porque esse projeto tá muito legal, gostei pra caramba, a sua proposta de trabalho, eu achei interessante. Porque realmente a mudança dessas pessoas é muito grande, essas pessoas passaram por processos muito grandes e mudou muito a cabeça

delas”. Na última frase, Mauro se refere “as pessoas”, ao invés de usar os pronomes “nós” ou “eu”, parecendo querer se distanciar dos outros moradores. É como se naquele momento ocorresse um deslocamento das posições iniciais, tornando a fronteira entre as funções de entrevistador e entrevistado menos definida. Ele parecia ter se identificado com o tema proposto, demonstrando o desejo de assumir a posição de pesquisador também. A pesquisa fazia sentido para o jovem, exercendo o seu caráter de “intervenção” ao levantar novos questionamentos e reflexões.

### **3.5. Autoria, autorização e anonimato: implicações éticas do uso dos dados na pesquisa com jovens**

Um trabalho apresentado por um doutorando durante o estágio realizado na Universidade Paris 7, na França, nos causou um grande estranhamento. A pesquisa era sobre a opressão e os mecanismos de emancipação de funcionários de limpeza que trabalhavam numa loja de departamentos. O jovem pesquisador, com o intuito de realizar o seu campo, participou de uma seleção para se tornar funcionário da loja. Ele não contou para os patrões que estava ali na função de pesquisador; a sua entrada se deu como acontece com os demais trabalhadores. Durante os meses em que esteve ali, cumpriu todas as exigências que foram feitas aos funcionários de limpeza. Depois de um tempo, selecionou alguns colegas de ofício para realizar entrevistas sobre os mecanismos que eles usavam para resistir àquela situação considerada opressiva. Ele explicou que as gravações eram feitas para ajudar na construção de um livro, que gostaria de escrever, não deixando claro que a investigação fazia parte da produção da sua Tese de Doutorado a ser apresentada na universidade.

O pesquisador, nesse caso, se passou pelo seu objeto de estudo, negando a diferença e alteridade diante daqueles com quem convivia fazendo a limpeza da loja. Ele quis “sentir na pele” o que o “outro” vive. Durante esse período, pode observar os comportamentos dos colegas, da instituição, e fazer o esforço para se colocar no lugar deles, o que contribuiu para a sua interpretação das falas dos entrevistados. No entanto, podemos refletir sobre as questões éticas que atravessam essa postura do investigador. Os funcionários dirigiam as suas falas a um colega, àquele que consideravam ser “um igual”. Porém, havia um abismo entre eles, que faz parte da própria situação de pesquisa. Considerando que toda a fala possui um endereçamento, uma intenção para quem ela se dirige, certamente, em outro contexto, as mesmas pessoas dariam depoimentos diferentes sobre o trabalho delas. A narrativa é sempre dirigida ao outro e, por isso, não trata apenas do sujeito que está falando, mas da situação e do

outro que está ouvindo. Os trabalhadores estavam participando durante meses de uma pesquisa, sendo observados, sem que soubessem que suas ações e falas ali seriam interpretadas e analisadas para a construção de um conhecimento exterior ao grupo. Diante desse caso, podemos questionar se eles não deveriam ter sido perguntados se gostariam de participar da investigação, desde o dia em que o pesquisador começou o seu trabalho de campo e não somente no momento de realização da entrevista individual.

Quando o doutorando foi questionado por estudantes que assistiam a sua apresentação na universidade sobre os motivos pelo qual não revelou com clareza o objetivo das entrevistas para os funcionários de limpeza, o pesquisador disse: “eles não iriam entender”. A convicção que antecipa a investigação de que “o outro é incapaz de compreender o que eu faço”, pode ser entendida como uma forma do pesquisador se colocar numa posição de saber acima dos participantes. Desse modo, cabe a nós perguntar: se há uma diferença já dada que impossibilita os entrevistados entenderem os objetivos da pesquisa, seria o pesquisador apto a compreender o que diz os participantes? O pesquisador não tornou claro para os entrevistados os objetivos e os desdobramentos do seu trabalho para que eles tivessem recursos para escolher participar ou não da pesquisa. Ele não problematizou a desigualdade de poder entre as posições que separam o pesquisador do pesquisado, entre aquele que pode ou não falar e ser ouvido. Essa assimetria foi “camuflada” ou “silenciada”, enquanto poderia ter sido trazida à tona como um elemento a ser trabalhado.

A pressuposição de uma igualdade entre o pesquisador e pesquisado está posta na potencialidade do pesquisado falar em seu nome, a partir de uma perspectiva que lhe é própria. Ao afirmar que os participantes não conseguiriam compreender o que é escrever uma Tese de Doutorado, o pesquisador não se abre para o imprevisível do que poderia ser perguntado e questionado pelos outros sobre o seu trabalho. Esse caso nos ajuda a refletir sobre questões de autorização, que diz respeito à aceitação e à concordância de participar de uma situação de pesquisa, cujas ações, opiniões, sentimentos, comportamentos, entre outros elementos que compõem a subjetividade, vão servir como objetos de análise para o pesquisador.

Castro (2008) afirma que a pesquisa com crianças introduz uma dimensão singular na produção de conhecimento que é a da desigualdade estrutural entre pesquisador e pesquisado. Crianças são consideradas dependentes do ponto de vista emocional, imaturas do ponto de vista educacional e social, incapazes do ponto de vista político, são menores juridicamente, ocupando, assim, posições de sujeitos estruturalmente desiguais em relação ao adulto. Essa questão demanda um posicionamento do pesquisador que, por um lado, pode naturalizar a

posição de desigualdade que crianças ocupam no mundo, assumindo-a como inevitável e inquestionável nos dispositivos da pesquisa. Ou, por outro lado, pode problematizá-la numa concepção distinta de infância que vai demandar outros dispositivos de pesquisa. No último caso, pesquisador e criança, embora diferenciados, constituem-se reciprocamente enquanto sujeitos pelas práticas de significação e no que essas práticas produzem. Envolve um processo pelo qual não é possível antecipar totalmente os fatores que podem ser relevantes e que podem acometer a pesquisa (CASTRO, 2008).

Em todas as entrevistas e grupos de discussão que fizemos perguntamos aos jovens se gostariam de participar e explicamos os objetivos da pesquisa. Quando fomos às favelas fazer as entrevistas, muitas vezes, os nossos mediadores nos apresentaram pessoas que poderiam ser entrevistadas. Mas elas ficaram tímidas de dar entrevista, perguntavam se ia ser rápido, inventavam desculpas que revelavam que não tinham interesse em participar da pesquisa. Quando aceitavam, diversas vezes os jovens perguntaram com curiosidade sobre como é a universidade, o que é o doutorado, como funciona, e de que maneira iríamos utilizar essas informações fornecidas por eles.

No grupo de discussão da Rocinha, os jovens estavam cursando o Ensino Médio e tinham interesse em saber mais informações sobre a universidade como uma forma de ajudá-los a pensar sobre o seu futuro. Eles fizeram perguntas sobre como o curso de Psicologia se estruturava, com o quê o profissional poderia trabalhar, como faziam para entrar na faculdade, como era a UFRJ, entre outras. Percebemos que os jovens aproveitaram a nossa presença para tirar dúvidas também de assuntos que lhes interessavam. Nesse momento, se apresentar como doutoranda da UFRJ possibilitou a abertura de um canal de comunicação com os jovens que não poderia ter sido previsto, mas que contribuiu para a aproximação da pesquisadora com o grupo.

Em todas as entrevistas e grupos de discussão que realizamos pedimos a autorização dos jovens para fazer a gravação do áudio. Explicamos que o material gravado depois seria transcrito para então utilizarmos suas falas no texto. Inicialmente, uma menina não queria que a sua entrevista fosse gravada e preferia que fosse apenas uma conversa. A pesquisadora explicou que com a gravação poderia escutar outra vez a entrevista e compreender coisas que escapam durante o diálogo. Também seria obrigada a fazer anotações o que, às vezes, atrapalha o andamento de uma entrevista mais longa. Por fim, a pesquisadora garantiu que, de forma alguma, o material seria usado para expor as suas opiniões de forma a prejudicar a jovem. Depois de ponderar, a menina permitiu que suas falas fossem gravadas. Garantimos a

ela, e a todos os participantes, que seus nomes não seriam divulgados ao longo da análise dos dados para evitar que eles pudessem ser identificados e criar, assim, um clima de confiança.

Uma discussão importante sobre o tema da autorização é se o pesquisador deve ou não revelar os nomes daqueles que participaram do processo de investigação. A substituição dos nomes por outros, de abreviações ou do uso das iniciais trazem repercussões no produto final. Em geral, os pesquisadores modificam os nomes como uma forma de manter o anonimato, preservando a identidade e garantindo a confiança do participante. Ao saberem que os seus nomes não serão revelados, muitos se sentem a vontade para falar aquilo que pensam de maneira espontânea, sem medo de sofrer represálias. No entanto, para Kramer (2002), em alguns casos específicos, manter o primeiro nome das crianças no trabalho final pode ser positivo, pois elas podem se reconhecer ao lerem os textos futuramente. Mas é preciso manter a preocupação de não revelar o nome da escola, o que torna mais difícil para pessoas que não participaram da pesquisa saberem de qual criança se trata.

Kramer (2002) analisa alguns trabalhos em que os pesquisadores decidiram perguntar para as próprias crianças sobre quais nomes elas gostariam de ser chamadas ao longo da dissertação ou tese. As crianças deram nomes relacionados a pessoas que elas admiravam, como artistas e jogadores de futebol famosos. Dessa forma, a pesquisa ganhou novos elementos para a reflexão sobre a vida dessas crianças pesquisadas e do universo que as circunda. Embora as sugestões de nomes dados não terem sido usados da maneira como a pesquisadora previa, pois poderia desviar a atenção do leitor para outras questões que não seriam trabalhadas no texto, serviu como material empírico em sua análise.

A partir dessa discussão, decidimos também perguntar para alguns jovens que participaram do trabalho de campo como eles gostariam de ser chamados ao longo da Tese. Pensamos que, dessa maneira, poderíamos evitar uma escolha arbitrária por parte da pesquisadora, e de outro lado, se o texto chegasse aos jovens, eles poderiam se reconhecer nas falas selecionadas. No entanto, percebemos que essa ideia não teve muita adesão entre os entrevistados. Muitos responderam “ah, tanto faz, pode escolher” outros falaram que poderia aparecer o nome e que não se importavam com isso. Em um grupo de discussão com jovens, esse foi um momento divertido em que eles puderam falar sobre os seus apelidos, como são chamados na escola e na família e deram sugestões, tais como: “Cheirosa”, “Chokito”, “Pocahontas”, “Forlan”. Preferimos não seguir esses apelidos, uma vez que poderiam desviar a compreensão do texto com outras questões que não foram exploradas no trabalho empírico. Na maior parte das vezes, nos referimos aos participantes do grupo de discussão, como o ou a “jovem”, “menino” ou “menina”. Criamos nomes fictícios para os entrevistados e somente

para aqueles que participaram de forma mais intensa da atividade em grupo. Em relação às fotografias tiradas pelos jovens, também identificamos os autores com os nomes fictícios usados nas entrevistas.

Uma vez com a autorização dos jovens, uma questão importante é a reflexão sobre os limites éticos dos usos do material adquirido por parte do pesquisador. Durante o trabalho de campo, uma jovem quis compreender de que maneira iríamos utilizar suas falas. Havia a preocupação se elas seriam distorcidas ou divulgadas de maneira tendenciosa. Como percebemos no trecho a seguir:

A ideia do seu doutorado é colocar essa mudança de como está acontecendo na vida das pessoas, aí você pega e emprega com suas palavras? (...) porque quando você faz uma matéria, um escrito pra faculdade tem que ser verdadeira, você não pode criar, achar, eu acho que isso ou aquilo, não pode... por exemplo, você não pode olhar para a televisão e achar que é isso que esta acontecendo (ANDREIA, Providência).

Essa fala da jovem refletia o momento atual que a cidade passava com muitas manifestações e repressões policiais. Andreia fazia parte de um grupo que tinha sido muito criticado pelos jornalistas das principais emissoras de televisão. Havia uma preocupação se a pesquisa poderia produzir conteúdos falsos ou mentirosos, distorcendo suas falas e opiniões sobre o processo de revitalização da Região Portuária e das intervenções do poder público nas favelas. Para criar um clima de confiança, a pesquisadora explicou os objetivos da entrevista e como é feita a análise das falas dos entrevistados. Consideramos o seu questionamento importante, pois como garantir que o texto seja “verdadeiro”, fiel aos posicionamentos dos jovens?

Entendemos que a presente pesquisa não busca refletir a realidade nos termos mais objetivos possíveis, mas produzir um conjunto de interpretações capaz de tornar inteligível um fenômeno. Na análise e discussão dos resultados, criamos interpretações a partir de acontecimentos e falas selecionadas do trabalho de campo na tentativa de construir um conhecimento sobre as memórias e as relações que os jovens têm com os lugares onde vivem. A apresentação dos resultados possui um caráter narrativo, considerando que a realidade e seus fenômenos são dinâmicos e não podem ser apreendidos em si (MAYORGA, 2013). Isso implica uma responsabilização do pesquisador em tornar visível as condições que levaram a determinadas interpretações e não a outras. Essa reflexão envolve questões éticas e políticas, no sentido de avaliar como interesses de grupos hegemônicos podem também se reproduzir na pesquisa.

Sato & Souza (2001) fazem uma diferenciação entre o emprego do termo “dado” e do “fato”. O “dado” nos remete ao realismo, a uma concepção de realidade que existe independentemente do pesquisador cuja natureza pode ser compreendida. Nesse caso, a tarefa do pesquisador é produzir relatos que correspondem à realidade existente. Já o termo “fato” corresponde a uma perspectiva de que as pessoas constroem o mundo social pelas suas interpretações sobre ele e pelas ações baseadas nessas interpretações. Assim, nos alinhamos à última perspectiva, pois entendemos que os dados não estão prontos para serem colhidos. Eles são construídos a partir de uma seleção de acontecimentos considerados significativos e pelo trabalho de interpretação do pesquisador. A produção do conhecimento não é uma ficção, pois segue critérios estabelecidos coletivamente de coerência, utilidade, inteligibilidade, moralidade.

Há ainda um problema que atravessa a pesquisa de como tornar a produção de conhecimento acessível e disponível aos participantes. Podemos nos perguntar sobre qual a melhor maneira de devolver os resultados da investigação aos jovens, de forma interessante para eles também. A pesquisa pode revelar às condições sociais e subjetivas dos jovens pesquisados, podendo ser usados por eles para dar visibilidade as suas causas e desnaturalizar convicções. Dessa forma, é fonte de preocupação as implicações e os impactos sociais que a produção do conhecimento pode ter na vida deles. No presente trabalho pensamos em enviar para os participantes uma versão resumida do texto, agendar um encontro com eles para apresentar os resultados e promover uma discussão com todos que participaram da pesquisa. Nesse momento, eles poderiam compartilhar suas impressões e opiniões acerca da apresentação dos resultados e conhecer jovens de lugares diferentes que vivenciam situações semelhantes.

Nos capítulos 4 e 5, apresentamos a análise do trabalho de campo. No capítulo 4, discutimos sobre os atuais processos em curso na cidade do Rio de Janeiro, as políticas públicas de segurança, os programas de urbanização, e os conflitos e valores que orientam sua instalação. A partir de matérias de jornais, observações participantes em reuniões, fóruns e conversas junto aos moradores, buscamos apresentar as perspectiva das pessoas que vivem em áreas menos favorecidas, que estão sendo diretamente atingidas por esses projetos.

No capítulo 5, analisamos especificamente as falas dos jovens entrevistados e dos participantes dos grupos de discussão que versavam sobre: as relações familiares, de amizade e vizinhança que compõem o lugar onde moram; o posicionamento dos jovens diante das ameaças de remoção e das propostas de revitalização das áreas onde vivem; as narrativas de violência, as perspectivas e críticas ao programa de segurança pública instalado nas favelas;

as expectativas que essas intervenções públicas provocaram sobre o futuro dos jovens e da comunidade; e por fim, os sentidos dados à construção do teleférico em três favelas (Complexo do Alemão, Providência e Rocinha), ao novo lugar que elas ocupam como atrações turísticas da cidade e às relações com aqueles que vêm de fora.

#### 4 OS PROJETOS DE INTERVENÇÃO URBANA, CONFLITOS, DIVERGÊNCIAS E AS PERSPECTIVAS DOS MORADORES

Na minha rua estão cortando árvores  
botando trilhos  
construindo casas.  
Minha rua acordou mudada.  
Os vizinhos não se conformam.  
Eles não sabem que a vida  
tem dessas exigências brutas.  
Só minha filha goza o espetáculo  
e se diverte com os andaimes,  
a luz da solda autógena  
e o cimento escorrendo nas fôrmas.

Carlos Drummond de Andrade

Nesse trabalho buscamos compreender as relações afetivas que os jovens estabelecem com o lugar onde moram que estão sofrendo diversas intervenções urbanas, e como a memória pode ser usada para se contrapor aos projetos de urbanização e às ameaças de remoção. Para isso, discutimos nos primeiros capítulos a memória como transmissão geracional, os objetos capazes de fazer a mediação do presente com o passado, e a cidade como um lugar de afeto, que evoca lembranças e memórias daqueles que vivem ali. Em seguida abordamos como essas intervenções urbanas se deram ao longo da história, produzindo segregação e reforçando as desigualdades sociais. A modernização da cidade também produziu sua favelização, excluindo uma grande parcela da população que serviu de mão de obra para a sua construção. Diante do ‘problema’ favela, o Estado lidou de duas formas: uma que buscava eliminar sua presença através das remoções; e outra que assumia a sua existência e produzia obras de urbanização para torná-la mais próxima da cidade formal. Essas duas maneiras continuam presentes no contemporâneo e nesse capítulo pretendemos esclarecer como elas estão ocorrendo, especialmente, nas favelas onde realizamos as entrevistas e os grupos de discussão com os jovens.

Primeiramente, discutimos as concepções de “cidade-empresa” e “cidade-mercadoria”, que ganharam relevância no modelo neoliberal, servindo de fundamento para os diversos projetos de urbanização e a emergência do conflito diante da imposição desse modelo. Em seguida, abordamos a instalação do programa de segurança pública em favelas do Rio de Janeiro, a Unidade de Polícia Pacificadora – UPP, as principais críticas e dificuldades enfrentadas em sua implantação. Tratamos também como, nesse contexto de preparação da cidade para os megaeventos, a remoção de moradores de favelas de áreas valorizadas e que

vão receber a instalação de equipamentos esportivos se tornou uma política pública, afetando cerca de 10 mil famílias. Quando as famílias não são diretamente afetadas pelas intervenções, podem passar pelo processo de ‘remoção branca’ ou *gentrificação*, quando elas não conseguem mais permanecer no local por causa do aumento do custo de vida. Por último, contextualizamos as transformações dos lugares onde vivem os jovens entrevistados: Complexo do Alemão, Horto, Providência e Região Portuária, Rocinha e Santa Marta, considerando especificamente os projetos que estão em curso nesses locais.

O capítulo se divide em oito seções: “O projeto neoliberal de cidade, a emergência do conflito e de subjetividades políticas”; “O programa de pacificação das favelas: a busca de civilizar e ordenar a vida dos moradores?”; “As remoções de favelas e o processo de gentrificação: a produção de sujeitos desenraizados”; “As intervenções na Região Portuária e o programa Morar Carioca na Providência”; “Complexo do Alemão: a instalação da UPP, as obras do PAC e o teleférico”; “As obras do PAC na Rocinha e as críticas à construção do teleférico”; “O conflito fundiário na comunidade do Horto”; “Morro Santa Marta é favela modelo? A UPP e as ameaças de remoção do Pico”.

#### **4.1. O projeto neoliberal de cidade, a emergência do conflito e de subjetividades políticas**

Nessa seção, buscamos entender a concepção de cidade presente nas políticas atuais uma vez que essa perspectiva não está dissociada da produção dos vínculos sociais, das relações com a natureza e com os objetos, dos estilos de vida, dos valores estéticos e éticos que orientam a vida nos centros urbanos. Como Harvey (2013, p. 2) afirma “a liberdade de fazer e refazer as nossas cidades, e a nós mesmos, é, a meu ver, um dos nossos direitos humanos mais preciosos e ao mesmo tempo mais negligenciados”. Esse é não é um direito individual, pois depende do exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização. Se considerarmos que viver na cidade é uma experiência que produz modos de subjetivação, aquilo que desejamos para a cidade tem a ver com que queremos para nós mesmos.

Problematizamos se, no modelo neoliberal de cidade, que direciona as atuais intervenções urbanas, há a possibilidade do sujeito produzir rupturas e engendrar conflitos capazes de desestabilizar a ordem imposta. Frente a um poder que parece tudo controlar e dominar, quais seriam as possibilidades de ação e de emergência de subjetividades políticas? A produção de subjetividades pode ser articulada com a “experiência do político”, considerando-a como o repertório das ações humanas que surgem em torno de causas a

respeito do destino de todos nos espaços comuns (CASTRO, 2011). Nesse caso, o sujeito político se revela na sua ação no mundo, na possibilidade de mudar as coisas próximas a sua vida, que são compartilhadas com outras pessoas. Como nos ensina Arendt (2004), o agir é o que põe em movimento alguma coisa, fazendo que o improvável possa aparecer. A ação desencadeia um novo processo, sem que o indivíduo possa prever todos os desdobramentos de seus atos e sem poder desfazê-los. A partir da teoria da ação (CASTRO, 2001) podemos repensar a participação de crianças e jovens, uma vez que são considerados capazes de intervir na construção do mundo, assim como os adultos. A capacidade de agir iguala crianças, jovens e adultos, pois todos colaboram na produção e reprodução da vida e da cultura.

Muitos dos projetos em curso na cidade do Rio de Janeiro hoje têm se concentrado em áreas que passam por um processo de valorização, afetando, principalmente, a vida dos moradores mais pobres. Atualmente, o neoliberalismo criou sistemas de governança que integraram os interesses estatais e empresariais, garantindo que os projetos governamentais para as cidades favoreçam as grandes empresas e as classes mais altas. Para Harvey (2013), o investimento capitalista na transformação das cidades tem acarretado repetidas ondas de reestruturação urbana, através da “destruição criativa”, fazendo com que os marginalizados do poder político sejam aqueles que mais sofrem com esse processo. Para a construção desse novo mundo urbano sobre os destroços do velho, a violência se faz necessária sobre a classe menos favorecida. O valor fundamental que poderia orientar a administração da cidade, como a reprodução da vida e o bem-estar de seus habitantes, é substituído pela concepção da cidade como mercadoria.

As obras que estão em curso de preparação da cidade do Rio de Janeiro para receber a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016) têm como fundamento tornar a cidade competitiva na escala global. Esses megaeventos se baseiam em experiências internacionais consideradas bem-sucedidas, tais como: Barcelona (Jogos Olímpicos, 1992), Lisboa (Expo'98), Sevilha (Expo'1992), e buscam replicá-las no Rio de Janeiro, sem considerar as características e as demandas locais. Para a realização dos megaeventos, os governantes se tornam uma espécie de vendedores em que o importante é criar uma imagem atraente da cidade que participa da disputa do mercado internacional, como fizeram para convencer os membros do Comitê Olímpico Internacional (COI). A marca da cidade opera a partir de um campo imagético fortemente associado ao consumo: “vender a cidade significa inserir o espaço local no circuito das trocas produtivas e financeiras do capital, atraindo os fluxos globais deste circuito para a cidade, e reproduzindo uma nova forma subalterna de inserção”

(CARDOSO, 2008, p.48). Para tornar a cidade em mercadoria, recursos são investidos no marketing urbano, explorando suas belezas naturais e arquitetônicas e os potenciais do povo, encarnados no samba e no carnaval.

Podemos compreender o título conquistado pelo Rio de Janeiro, em 2012, de Patrimônio Cultural da Humanidade, dentro desse contexto. A primeira cidade do mundo a ser escolhida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) na categoria Paisagem Cultural, o Rio teve um reconhecimento internacional da sua beleza natural somada à intervenção humana. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN destacou na candidatura os ícones da cidade: o Pão de Açúcar, o Corcovado, a Floresta da Tijuca, a Praia de Copacabana e a entrada da Baía de Guanabara, entre outros. Com a contemplação desse título, a cidade poderá ter acesso a fundos internacionais para políticas de preservação de sua paisagem tombada. Dessa maneira, a “cidade maravilhosa” construída no projeto de inserção do Brasil na modernidade, no início do século XX, é reeditada hoje para atrair, com a sua beleza, turistas, espetáculos e investidores.

No discurso hegemônico, é comum ouvir que as cidades competem entre si ou que as cidades precisam desenvolver sua capacidade de inovação. O que chama atenção é que a cidade se transforma em sujeito da ação social. Conforme afirma Ferreira (2011, p. 141)

as cidades não são agentes nem atores sociais. A produção do espaço se dá através de relações sociais especialmente fundamentadas, em que se encontram em ação distintos atores sociais com objetivos diferentes, que por vezes estão em profunda tensão, e que interagem através de suas práticas sociais.

O espaço é produto social e, ao mesmo tempo, condição dos processos sociais em curso. Como Lefebvre (2006) ensina a cidade é obra humana, é criada nas relações sociais. Por outro lado, os cidadãos que produzem o espaço também são dominados por sua própria criação. O discurso da cidade como agente serve para tomar decisões pragmáticas, por parte de técnicos, urbanistas e planejadores, sem considerar a discussão pública. Assim, abre-se mão da participação da população sobre os rumos da cidade; não há uma discussão mais ampla sobre como queremos viver, quais as propostas e os caminhos de se chegar até esse projeto de futuro construído coletivamente.

O projeto neoliberal se fortaleceu ao longo da década de 1990, com a concepção da cidade como empresa que compete no mercado mundial. Esse projeto promove uma guerra aberta de cidades contra cidades, cada uma oferecendo mais vantagens do que a outra para atrair capitais, investimentos, turistas. A cidade passa a seguir o modelo do planejamento

estratégico, o mesmo das empresas. Em oposição às instituições do direito e do planejamento urbano que devem possuir durabilidade, as estruturas e práticas do planejamento estratégico são flexíveis. O controle político ou burocrático é considerado um entrave na capacidade da cidade de se mostrar eficiente econômica e competitivamente. Nessa perspectiva, a cidade tem de ser flexível e capaz de aproveitar as janelas de oportunidade que o mercado mundial oferece. Como afirma Vainer (2011a), o planejamento competitivo pretende ser amigável ao mercado (*market friendly*) e orientado pelo e para o mercado (*market oriented*).

O modelo neoliberal considera o mercado a forma mais adequada de alocar recursos da sociedade. Isso se deveu em parte pela crise do Estado de bem-estar social, que sustentava a promessa socialdemocrata. No caso da sociedade brasileira, as estruturas desse Estado de bem-estar social nunca foram de fato erguidas, a não ser pela ideia de integração através do crescimento econômico, da universalização do trabalho assalariado e da publicização de uma esfera de direitos (CARDOSO, 2008). Podemos pontuar que, no Rio de Janeiro, o “interesse de todos”, representado na figura do Estado, na verdade, sempre consistiu nos interesses de uma elite, deixando de lado a maioria da população. Como coloca Abreu (1997, p 11):

Este [o Estado], longe de ser um agente neutro, atuando em benefício da sociedade como um todo, como prega o pensamento liberal, ter-se-ia aliado, através do tempo, a diferentes unidades do capital, expressando seus interesses e legitimando suas ações precursoras. Por conseguinte, o modelo segregador do espaço carioca teria sido estruturado principalmente a partir dos interesses do capital, sendo legitimado e consolidado indiretamente pelo Estado.

Atualmente, o “interesse comum” não serve como um horizonte para o planejamento urbano. A discussão pública sobre o que queremos construir e preservar, quais os valores que devem ser privilegiados, quais áreas e grupos devem ser favorecidos, entre outros aspectos também é deixada de lado. Nesse sentido, há uma substituição da política pela negociação com a esfera privada, em que as decisões públicas são tomadas de forma técnica ou funcional. Os planos estratégicos se inscrevem em uma referência histórica e política distinta da ideia do direito à cidade, o que significa a subordinação da política à gestão (CARDOSO, 2008). Perde lugar o planejamento moderno, compreensivo, fortemente marcado por uma ação diretiva do Estado na elaboração dos zoneamentos e dos planos diretores.

O projeto neoliberal de cidade descarta a participação da população, privilegiando uma ordenação prévia e excludente de quem pode participar e como pode participar, em termos de quais canais estão legitimados para a política. Só participam aqueles que possuem credenciais conferidas pela ordem jurídico-legal. A esfera pública abriu mão do conflito, inerente a pluralidade dos seres humanos e também dispensou a possibilidade de estabelecer o diálogo

em direção a acordos e consentimentos. “Como consequência a política democrática foi privada da sua dimensão normativa, começando a ser concebida em termos puramente instrumentalistas” (MOUFFE, 2000, p.8). O interesse comum serve como horizonte, é algo que guia as nossas ações, mas que nunca se completa, pois sempre existirá um elemento externo constitutivo: “algo exterior a comunidade que torna possível a sua existência” (MOUFFE, 1996, p. 95). Por mais que pensemos na construção de um elo comum capaz de unir as pessoas, não devemos considerá-lo como um consenso racional e estático capaz de trazer a paz na comunidade. Concordamos com a autora quando afirma que o consenso é sempre um acordo provisório e temporário, pois o conflito é algo inerente ao espaço público e não algo que deva ser superado. Qualquer forma de consenso sempre exclui alguém que não pode participar da esfera pública, e essa divisão é um elemento constitutivo da política. O conflito entre perspectivas e formas diferentes de se estar no mundo, do embate entre “nós” e “eles”, é extremamente necessário para se manter a pluralidade.

No modelo neoliberal, a igualdade não precisa ser assegurada pelo Estado, pois o mercado ficaria encarregado dessa responsabilidade. Assuntos de interesse comum, como a expansão dos equipamentos de consumo coletivo, crescimento desordenado, regras de uso do solo e movimentos sociais foram retirados do debate político e da decisão democrática. Contudo, os investimentos dependem de uma contrapartida dos governos locais, que oferecem ajuda e incentivos fiscais, mão de obra barata, atenuação da legislação ambiental, da regulação do uso e da ocupação do solo urbano. Uma das principais características desse modelo é a parceria público-privada, na qual o setor público assume os riscos, associado ao desenvolvimento especulativo, e o setor privado fica com os benefícios (FERREIRA, 2011).

Há uma orientação de criar um ambiente favorável aos negócios, o que leva ao direcionamento dos investimentos e das inovações para áreas de interesses do desenvolvimento capitalista. Desse modo, o Estado que deveria defender os interesses coletivos trata predominantemente dos interesses privados, favorecendo as grandes empresas e as classes mais altas. Harvey (2013, p. 10) critica o neoliberalismo e os sistemas de governança que integraram os interesses estatais e empresariais, e assevera: “aumentar a proporção do dinheiro em poder do Estado só terá um impacto positivo se o próprio Estado voltar a ficar sob controle democrático”.

A aplicação do planejamento estratégico em cidades parte da existência de uma forte crise urbana em todas as suas dimensões. O processo de desindustrialização, o crescimento do desemprego, as privatizações, entre outras questões marcaram a crise das cidades (CARDOSO, 2008). No caso do Rio de Janeiro, podemos afirmar que a cidade passou por

uma crise da urbanidade, desde a década de 1980 devido à violência urbana. Notícias frequentes de tiroteios entre traficantes e policiais geraram um clima de insegurança e medo na cidade. A ambição de romper com um período de estagnação econômica da cidade, de redefinir o seu lugar econômico e político em âmbito nacional e internacional fez com que essas noções da “cidade-ator”, “cidade-empresa” e a competição no mercado mundial de cidades se tornassem atrativas para os governantes e para o capital privado. A sensação de crise é aguçada pela tomada de consciência da globalização da economia. Cria-se, então, um acordo entre os atores públicos e privados, uma liderança política carismática, a vontade conjunta e o consenso entre cidadãos para que a cidade se desenvolva, do ponto de vista físico, econômico, social e cultural. “Se fosse uma empresa, e afinal é isso que se pretende uma ‘cidade competitiva’ adote como parâmetro, se estaria empregando o velho jargão do ‘vestir a camisa’” (CARDOSO, 2008, p. 44).

O caso do Rio de Janeiro se enquadra nesse debate, pois assistimos a um apelo imenso para que o carioca tenha “orgulho da sua cidade”. A Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos vêm fortalecer ainda um patriotismo nacional, através das competições esportivas entre times de diferentes nacionalidades. Esse “patriotismo de cidade” (BORJA, 1996) dificulta o enfrentamento de posições divergentes sobre como essas reformas devem ser feitas, uma vez que aqueles que discordam da maneira pela qual as negociações vêm ocorrendo e propõem uma nova perspectiva sobre a cidade são acusados de estarem torcendo pelo fracasso dos megaeventos, de serem “antipatriotas”, e de estarem pondo em risco a imagem da cidade. Por isso, “o conflito deve ser banido para que o único conflito que interessa seja conduzido com sucesso: o conflito competitivo, o conflito empresarial – a cidade-empresa em competição com outras tantas cidades-empresas” (VAINER, 2007, p.3).

Cada vez mais os cidadãos decidem menos sobre o que vai determinar as suas condições de vida, pois há a eliminação da participação política. O Rio de Janeiro tornou-se objeto de negociação num processo de desqualificação da política. Como Vainer (2011b) afirma, uma empresa tem de fazer negócio, não dá para fazer democracia. A cidade em que a negociação *ad hoc* impõe-se sobre a regra geral é uma cidade cada vez mais regida pela exceção. Tomando como suposto que não há divergências políticas e ideológicas, uma vez que é preciso incentivar a produtividade e a competitividade para o crescimento da cidade, os seus rumos passam a ser considerados “assuntos locais” a serem negociados entre o poder local e as empresas privadas. Por outro lado, torna-se necessário convencer a população de que a melhor alternativa só pode ser a planejada pelos especialistas. Nesse contexto, os

megaprojetos ganham relevância, pois parece legitimar os governantes a decidirem e realizarem as intervenções na cidade.

Mouffe (2000) critica a perspectiva de que “não há alternativa ao mundo neoliberal”, pois a ordem sempre pode ser substituída por outra. Ela afirma que as práticas hegemônicas criam e sedimentam a ordem social, excluindo outras possibilidades, enquanto as práticas contra-hegemônicas são tentativas de subverter essa ordem estabelecida. Ela critica o consenso na política democrática e a posição de que um “mundo sem inimigos” seria possível. Para a autora não existe uma sociedade sem divisão, pois essa perspectiva refusa o antagonismo como uma dimensão constitutiva do político. A concepção de uma sociedade democrática, bem conduzida, livre do antagonismo e sem exclusão, resulta na ilusão de que é possível estabelecer um nós sem um eles. Ao contrário do que o pensamento neoliberal prega, a especificidade da democracia não está na superação dessa oposição, mas o modo como ela se dá.

Da mesma forma que a identidade individual precisa demarcar uma diferença em relação ao outro para se constituir, na democracia é preciso afirmar um “nós” que necessariamente mantém de fora um “eles”, aqueles que foram excluídos da comunidade política. É necessário conceber formas democráticas como essencialmente conflituosas, imbricadas nos processos de constituição identitária cujo fundamento se caracteriza pela divisão, pela separação e pelo conflito. As intervenções nas cidades alteram a vida de algumas pessoas mais do que de outras. Há projetos de cidade que são incompatíveis entre si, há um embate, uma luta pelo espaço que, muitas vezes, não são explicitados e cuja lógica neoliberal pretende silenciar em busca de um consenso. A eliminação do conflito seria também o fim das identidades, uma vez que a consideramos sempre como relacionais.

A cidade é fragmentada, formada por diferentes identidades que estão o tempo todo entrando em conflito. Pensar na construção de uma cidade diferente da concepção liberal pode nos ajudar a trazer os conflitos presentes na vida em sociedade para serem debatidos no espaço público. Este requer que os indivíduos tratem os outros considerados diferentes não como inimigos que devam ser eliminados e excluídos, mas, nos termos de Mouffe, como adversários. Ao considerarmos o ‘outro’ como adversário, ele é tratado como alguém que tem o direito de existir e, cujas ideias devem ser combatidas por incessantes negociações e não excluídas do debate. Pressupõe-se uma igualdade – a capacidade e o direito de falar – o que possibilita o diálogo com o ‘outro’. “Exige que, no contexto da comunidade política, o opositor seja considerado, não como um inimigo a destruir, mas um adversário, cuja

existência é legítima e tem que ser tolerada. Lutaremos contra as suas ideias, mas não poremos em causa o seu direito de defendê-las” (MOUFFE, 1996, p.15).

No modelo atual de democracia, crianças e jovens foram vistos como aqueles que ainda não possuem as características necessárias para a participação plena no espaço público, devendo passar por um longo processo de preparação e socialização para se tornarem cidadãos adultos. A comunidade política não quis saber das crianças e dos jovens, concebendo-os como atores ainda não ‘prontos’ para atuarem no espaço público. Eles estariam em período de moratória social, isto é, um momento de espera para participar plenamente da vida política. Enquanto aguardam a maioria, crianças e jovens são protegidos e tutelados pelos adultos, circunscrevendo suas ações ao mundo privado da casa e da escola.

Gayatri Spivak (2010), no texto “Pode o subalterno falar?”, discute a questão da agência dos sujeitos em posição subalterna, a partir do questionamento se eles poderiam “falar”. A autora usa o termo “subalterno”, não apenas como um sinônimo para o oprimido, mas como a representação daqueles que não conseguem lugar em um contexto globalizante, capitalista, totalitário e excludente. A condição de subalternidade é a condição do silêncio para Spivak, ou seja, o subalterno carece necessariamente de um representante por sua própria condição de silenciado. A partir dessa perspectiva sobre a capacidade de agência dos subalternos, podemos questionar se os jovens moradores de favelas também se encontram nessa mesma posição e se eles podem falar de alguma injustiça que concerne a todos, mesmo que nem todos a experienciam em igual proporção (CASTRO, 2011).

Castro (2011, p.301) afirma que “esta ‘fala’ no espaço público implica constituir-se enquanto um sujeito que pode dizer, que tem o que dizer e tem a quem dizer. Portanto, a ‘fala’ enquanto ação política constitui o sujeito político neste mesmo ato”. Os sujeitos políticos seriam aqueles capazes de emitir uma fala pública potente para influir no curso e no destino da vida coletiva. A autora discute se os discursos juvenis que aparecem no cenário atual podem denunciar situações de opressão e injustiça, sofridas pelos próprios jovens e, ao mesmo tempo, nos fazer ver e querer ampliar os sentidos da igualdade e da justiça entre nós. “Neste sentido, as falas juvenis promoveriam, a partir do lugar singular em que os jovens estão, deslocamentos contra-hegemônicos pelo fato de articularem novas linguagens para a verificação da igualdade e da justiça” (CASTRO, 2011, p.301):

Quando os jovens agem nas favelas se manifestando contra as remoções, as ações da polícia e do poder autoritário do Estado vemos suas “falas” serem capturadas por um senso comum, que impede a compreensão de quem é aquele jovem, quais os problemas ele vivencia

e quais são suas reivindicações. Os jovens pobres, moradores de favela, muitas vezes são objetivados, naturalizados e inseridos na categoria daqueles “sem saída” (RIBEIRO & LORENÇO, 2003), isto é, aqueles com quem não há diálogo socialmente esperado ou exigido, como os traficantes e criminosos. Essa rotulação é repetida diversas vezes, de forma preconceituosa, tendo efeito nos processos de subjetivação dos jovens e na sua inserção social. Há, assim, uma desvalorização das opiniões e ações dos jovens moradores de favelas, que são logo tachados como “bandidos” ou manipulados por traficantes. As causas de suas lutas e reivindicações não conseguem ganhar visibilidade pública, diante dessa fácil associação do jovem pobre, morador de favelas, à violência e à criminalidade. Em estudo anterior (PÉREZ, 2009), os jovens expressaram o desejo de produzir algum efeito no lugar em que vivem, mas se sentem impotentes diante dos problemas que os afetam e não sabem como podem agir de forma a causar algum impacto. Entendemos que o sentimento de impotência não se limita aos jovens, pois os adultos também se sentem, muitas vezes, incapazes de verem as suas ações repercutirem numa estrutura social que parece ser inabalável.

Muitos jovens se recusam a aceitar passivamente o período de moratória social que lhe é concedido e tentam também participar da construção da sociedade, a partir de suas possibilidades e potencialidades. Assim, ao invés de aguardarem por um momento de participação legitimada que se concretizaria na vida adulta, os jovens procuram realizar movimentos espontâneos e criativos que condizem com o momento de vida pelo qual estão passando. Os jovens se aventuram ao se engajarem em movimentos sociais, estudantis, trabalhos solidários, e nas mais diferentes formas de participação. Com essas ações, eles almejam dar sentido para a sua vida e se sentir capaz de interferir no mundo a sua volta, de poder “fazer alguma coisa”. É uma mobilização frente às injustiças e desigualdades sociais, e um ‘dever de agir’ em relação a elas (CASTRO, PÉREZ e SILVA, 2009).

Ultimamente, a expansão do acesso à internet entre os jovens brasileiros têm permitido a comunicação com pessoas de diferentes lugares do mundo, o livre acesso aos fóruns de discussão e a troca de informações. Há uma proliferação de blogs e redes sociais, nos quais os jovens podem expressar suas impressões cotidianas, disponibilizar informações que consideram importantes, expor os seus trabalhos, denunciar situações que consideram injustas, entre outras. Embora possua uma natureza diferente dos espaços onde os jovens podem estar face a face, a internet vem sendo usada como uma ferramenta importante para promover a discussão e a troca entre os jovens. Quando eles podem falar das suas experiências cotidianas, daquilo que vivenciam no espaço da família, da escola e da cidade,

podem criar laços com outros indivíduos que vivenciam experiências semelhantes e diferentes das suas e criar novas formas de ação.

Compreender as formas de reinvenção dos espaços públicos parece de importância fundamental para que os jovens possam ter a dizer e a contribuir para a construção da cidade hoje e para suas possibilidades futuras. “Assim, a integração social vislumbrada não é aquela que procura preservar os mitos da juventude ou criar rápidos e duvidosos consensos; mas, a que poderá advir da plenitude da política e do respeito ao outro, inclusive em sua digna face de opositor” (RIBEIRO & LOURENÇO, 2003, p.12). Nesse sentido, na análise do trabalho empírico consideramos importante saber como os jovens moradores de favelas da cidade vivenciam as transformações que estão ocorrendo no lugar onde moram, quais são os sentidos atribuídos por eles e de que maneira se sentem convocados a agir.

#### **4.2. O programa de pacificação das favelas: a busca de civilizar e ordenar a vida dos moradores?**

Dentro do quadro de transformações que a cidade do Rio de Janeiro está passando para se preparar para os megaeventos e se inserir no mercado global, temos a criação de uma nova política de segurança pública nas favelas, a Unidade de Polícia Pacificadora - UPP. Apresentamos nessa seção o contexto que essa proposta de pacificação das favelas foi elaborada; como esse programa está sendo instalado; algumas dificuldades que atravessam as relações entre policiais e moradores; a imposição de uma ‘nova ordem’ que regula as festas, os bailes *funks* e os espaços de sociabilidade. Além disso, apresentamos o programa da UPP Social que tem como proposta integrar a favela à cidade, fazendo a articulação entre as demandas locais e os serviços públicos e privados. Consideramos relevante abordar no presente trabalho essa atual política de segurança pública por dar concretude ao cenário de transformações da cidade e, especificamente, de algumas favelas do Rio de Janeiro, considerando seus efeitos nas vidas dos moradores, principalmente dos jovens.

A Unidade de Polícia Pacificadora – UPP é uma política de segurança pública criada como uma resposta à situação de violência que as favelas do Rio de Janeiro vêm enfrentando, desde os anos 1980. A redemocratização do país coincidiu com a transformação da organização transnacional do crime, afetando principalmente áreas populares da região metropolitana. Traficantes de drogas e pessoas envolvidas com o jogo do bicho impuseram constrangimentos às organizações políticas locais, inclusive com o assassinato de lideranças,

dando prosseguimento à repressão dos anos de ditadura e inibindo a adesão dos excluídos à institucionalidade democrática (BURGOS, 2006).

Com a chegada do tráfico de cocaína na cidade e o aumento da oferta e demanda, as quadrilhas passaram a ter um lucro maior. As drogas financiaram a compra de armas, levando a intensificação da violência associada às práticas criminosas. Os traficantes se tornaram cada vez mais especializados, formando uma rede de intermediários que contavam com o envolvimento de policiais e de agentes públicos e privados (ZALUAR, 2006). A intervenção do Estado nas favelas estava pautada por um modelo militarizado que contemplava invasões periódicas dos territórios, gerando intensos tiroteios e colocavam em risco a vida dos moradores das favelas, do entorno e dos policiais. Essas incursões não desarticulavam as estruturas criminais nem impediam o domínio do território pelos grupos criminosos. Confrontos cada vez mais violentos fizeram com que traficantes e policiais investissem em armamentos pesados, sofisticados e de maior alcance.

Essa política produziu efeitos na população local, principalmente nos jovens, que historicamente são as maiores vítimas da violência. De acordo com Soares (2004), são os jovens pobres e negros, do sexo masculino entre 15 e 24 anos os que têm pagado o preço da violência. A situação é tão grave que há um déficit de jovens masculinos na estrutura demográfica brasileira, como apenas acontece em países que estão em guerra. Meninos sem perspectiva e sem esperança, que vivem numa cidade marcada pela desestruturação familiar, do emprego, da degradação da autoestima, da falta de acesso à educação, cultura, lazer, passaram a ser recrutados pelo tráfico de drogas. Ao mesmo tempo em que agem de forma violenta, os jovens também se condenam a uma possível morte violenta e precoce.

Caldeira (2003) aponta para a disseminação de uma “fala do crime” composta por conversas, comentários, piadas, debates e brincadeiras, que têm como objetivo organizar as experiências de violência, cada vez mais comuns nas grandes cidades. Enquanto a experiência do crime rompe o significado e desorganiza o mundo, a fala do crime busca reorganizá-lo e estabelecer um quadro estático do mundo. A repetição das histórias serve para alimentar um círculo em que o medo é trabalhado e reproduzido, proliferando os sentimentos de risco e de perigo. Progressivamente, a cidade vai se cercando de muros, grades e câmeras com o objetivo de garantir a segurança, ao mesmo tempo são reduzidas as interações sociais e a circulação pelos espaços públicos da cidade.

Essas tentativas de organização de emoções e sentimentos vinculados à experiência de violência são muitas vezes simplistas e estereotipadas. Elas criam separações, estabelecem distâncias e segregam espaços. Nesse contexto, as favelas passaram a ser responsabilizadas

por toda violência da cidade, ganhando o estigma de “covil de bandidos”, habitat natural de “classes perigosas”. Como se fosse um inimigo a ser combatido pelas forças policiais e militares para garantir a ‘paz’, a ordem e a segurança da cidade.

Os altos índices de violência e a “fala do crime” fizeram com que imagem do Rio de Janeiro fosse atrelada a um lugar perigoso, afetando o comércio e o turismo. O governo chegou a experimentar modelos alternativos de intervenção pública nas favelas, como o Mutirão pela Paz (1999), Policiamento Comunitário, no Morro da Providência e em Copacabana, e o Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais - GPAE (entre 2000 e 2002), mas nenhum desses projetos recebeu investimentos suficientes ou teve a sua continuidade assegurada ao longo do tempo para poder ter um impacto significativo, o que também foi agravado pelas práticas de corrupção dos agentes do Estado (ZALUAR, 2006).

Neste trabalho, não pretendemos aprofundar as questões relacionadas ao aumento da violência e da criminalidade das últimas décadas, pois perderíamos o foco da nossa discussão sobre como os jovens estão vivenciando o atual momento que os lugares onde moram estão passando. Apontamos de forma sucinta apenas alguns fatores que colaboraram para a construção da imagem da favela como um lugar perigoso, temido, que precisa ser combatido para que a cidade formal ficasse protegida. As políticas nas favelas, que antes obedeciam a uma lógica “civilizatória” e de “reeducação dos favelados”, com o aumento da violência, passaram nos anos 1980 e 1990 a se voltar para a proteção da cidade contra esses espaços, no sentido de combater a criminalização.

A violência na cidade ganhou repercussões nacionais e internacionais e o país passou a ser pressionado por agências globais a buscar soluções eficazes para a segurança pública. Retomando as experiências anteriores de policiamento comunitário, em dezembro de 2008, o governo deu origem a um programa-piloto de segurança pública, a Unidade de Polícia Pacificadora - UPP, no morro Santa Marta, na zona sul da cidade. A polícia se instalou de forma permanente na favela, recuperando o território ocupado pelo tráfico de drogas. Quando o Rio de Janeiro foi escolhido para sediar a Copa do Mundo de Futebol (2014) e os Jogos Olímpicos (2016), o programa foi ampliado para atender outras áreas da cidade, com o objetivo de mudar a sua imagem negativa e retomar alguns territórios do controle do tráfico armado e da milícia.

A estratégia de instalação da UPP consiste basicamente em três etapas: no primeiro momento, policiais de uma divisão de elite (Batalhão de Operações Policiais Especiais – BOPE) anunciam a invasão do território, entram, por vezes encontrando resistência e passam a ocupá-lo. O BOPE se estabelece na favela e passa a revistar casas e moradores, buscando

apreender armas e drogas, identificar e prender pessoas suspeitas de conexão com o tráfico. Após esse momento, o BOPE passa o controle para UPP, que permanecerá indefinidamente na favela. Segundo Soares (2012), a presença policial constante e legalista impede o controle do território por parte de grupos armados e permite que o Estado atue e cumpra seu dever nas áreas de saúde, educação, saneamento, urbanização, transporte, etc.

Atualmente foram instaladas 34 UPPs (ver anexo II), a maior parte delas fica situada em favelas próximas às áreas valorizadas estrategicamente e turisticamente ou perto de instalações esportivas para a Copa do Mundo e as Olimpíadas. O objetivo é ter até 2014 quarenta UPPs, contemplando mais de cem favelas. Segundo o secretário de segurança pública Mariano Beltrame, em entrevista à Revista Época, em agosto de 2011, as decisões sobre quais favelas receberão UPP seguem alguns critérios relacionados ao índice de criminalidade, à quantidade estimada de armas, aos equipamentos públicos na favela e às áreas que estão situadas próximas às instalações esportivas e vias de acesso para os eventos esportivos. Dessa forma, esse programa está inserido dentro de um projeto maior de reestruturação urbana e de controle social considerado essencial para o bom funcionamento dos megaeventos. Outro ponto importante é que a UPP não pretende acabar com o tráfico de drogas no local, mas reduzir o seu poder sobre o território ao apreender as armas. Então, a UPP busca inibir a presença do tráfico armado e retomar o monopólio da força e da área que passa a ser ocupada de forma permanente pelo Estado.

Um dos grandes desafios da UPP está na relação dos moradores com a polícia. Essa relação se torna ainda mais tensa quando nos referimos aos jovens moradores desses territórios. Eles são os principais alvos das abordagens policiais que buscam encontrar traficantes, drogas e armas nas favelas. O jovem, negro, pobre e de baixa escolaridade é considerado uma ameaça para sociedade, um inimigo, que pode e deve ser reprimido pela polícia. Os jovens, por sua vez, guardam lembranças da polícia que invadia o morro para reprimir o tráfico, provocando tiroteios, mortes e conflitos com os moradores. Muitos deles sofreram agressões e humilhações por parte de policiais, viram amigos e familiares morrerem nesses conflitos. Essa situação de extrema violência deixa marcas difíceis de serem superadas rapidamente, permanecendo presente no imaginário dos jovens e dos policiais. No próximo capítulo, exploramos de forma mais detalhadas as relações entre a UPP e os jovens, a partir das entrevistas e dos grupos de discussão.

Existem várias denúncias de jovens que eram considerados “suspeitos” pelos policiais da UPP e que chegaram a ser torturados para contar o que sabiam sobre a organização do tráfico naquele território. O caso do morador da Rocinha, o auxiliar de pedreiro Amarildo, se

tornou emblemático das falhas desse programa de segurança. Ele desapareceu após ter sido chamado à sede da UPP para uma averiguação sobre o seu suposto envolvimento com o tráfico de drogas. Após uma grande mobilização popular para esclarecer o seu desaparecimento e a persistência da família, as investigações apontaram para o envolvimento de dez policiais militares, inclusive do capitão da UPP, na Rocinha, em práticas de tortura, seguida de morte e de ocultação do cadáver.

Assim como Amarildo, há um grande número de moradores que sumiram após a entrada da polícia na favela. Em matéria do jornal Folha de São Paulo (02/09/2013) foram divulgados dados do ISP - Instituto de Segurança Pública sobre o número de desaparecimentos noticiados em 18 UPPs, inauguradas entre os meses de novembro de 2008 e novembro 2011, contemplando do morro Santa Marta à favela da Mangueira (Anexo II). A pesquisa mostra que o número de desaparecidos subiu nessas áreas de 87 para 133, o que representa um aumento de 56%. Nas UPPs inauguradas recentemente, ainda não há dados suficientes para comparação. As três comunidades que foram propulsoras desse crescimento foram: Cidade de Deus, que passou de 18 pessoas desaparecidas no ano anterior à instalação da UPP (2008) para 49 pessoas no ano seguinte (2010); Mangueira que passou de seis desaparecidos (2010) para doze desaparecidos (2012); e Borel que de dois desaparecidos (2009) subiu para nove (2011). Os números sobre casos de desaparecimento diminuíram em seis comunidades. Ao mesmo tempo a análise do ISP revela que caiu 68% o número de homicídios, de 72 casos no ano anterior à inauguração da UPP para 23 casos no ano seguinte. A Cidade de Deus também se destaca nas estatísticas, de 36 assassinatos em 2008 para oito assassinatos em 2010.

A partir desses dados, podemos refletir se houve uma substituição do número de pessoas assassinadas para o de pessoas desaparecidas. Nesse caso, seria preciso investigar as causas desses desaparecimentos e se eles têm alguma relação com as ações da própria polícia. Outra interpretação possível para os dados é que haveria um aumento das notificações de desaparecidos porque, com a UPP, os moradores se sentem mais seguros para registrar as ocorrências. Essa interpretação valoriza a importância da presença da polícia na favela para que os moradores se sintam seguros para fazer as notificações. Podemos dizer que esses dados indicam que a polícia não deveria agir somente através da repressão e da força, mas também pela investigação dessas notificações, buscando desvelar, junto com os moradores, o paradeiro das pessoas desaparecidas. Considerando que nas favelas as pessoas conhecem umas as outras, as casas são próximas, o que facilita à escuta daquilo que acontece nos becos

e na vizinhança, certamente, existem testemunhas que possam dar pistas sobre o que aconteceu com os desaparecidos.

Soares (2010) considera que o grande problema das UPPs é estarem ligadas à estrutura militar. Diferentemente do exército, a função da polícia não é a guerra. Isso acaba levando a um conflito entre a formação militar dos policiais e a prática exigida pela polícia comunitária. Como resultado, a Polícia Militar age de forma violenta, discriminatória e repressora com os moradores da favela. O policial precisaria ter outra formação, além de mais autonomia, descentralização e flexibilidade. O trabalho de policiamento comunitário é incompatível com estrutura militar: “por mais honesto e bem intencionado que fosse, nós já temos aí um problema tremendo. A estrutura e o treinamento militar se chocam com a ideia da comunidade, direitos humanos e transparência” (SOARES, 2010, p.3). Isso justifica os dados do levantamento feito pela Folha de São Paulo (02/09/2013), a partir de relatos de moradores e documentos das polícias Civil e Militar, mostrando que há denúncias contra a atuação dos policiais em 25 das 33 UPPs, o que corresponde a 76% delas.

Enquanto não houver a desmilitarização da polícia e uma mudança na formação dos policiais, eles vão continuar vendo a sua entrada na favela pela perspectiva da guerra, considerando qualquer morador como um possível inimigo a ser combatido. A mudança de perspectiva dos policiais em relação ao morador de favela ou, especificamente ao jovem pobre, se dá a partir de um longo processo que inclui uma melhor qualificação dos policiais para atender a esse público e um trabalho de elaboração em relação aos seus estigmas e preconceitos. Para Soares (2012) o desafio das UPPs é transformar o programa em política pública, ou seja, dotá-lo de universalidade e sustentabilidade. Essa mudança exige o envolvimento do conjunto das instituições policiais em sua aplicação, o que é difícil devido ao nível de comprometimento das polícias com o tráfico, as milícias e a criminalidade em geral.

Sem a refundação das polícias não haverá futuro para as UPPs. Elas se limitarão a intervenções tópicas, insuficientes para mudar o panorama geral da segurança pública e continuarão a conviver com nichos policiais, milicianos ou não, que têm sido fonte de violência e não instrumentos da ordem cidadã e democrática. No Rio, é preciso exorcizar a retórica tão patética quanto mascaradora do bem contra o mal e inscrever a mudança das polícias no centro da agenda pública (SOARES, 2012, p.7).

Os resultados da pesquisa feita pelo CESEC - Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes (2010) apontam a formação dos policiais como um sério problema das UPPs, uma vez que eles não estão preparados para trabalhar nas favelas, dialogando com os moradores e mediando conflitos. A dúvida se o programa da UPP vai acabar após as Olimpíadas de 2016 gera insegurança e medo entre os moradores que haja

o retorno do tráfico de drogas fortemente armado. Essa dúvida se a UPP veio ou não para ficar como uma política de segurança pública também está presente nos policiais que, segundo a pesquisa, ainda não se envolveram com a proposta do programa e, muitos, preferiam trabalhar nas ruas, fora das UPPs. Em muitas favelas, os policiais ficam instalados em contêineres com pouca infraestrutura, às vezes, sem sanitários, o que transmite a sensação de que a UPP é algo provisório e que a qualquer momento pode ser retirada da comunidade. Uma fala de um policial dessa pesquisa (CESEC, 2010) é ilustrativa: “eu preferia lutar contra bandido e não virar porteiro de favela”.

Outra questão importante relacionada aos desafios da UPP é um novo sentimento de insegurança existente nas favelas onde o policiamento foi instalado. Segundo pesquisa realizada pelo CECIP (2010) em duas favelas do Rio de Janeiro, Morro dos Macacos e Santa Marta, o sentimento de insegurança se dá porque, durante o controle da comunidade pelo tráfico de drogas, os moradores viviam sobre duras regras de comportamento que, quando transgredidas, eram imediatamente punidas de forma violenta e com a expulsão do infrator. Com a chegada de leis do Estado, a percepção de alguns moradores dessas favelas é de que as punições acabaram ou ficaram mais brandas, o que levou ao aumento de delitos, conflitos e brigas. Eles se queixam que antes viam uma ação enérgica, por parte dos comandantes do tráfico local, para reprimir brigas, roubos e estupros entre moradores. Atualmente, precisam ir à delegacia fazer um boletim de ocorrência, cujo caso dificilmente será investigado ou terá algum desdobramento.

Durante as observações participantes nos fóruns da UPP Social, os policiais reclamaram que os próprios moradores demandam que eles “resolvam” questões que não estão diretamente vinculados ao seu trabalho, como, por exemplo, conflitos familiares ou entre vizinhos. Se por um lado, os policiais são criticados por estarem exercendo funções na favela que não correspondem às responsabilidades do cargo, por outro, em algumas situações, os próprios moradores pedem a ajuda dos policiais para resolver problemas que eles não tiveram formação para lidar. Os policiais também falaram que algumas pessoas pedem autorização deles para realizar festas de aniversário em casa e eventos privados, o que não é necessário. Os moradores procuram os policiais porque não entendem muito bem o lugar que eles ocupam na favela.

Durante o trabalho de campo, fomos a uma reunião aberta à comunidade, em que estava presente a associação de moradores, comerciantes do Complexo do Alemão e policiais da UPP. Na semana anterior, tinha ocorrido um confronto entre policiais e traficantes na favela, e estes pediram para que os comerciantes não abrissem as portas de seus

estabelecimentos. No dia seguinte, o comércio movimentado de Nova Brasília estava completamente fechado. Em outra situação, um comerciante se recusou a vender produtos ao policial, que mandou fechar a loja caso não fosse atendê-lo. A proposta dessa reunião era conversar sobre essas questões e ver possíveis acordos para os problemas enfrentados tanto pelos policiais quanto pelos comerciantes. Estes também tinham interesse em negociar o horário permitido para som dos bares da favela.

Os comerciantes reclamaram que esse controle do som é problemático, pois quando os policiais chegam para exigir que eles desliguem a música dá confusão e muitos clientes deixam os bares. Cada policial parece escolher arbitrariamente o horário que é permitido, alguns negociam com os comerciantes, já outros agem de forma agressiva. Então, eles queriam saber oficialmente o que diz a lei sobre isso para não precisarem depender da boa vontade policial. Nessa reunião, os comerciantes também denunciaram que alguns policiais compram bebidas em seus bares, mesmo estando em serviço, o que pode se tornar perigoso para as pessoas que estão ali.

Os policiais falaram que era importante que os moradores denunciassem os maus policiais, pois eles acabam fazendo com que toda a corporação se responsabilize por atitudes erradas. Eles negociaram com os comerciantes e a associação de moradores a ampliação do horário do som durante os finais de semana. Eles também pediram para que os comerciantes colaborassem denunciando os traficantes que ainda atuam na favela. Os policiais falaram que eles não precisavam se identificar, podiam fazer anotações no papel e mandar uma criança entregar. Os comerciantes alegaram que eles não podiam fazer isso e que eram obrigados pelo tráfico a fechar o estabelecimento sob o risco de morrer. Segundo um senhor: “a gente fica numa situação difícil. Entre morrer e ser preso, eu prefiro ser preso”.

A UPP impõe novas regras de convivência na comunidade, como a proibição do baile *funk*, a regulação dos horários para festas e o volume do som. Segundo a resolução 013, o comandante da UPP possui o direito de vetar eventos sem aviso prévio, exigindo o aval da Secretaria de Segurança Pública para a realização de manifestações culturais em áreas ocupadas pela Polícia Pacificadora. O baile é o principal espaço de consagração e expressão do *funk* carioca, uma festa dançante que ocupa as quadras de escolas de samba e clubes de lazer. Nesses bailes os jovens cantam, dançam, namoram. Segundo Souto (1997) a companhia dos amigos, os passos coreografados e a *galera* reunida são o que a maioria dos *funkeiros* busca nos bailes. É através desta batida que os jovens deixam seus corpos se mexerem, extravasando sensualidade, ritmo e diversão durante toda noite e madrugada. As letras tratam da realidade das favelas, violência e sexualidade.

O tráfico de drogas se apropriou desse ritmo, criando os “funks proibidos”, que fazem apologia ao crime, às drogas e à violência. Quando a polícia passa a ocupar a favela, proíbe os bailes por serem fortemente associados ao tráfico de drogas que, em muitos lugares, oferecia a festa, bebidas alcoólicas e drogas. Imagens na televisão mostraram homens dançando, exibindo suas armas e pessoas consumindo drogas. Em outra situação apareceram nos jornais jogadores de futebol que foram frequentar o baile no morro, sendo escoltados por “bandidos armados”. Há também um sentido moralizante nessa proibição dos bailes em relação à sexualidade uma vez que são considerados lugares promíscuos. O baile *funk* ganhou uma grande repercussão na mídia por ser um local onde meninas teriam engravidado no “trenzinho”, após fazer sexo com diferentes rapazes. As jovens *funkeiras* são responsabilizadas pelos casos de gravidez na adolescência e até mesmo de estupros, por provocarem os homens com suas danças sensuais e roupas curtas e justas.

Ao mesmo tempo em que ocorrem essas proibições nas favelas, existem resistências e movimentos de valorização do *funk* como uma expressão cultural. A lei estadual Nº 5543, de 22 de setembro de 2009, de autoria dos deputados Marcelo Freixo e Wagner Montes, define o *funk* como “um movimento cultural e musical de caráter popular”. Na lei, “compete ao poder público assegurar a esse movimento a realização de suas manifestações próprias, como festas, bailes, reuniões, sem quaisquer regras discriminatórias e nem diferentes das que regem outras manifestações da mesma natureza”. Afirma também que “fica proibido qualquer tipo de discriminação ou preconceito, seja de natureza social, racial, cultural ou administrativa contra o movimento *funk* ou seus integrantes”. Apesar de algumas favelas com UPP, como Tabajaras e Cidade de Deus, voltarem a ter baile, ainda que dentro de um horário estipulado pela polícia, na maioria das áreas ocupadas com UPP, a proibição continua. O preconceito de policiais militares e de uma grande parcela da sociedade ainda é muito grande, fazendo com que *funk* não seja visto como um movimento cultural e permaneça marginalizado. A proibição dos bailes *funks* acaba afastando os jovens da UPP, afirmando terem perdido o seu espaço de lazer e sociabilidade dentro da favela.

Nas entrevistas realizadas com jovens do Complexo do Alemão, eles falaram que “antigamente” a favela era mais movimentada porque tinham os bailes *funks* e festas em vários lugares. Com a chegada da UPP, passou a existir um controle do som na comunidade que só pode ficar ligado até às 22h, 23h, depois os bares são obrigados a desligar. Um jovem entrevistado disse gostar de circular por outras favelas que ainda possuem bailes *funks*. Ele aluga com os amigos uma van, que faz o transporte de ida e volta: “boto minha identidade no bolso e ando, não sou nada, sou trabalhador, sou estudante, então... Não devo, não temo, vou

pra qualquer lugar.”. O jovem faz a ressalva que, na verdade ele não vai a “qualquer lugar” somente às favelas que eram da mesma facção do Complexo do Alemão: “Ir pra um baile numa favela de outra facção eu tenho medo, posso ver alguém que foi expulso aqui do morro e me reconhecer e alguém cismar com a minha cara...”. Notamos que mesmo com a presença da UPP, os jovens que não faziam parte do “movimento”<sup>2</sup> ainda se sentem limitados a ir a territórios que pertenciam à facções diferentes. Por mais que a polícia tenha ocupado a favela, ainda há um respeito aos limites estabelecidos pelo tráfico.

Em dezembro de 2012, os moradores do morro do Borel, na Zona Norte da cidade fizeram uma manifestação contra a proibição do baile *funk*. A favela é atualmente ocupada pela UPP, que proibiu um dos principais espaços de lazer dos jovens e impôs um toque de recolher aos moradores que ficaram impedidos de circular pelas ruas da favela à noite. Como uma forma de luta contra essas ações vistas como autoritárias e repressoras da polícia, os jovens e os movimentos sociais criaram o movimento “Ocupa Borel”, baseado em outras manifestações de ocupações de espaços públicos que se deram ao longo do ano de 2011 e 2012 em todo o mundo. Os jovens se reuniram em uma rua da favela de noite, junto com a bateria da escola de samba do morro, de funkeiros, *MC's*, e de pessoas de fora do Borel, como estudantes universitários, militantes e participantes de ONGs, na tentativa de mostrar sua insatisfação com as ordens policiais. Os jovens cantaram, dançaram *funk* e caminharam pelas ruas da favela, agregando, aos poucos, novos integrantes ao movimento. A convocação para a manifestação se deu dias antes pela internet, e enquanto estava ocorrendo foi filmada por um integrante do grupo que, em seguida, disponibilizou o vídeo na rede social.

Esse é um exemplo de uma ação conjunta dos jovens, na tentativa de se fazer ouvir e ganhar visibilidade no espaço público. Através do movimento, eles mostraram que não iam se submeter às ordens policiais que limitavam os seus direitos de circular livremente pelos espaços da favela. A manifestação valorizava a produção cultural local e defendia o retorno dos bailes *funks* ao morro. Os participantes elaboraram um documento aberto, em que foram apresentados os pontos positivos e negativos da UPP no Borel e as soluções possíveis para o relacionamento entre policiais e moradores. A partir daquele dia, o toque de recolher foi suspenso, mas outras reivindicações precisaram de um tempo maior para serem negociadas. Segundo Glaucoln Barros, jovem de 21 anos, para o site ‘Correspondentes da Paz’: “assim inicia-se uma nova fase da política de segurança. Uma fase na qual o morador não só aceita o

---

<sup>2</sup> Movimento é como os jovens se referem ao grupo que comanda o tráfico de drogas na favela

que lhe é oferecido, mas participa ativamente da construção de seu espaço geográfico, cultural, cidadão”.

No dia 23 de fevereiro de 2013 a favela de Nova Brasília, no Complexo do Alemão, teve o primeiro baile após a pacificação na Praça do Terço, com cerca de cinco mil pessoas presentes. Em depoimento para o *Jornal Extra* (25/02/2013), o major Rodrigues, comandante da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da Nova Brasília, afirmou que a ideia é promover o “Baile da Proximidade” uma vez por mês, podendo se estender para outros ritmos, como pagode e rock, de acordo com o interesse dos moradores. Nas entrevistas com os jovens, eles comentaram que o baile, que acontece na quadra de Nova Brasília, é uma das únicas opções de festa que se tem na favela. A quadra fica lotada de meninos e meninas de toda a comunidade com música alta até tarde. “Ai a UPP libera o som, fica os polícia lá, mas em volta. Fica lá na portaria, vamos supor. Ai o som rola até 3 horas da manhã, 4h30m, passou de 4h30m tem que desligar, não pode rolar mais” (Vicente, Complexo do Alemão). Nesse caso, notamos que o baile foi uma estratégia usada pelo comandante para criar um espaço de sociabilidade dos moradores, principalmente dos jovens, e aproximá-los dos policiais.

Nas favelas, também surgiu o “passinho”, uma dança que mistura elementos do *funk* com o samba, frevo, *break*, entre outros ritmos, em que há uma disputa para eleger quem dança melhor e é o mais criativo da roda. O fenômeno estourou em 2008 com o vídeo ‘*Passinho Foda*’, que mostrava um grupo de meninos dançando. Rapidamente, o passinho tomou conta dos bailes, atraindo principalmente os meninos. Em setembro de 2011, houve uma primeira batalha que formalizou os duelos antes restritos aos vídeos divulgados na internet e as festas. No filme a “Batalha do Passinho – os muleque são sinistro” (Brasil, 2013), o diretor e roteirista Emílio Domingos acompanha os jovens que ficaram conhecidos pelas disputas. Ao mesmo tempo em que eles possuem uma relação lúdica com o passinho, os jovens sonham em ser famosos e fazer sucesso como dançarinos.

O passinho que foi um movimento espontâneo criado pelos moradores não foi reprimido nas áreas com UPP, diferentemente, dos bailes *funks*. Ao ganhar repercussão midiática, o passinho foi utilizado pelo programa de pacificação que passou a apoiar o evento a “Batalha do Passinho”. A segunda edição do campeonato de dança aconteceu em maio de 2012 no Salgueiro, zona norte da cidade, e participaram crianças e jovens moradores de diferentes favelas. Os lugares escolhidos para Batalha do Passinho foram comunidades

pacificadas<sup>3</sup> e, em cada uma delas, aconteceram disputas locais, indicando os dançarinos que iriam disputar a final representando a sua favela. Em entrevista dada para o jornal O Globo (07/02/2012), Ricardo Henriques, o presidente à época do Instituto Pereira Passos e responsável pela UPP Social afirmou: “Vários atores da sociedade ainda criminalizam o *funk* por causa da apropriação extemporânea que o tráfico fez dele e por causa da hipersensualização. O passinho é um passo à frente porque fica longe disso e ainda estimula a circulação dos jovens, numa integração simbólica entre as áreas da cidade”. Nesse caso, o “passinho” foi apropriado pelo programa de pacificação para reverter à imagem negativa da favela, valorizando as suas produções culturais. Ao incentivar a “Batalha do Passinho” e proibir os bailes *funks*, a polícia parece exercer o papel de legitimar aquilo que é considerado ‘bom’ ou ‘ruim’ para os moradores, segundo os seus critérios do que é ou não “civilizado”.

Como uma forma dos policiais se aproximarem dos moradores, muitas UPP passaram a oferecer cursos, principalmente para as crianças, como aulas de lutas marciais, futebol, música, informática, inglês, etc. Os cursos oferecidos variam de acordo com a localidade, pois são os próprios policiais que dão as aulas. Além disso, as UPPs oferecem passeios, eventos, e atividades esporádicas para as crianças e suas famílias. Em datas festivas como o Natal e o Dia das Crianças, as UPPs promovem festas e distribuem brinquedos e presentes para as crianças. Outro projeto com crianças e adolescentes desenvolvido nas áreas com UPP é o PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência). Esse é um programa nacional realizado no Rio de Janeiro através de uma parceria entre a Polícia Militar e a Secretaria Estadual de Educação. O PROERD tem um caráter social e preventivo e é executado por policiais militares que dão aulas uma vez por semana, durante quatro meses em média, em escolas públicas, durante o horário escolar. O programa é voltado para estudantes que estejam cursando do quinto ao sétimo ano do Ensino Fundamental e crianças pequenas, da Educação Infantil. Essa é mais uma estratégia de aproximação da polícia com os moradores, principalmente, com crianças e jovens, na tentativa de estabelecer outras formas de relacionamento.

Essas atividades teriam como objetivo facilitar a inserção dos policiais nos territórios, e colaborar na mudança de opinião dos moradores em relação à polícia. Entretanto, elas não deveriam substituir às atividades culturais, esportivas ou educativas que são funções de outros órgãos do Estado. Em uma entrevista dada ao Jornal O Globo, em 28 de maio de 2011, o

---

<sup>3</sup> As disputas da Batalha do Passinho aconteceram nas seguintes favelas com UPP: Vila Cruzeiro, Providência, Prazeres, Vidigal, Alemão, Macacos, Mangueira, Mineira, Cantagalo, Salgueiro, Formiga, Cidade de Deus, Jacarezinho, Tabajaras, Borel e Batan.

secretário de segurança José Mariano Beltrame expressou sua preocupação em relação à falta de investimentos externos às UPPs: “Hoje, por exemplo, eu tenho policiais que, mesmo estando de serviço, dão aula de esportes. Eu apoio essa iniciativa, porque não vou deixar as crianças sem esporte. Mas gostaria que o responsável por esse setor assumisse essa tarefa, me liberando dois ou três policiais para exercerem a sua função”. Percebemos, então, que o próprio secretário admite que há falta de serviços públicos e projetos em áreas com o UPP.

Em um estudo do Instituto Brasileiro de Pesquisa Social (IBPS) foram feitas 800 entrevistas por telefone com moradores de favelas, 400 onde há UPPs e 400 onde não há. A pesquisa foi realizada na primeira semana de 2010 para conhecer a opinião dos moradores na área da segurança pública. Os resultados mostram que as UPPs eram, até aquele momento, amplamente aprovadas em favelas com e sem as Unidades de Pacificação (92% e 77%, respectivamente). Em locais com essa política de segurança, a confiança na Polícia Militar era maior do que a registrada em favelas sem UPP (60% contra 28%). O Instituto perguntou também se os moradores de áreas sem UPPs aprovariam a instalação dessas unidades na sua comunidade: 79% disseram que são amplamente favoráveis ou favoráveis e apenas 4% afirmaram ser contrários. Outra resposta da pesquisa indica que os moradores ainda têm receio de expressar livremente suas opiniões. A diferença entre favelas com e sem UPP não foi tão expressiva: (46% com UPP, contra 36% sem UPP). A diferença na percepção da liberdade de opinião, na avaliação do secretário de segurança pública Mariano Beltrame, mostra que ainda é preciso tempo para que os moradores sintam que podem se expressar nas comunidades. A pesquisa feita por telefone não apresenta questões qualitativas que poderiam ser relevantes para compreender as opiniões dos moradores sobre os motivos da aprovação e do receio de expressar as suas opiniões.

Os dados da pesquisa podem ser compreendidos dentro de uma série de benefícios que a UPP traz para os moradores dessas favelas, como a redução dos homicídios decorrentes dos confrontos entre policiais e traficantes, o maior acesso a outras regiões da cidade, a inserção no mercado formal de bens e serviços, a criação de uma imagem mais positiva da favela, por parte dos moradores da cidade formal. Muitas pessoas que moram “no asfalto” passaram a visitar as favelas atraídas pela curiosidade de saber como é esse local de perto, pela vista que se tem do alto dos morros, pelos bares e festas. Alguns jovens moradores de favelas com UPP investiram no turismo e passaram a trabalhar como guias e promotores de eventos.

A frequência de pessoas de fora da favela, seja moradores da cidade formal, seja turistas nacionais e estrangeiros, é considerada um aspecto positivo por atrair capital e trabalho. Em algumas favelas da Zona Sul, como o Chapéu-Mangueira, Babilônia, Vidigal e

Rocinha, moradores transformaram suas casas em albergues para receber os turistas. No caso do Complexo do Alemão, os moradores criticam que os turistas que vão conhecer a favela possuem uma visão apenas de cima, do alto do morro, por percorrê-la de teleférico. Assim, eles não entram em contato com os moradores e não consomem o que é vendido e produzido ali, trazendo, portanto, poucos retornos para quem vive na favela.

Durante a observação participante no morro Santa Marta, alguns moradores disseram não entender porque os turistas vão para lá para ver a pobreza. Eles reclamam da perda de privacidade e do excesso de exposição, pois muitos fotografam suas casas e familiares sem pedir autorização. Segundo uma moradora, em depoimento dado a pesquisadora “hoje em dia, houve uma mudança muito grande na autoestima da comunidade, que passou a ser visitada por artistas, pelo presidente, a ser cenário de filmes e a atrair turistas. Antes meus filhos não queriam dizer que moravam aqui, atualmente eles não mentem mais o endereço. Sentem orgulho de morar na comunidade”.

### **A UPP Social**

As favelas com UPP também estão recebendo equipes da UPP Social, com o intuito de melhorar a rede de serviços públicos e privados através da articulação das demandas locais e das possibilidades de ação das três esferas de governo (municipal, estadual e federal), da sociedade civil e do setor privado. Como ressaltou diversas vezes o secretário Mariano Beltrame, para uma política pública de segurança funcionar é necessário não apenas policiamento, mas investimentos nas áreas de educação, saúde, cultura, esporte e lazer. A UPP Social é um programa executado pelo Instituto Pereira Passos (IPP), e faz parte do “projeto de pacificação” das favelas do Rio de Janeiro.

O seu principal objetivo é eliminar o déficit da favela em relação ao bairro, no qual está situada e ao resto da cidade. A UPP Social busca integrar a favela à cidade, não apenas através da segurança, mas da instalação de equipamentos públicos e privados, da regularização de serviços, de iniciativas comunitárias, de projetos sociais de ONGs e empresas. Em relação aos jovens, em dezembro de 2010, foi elaborado um conjunto de iniciativas intitulado “Recomeço”. A UPP Social tem ações específicas voltadas para a superação da violência “com o estímulo e apoio a grupos juvenis de esporte, cultura, lazer e cidadania; oferta de oportunidades educacionais, de inserção produtiva e de suporte psicossocial a adolescentes e jovens em situação de risco; apoio à reinserção social de adolescentes e jovens egressos dos grupos criminais ou dos sistemas penitenciário e socioeducativo” (Henriques & Ramos 2011, p.6).

Segundo Henriques & Ramos (2011) formuladores do programa da UPP Social, as favelas cariocas constituem um caso paradoxal de “ausência” do Estado e de “presença” não coordenada de diversos projetos elaborados, muitas vezes, com o objetivo de compensar as fragilidades das políticas públicas. Nas favelas que receberam UPPs a ideia de que “faltam” projetos sociais não é precisa. Há uma diversidade de projetos sociais, que quase sempre convivem de maneira caótica e com sobreposição de ações. A duplicidade, a fragmentação, a descontinuidade e a baixa qualidade das políticas e dos serviços públicos oferecidos à população prejudicam o bom desenvolvimento socioeconômico das comunidades:

Verifica-se sobreposição de ações, em que os gestores de umas desconhecem o que as outras fazem, ignoram o público alvo atendido das outras ações simultâneas e não se coordenam de modo a produzir uma cobertura adequada a todo o território: há áreas ou setores ou famílias a quem se oferta programas similares e áreas totalmente descobertas por qualquer programa. (HENRIQUES; RAMOS, 2011, p.8).

A fragmentação entre as ações públicas não geram somente a sobreposições de iniciativas semelhantes entre órgãos do governo, mas alimenta o clientelismo e o assistencialismo que ainda estão presentes na política brasileira. A esse cenário de precariedade dos serviços públicos, somam-se o trabalho de muitas ONGs e setores de responsabilidade empresarial que também possuem ações nas favelas com a mesma finalidade, evidenciando mais uma vez a fragmentação e a sobreposição de projetos. Por causa dessa falta de coordenação de ações, e não simplesmente porque faltam vagas, famílias não são alcançadas pelos programas e serviços oferecidos na comunidade. Por isso, a função da UPP Social nas favelas pacificadas “é imprimir um modelo de gestão de programas sociais com função integradora, sem ascendência hierárquica sobre os atores envolvidos, participativa e com capacidade de reorientar seus rumos a partir do aprendizado sistemático produzido pelas equipes em campo” (HENRIQUES; RAMOS, 2011, p.11).

O trabalho da UPP Social é feito em duas dimensões: a primeira é a gestão territorial e a segunda é a mobilização de esforços, de articulação com secretarias municipais e troca de informações com a iniciativa privada. A instituição é composta por gestores locais e assistentes que atuam diretamente nas favelas, fazendo um mapeamento das lideranças comunitárias, religiosas e políticas, dos equipamentos e serviços públicos no local, dos projetos comunitários, de ONGs e de iniciativas privadas. Eles conversam com diferentes pessoas da comunidade para conhecer as demandas, os problemas e as dificuldades que atravessam a vida dos moradores. A inauguração da UPP Social se dá em um fórum aberto, numa quadra de escola ou em algum outro local amplo, em que a população possa se reunir e

conhecer os resultados das primeiras incursões dos gestores locais na favela. Nesse momento, eles esclarecem os objetivos do projeto da UPP Social e discutem temas de interesse da população presente. Também são convidados para o fórum representantes das diferentes secretarias municipais e de empresas que prestam serviços públicos.

Ao longo do trabalho, os gestores locais da UPP Social encaminham relatórios sobre o que observaram nas suas incursões nas favelas para o escritório, criando um banco de dados das áreas contempladas pelo programa. Com essas informações, pessoas da equipe buscam captar serviços junto às secretarias municipais, investimentos e projetos com ONGs e iniciativas privadas, que possam atender às necessidades específicas levantadas pelos gestores locais em cada território com UPP. Em tese, isso faria com que recursos públicos e privados fossem direcionados para áreas que demandam mais atenção, casando as demandas locais com os investimentos que podem ser oferecidos pelos diferentes atores.

Embora a administração da UPP Social não esteja vinculada à Polícia Militar, o nome “UPP” foi mantido devido à boa repercussão que esse programa teve na opinião pública, como uma forma de atrair recursos, projetos e investimentos. Fleury (2012) problematiza que manter a mesma marca da intervenção policial para o social indica a hierarquização das prioridades das políticas públicas nas favelas. Nesse caso, a repressão, o caráter coercitivo da presença do Estado parece ter sido privilegiado em relação ao social, o que se reflete em termos desiguais da capacidade de mobilização e distribuição de recursos, poder de formulação, coordenação e execução dos dois projetos.

O programa da UPP Social vem enfrentando dificuldades em ser posto em prática. Inicialmente, quando foi formulado em 2010, o governo estadual era o responsável pela UPP Social, que se vinculava à Secretaria de Direitos Humanos. No ano seguinte, o programa passou a fazer parte do Instituto Pereira Passos, órgão de planejamento da prefeitura. Parte da equipe gerenciada por Ricardo Henriques no programa do estado o acompanhou nessa adaptação do programa às ações da prefeitura. No entanto, em 2012, Ricardo Henriques deixou a presidência da UPP Social, assumindo a economista Eduarda La Roque. Com isso, houve uma mudança na equipe e no direcionamento do programa, que passou a ter um braço forte voltado para atrair investimentos privados para a favela e dos programas de responsabilidade social de empresas. No início de 2013, o vice-prefeito do Rio de Janeiro, Adilson Pires, afirmou em entrevista ao *Jornal Extra* (25/03/2013) que o programa UPP Social terminaria em abril daquele ano, pois não era obrigação do Instituto Pereira Passos (IPP) realizar políticas públicas, uma vez que é um órgão responsável pelo levantamento, processamento e mapeamento de informações. Caberia ao IPP apenas a consolidação de dados

sobre as favelas. No lugar da UPP Social, seria instalado um serviço de ouvidoria sob a responsabilidade da vice-prefeitura. Em seguida o Prefeito Eduardo Paes escreveu uma nota desmentindo-o, alegando que o programa da UPP Social continuaria.

Percebemos, assim, que há uma instabilidade na execução do programa que prejudica as suas realizações. Embora a UPP Social crie expectativas de melhorias dos serviços públicos e privados oferecidos nas favelas e um conhecimento, por parte do poder público, das ações necessárias, muitas críticas vêm sendo feitas em relação ao seu trabalho. A principal é que a UPP Social possui pouco poder de decisão na esfera pública. Embora o diagnóstico realizado pelos gestores locais durante o trabalho de campo traga informações importantes sobre o território, o programa da UPP Social não tem conseguido mobilizar esforços e investimentos públicos expressivos para aquelas áreas. Fleury (2012) afirma que há uma fragilidade institucional da UPP Social para alcançar eficácia na coordenação das políticas públicas desenvolvidas por diversos atores. “Enquanto a UPP tem um mandato claro em relação à ocupação policial para enfrentar problemas de segurança, com recursos colocados a sua disposição pelo poder público e empresariado, a UPP Social revela flagrante debilidade institucional” (FLEURY, 2012, p.200). Além disso, a autora afirma que a estreita relação da UPP Social com a unidade policial e com o setor empresarial desenha um novo modelo de definição do social que se afasta das políticas e instituições tradicionalmente responsáveis pela garantia dos direitos sociais da cidadania.

Esse quadro tem reflexos na qualidade de vida dos moradores que ainda passam por questões graves, como o lixo, a situação de moradias situadas em áreas de risco, as valas a céu aberto, a ausência de creches públicas e de áreas de lazer. Durante as observações que realizamos nos fóruns da UPP Social, os moradores falavam sobre as necessidades da comunidade e cobravam ações por parte do poder público. Muitas vezes, eles perguntavam se aquilo era apenas promessa ou se de fato haveria alguma mudança, criticando uma relação histórica de descaso e abandono que o poder público construiu em relação às favelas. O resgate do território da favela pelo aparato estatal coercitivo permitiu o avanço do mercado, como das empresas de luz, TV a cabo, água, telefonia. Sem proteção e regulação estatal, a população se vê a mercê da crescente especulação imobiliária e do aumento repentino do custo de vida, que pode tornar insustentável a permanência no local. Para Fleury (2012, p. 220), a UPP opera um processo de militarização do social que pretende a integração da favela pelo consumo, “mas que está longe de assegurar a expansão da cidadania, como reconhecimento de sujeitos e garantia de direito à cidade”.

Podemos entender o termo “cidade pacificada” como uma negação dos conflitos e das disputas pelo espaço urbano entre classes sociais e atores com interesses distintos. As intervenções do Governo do Estado e da Prefeitura, muitas vezes, entram de forma autoritária, sem valorizar a construção coletiva com os jovens e demais moradores. Geralmente, as intervenções pretendem levar os valores da cidade formal para as favelas e periferias, com isso há uma perspectiva civilizatória daquele espaço. Os modos de vida de uma elite são impostos a outro grupo social, como pudemos ver em relação à proibição dos bailes *funks*. As intervenções não potencializam as qualidades já existentes na favela como, por exemplo, as redes de solidariedade, os laços de vizinhança, as ruas como um espaço de sociabilidade, em que crianças e jovens podem brincar, circular e se encontrar.

No capítulo 5, aprofundamos a reflexão sobre a relação dos jovens com a UPP, a partir da análise das entrevistas e dos grupos de discussão de jovens moradores de quatro favelas que receberam a Unidade de Polícia Pacificadora: Rocinha, Complexo do Alemão, Santa Marta e a Providência.

#### **4.3. As remoções de favelas e o processo de gentrificação: a produção de sujeitos desenraizados**

Se antes da redemocratização do país, o debate em torno da favela ficava na dicotomia entre “remover” ou “urbanizar”, no final da década de 1970, houve uma mudança de orientação significativa, no sentido de valorizar projetos de urbanização. Com isso, o termo “remoção” ficou marcado pelas ações realizadas nas favelas durante o período da ditadura militar. A partir dos anos 2000, assistimos o retorno das remoções nos debates sobre as intervenções públicas nas favelas. No contexto de intensificação da violência e de responsabilização das favelas pela criminalidade, o discurso governamental passou a se referir à necessidade de conter o seu crescimento e também de remover moradores para reduzir a área ocupada dos morros.

Em 2001, houve um apelo da prefeitura para a instalação de ecolimites com o intuito de reprimir o crescimento das favelas, além da necessidade de retirada de moradores pelo risco de deslizamentos. Segundo Gomes (2008), num período de quatro anos foram implantados ecolimites em 50 comunidades pobres, com o uso de 40 mil metros de cabos de aço e alambrados. Em muitas favelas, esses cabos foram roubados e não foram substituídos pelo Poder Público. Em 2008, o governador Sergio Cabral reafirmou a necessidade de monitorar a expansão das comunidades e a criação de muros e ecolimites, visando

interromper o crescimento das favelas e o desmatamento de áreas florestadas. A criação de muros foi criticada por reforçar a segregação social já existente na cidade, demarcando e isolando os espaços da favela. A preocupação com o meio ambiente opera como uma justificativa que legitima a retirada de moradores dessas áreas. A responsabilização aos segmentos mais pobres pela degradação ambiental é uma forma perversa de justificar as remoções e tornar a área livre para a especulação imobiliária, enquanto os mais poluidores permanecem impunes das devastações ao meio ambiente.

Para a realização dos Jogos Pan-Americanos (2007), moradores da zona oeste foram removidos para a construção da infraestrutura do evento para abrigar os participantes. Segundo Gomes (2008), essas remoções no entorno do autódromo aconteceram sem mandato judicial e sem reintegração de posse. Os funcionários da Secretaria de Habitação foram ao local para fazer um cadastramento, e sem maiores explicações, derrubaram casas, desrespeitando os direitos humanos e sociais. Como muitos moradores não estavam cientes de seus direitos receberam baixas indenizações, ficando sem um local para habitar.

Em janeiro de 2010, o prefeito Eduardo Paes anunciou a remoção integral de 119 favelas, somando uma área de 2,34 milhões de metros quadrados. Ele alegava três razões: por estarem em área de risco de deslizamento ou inundação, por estarem em área de proteção ambiental, ou em áreas destinadas a logradouros públicos. Os reassentamentos implicariam um custo de R\$ 244 milhões, destinados às indenizações, através da compra assistida de um imóvel usado ou do pagamento de aluguel social até aquisição de moradia pelo programa “Minha casa, minha vida”, do Governo Federal. No entanto, a partir da lista apresentada, nem todas as favelas se enquadravam nos critérios declarados pelo prefeito, sendo a maior parte delas localizadas em áreas de conflitos ambientais ou fundiários, de elevada valorização imobiliária e situadas em locais estratégicos para os megaeventos programados (Nunes, 2012).

No mesmo ano, a cidade do Rio de Janeiro sofreu numerosos acidentes de deslizamento de encostas causados pela chuva intensa. Curiosamente, as áreas afetadas não coincidiram com os locais previstos anteriormente pela prefeitura. Começaram, então, as suspeitas quanto ao caráter verdadeiramente de risco da listagem apresentada pela prefeitura das favelas que deveriam ser removidas. A repercussão negativa dentro e fora do país das mortes e desabrigos de famílias que perderam suas moradias por causa dos deslizamentos de terra, fez com que o governo municipal recomendasse a remoção imediata de oito favelas no município, estimadas em 4.000 famílias. Compunham o mapa das remoções contidas nesta listagem as seguintes favelas: Parque Colúmbia (Pavuna); Morro do Urubú (Pilares); Pantanal

e Cantinho do Céu (Turano); Morro dos Prazeres (Santa Teresa); Morro do Fogueteiro (Rio Comprido); São João Batista (Tabajaras/Botafogo); Laboriaux (Rocinha).

Em 2011, a Secretaria Municipal de Habitação lançou o programa Morar Carioca com o objetivo de realizar obras de urbanização em todos os assentamentos precários informais no município do Rio de Janeiro até 2020, com um investimento de R\$ 8 bilhões. O programa pretendia contemplar as áreas de infraestrutura, paisagismo, implantação de áreas de lazer e equipamentos educacionais, sustentabilidade ambiental, moradia, e ampliação das condições de acessibilidade. O Morar Carioca tinha como discurso a integração da favela à cidade, a ampliação da infraestrutura e dos serviços públicos. A primeira fase priorizou as intervenções nas favelas onde foram instaladas UPPs, que incluem: Providência, Alemão, Chapéu Mangueira e Babilônia, além da Colônia Juliano Moreira. Muitas dessas obras foram criticadas por aliar urbanização à remoção de famílias que vivem em áreas de risco, em reservas ambientais ou que estão no caminho para a construção de vias, teleférico, plano inclinado, etc.

Para a segunda fase do programa Morar Carioca, a prefeitura fez uma parceria com o IAB - Instituto de Arquitetos do Brasil. De acordo com o atual presidente do IAB-RJ, Sergio Magalhães, em entrevista concedida a autora em 2011, “as favelas urbanizáveis são aquelas que não ficam situadas em áreas de risco, cujo investimento para a urbanização seja razoável, que não estejam em áreas de desenvolvimento da cidade, próximas às vias que vão ser construídas ou próximas às áreas de preservação ambiental”. Ao todo estão incluídas no programa 216 favelas, divididas em 91 grupos, localizadas num raio de quatro quilômetros das futuras instalações olímpicas nas zonas Sul, Norte e Oeste. Segundo Magalhães, o programa Morar Carioca tem diferença em relação ao programa Favela-Bairro porque a urbanização das favelas estará atrelada à garantia da implantação de serviços públicos, inclusive o da segurança. Para o arquiteto, o programa Favela-Bairro foi inovador nos aspectos físicos e ambientais, mas não garantiu a entrada dos serviços públicos e privados porque a favela ainda tinha sua imagem atrelada à violência. Atualmente, com a UPP, a expectativa é que os serviços consigam entrar nas favelas e funcionar da mesma maneira como acontece no bairro onde elas estão localizadas. No entanto, após o concurso realizado pelo IAB, em 2011, que selecionou os escritórios responsáveis pela condução da segunda fase do programa Morar Carioca, considerado o principal legado das Olimpíadas para a cidade, as obras não saíram do papel. No site da prefeitura, não aparece de forma atualizada quando o programa entrará em funcionamento e quais serão as áreas prioritárias.

Segundo o dossiê “Megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro” (2013), elaborado pelo Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, 3.099 famílias já foram removidas de diferentes comunidades e 7.834 famílias ainda estão ameaçadas de remoção. As regiões mais afetadas são áreas valorizadas, como o bairro da Barra da Tijuca e do Recreio, ou que serão contempladas com investimentos públicos para os megaeventos, como Vargem Grande, Jacarepaguá, Curicica, Centro e Maracanã. As principais justificativas para as remoções são os investimentos públicos em transporte, com a criação dos BRTs (Transcarioca, Transoeste, Transolímpica) localizados na zona norte e oeste da cidade; o Projeto Porto Maravilha, de revitalização do Centro; e as favelas localizadas em área de interesse imobiliário, ambiental e de risco, principalmente, na Zona Sul.

Os compromissos para a preparação da cidade para os megaeventos impuseram alterações do espaço urbano, implicando na transferência de populações radicadas em certos locais da cidade para outros mais distantes do centro. 80% das construções do programa de moradia do governo federal “Minha casa, minha vida” estão localizadas na zona oeste, que tem poucos equipamentos públicos e transporte, o que significa uma redistribuição da população de baixa renda na cidade. O objetivo parece ser a expulsão dos pobres de áreas de expansão do capital imobiliário para multiplicar investimentos nessa região, garantindo o retorno financeiro na produção habitacional para a classe média e alta e na produção de imóveis comerciais.

Na maior parte dos casos, detalhes dos projetos que justificariam a necessidade de remoção das residências não são apresentados. “A informação é negada para limitar as possibilidades de denúncia e resistência, bem como de negociação e defesa dos direitos das famílias. Os projetos não são apresentados e não há dados oficiais das famílias ameaçadas de remoção” (Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, 2013, p.19). Dessa maneira, as remoções acontecem sem que as pessoas fiquem sabendo de forma clara o que vai acontecer com o terreno que elas ocupam, se as ameaças persistem para outros moradores que continuaram no local e quais são suas possibilidades de negociação. Mais do que falta de informação sobre o planejamento dessas intervenções, o poder público assume uma política da “desinformação” para desarticular as ações locais e impedir que a sociedade se organize. Se os moradores não sabem quem é o “outro”, o adversário contra quem precisa lutar, e se não conseguem identificar quais pessoas sofrem a mesma situação, eles têm dificuldades de se associar e de construir um “nós”. A situação de incerteza gera tensão e desgaste entre os próprios vizinhos, que a cada hora são surpreendidos com uma notícia diferente.

Essas intervenções se tornaram possíveis sem uma discussão ampla na sociedade sobre os seus projetos porque o discurso técnico competente opera na formação de um consenso, ganhando peso quando vinculado à política de retomada do controle da segurança pública. Outro fator que atua na remoção dos moradores é o argumento da urgência, seja pelo risco de deslizamento de áreas de encostas, seja pelas datas de realização dos megaeventos (NUNES, 2012). A urgência impõe um tempo para que “medidas sejam tomadas, antes que o pior aconteça” que justifica a suspensão da lei, pois se trata de “salvar vidas”; do planejamento urbano e ambiental; e da consulta popular, ao impor um tempo de decisão incompatível com a participação social. Ainda, há uma intolerância à presença dos pobres em áreas ricas ou que estão em processo de valorização, enquanto a sociedade deveria ser intolerante à pobreza, independente do lugar onde está localizada. Com isso, as remoções que tinham sido fortemente associadas ao período da ditadura militar voltam à cena, ganhando força e adesão pública ao combinar “pacificação” com o programa Morar Carioca e as obras de preparação para os megaeventos.

Além das remoções forçadas, as obras de urbanização nas favelas em áreas valorizadas junto com a instalação da UPP, sem uma política de manutenção dos moradores no local, podem levar a “remoção branca” daqueles que vivem ali. O termo *gentrificação* se refere a um conjunto de processos de transformação do espaço urbano que passa a receber uma leva crescente de residentes com maior poder aquisitivo, estimulando a saída de moradores antigos com renda inferior. Os novos moradores introduzem costumes, práticas de consumo distinto dos tradicionais, estimulando o surgimento de negócios e elevando o custo de vida, especialmente no que se refere aos gastos com moradia, o que pressiona a saída de antigos moradores da área. Isso gera uma mudança no perfil social, econômico e cultural do lugar. Sem uma política habitacional de peso, os habitantes de baixa renda se deslocam para áreas cada vez mais periféricas, com baixo nível de acessibilidade.

Segundo Leite (2007), tem se proliferado no Brasil nas últimas duas décadas políticas de *gentrificação*, com a transformação de espaços degradados em sítios históricos, áreas de entretenimento e consumo cultural. Áreas antigas “marginais” das grandes cidades passam a ter bares, restaurantes sofisticados e galerias de arte, sendo reapropriadas por alguns segmentos da população e por visitantes. As práticas de *gentrificação* se referem à afirmação simbólica do poder, mediante inscrições arquitetônicas e urbanísticas que representam visualmente valores e visões de mundo de uma camada social que busca apropriar-se de certos espaços da cidade. Elas reinventam lugares, recriam tradições, estabelecem centralidades. A renovação do centro de São Paulo e da região do Pelourinho, em Salvador na

Bahia, são alguns exemplos de lugares que já passaram por esse processo. O caso exemplar do Rio de Janeiro é a Região Portuária, que vem recebendo grandes investimentos públicos e privados de urbanização. Podemos citar entre as obras desse projeto a derrubada do viaduto da Perimetral, a criação do túnel e da via Binária, a instalação de VLTs – Veículos Leves sobre Trilhos, a construção de novos prédios comerciais e residenciais no local, como as *Trump Towers*, museus (MAR - Museu de Arte do Rio e Museu do Amanhã) e as obras nos morros da Conceição e Providência.

A política de *gentrificação* também está presente em algumas favelas que receberam obras de urbanização e Unidades de Polícia Pacificadora. Nesse caso, a definição elaborada por Zukin (1987, p. 129) sobre o processo de *gentrificação* como “a conversão de zonas residenciais da classe trabalhadora socialmente marginalizada no centro da cidade para uso residencial da classe média”, se encaixa perfeitamente para as favelas mais afetadas. Na medida em que elas ganham investimento público, regularização fundiária, serviços regulares como luz, água e coleta de lixo, também se tornam atraentes para a classe média. Com o processo de especulação imobiliária, os antigos proprietários se deslocam para áreas menos nobres, indo morar em periferias e subúrbios distantes.

Localizado entre os bairros do Leblon e São Conrado e com uma vista privilegiada para as paisagens da zona sul, o Vidigal é uma das favelas que mais atrai pessoas de classe média e alta, como arquitetos, artistas, produtores. Mesmo com pouca infraestrutura e com imóveis sem escritura definitiva, muitos resolveram criar ali empreendimentos para turistas que vão visitar a cidade (albergues, hotéis, bares, restaurantes, casas de festa). Com isso, a população típica do local está sendo substituída por outra oriunda de bairros nobres da cidade e, até de fora do Rio de Janeiro e do Brasil. Moradores de outras favelas da cidade temem passar pelo mesmo processo em curso no Vidigal. Harvey (2013, p. 10) garante que em quinze anos, se as tendências atuais continuarem, “todos os morros do Rio agora ocupados por favelas estarão cobertos por prédios altos com uma vista fabulosa, enquanto os antigos moradores das favelas terão sido filtrados, excluídos e estarão morando em alguma periferia remota”. Para o autor, a urbanização cria uma “destruição criativa” que quase sempre tem uma dimensão de classe. Esse tipo de desenvolvimento procura colonizar espaços para os ricos, através da acumulação de capital e pela desapropriação dos menos favorecidos, espoliando as massas do direito à cidade: “o planeta como canteiro de obras se choca com o ‘planeta das favelas’” (HARVEY, 2013, p.10).

Essas mudanças no local sejam por causa da remoção forçada ou pela *gentrificação* desconsideram a dimensão humana do espaço. Há uma transformação da maneira de ser que

anima a vida das ruas, praças, mercados, esquinas, e um sentimento de perda do pertencimento a uma tradição e a um lugar onde moravam pessoas conhecidas, familiares, amigos e vizinhos antigos. Muitas histórias de vida se passam em casas que não foram tombadas, pois não possuem valor histórico ou arquitetônico, e acabam sendo derrubadas para construção de prédios e empreendimentos. Os novos moradores imprimem outros costumes, hábitos e formas de se relacionar com aquele espaço, que também já não é mais o mesmo: “a sobrevivência de um grupo se liga estreitamente à morfologia da cidade; esta ligação se desarticula quando a especulação urbana causa um grau intolerável de desenraizamento” (BOSI, 2003, p.76).

Cada família se direciona para um local, em função das suas condições financeiras e das possibilidades oferecidas. O laço criado pela convivência entre antigos vizinhos muitas vezes se desfaz. Em seus novos bairros, eles vivem novo processo de apropriação do espaço, podendo se inserir numa rede de relações e criar outros vínculos. Contudo, uma parte da sua história, que estava contida na materialidade que compunha aquele espaço deixado para trás se perde, exigindo um laborioso processo de reconstrução. Como afirma o poeta Fernando Pessoa: “caras que via habitualmente nas minhas ruas habituais – se deixo de vê-las entristeço; e não me foram nada, a não ser o símbolo de toda a vida”.

Apresentamos a seguir a situação de alguns locais em que realizamos o trabalho de campo com os jovens: Providência e Região Portuária, Complexo do Alemão, Rocinha, Horto e Santa Marta.

#### **4.4. As intervenções na Região Portuária e o programa Morar Carioca na Providência**

A primeira fase do programa Morar Carioca está sendo alvo de críticas na Providência por não contar com a participação dos moradores na sua elaboração. O projeto faz parte do plano de revitalização da região portuária, denominado “Porto Maravilha” cujo objetivo é transformar essa área em um novo centro empresarial e turístico. A região também abrigará alguns equipamentos para as Olimpíadas de 2016 para facilitar a implantação do projeto.

A região portuária é um dos espaços que mais recebeu projetos de urbanização e “patrimonialização” nos últimos anos na cidade do Rio de Janeiro. Na gestão César Maia (1993-1997) o projeto de “revitalização urbana” ganhou orientações específicas para as formas de exploração econômica e de ordenamento de seus espaços. Em 1998, foi criada a Área de Proteção Ambiental Sagas, acrônimo dos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo

que alterou o status jurídicos de cerca de 2 mil bens classificados como “tombados”, “preservados” ou “tutelados”. Como parte das obras revitalização, construíram a Cidade do Samba e a Vila Olímpica na Gamboa. O morro da Providência, embora tenha sido incluído na área tutelada da Gamboa, não teve bens preservados como aconteceu nos morros da Conceição, da Saúde, do livramento e do Pinto, considerados de alto valor histórico, paisagístico e cultural.

### Mapa da Região Portuária



Fonte: CDURP

Em 2000, a Providência recebeu obras de urbanização do programa Favela-Bairro e a idealização do Museu a Céu Aberto pela arquiteta e urbanista Lu Petersen. Segundo Freire-Medeiros (2006), foram investidos R\$ 14,3 milhões nas obras do Favela-Bairro na Providência de construção de redes de água e esgoto, praças, creche e para viabilizar o roteiro turístico do Museu a Céu Aberto da Providência, que é um percurso por lugares históricos do morro. Ele tem início na escadaria de granito, construída por escravos no século XIX, que interliga o Livramento ao topo da Providência. Ao final da escada tem duas edificações sacras do início do século XX: a Igreja de Nossa Senhora da Penha e a capela do Cruzeiro. Ali também se encontra o reservatório de água de 1913, que seria transformado em um "Reservatório de Lembranças", uma instalação acústico-visual, onde o visitante poderia ouvir depoimentos de antigos moradores e conhecer a história da favela. A casa de Dodô da Portela também foi reformada para funcionar como museu. Ela foi porta-estandarte da escola de samba Vizinha Faladeira, fundada na Providência e campeã do primeiro desfile oficial de escolas de samba em 1937. Na Casa-Museu estariam expostas fantasias, fotografias, adereços

e outros objetos que ajudam a constituir a memória dessa personalidade e do carnaval carioca. Além disso, o visitante passaria por três mirantes com uma vista privilegiada da cidade com imagens para o Pão-de-Açúcar, Corcovado, Baía de Guanabara, Central do Brasil, Sambódromo e o Cais do Porto. Os mirantes contariam com dois telescópios e um mapa fixo para que o visitante conhecesse o crescimento de cada ponto da cidade, principalmente, da Zona Portuária e das favelas nas encostas dos morros centrais (FREIRE-MEDEIROS, 2006).

Lu Petersen, idealizadora do projeto, acreditava que a presença de turistas na favela poderia ajudar a conter a criminalidade. Contudo, os confrontos entre traficantes e policiais fizeram com que o projeto do museu fosse abandonado. Em 2006, antes da inauguração, a Capela de Canudos e a casa da dona Dodô da Portela foram atingidos por balas, devido aos intensos tiroteios entre a Polícia Militar e o tráfico de drogas. Em seguida, a Providência foi ocupada pela Força Nacional e, novamente, a capela recebeu tiros, foi arrombada e o altar que tinha sido restaurado foi arrancado da parede na busca de armas roubadas e drogas por policiais.

Além da violência dos conflitos armados, que transformam a rua num lugar perigoso, o projeto de criação do museu não foi apropriado pelos moradores. Para Bautès (2008) há uma falta de implicação dos moradores em projetos que investem em mudanças do seu espaço de vida. Essa posição pode ser justificada porque há um descrédito nessas intervenções, devido a um histórico de ausência do poder público que marcou a vida na favela durante décadas.

A iniciativa da construção do Museu a Céu Aberto na Providência apontava para uma experiência de “patrimonialização” da favela, diretamente vinculada à sua promoção como destino turístico. De um lado, buscava reconhecer a relevância histórica da favela como parte da cidade, assumindo uma visibilidade diferente da associação com a violência. Por outro, problematizava a própria noção de patrimônio que passa a se referir a um território geográfico e simbólico ainda amplamente estigmatizado (FREIRE-MEDEIROS, 2006). Contudo, a proposta de criação do museu não partiu dos anseios dos moradores, daquilo que eles acreditavam como sendo bens merecedores de preservação. A comunidade não participou da seleção dos bens a serem tomados e do percurso a ser feito na Providência. Isso contribuiu para que o museu a céu aberto não encontrasse “ressonância” junto aos moradores. Como afirma Gonçalves (2013), o reconhecimento do patrimônio não depende apenas da vontade e da decisão política de uma agência de Estado e nem, exclusivamente, de uma atividade consciente e deliberada de indivíduos ou grupos. O trabalho de construção de identidades e memórias coletivas não está necessariamente condenado ao sucesso, ele pode não se realizar.

Com a instalação da Unidade de Polícia Pacificadora, que funciona na Providência desde 2010, a prefeitura pretende retomar a criação do museu, integrando-o as ações do programa Morar Carioca. A iniciativa da prefeitura de tornar a favela parte do roteiro turístico da cidade tem sido alvo de críticas dos moradores da Providência por justificar a remoção de muitas moradias próximas às áreas de interesse histórico-cultural. Diferentemente do projeto inicial do Programa Favela-Bairro, cerca de 40 casas que ficam ao lado da escadaria, que liga a Praça Américo Brum à parte alta do morro, deverão ser demolidas para a construção de um plano inclinado. Também está prevista a retirada da localidade denominada de Pedra Lisa, pois fica situada embaixo de uma pedreira que, segundo a Secretaria de Habitação, corre risco de haver deslizamento da encosta e atingir os moradores do local. Segundo uma militante da Comissão de Moradores, cerca de 800 moradias trazem a marcação na parede da Secretaria Municipal de Habitação, a sigla SMH e um número, indicando quais casas deverão ser derrubadas. Os moradores reclamam que a Secretaria não pediu autorização deles para fazer a marcação e nem conversou antes sobre quais casas seriam removidas. Muitos ficaram surpresos ao chegar a casa e encontrá-la marcada.

#### **Casas com as marcações da Secretaria Municipal de Habitação na Providência**



Fotografia: Beatriz Corsino Pérez

A obra principal do Morar Carioca foi a construção do teleférico para ligar a favela à Zona Portuária e à Central do Brasil, servindo como meio de transporte para turistas que

desembarcam de navio no porto e que queiram conhecer a história da favela, considerada a primeira do Brasil. A central do teleférico ocupou a principal praça do morro, a Américo Brum, destruindo a quadra que existia no local, e era um importante espaço de encontro e sociabilidade de crianças e jovens. A maior parte dos recursos e dos objetivos das obras realizadas pela prefeitura na Providência é para transformá-la num ponto turístico, deixando de lado questões que seriam prioritárias para os moradores.

### **Praça Américo Brum antes da construção do teleférico**



Fotografia: Luiz Baltar

Para a implantação do teleférico e do plano inclinado, a prefeitura alega que 291 famílias deverão ser reassentadas. Além disso, 380 famílias deverão ser removidas por estarem em área de risco. Esses moradores devem ser alocados nas habitações que estão em construção nas proximidades da Providência. Mas a prefeitura não cumpriu o prazo de entrega dos apartamentos, que era início de 2012, sendo que alguns prédios nem começaram a ser erguidos. Dessa forma, os moradores não sabem qual é número exato de residências que serão construídas, e temem que elas não abarquem todo o contingente de famílias afetadas. Segundo os moradores da Providência (Anexo III), desde o início das obras em 2011, 196 famílias já foram removidas. Destas, 136 recebem o aluguel social no valor de R\$400,00 e aguardam serem reassentadas. Elas podem ser direcionadas para áreas distantes ao Centro onde têm sido construídas as casas do programa de habitação do Governo Federal.

Em agosto de 2013, participamos de uma reunião na Providência que contou com a Comissão de Moradores, o GEP- Grupo de Educação Popular que dá aula de pré-vestibular e alfabetização de adultos na favela, militantes do Quilombo das Guerreiras, que fica na região portuária, além de moradores, pesquisadores e pessoas ligadas aos movimentos sociais contrários às remoções. A Comissão de Moradores da Providência se apresentou como um movimento independente da Associação de Moradores que, na sua perspectiva, não representa os interesses locais. Embora seja formada por pessoas que moram ali, a associação age como representante do governo e a favor das obras e das remoções. A Comissão é formada por representantes de cada localidade da Providência que se uniram para lutar pela permanência das famílias na região.

A Comissão informou que as obras de urbanização estão paradas desde outubro de 2012, devido a uma liminar judicial a favor dos moradores ameaçados de remoção. Segundo o Dossiê do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro (2013), a defensoria Pública do Estado entrou com uma ação cautelar pela paralisação das obras em função da ausência do Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA) e do seu Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), do Estudo de Impacto de Vizinhança, assim como a não informação dos moradores do cronograma e das remoções previstas. A Comissão de Moradores contratou engenheiros que fizeram um contra-laudo geotécnico, que concluiu um número muito inferior de casas vulneráveis em relação ao número anunciado pela prefeitura e que a maior parte dos problemas poderia ser solucionada com obras de contenção. A Comissão questiona os motivos da prefeitura não divulgar os documentos que comprovem a necessidade da remoção e seus impactos, uma vez que a obra é pública. Ela também tenta negociar com a prefeitura que as pessoas que moram em áreas de risco permaneçam dentro da favela ou em áreas próximas.

Um morador afirmou que eles não foram morar na Providência porque quiseram, mas por causa das dificuldades de morar na cidade. Ele recorreu à história da favela, afirmando que antigamente as casas eram de madeira e zinco. Em suas palavras:

A minha irmã foi obrigada a se mudar para Santa Cruz porque não tinha condições de ficar na Providência. Um dia ela veio aqui e nós levamos ela no teleférico. Ela ficou impressionada. Como a favela está diferente. Hoje em dia mudou muito, está tudo cimentado, o chão não é mais de barro, as casas são de tijolos. Essas mudanças foram feitas pelos moradores. Nós corremos atrás de água, luz, subimos com o material todo nas costas. Como você troca uma história de um lugar por um evento de 30 dias de Copa? Por 40 dias de Olimpíadas? (Homem membro da comissão de moradores da providência)

Para o morador, as obras de urbanização desconsideravam o histórico das pessoas que viveram desde sua infância naquele lugar: “você só vai correr na escadaria da Providência, brincar de pique-pega, pique-bandeira, jogar bola na rua quando é criança, já passou a história. Essa história não tem como voltar. É preciso resistir porque a vida está em jogo”. Nessa afirmação, ele recorre ao valor afetivo que as pessoas possuem com os diferentes espaços da favela, que remetem a uma história passada, que não tem como voltar atrás.

Outro morador revela que as ameaças de remoção acontecem na Providência porque há uma desvalorização da classe pobre, a mesma situação não aconteceria em lugares habitados pelas classes ricas. “Eles acham que todo mundo que mora na favela é marginal por natureza. É bandido até que se prove ao contrário. No Leblon, Ipanema e nos bairros de gente bacana, todo mundo é cidadão, bonzinho, gente de bem, é inocente até que se prove o contrário. Porque essa diferença de tratamento? Isso precisa mudar”. Os moradores da Providência revelam que há uma diferença na forma como o poder público trata as pessoas, de acordo com a sua classe social e o local de moradia, que permite que ações violentas realizadas pelo Estado sejam legitimadas em alguns espaços e não em outros. Isso faz com que alguns sejam considerados mais “cidadãos” do que outros, a lei não é aplicada da mesma forma para todos.

Além do problema da moradia, mulheres e homens reclamaram do fechamento de duas escolas estaduais na região portuária: Colégio Estadual Vicente Licínio Cardoso e o Colégio Estadual Benjamin Constant. Uma mulher se queixou: “agora a gente tem ir mais longe para estudar. Mas eu não vou passar em túnel às 10h da noite, todo mundo sabe que é uma região perigosa, eu prefiro não ir”. Ela também questionou porque a prefeitura gastou tantos recursos no teleférico e não previu a criação de uma escola dentro da favela. Na sua opinião, um terreno que foi desocupado na Providência poderia servir para esse fim. Ela afirmou que antes das remoções era a favor do programa Morar Carioca na favela, pois a sua preocupação primordial era com o saneamento básico, que até aquele momento não tinha sido feito. A moradora lamentou a derrubada da Praça Américo Brum, pois o morro perdeu uma das principais áreas de lazer e muitos espaços estão sem manutenção e cuidado.

Moradoras do Quilombo das Guerreiras presentes na reunião também falaram sobre a insegurança se elas vão permanecer ou não no local onde vivem. Desde 2006 o grupo com cerca de 50 famílias habita um prédio da Companhia Docas, patrimônio da União, na Gamboa, que estava há vinte anos vazio. O Quilombo das Guerreiras é um coletivo que funciona pela autogestão e não possui representação. É apartidário e a favor da ação direta organizada pelo povo, assim, todas as decisões se dão no coletivo em assembleias.

Atualmente, o Quilombo passa por dificuldades por causa da “revitalização” da Região Portuária. Uma moradora afirmou: “nós discordamos do uso desse termo. Revitalizar é “dar vida”, mas na verdade o que eles estão fazendo é expulsar os moradores, é tirar a vida do centro. Hoje não falta vida no centro”.

Após um acordo com os moradores, a prefeitura se comprometeu a criar o Quilombo da Gamboa para o assentamento de 100 famílias no bairro do Santo Cristo, próximo a Cidade do Samba. Há três anos o Quilombo das Guerreiras negocia com a prefeitura a construção de moradia nessa área, mas até o momento as obras não começaram. De acordo com a moradora da ocupação, cinquenta famílias da região portuária já foram removidas para Senador Camará. Para ela, “o prefeito se diz disposto a ouvir e a criar residência. Então, temos que forçar ele a construir. Chega de ouvir, é hora de fazer”. Elas não aceitam receber o aluguel social, pois cada família iria viver em um local. Isso fragmentaria o coletivo e o poderia enfraquecer a reivindicação de construção de moradias no Quilombo da Gamboa. As famílias desejam permanecer no prédio ocupado até a entrega das chaves ou o reassentamento do coletivo em outro prédio na mesma região. No lugar da ocupação, está prevista a construção das “*Trump Towers Rio*” um empreendimento internacional de construção de cinco torres com até cinquenta andares.

De acordo com o dossiê elaborado pelo Comitê da Copa e das Olimpíadas no Rio de Janeiro (2013), seis ocupações localizadas no centro da cidade em prédios públicos da União, do Estado ou do Município que não cumpriam a sua função social, foram removidas por causa das obras do Porto Maravilha, somando 465 famílias atingidas. Além do Quilombo das Guerreiras, as ocupações da Rua do Livramento resistem à remoção. Os moradores ocupam imóveis privados há mais cinco anos, e estima-se que cerca de 400 famílias sejam obrigadas a deixarem suas casas. As pessoas que moram no local consideram a permanência na região central fundamental, tendo em vista as oportunidades de emprego que a região oferece. Elas alegam que as construções poderiam ser reformadas e parte das famílias reassentadas nas proximidades da Rua do Livramento.

Percebemos, assim, que as obras de revitalização da Região Portuária e da Providência têm gerado muitos conflitos com pessoas que vivem nesses locais. O projeto de transformar a favela em um lugar de visitação turística e um novo cartão postal da cidade, seguindo os valores da “cidade-empresa”, entra em contraste com os interesses, os direitos e os desejos de seus moradores. Há uma imposição arbitrária de um destino, por parte do poder público que não se propõe a negociar e a dialogar com as pessoas que vivem ali, que guardam laços afetivos, memórias individuais e coletivas sobre aquele lugar.

No trabalho de campo, realizamos entrevistas com quatro moradores dessa região: um jovem que vive próximo à estação do teleférico na Providência e teve a sua casa marcada pela Secretaria Municipal de Habitação, dois jovens que moram no Morro do Pinto, que não foram afetados diretamente com as obras e uma menina que vive na Gamboa. Na análise das entrevistas exploramos suas memórias sobre o lugar onde vivem e como se posicionam diante dessas intervenções.

#### **4.5. Complexo do Alemão: a instalação da UPP, as obras do PAC e o teleférico**

O Complexo do Alemão fica localizado na Zona Norte da cidade e agrupa 13 favelas. Em 2007, ano da realização dos Jogos Pan-Americanos no Rio de Janeiro, a Polícia Militar fez uma operação no local, em maio de 2007, com objetivo de prender os responsáveis pelo assassinato de dois policiais. Mas foi somente no dia 27 de junho que diferentes forças policiais, dentre elas 1.200 policiais civis e militares, além de um reforço da Força Nacional de Segurança, realizaram uma ‘megaoperação’ de busca e apreensão de drogas e armas nas favelas. Com intenso tiroteio entre policiais e traficantes, a incursão terminou com 19 mortos, 13 feridos e pouco resultado no que diz respeito à desarticulação do tráfico de drogas na localidade. Na época, os governos foram muito criticados por entidades de defesa dos direitos humanos e pela ONU por causa da violência da operação.

Em novembro de 2010, a Polícia Militar fez uma nova operação no Complexo do Alemão com o apoio das polícias civil, federal e das Forças Armadas. A operação contou com blindados da marinha, tanques do exército e helicópteros que abriram o caminho para policiais e militares. Toda a operação foi transmitida ao vivo pela televisão, que passou exaustivamente a imagem de cerca de 200 homens fugindo da favela pela Serra da Misericórdia. O Complexo do Alemão era considerado o maior reduto do tráfico de drogas do país, por isso, foi ocupado pela “Força de Paz”, formada pela polícia militar, civil e pelo exército, até abril de 2012, quando foi instalada a Unidade de Polícia Pacificadora na região.

Na época da invasão do Complexo pela polícia e pelo exército, um jovem de dezessete anos, Rene Silva, morador do Morro do Adeus, ganhou destaque na mídia. O jovem compartilhou na rede social a situação da favela, respondendo aos amigos preocupados com a sua segurança. Diferentes pessoas passaram a segui-lo para saber o que a favela estava vivendo, a partir da perspectiva de um morador. Rapidamente, ele ganhou visibilidade, como relatou em seu blog:

Já no final de 2010 aconteceu a invasão da polícia no Complexo do Alemão e o “Voz da Comunidade” voltou a tona na mídia, mas não foi porque eu quis...foi por causa das pessoas que me seguiam. Eu estava falando sobre o que estava acontecendo aqui no Complexo, a operação e várias pessoas começaram a enviar mensagens para pessoas famosas dizendo “Ah, segue esse menino aí, é da favela lá onde tá tendo tiroteio, ele ta falando como ta a situação” e em questão de minutos, a autora de novelas da TV Globo, Glória Perez viu essa mensagem e começou a divulgar também para as pessoas seguirem. Foi quando eu vi que meus seguidores pipocaram muito rápido e de 700 pessoas, passou pra mais de 7 mil. Fiquei muito assustado na hora e até com medo de falar alguma coisa. (...) Atualmente tenho 23.900 seguidores no meu @rene\_silva\_rj e 66.300 pessoas acompanham o @vozdacomunidade pra saber o que anda acontecendo ainda no Complexo do Alemão. (René Silva)

Desde os 11 anos, Rene Silva criou um jornal na escola, que retratava os problemas apontados pelos alunos na instituição onde ele estudava. Depois ele ampliou o foco para noticiar as questões relacionadas à favela e criou a “Voz da Comunidade”, com o apoio da escola. Segundo Rene em entrevista dada para o Jornal o Globo, de 12 de maio de 2013: “havia espaço para um jornal local, porque as pessoas tinham medo da grande mídia que só aparecia quando havia tiroteio e mortes”. Ele conseguiu ter o apoio do comércio local pela venda do espaço de propaganda no jornal. Antes da ocupação da favela pela Força de Paz, cinco mil exemplares da “Voz da Comunidade” circulavam pelo Complexo do Alemão.

Após o sucesso na rede social, a sua ação foi capturada pelos meios mediáticos, produzindo-o como um exemplo a ser seguido por outros jovens. Rene passou, então, a ser convidado para ir a diversos programas de televisão para dar entrevistas sobre a sua iniciativa. O jornal ganhou uma nova sede de uma emissora de TV e equipamentos para poder expandir sua atuação. Hoje o jornal conta com vinte colaboradores e passou a incluir jovens de outras favelas. Rene Silva foi um dos quatro brasileiros escolhidos para participar da abertura das Olimpíadas de Londres, em 2012, carregando a Tocha Olímpica. Ele é convidado para dar palestras em diferentes estados sobre a criação de um jornal comunitário. Em 2012 foi convidado por Glória Perez para participar da novela “Salve Jorge”, filmada no Complexo do Alemão e dar orientação nas cenas que envolvem a favela para que fossem representativas. Várias cenas foram filmadas no local, dando destaque para a vista do teleférico.

Nesse caso, notamos grande investimento por parte do poder público e da mídia para mudar a imagem vinculada ao Complexo do Alemão, desvinculando-a da violência e do tráfico de drogas para deixá-lo atrativo para turistas e visitantes. O jovem que rapidamente ganhou visibilidade por ter postado nas redes sociais informações sobre a favela, num momento de medo e de insegurança sobre o que estava acontecendo, teve a sua imagem atrelada a esse novo momento que a favela vive. Ao contrário dos ‘bandidos’ e dos

traficantes, que apareciam antes da entrada da UPP, agora, a imagem a ser exportada é a do jovem estudante, trabalhador, conectado às redes sociais. A sua proposta de criar um jornal, com a perspectiva do morador da favela, capaz de denunciar aquilo que não vai bem e compartilhar informações sobre o lugar onde mora, passa a ser atravessada por outros interesses, o que dificulta o seu papel de crítica.

O teleférico foi a principal obra do Programa de Aceleração do Crescimento (2008-2010), uma parceria do Governo Federal com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, inspirado no modelo da cidade colombiana de Medellín. O teleférico foi inaugurado em julho de 2011, com a estimativa de que 30 mil passageiros por dia utilizassem o serviço. O trajeto possui seis estações: Bonsucesso, Morro do Adeus, Morro da Baiana, Morro do Alemão, Itararé-Alvorada, Palmeiras, tem aproximadamente 3,4km e dura cerca de 20 minutos. Para a construção do teleférico foi necessária a realocação de 2600 famílias.

Segundo um morador em conversa com a pesquisadora durante o trabalho de campo, o governo dava três opções: indenização em dinheiro; troca da casa pelo apartamento no condomínio novo construído pelo PAC; ou a compra assistida, no caso escolher uma moradia que já existia na favela pelo mesmo valor. Na época, muitas pessoas tiveram de sair de suas residências e reclamaram de deixar o “mundo da favela” para ir morar no apartamento. Em suas palavras: “a favela não é ruim de morar. Me ensinou muita coisa”. Dependendo de onde era a casa, essa mudança também trazia benefício, pois os apartamentos foram construídos em áreas de fácil acesso, próximos ao comércio e ao transporte, o que poderia significar maior facilidade.

Em entrevista para o Jornal do Brasil em 29 de setembro de 2013, o coordenador do Instituto Raízes em Movimento do Complexo do Alemão, Alan Brum, contou que o Plano Básico de Licitação e de Desenvolvimento Sustentável foram intensamente discutidos com representantes da Empresa de Obras do Estado do Rio de Janeiro (EMOP) e das secretarias estaduais Parques e Jardins e Cultura e Lazer, desde 2008. Na época, foi criado o Comitê de Desenvolvimento da Serra da Misericórdia, composto por 927 membros de instituições da região e por moradores, que apresentaram as suas reclamações e sugestões para serem incluídas no planejamento de urbanização, visando à melhoria da qualidade de vida na região. O resultado final foi a criação da Agenda Propositiva entregue ao poder público.

Dois anos após a inauguração do teleférico, moradores criticam o transporte por não atender às necessidades básicas de mobilidade, integração social e melhorias na qualidade de vida, como sugerido no seu projeto original. O teleférico não correspondeu ao desempenho esperado pelo poder público, pois a demanda diária de moradores que usam o teleférico é de

12 mil, sendo que nos fins de semana 60% desse número são visitantes. Os moradores têm direito a duas passagens gratuitas e ao valor promocional de R\$ 1 para quem não mora na favela custa R\$5, mesmo assim o transporte não tem atraído muito a população local.

Segundo Alan Brum, quando engenheiros e arquitetos comentaram sobre o teleférico, os moradores alertaram que não daria certo, por causa da topografia: “ninguém vai subir o morro para embarcar. O teleférico é o atrativo turístico e orgulho do governo estadual. Para agradar os olhos dos turistas, eles [governo do Estado] construíram um cinturão social no entorno do Alemão, com um colégio público bonito, UPA, creche e o conjunto habitacional. Mas isso só nos locais por onde os turistas passam”. Nos finais de semana, cerca de 7 mil visitantes vão por dia ao Complexo do Alemão para andar de teleférico e contemplar a paisagem da favela vista do alto. Alan Brum critica o “turismo exótico” que, na sua opinião, fortalece o preconceito que sempre existiu em relação às favelas por não ter uma integração entre os turistas e a comunidade e não contribui para a economia local.

#### **Foto do teleférico do Complexo do Alemão**



Fotografia: Stella Ribeiro

Além do teleférico, o Complexo do Alemão passou a ter novos espaços comunitários, como o Espaço Esportivo, o Centro de Geração de Renda operado pela FAETEC, e o Centro Integrado de Atenção à Saúde que possui uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e consultórios. Contou com a construção do Colégio Estadual Jornalista Tim Lopes, o Centro de Referência para a Juventude (CRJ). As obras do PAC incluíram a construção conjuntos habitacionais em seis localidades: dois na Avenida Itaoca, um no Morro do Adeus, um numa antiga fábrica, um na Estrada do Itararé, um na Área do Gás (Heliogás). Nós realizamos as entrevistas com dois irmãos que foram realocados de onde moravam no Complexo do Alemão, para o Condomínio das Palmeiras, localizado na Avenida Itararé.

Em 2010, a prefeitura construiu na Praça do Terço, em Nova Brasília, três equipamentos: Cine Carioca, cinema com uma sala 3D, o Espaço de Desenvolvimento Infantil, para crianças de 0 a 6 anos, e a Praça do Conhecimento. Esta foi inaugurada em dezembro de 2011 e oferece cursos de capacitação em vídeo, fotografia, áudio, design gráfico, tecnologia da informação, além do projeto de cultura e arte, que se preocupa com a história e a difusão da memória cultural do Complexo do Alemão e das comunidades da Serra da Misericórdia. A Praça do Conhecimento possui a ALA - Área de Livre Acesso, que tem internet, computadores, *notebooks* e *tablets*, jogos eletrônicos disponíveis para uso dos moradores, Mideateca, Biblioteca e atividades artísticas e culturais. Entrevistamos três jovens moradores do Complexo do Alemão, na Praça do Conhecimento. Uma menina que trabalhava nesse local, um jovem que frequentava a ALA para encontrar os amigos, usar a internet e jogos e uma jovem que morava perto e resolveu marcar o encontro na Praça por ser de fácil acesso. Nos dias que fomos fazer as entrevistas, pudemos observar como crianças e jovens usam aquele espaço, conversar com monitores, frequentadores e o coordenador do espaço.

Segundo o coordenador geral da instituição, antes da inauguração do espaço a sua equipe entrou em contato com moradores das 14 comunidades que compõem o Complexo do Alemão para incluir a participação deles na elaboração do projeto. Nessas reuniões, houve muita reclamação sobre os recursos irem para Nova Brasília, deixando de lado regiões mais pobres do Complexo e que precisariam de mais investimentos. Contudo, a prefeitura decidiu construir o equipamento na Praça do Terço, por ser uma área de maior visibilidade que era ocupada pelo tráfico de drogas.

Em abril de 2012, foi realizada a exposição “Memórias” na Praça do Conhecimento com a presença de alunos, artistas, educadores, vizinhos, pessoas de todas as idades do Complexo do Alemão. A criação desse projeto tinha como objetivo criar um laço com os moradores, valorizando a história oral e a transmissão geracional de histórias locais. Antigos

moradores tinham críticas à obra de urbanização, que provocou o apagamento da história da Praça do Terço, um lugar de referência da comunidade. Segundo um morador: “hoje o progresso chegou. Agradeço aos governantes pela infraestrutura que temos aí. Mas parte da nossa história foi esquecida”. De acordo com suas memórias, a Praça do Terço foi onde, na década de 1970, a Light assinou com a Faferj um contrato de investir na iluminação pública das favelas. O primeiro poste da Light em favelas foi implantado naquela praça. No lugar, também aconteceu a primeira missa da Igreja católica do Complexo do Alemão, pela pastoral das favelas. O projeto “Memórias” valorizava a escuta dos mais velhos, ao resgatar as histórias da favela e de seus moradores e transmiti-las para os mais jovens.

A Praça do Conhecimento foi um espaço pensado para o público jovem e adulto, restrito aos maiores de 12 anos. No entanto, várias crianças passaram a procurar o local e insistiam para usar os computadores e jogos. Então, eles passaram a exigir a autorização dos responsáveis para permitir a entrada das crianças no equipamento, no horário de contraturno escolar. Com isso, descobriram que algumas crianças não estavam na escola, mas iam à Praça Conhecimento. Isso motivou a equipe a procurar saber as histórias das famílias e das crianças, se deparando com questões complexas, como parentes envolvidos com o uso de drogas. No momento em que estivemos ali, crianças e jovens passaram a maior parte do tempo competindo quem dançava melhor, a partir de um jogo, e quando não estavam dançando, usavam os *tablets* para jogar. Na área de livre, os jovens usavam computadores para entrar nas redes sociais, principalmente, no *Facebook*. Os monitores conheciam as pessoas pelo nome, muitos por serem vizinhos, ou por estarem sempre por ali. Notamos também que diversos eventos acontecem na Praça, que possui um espaço de reuniões e de encontro de grupos de diferentes lugares do Complexo do Alemão.

Segundo uma jovem que trabalha na Praça do Conhecimento, em depoimento dado para a autora durante o trabalho de campo, o lugar onde ela mora se destaca de outras regiões dentro do próprio Complexo, pois não foi atendido pelas intervenções do poder público. No Capão, diferentemente de Nova Brasília, o esgoto não é encanado, existindo muitas valas abertas. Há crianças que não frequentam a escola, que possuem doenças na pele, muitas adolescentes grávidas, sem atendimento médico, idosos que não podem de sair de casa devido às péssimas condições de acessibilidade na favela. Em suas palavras:

Capão é onde eu moro com a minha avó, minha mãe, minhas irmãs e meus sobrinhos. Lá é uma cratera e tem esse nome porque esse é o nome de um bicho que tinha lá. Ali é uma fonte de água natural, onde você cava sai água. Hoje é um dos lugares mais precários da comunidade, e é o local que mais precisava do PAC. (Jovem moradora do Complexo do Alemão)

Dessa maneira, as obras do PAC trouxeram alguns benefícios para os moradores, mas muitos lugares ficaram totalmente desassistidos uma vez que a prioridade dos investimentos foi para a construção do teleférico. Podemos dizer que há um conflito de interesses entre ações do poder público e o que os habitantes do Complexo do Alemão demandam como prioridade para a melhoria da qualidade de vida na região. O quadro de abandono de algumas localidades contrasta com o alto investimento feito para a construção do teleférico, voltado principalmente para turistas e visitantes. Durante anos a presença do poder público se deu de forma precária na favela, quando há uma iniciativa como o PAC, que possui recursos para poder garantir melhores condições de vida para as pessoas que moram no local, o que se percebe é que os investimentos são voltados mais para quem é de fora do que para aqueles que vivem no Complexo do Alemão.

Escolhemos realizar entrevistas com cinco jovens do Complexo do Alemão, pois foi uma favela que sofreu intervenções de grande porte nos últimos anos na área de segurança pública e de urbanização, cujo modelo do teleférico está sendo exportado para as favelas da Providência e Rocinha. Analisamos as memórias dos jovens sobre como foi a infância na favela, as obras do PAC, o processo de instalação da ‘Força da Paz’ e depois da Unidade de Polícia Pacificadora para refletirmos sobre como o poder público vem se impondo nas favelas, e as possibilidades dos jovens de ressignificarem as suas trajetórias e de seus amigos a partir do marco dessas ações.

#### **4.6. As obras do PAC na Rocinha e as críticas à construção do teleférico**

Antes da implementação do PAC 1 na Rocinha, foi construído um Plano Diretor Sócio-Espacial. Segundo o Estatuto da Cidade, o plano diretor é um instrumento importante para a derrubada de barreiras físicas, sociais e imagéticas que estigmatizam a discussão das cidades e da regulamentação de seus territórios de abrangência. Ele pode ser aplicado no estudo de municípios como um todo ou de partes, como bairros e regiões. Toledo, Silva & Tangeri (2007) partiram dessa perspectiva para desenvolver a proposta do plano diretor da Rocinha que é considerada um bairro estigmatizado, cercado por muralhas virtuais que o separam da cidade formal.

Entramos em contato com o arquiteto Toledo, por ser uma referência entre os moradores da Rocinha. No encontro, ele nos contou sobre como foi a construção do projeto que orientou as obras do PAC 1 na favela. Em 2005, o Instituto de Arquitetos do Brasil- IAB

lançou um concurso nacional para selecionar um escritório de arquitetura que seria responsável pela produção do Plano Diretor da Rocinha. O projeto, elaborado pela equipe de Luis Carlos Toledo formada por arquitetos, sociólogos e moradores da Rocinha, foi o selecionado.

A equipe do arquiteto fez um mapeamento e levantamento de habitações e de andares de cada edifício da Rocinha e, a partir disso, chegou ao número de 100 mil habitantes. Pelo IBGE, a área teria cerca de 60 mil enquanto que o número estipulado pela associação de moradores chegava a 200 mil. Toledo conduziu o projeto partindo de duas premissas: a Rocinha sabe o que quer e a Rocinha sabe o que não quer. Na fase de elaboração do plano diretor, ele montou um escritório num bar dentro da favela onde se reunia com a sua equipe de trabalho e conversava com os moradores. O arquiteto circulava pelos becos e, às vezes, parava no meio da rua com o mapa do local aberto para atrair o interesse das pessoas para a construção conjunta do Plano Diretor da Rocinha.

Toledo também incluiu a perspectiva das crianças na construção do Plano. No início, ele não sabia como reunir crianças que moravam em diferentes regiões da favela, pois, muitas vezes, elas só circulavam por becos e áreas próximas a sua casa. O arquiteto, então, entrou em contato com o mestre de Capoeira de uma roda que acontecia numa região central da Rocinha e combinou de fazer uma atividade com as crianças que frequentavam a roda. No dia combinado, o arquiteto explicou para elas o que era um plano diretor, distribuiu brinquedos, lápis de cor, caneta hidrocor, papel e pediu para que as crianças falassem, desenhassem ou escrevessem em uma folha aquilo que elas gostavam e em outra aquilo que elas não gostavam na favela. Toledo disse que se fosse um bom plano ele tiraria tudo aquilo que as crianças não gostavam da favela e colocaria o que elas gostavam. Ele pediu também para que as crianças desenhassem um mapa da Rocinha. Uma das imagens feitas por uma menina ficou sendo a marca do projeto, antes de mudarem para a passarela do Oscar Niemeyer, que foi construída no local. Para o arquiteto, as crianças identificaram as “propostas viscerais” contidas no Plano Diretor.

Em 2007, o Plano Diretor da Rocinha foi aprovado pela EMOP- Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro. As obras do PAC1 tiveram início em março de 2008, numa parceria do Governo do Estado com o Governo Federal, com o investimento de R\$ 272 milhões na Rocinha. Alguns destaques do projeto foram: o Complexo Esportivo localizado na Autoestrada Lagoa-Barra; a UPA - Unidade de Pronto Atendimento; a passarela projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer; a criação de 144 unidades habitacionais; a urbanização e o alargamento da Rua 4 e a construção da Biblioteca Parque. No projeto inicial, estava prevista

a construção de um hospital, mas o Governo do Estado não seguiu a sua proposta, substituindo-o pela UPA.

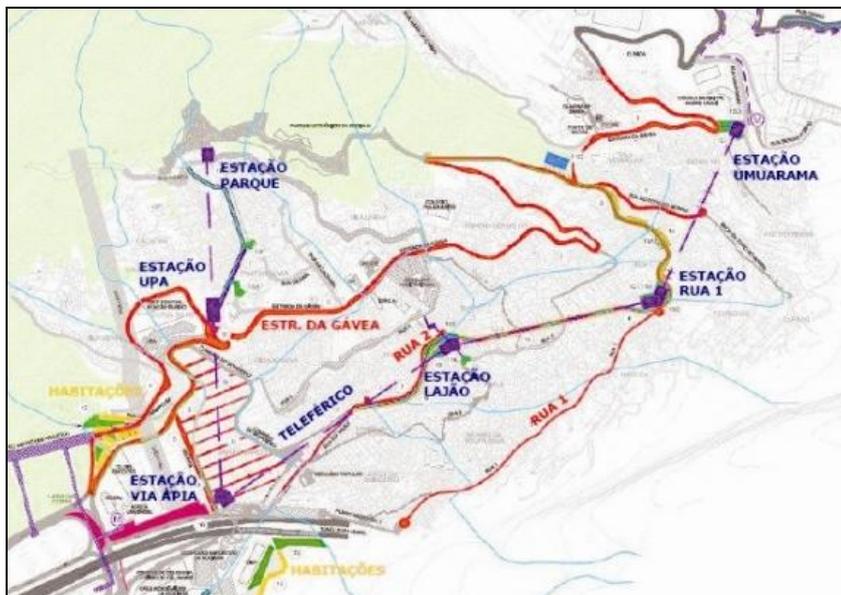
Na mesma época, entrou em pauta a discussão sobre a construção de muros para fazer o “ecolimite” da favela com a mata, numa tentativa de evitar o seu crescimento. Esse projeto foi muito criticado por dificultar o contato dos moradores com a natureza e fragmentar a cidade. No Plano Diretor, eles buscaram aproveitar as áreas verdes da Rocinha para criação de uma área de lazer, um parque que não foi concluído nas obras do PAC 1. Para esclarecer as dúvidas da população, foi criado um programa semanal na rádio comunitária em que o arquiteto falava sobre as transformações que iam acontecer na Rocinha, além de reuniões com os moradores. As obras tinham previsão de término para o fim de 2010, mas as intervenções foram interrompidas antes de finalizarem a construção do plano inclinado, na localidade conhecida como Roupa Suja, do mercado popular, da creche, e da urbanização do Largo dos Boiadeiros.

Para Toledo, a Rocinha é diferente do Complexo do Alemão, pois fica encravada entre dois bairros ricos: Gávea e São Conrado. Os bairros vizinhos ao Complexo do Alemão estão decadentes porque as indústrias e fábricas saíram de lá por ser uma região perigosa. Na Rocinha, as crianças vão à praia e estudam em diferentes escolas públicas da zona sul da cidade. Para ele, o encontro dos moradores da Rocinha com pessoas que são de fora da favela era algo positivo e que precisava ser incentivado. No PAC1, a sua equipe criou o Complexo Esportivo fora da favela, em São Conrado, para que os moradores da Rocinha pudessem interagir e conviver com pessoas que moram em bairros vizinhos e que praticam esportes no mesmo local. Segundo o arquiteto, essa interação já está acontecendo na escolinha de judô do atleta Flavio Canto, que é frequentada por crianças da Rocinha e de fora. Já o posto de saúde, a sua equipe planejou para ser dentro da favela, o que facilitaria o acesso à população local. Na sua perspectiva, hoje em dia, a enfermeira que trabalha no posto é uma pessoa que nasceu, se formou e continua morando na favela, servindo de exemplo para crianças e jovens, que podem vislumbrar outras profissões.

Segundo o Jornal O Dia, de 27 de abril de 2013, as obras do PAC 2 na Rocinha custarão R\$ 1,6 bilhão e a sua principal construção é o teleférico com duas linhas interligadas ao metrô da Gávea e de São Conrado. A primeira tem início na Via Ápia e passará pelas estações do Lajão, na altura da Rua 2, da Rua 1 e do Umuarama. A segunda linha do teleférico também partirá da Via Ápia, em direção a UPA e ao parque ecológico da Dionéia, na área mais elevada do morro. A estimativa do governo do estado é que o teleférico transporte 30 mil passageiros por dia. O projeto do PAC 2 também inclui a finalização das

obras que foram interrompidas do programa anterior, a construção de novos apartamentos e creches públicas, investimentos em saneamento e macrodrenagens, soluções para o problema do lixo, com a instalação de caixas coletoras e estações de recolhimento mecânico.

### Projeto do teleférico na Rocinha



Fonte: Jornal O Dia de 27 de abril de 2013

Durante o trabalho de campo, fomos a uma reunião do Fórum de Cultura da Rocinha realizada na Biblioteca Parque. Estavam presentes 13 moradores, de diferentes idades e de várias partes da favela. Além do arquiteto Carlos Toledo e de um sociólogo que pesquisava sobre as formas de participação na Rocinha. Na semana seguinte ao encontro, estava prevista uma visita de representantes do Governo do Estado para fazer o lançamento do programa na favela e os moradores tinham muitas dúvidas em relação ao projeto. Um morador criticou a matéria que saiu no jornal O Dia de 27 de abril de 2013 sobre o teleférico na Rocinha, em que afirma ter sido “tão desejado” pelos moradores. Ele perguntou se o jornal havia conversado com alguém, e de onde eles tiraram a ideia de que esse projeto tinha o apoio local. Para ele, uma mentira que é contada muitas vezes acaba se tornando verdade. Logo, era preciso fazer alguma coisa para mobilizar a população para dizer que o teleférico não era tão desejado assim, e que os moradores achavam que a prioridade eram as obras de saneamento básico na favela. Segundo uma moradora, “não houve uma discussão na Rocinha sobre a criação do teleférico e agora estão passando o rolo compressor. Isso tá ocorrendo em toda a cidade”. Eles criticaram a falta de divulgação do planejamento das obras do PAC2 à população da Rocinha, assim como aos moradores de São Conrado e Gávea que, provavelmente, também serão

afetados por elas. Alguns questionaram se essa não era uma estratégia do governo para reduzir a pressão dos moradores para que se cumpra o que foi planejado e acordado.

Em reuniões anteriores, esse grupo redigiu um documento (Anexo III), que foi lido na hora, em que afirmam a importância de ter o saneamento básico como prioridade nas obras. Essa reivindicação já estava presente no plano diretor, mas não tinha sido atendida nas obras e urbanização do PAC1. Segundo os moradores, os custos com dessas obras triplicaram e o projeto não foi finalizado. Eles reclamaram dos desvios de verba do PAC1 e tiveram a ideia de criar uma comissão dos moradores para controlar as despesas do PAC2. O documento feito por esse grupo alega que durante anos a Rocinha foi abandonada pelo poder público. Um morador complementou dizendo que foi graças a esse abandono que a favela pode se consolidar, permitindo várias pessoas morarem ali. Devido à ausência do poder público, a comunidade se organizou para conseguir melhorias e há mais de 30 anos eles lutam pelo saneamento básico.

Todos concordaram que o principal problema da favela são as valas, o lixo, a dengue, além da tuberculose que atinge o maior índice da América Latina na favela. Obras em locais que não possuem ventilação, que são úmidos e não entram luz poderiam ajudar a não propagar a doença. Eles afirmaram que não podiam mais aceitar o abandono da Prefeitura e do Estado uma vez que o Plano Diretor da Rocinha foi um documento elaborado em parceria com os moradores e com financiamento público. Na fala de um morador: “o plano diretor já existe e precisa ser cumprido. O governo aceitou e o aprovou como lei”.

Toledo interveio dizendo que embora o Plano Diretor Sócio-Espacial da Rocinha pertença à EMOP, do governo do estado, o sucesso de sua implantação depende da criação do Projeto de Estruturação Urbanística (PEU) da Rocinha pela prefeitura do Rio de Janeiro. Enquanto a Prefeitura não aprova o PEU, não há uma obrigatoriedade de seguir o plano diretor. Mas o arquiteto disse que os moradores podiam entrar com uma ação no Ministério Público contra o teleférico e a favor que se cumpram as obras previstas no PAC1, que ficaram inacabadas. Ele lamentou que a experiência de elaboração do plano diretor não tenha sido retomada para o planejamento do PAC2. Toledo ampliou o debate trazendo alguns argumentos que justificavam porque ele era contra o projeto do teleférico.

Em primeiro lugar, é uma obra de alto custo que não atende às prioridades locais, como o saneamento básico capaz de abranger a infraestrutura dos sistemas de eliminação de esgotos sanitários e águas pluviais, o abastecimento de água, a coleta e a reciclagem do lixo. A construção do teleférico é invasiva, demanda uma infraestrutura pesada e a remoção de cerca de 4 mil moradores ou 1700 habitações. Para o arquiteto, o plano inclinado é a melhor

opção para a mobilidade na favela, pois precisaria remover menos moradias, é uma construção mais barata e que conta com a tecnologia nacional. Diferentemente do teleférico, um equipamento importado da França, cuja compra, reposição de peças e assistência especializada sempre estarão sujeitas às variações cambiais. Toledo também afirmou que o teleférico prejudica o comércio, pois menos pessoas circularão a pé pelos espaços da favela. O aumento do número de turistas pode não proporcionar um ganho significativo para a economia local, uma vez que eles não vão caminhar pelos becos e consumir nos bares e lojas da Rocinha. Além disso, os turistas desfrutarão da vista que se tem do alto sem entrar em contato com os problemas da favela, não ajudando a pressionar o poder público para solucioná-los.

O arquiteto tomou como exemplo a experiência do teleférico, no Complexo do Alemão, que funciona abaixo de sua capacidade e não atende a algumas necessidades dos moradores. Esse transporte não pode carregar peso (como compras e materiais de construção) e é de difícil acesso a deficientes físicos e idosos, uma vez que as gôndolas não param totalmente na estação. Toledo assegura que o plano inclinado tem a vantagem de facilitar a remoção do lixo acumulado em locais de difícil acesso. Após essa reunião, ele escreveu uma carta e a divulgou nas redes sociais sobre a situação da Rocinha, em que fazia o seguinte apelo:

Meus amigos, alguma coisa tem que ser feita, não é mais possível que se faça silêncio sobre os destinos de nossa cidade, não é mais possível que os planos, projetos e ações governamentais sejam conhecidos apenas por interlocutores privilegiados até a véspera de serem implementados. Creiam, ao apoiarmos os moradores da Rocinha no seu legítimo direito de discutir o conjunto de ações previstas no PAC2, estaremos ajudando a nós mesmos a construir uma cidade infinitamente mais justa e boa de se viver (TOLEDO, 2013).

Os moradores se organizaram para dar visibilidade às críticas ao projeto do teleférico. Eles distribuíram para a população local o documento elaborado nas reuniões, a charge que aparece o teleférico como um elefante branco e os divulgaram também nas redes sociais. Articularam ações, como o debate no Clube de Engenharia e a série “Rocinha sem Fronteiras” de encontros com arquitetos, engenheiros, políticos, representantes do poder público, entre outros, para discutir as obras do PAC 2. Eles se encontraram com militantes do Complexo do Alemão para compreender como foi o processo de instalação do teleférico lá e as repercussões na vida dos moradores. Dessa maneira, os moradores reuniram argumentos contrários ao projeto. Foi feito também um abaixo assinado, divulgado nas redes sociais, para pressionar a realização de obras de saneamento básico na Rocinha.

### Imagem divulgada para mobilizar os moradores da Rocinha



Charge de Claudius Ceccon

Durante os protestos de junho de 2013 que tomaram a cidade, a população da Rocinha fez uma passeata com moradores do Vidigal e da Chácara do Céu com faixas e cartazes, reunindo cerca de dois mil moradores. Eles cantaram palavras de ordem que definiam como prioridade o saneamento básico, seguido pela educação e saúde. Após a manifestação, o Governo do Estado recebeu, no dia 26 de junho de 2013, uma comissão com doze moradores desses locais e garantiu que faria as obras de saneamento básico. Os moradores disseram que iriam continuar pressionando para que seus direitos fossem respeitados.

Outra questão que foi debatida nesse encontro com representantes das favelas e do Estado foi a situação da localidade do Laboriaux. Em 2010, essa parte da Rocinha sofreu um deslizamento de terra, que provocou a destruição de casas e a morte de moradores. A prefeitura retirou parte dos entulhos, fez a contenção da encosta e demoliu algumas moradias localizadas em áreas de risco, deixando a obra inacabada. Engenheiros e arquitetos foram ao local para elaborar o laudo das condições do solo e das casas, para reconhecer as áreas de risco e criar um projeto de urbanização. Desde então, os moradores não sabem quais são as casas condenadas, quantas pessoas deverão ser removidas e quais são os planos da prefeitura para a área. No trabalho de campo, entrevistamos um jovem morador do Laboriaux que nos contou sobre a fatalidade de ter perdido seus vizinhos no desabamento de terra e a experiência de viver naquele lugar, sob a constante ameaça de remoção.

### Casas derrubadas pela Prefeitura no Laboriaux



Fotografia: Beatriz Corsino Pérez

O Laboriaux não estava no projeto das obras previstas no PAC 2 para a Rocinha, trazendo insegurança sobre o destino da população no local. Nessa reunião de junho, o Governo do Estado disse que essa localidade era responsabilidade da prefeitura, mas que poderia incluí-la nas obras do PAC 2. Após a mobilização dos moradores, no dia 6 de outubro de 2013, o prefeito Eduardo Paes esteve na favela e afirmou que não removeria mais os moradores e que o Laboriaux passaria a ser contemplado nas obras de urbanização do PAC 2. Os moradores comemoraram a decisão, mas continuaram receosos com essa posição do poder público sem saber se ela será cumprida nos próximos anos.

Os projetos de urbanização do Programa de Aceleração do Crescimento são intervenções pontuais que trazem melhorias para as favelas. No entanto, não possibilitam um real enfrentamento das questões complexas que as afetam, tais como: a ocupação do solo, o saneamento, a proteção ao meio-ambiente, o controle do crescimento, a valorização da terra. Essas intervenções pontuais muitas vezes não estão vinculadas às estratégias de gestão com os moradores, planejamento participativo e construção coletiva dos pactos sociais para viabilizar a sustentabilidade da comunidade sobre seu território. Percebemos que há, muitas vezes, a imposição de um modelo para a população local, sem considerar suas necessidades e prioridades. Como vimos no caso do teleférico, a paisagem criada pelos poderosos se opõe

claramente à chancela dos sem poder, àquela construída pelos próprios habitantes, a paisagem vernacular da favela.

#### **4.7. O conflito fundiário na comunidade do Horto**

Outro lugar em que realizamos entrevistas com jovens foi na comunidade do Horto, localizada na zona sul, que está ameaçada de remoção pelo Governo Federal. O conflito é entre os moradores, que vivem no Horto Florestal e desejam ter a posse da propriedade, e o Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro, que luta pela expansão de seu arboreto e das atividades botânicas.

A atual presidente do Jardim Botânico, Samyra Crespo, em depoimento para o Jornal O Globo de 8 de setembro de 2013, alega que o local de visitação é o mesmo desde 1808, mas a cada ano o número de visitantes aumenta, por isso, a expansão do parque é necessária. Somente para o ano de 2013, a previsão era que o Jardim Botânico recebesse 1,2 milhão de pessoas. Com a remoção da comunidade do Horto, estão previstos para o local: a recuperação de um trecho remanescente de Mata Atlântica e de faixas marginais de rios; a criação de canteiros e estufas; a ampliação de uma escola e de uma biblioteca; a construção de uma passarela para interligar o atual espaço de visitação ao Solar da Imperatriz. Considerando os esforços para tornar o Rio de Janeiro em uma cidade global, a tendência é que o parque receba cada vez mais turistas. Hoje, o Jardim Botânico é um dos principais destinos para quem vem de fora conhecer a cidade, além de ser muito frequentado por seus habitantes. No entanto, os moradores do Horto não querem deixar suas casas, pois alegam ter o direito de viver ali, além de uma relação afetiva com aquele espaço que para muitos pertence à família há décadas.

Souza (2012) realizou uma pesquisa sobre a memória social dos moradores da comunidade do Horto Florestal e entrevistou pessoas antigas na localidade. Algumas famílias estão ali há mais de dois séculos, sendo anteriores a criação do próprio parque. A autora afirma que a memória social do Horto vem sendo sistematicamente ignorada pelas disputas fundiárias históricas e contemporâneas. A ocupação tradicional é denominada de “invasão” e seus moradores chamados de “invasores”, como uma forma de desqualificar sua presença no local. Os moradores são alvos de agressão por setores que desejam removê-los para realizar a construção de novos empreendimentos culturais, com a justificativa de expansão da pesquisa botânica, de conservação do patrimônio natural e histórico da cidade.

A desvalorização e criminalização da população tradicional diante da opinião pública para confeccionar argumentos e justificativas para remoções ou reintegrações de posse que se não fossem perversas, seriam ignorantes do valor desta população e seus modos de vida para a história da cidade do Rio de Janeiro (SOUZA, 2012, p.199).

De acordo com a historiadora, a ocupação do Horto teve início em 1575, com a construção do Engenho D'el Rey, que depois passou a se chamar de Engenho Nossa Senhora da Conceição da Lagoa. Os proprietários de terra possuíam escravos africanos que residiam na localidade, em senzalas. A maior parte dos descendentes de escravos morava no Grotão, no Solar da Imperatriz e cercanias (o chamado Hortão), e no Morro das Margaridas. Outra parte da população é descendente de trabalhadores das fábricas de tecido instaladas no Horto desde os anos 1890. Além disso, muitos funcionários do Jardim Botânico tiveram a permissão para construir suas moradias em terreno da União Federal, na região do Caxinguelê, arcando com os custos e o trabalho da construção. Dessa maneira, não há uma situação única, homogênea, que se possa chamar de “ocupação do Jardim Botânico”. Trata-se de um processo histórico de ocupação em distintas etapas que, na perspectiva de Souza (2012), não podem ser tratadas da mesma maneira.

A região do Caxinguelê, nos anos 1950, passou a ser administrada pelo Jardim Botânico. Até o final dos anos 1980, tanto o Jardim Botânico quanto o Horto Florestal eram administrado pelo IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura. Por isso, em 1960, Juscelino Kubitschek fundou no Horto uma escola municipal com o nome de sua mãe, que ainda atende crianças da Educação Infantil. Nos anos 1970, cogitou-se fazer ali um conjunto habitacional do Banco Nacional de Habitação, para receber pessoas removidas de outras favelas cariocas. A questão ambiental, portanto, nunca foi obstáculo à presença de habitantes no Horto até a década de 1980, quando a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Botânico (AMA-JB), recém-criada, pressionou o governo federal para que eles fossem retirados. O governo federal entrou com uma ação judicial de reintegração de posse, pedindo o reassentamento das famílias que vivem ali. Essa ação foi vitoriosa e transitou em julgado, mas as famílias permaneceram no local porque a Constituição Federal de 1988/Estatuto da Cidade alterou a ordem jurídica, passando a reconhecer o princípio da função social da propriedade pública.

A situação do Horto se agravou quando os moradores demandaram da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), em parceria com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAU/UFRJ), o reconhecimento do direito de posse e de moradia das famílias e a criação de projetos que conciliassem essas dimensões. O Tribunal

de Contas da União (TCU), órgão de controle interno da administração pública, foi acionado pela AMA-JB e suspendeu o referido projeto de regularização fundiária de interesse social que vinha sendo feito. O TCU deu um prazo para que fosse feita uma nova demarcação do parque, executadas as remoções das famílias condenadas, e as ações de reintegração de posse. Em maio de 2012, uma nova demarcação do perímetro que limita a área do Jardim Botânico foi feita por uma comissão integrada pelo Ministério do Meio Ambiente, pelo SPU e pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional. O critério utilizado foi a demarcação que consta na planta do tombamento do parque, de 1938.

Com essa demarcação, está prevista a remoção de 520 famílias do Horto, pois não seria possível fazer regularização fundiária em áreas públicas tombadas e de preservação. Outras 101 casas da Rua Dona Castorina ficaram de fora da área delimitada do Jardim Botânico e poderiam continuar no local. Os moradores têm como alternativas a compra assistida de imóveis, financiamentos pela Caixa Econômica Federal, com condições especiais, e adesões ao Programa “Minha Casa, Minha Vida”, do Governo Federal. Além da comunidade, funcionam no local uma unidade do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) que também seria removida, a Escola Municipal Julia Kubitschek e a subestação da Light, que devem continuar em funcionamento. Em relação ao Espaço Tom Jobim, um teatro que funciona dentro do Jardim Botânico, a decisão final cabe à presidência do Jardim Botânico. No dia 6 de setembro de 2013, o Jornal O Globo informou que o prefeito Eduardo Paes estava disposto a fazer o assentamento dos moradores da comunidade do Horto no terreno da fábrica de tecidos Toalheiro Brasil que funciona na região. Na área de 3,6 mil metros quadrados seriam construídas moradias para assentar as famílias que estão no perímetro do parque, mas essa decisão ainda está em fase de negociação.

### Foto de uma casa do Horto



Fotografia: Beatriz Corsino Pérez

Tanto a direção do parque quanto a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Botânico (AMA-JB) defendem a delimitação do Jardim Botânico a partir da planta de tombamento do parque de 1938. Ao analisar a questão, o ministro do TCU Walton Alencar Rodrigues, revisor do processo, afirmou que o direito individual à habitação não pode ombrear com o direito coletivo à preservação de sítios tombados. O argumento da garantia à moradia não justifica a ocupação de bens de uso comum, como ruas, praças, jardins, parques etc. O ministro prosseguiu:

Qualquer ousadia semelhante à que se perpetra no Rio seria objeto de revolta popular, em defesa do meio ambiente. Em exemplo grotesco, a utilização das áreas do Horto do Rio para a finalidade de regularização fundiária é hipótese idêntica à da utilização da Praça Nossa Senhora da Paz, em Ipanema, para assentamento popular de mendigos (RODRIGUES, Jornal O Globo de 6/09/2012).

Na mesma matéria, o presidente da época do Jardim Botânico, Liszt Vieira, disse que a decisão do TCU garantiu a integridade e a preservação do parque, ao evidenciar que a proposta de fazer a regularização fundiária no local era ilegal: “Para nós e boa parte da sociedade, isso já estava claro desde o início. Como o parque é tombado e fica em área de preservação permanente, não é possível regularizar ocupações”.

Já para Fernandes (2013) em entrevista ao IBASE, o argumento do tombamento do Jardim Botânico é falho, pois o parque já passou por diversas obras desde 1938 e, inclusive,

uma das justificativas para a retirada das famílias é a construção de novos equipamentos no local. Ele questiona se esses projetos previstos para a área hoje habitada também não vão contra o tombamento do parque. Em sua perspectiva, o argumento ambiental tem sido usado para opor o reconhecimento de direitos sociais, especialmente, fundiários e de moradia. No entanto, valores ambientais e de moradia possuem a mesma raiz constitucional, por isso, esforços têm de ser feitos para encontrar um equilíbrio entre os dois. O princípio geral da política pública é a permanência no local, mas a ordem jurídica aceita a remoção em caráter excepcional, desde que soluções aceitáveis sejam negociadas.

Para o advogado, a decisão de remover os moradores do Horto envolve uma questão classista e preconceituosa, pois há uma dificuldade de reconhecer os direitos fundiários e de moradia dos pobres, especialmente, quando se trata de áreas centrais da cidade. Fernandes afirma que existem vários casos em que os juízes ordenam a demolição de barracos de favelas e não determinam a demolição de mansões que invadiram terras públicas: “Qualquer decisão do governo federal no sentido de remover a comunidade do Horto perde qualquer credibilidade quando o próprio governo federal aceita a permanência de um condomínio de luxo dentro da mesma área. Trata-se muito mais de preconceito de classe do que de uma questão jurídica, ou de uma questão ambiental”. Apesar dessa decisão, as famílias do Horto estão se mobilizando para permanecer no local. O grupo vem realizando passeatas e manifestações pela cidade, se aproximando de moradores de favelas que também lutam contra a remoção.

Desde 2000, a Associação de Amigos e Moradores do Horto (AMOHOR) vem se reunindo com escolas e instituições parceiras em projetos ligados à memória social. Em 2008, surgiu a proposta de criação do Museu do Horto com um percurso a céu aberto composto pelo sítio histórico da localidade e seus “lugares de memória” (Nora, 1993). O lançamento oficial do museu foi em novembro de 2010 com a criação do *website* que torna acessível diferentes tipos de informações (datas, depoimentos, documentos, eventos, exposições, fotografia, jornais e revistas, letras de música, livros, mapas, monumentos, textos e vídeos). O Museu do Horto é reconhecido como um Ponto de Memória pelo IBRAM/Ministério da Cultura. Ele foi criado para fortalecer a identidade dos moradores e a resistência frente ao conflito fundiário, na busca de garantir o direito de permanecerem em seu lugar de origem. Ao buscar relatos dos mais velhos sobre o passado do Horto, a memória é usada para atender a uma demanda do presente de unir seus habitantes e justificar a permanência deles naquele lugar. A equipe do museu reconhece a necessidade de expansão da área de visitação do Jardim Botânico e o

desenvolvimento de pesquisa botânica, mas critica a maneira como o projeto vem sendo encaminhado.

Diferentemente do museu da Providência cuja iniciativa partiu do poder público, a criação do Museu do Horto surgiu de um movimento dos moradores em parcerias com pesquisadores e educadores. O museu é uma forma de pensar a comunidade como um “lugar de memória” (NORA, 1993), de estabelecer uma continuidade com o passado que seria comum aos seus habitantes. Os lugares de memória vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar registros e arquivos porque essas ações não são naturais. “Se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-lo” (NORA, 1993, p.13). Essa é uma estratégia usada para reivindicar a importância histórica da comunidade do Horto, frente ao risco do desaparecimento. É, portanto, uma tentativa de reescrever a história de um passado fragmentado para atuar na formação de uma identidade coletiva de resistência.

Quando fomos ao Horto, encontramos com uma senhora que nos contou um pouco sobre a sua história. Ela disse que sempre viveu ali e quando era pequena, adorava correr para a mata e se esconder, por isso, conhecia muito bem o parque. A moradora falou que, na última reforma do Jardim Botânico, funcionários da administração apagaram os vestígios dos antigos moradores. Eles pintaram o aqueduto de branco para esconder as pedras da parte de baixo da construção. Segundo ela, foi erguido um prédio onde foram encontrados diversos objetos antigos, compondo um sítio arqueológico. Ela acredita que pesquisas no local poderiam comprovar a presença de escravos no Horto, mas a administração do parque terminou rapidamente a construção do edifício, sem se preocupar com essa questão. A moradora fala que essa é uma tentativa de apagar os rastros das gerações anteriores que viveram no Horto, tornando mais fácil a retirada dos atuais residentes e a sua desqualificação como “invasores”.

Além disso, a moradora elogiou a convivência que as pessoas possuem com a natureza e com os vizinhos. Por ser um local um pouco isolado, foi estabelecida uma rede de confiança entre os moradores do Horto: “se alguém precisar de alguma coisa, pode entrar na casa do vizinho e pegar, pois as portas não ficam trancadas”. Entendemos que essa fala serviu para nos mostrar a relação de proximidade existente entre os vizinhos, o que se perderia, além das casas, com a remoção.

#### **4.8. Morro Santa Marta é favela modelo? A UPP e as ameaças de remoção do Pico**

A favela Santa Marta fica localizada, no bairro de Botafogo, na zona sul do Rio de Janeiro. Uma das histórias que contam sobre o surgimento da favela é que os seus moradores foram pessoas contratadas para trabalhar na ampliação da igreja do colégio Santo Inácio e agricultores que migraram para o Rio, oriundos do Vale do Paraíba, após a crise do café. Segundo, Geisler (2004) a favela era construída por casas de madeira e telhas francesas, retiradas de barracões de obras e de casarões abandonados no bairro. A sua população servia de mão-barata para os setores de produção, serviços e principalmente para os lares de classe média e alta. Na década de 1950, com a mobilização da igreja católica e de militantes do Partido Comunista foi construída uma caixa d'água no morro, o que deu acesso à água potável aos moradores. Isso acabou atraindo novas pessoas para o morro, o que se intensificou nos anos 1970 com um grande fluxo migratório de nordestinos.

Na década de 1980, grupos comunitários buscaram garantir o direito a equipamentos sociais e serviços urbanos, como a melhoria da urbanização. Nessa mesma época, grupos de traficantes de drogas iniciaram o processo de controle dos espaços da comunidade. Em 1987, o morro Santa Marta viveu um confronto entre duas quadrilhas locais, mobilizando a polícia civil e militar do Rio de Janeiro. Esse conflito teve grande repercussão, na época, principalmente com a divulgação da imagem de uma adolescente, de 14 anos, envolvida com o tráfico de drogas e segurando uma pistola. Em 1995, o cantor americano Michael Jackson gravou um clipe na comunidade e o diretor do vídeo, Spike Lee, afirmou ter negociado a segurança de sua equipe com os traficantes de drogas. Essa declaração gerou polêmica sobre o papel do poder público na promoção da segurança e deu, novamente, visibilidade mundial às questões vividas pelos moradores do Santa Marta. O local onde o artista filmou o clipe ficou conhecido na comunidade como “Laje do Michael Jackson”, tem uma estátua do cantor e um painel em mosaico com a sua imagem. Hoje em dia, é um dos destinos turísticos para quem vai conhecer a favela.

Com a pretensão de retomar o controle da comunidade do domínio do tráfico, o morro Santa Marta foi a primeira favela a ser ocupada pela Polícia Militar, em dezembro de 2008. Essa ação deu origem ao programa da UPP - Unidade de Polícia Pacificadora. Em agosto de 2009 as primeiras câmeras de segurança foram instaladas com o objetivo de facilitar o policiamento na comunidade. Durante as observações na reunião da UPP Social na favela, os moradores disseram não gostar das câmeras porque se sentem invadidos com essa nova tecnologia. Uma moradora disse: “agora é Big Brother na favela”, fazendo referência a um

programa de reality show da televisão. Outra moradora também criticou o muro que foi construído pelo poder público com justificativa da preservação ambiental, já que evita o crescimento da comunidade para os lados, invadindo uma área de floresta. Para ela, há mais de vinte anos que o Santa Marta só cresce verticalmente e “a construção do muro não foi para a gente, foi para a sociedade; não é combate ao tráfico, é controle social”.

Na reunião, alguns moradores destacaram a diversidade cultural e o histórico de resistência da favela, com o objetivo de afirmar que existia muitas pessoas que lutaram pelo morro antes da entrada da UPP. Eles reclamaram que o poder público entrou na favela usando apenas a polícia como referência. Uma liderança fez duras críticas ao projeto da UPP alegando que era uma segurança dos ricos contra os pobres. Para ele, pessoas armadas continuam circulando pela favela, o que mudou foi apenas “do ilícito para o lícito”. O morador questionou quais eram os interesses da polícia pacificadora, para quem ela se dirigia: “agora a polícia é menos repressiva, mas ela veio com racismo, segregação e autoritarismo”.

Ainda existem no morro Santa Marta casas de palafitas, contudo, nos últimos anos houve um crescimento acentuado da reforma e construção de casas de alvenaria. A favela está passando por diversas obras para construção e melhorias de moradias e da infraestrutura urbana. As obras iniciaram em 2003 e pararam em 2008. Segundo o Governo do Estado está previsto a sua continuação com a recuperação e ampliação das redes de água, esgoto, e energia elétrica, a melhoria do sistema de microdrenagem, urbanização das vias de acesso à comunidade, muros de contenção, criação de um centro comunitário, execução de serviços de regularização fundiária e trabalho técnico social. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) está realizando a construção de 128 habitações e melhorias de 232 casas. Um morador disse que colocaram “o carro na frente dos bois”, ou seja, fizeram serviços que não eram tão urgentes antes de obras de infraestrutura básica. Citou o fato da empresa de luz ter feito um cabeamento interno, enquanto ainda há casas em péssimas condições.

Os moradores também falaram da situação do Pico, parte alta do morro, que está ocorrendo risco de ser removido. Segundo o Dossiê do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro (2013), no projeto do Governo do Estado inicialmente 50 casas foram demarcadas para sinalizar que estavam em áreas de risco. Depois esse número passou para 150 casas. Até a entrada da UPP, o Pico era um ponto estratégico para o tráfico de drogas. A prefeitura tinha construído um edifício para ser uma creche municipal, mas ela nunca foi inaugurada porque o local era considerado inseguro. Com a entrada da polícia, o prédio virou sede da UPP e o projeto da creche foi deixado de lado. O plano inclinado inaugurado em 2008 e o asfaltamento da rua que liga essa parte da favela ao bairro de

Laranjeiras facilitou o acesso ao Pico. Dessa maneira, o local que era considerado mais pobre e precário em relação à parte baixa da favela se tornou valorizado, principalmente, por ter uma bela vista da cidade. A comissão de Moradores do Pico do morro Santa Marta questiona os reais interesses da remoção uma vez que a favela tem sido alvo de programas de incentivo ao turismo. Hoje funciona o programa “Rio Top Tour”, apoiado pelo Ministério do Turismo que inclui a participação dos moradores como guias turísticos na favela. Os moradores criaram várias faixas de protesto estendidas nas casas do Pico, com as frases: “S.O.S. Santa Marta”, “Não à remoção”, “Favela modelo, de quê?”, “Não deixe apagar nossa história”, “Expulsão branca”, “Paz sem voz”, “Alvo de cobiça”, entre outras.

A seguir segue o poema “Resistir é preciso” (2013) do Rapper Fiell, uma liderança do morro Santa Marta, em que ele expressa a sua percepção sobre o momento atual que vive a favela:

Morro Santa Marta, território de todos os seus moradores  
 Andando pelas vielas, ainda sentimos odores e muitas dores.  
 Uma favela famosa, onde a grande mídia empresarial sempre fez questão de mostrar  
 Guerra entre o tráfico e a polícia, mas nunca mostram o cotidiano por quem mora  
 Da Rua São Clemente, os pedestres ficam admirados.  
 Com as casas pintadas bonitinhas e com a inclinação do morro acidentado.  
 Se antes as grandes mídias empresariais etiquetavam os moradores do morro Santa  
 Marta conivente ao tráfico,  
 Hoje com a midiática pacificação o tratamento está sendo bem diferente.  
 Estampam as capas de revistas e jornais com o a manchete: favela modelo, com seis  
 mil moradores pacificados.  
 Alguns moradores aceitam essa tal pacificação, outros moradores não contestam, eu  
 tenho crítica a essa pacificação midiática de fuzil.  
 Santa Marta favela modelo? Acho que não.  
 Modelo em minha concepção é um carro, um aparelho de TV um copo, um celular,  
 uma caneta.  
 Favela nunca será modelo. E sim um território conquistado pelos trabalhadores com  
 muita luta, suor e muito sangue derramado pelas suas escadas.  
 Favela é um território do coletivo da solidariedade e que transborda uma vasta riqueza  
 em arte (...).

## **5 AS MEMÓRIAS E NARRATIVAS DOS JOVENS SOBRE O LUGAR: ANTES E DEPOIS DAS INTERVENÇÕES URBANAS**

Dando continuidade as outras etapas da pesquisa, neste capítulo, exploramos os aspectos subjetivos da relação que os jovens possuem com o espaço e com a materialidade, a partir da análise de entrevistas e grupos de discussão. Utilizamos também as fotografias tiradas pelos meninos e meninas que participaram da pesquisa para refletir sobre quais as realidades eles queriam produzir sobre a comunidade onde moram, quais memórias eles destacaram como sendo relevantes, considerando os processos de transformação do lugar onde vivem.

Entendemos que o passado não se preserva inteiro, em sua autonomia. A reconstituição do passado se dá a partir de elementos que a situação presente nos faz lembrar, é sempre uma reconstrução continuamente atualizada. As experiências passadas não são memorizadas, conservadas e recuperadas em toda a sua integridade. A narrativa é uma construção original do indivíduo em constante tensão com o tempo vivido e o tempo organizado pelo sistema (HALBWACHS, 1990). Dessa forma, diante de um espaço que está em transformação por causas das obras de urbanização, da entrada da UPP e das ameaças de remoção, o que os jovens consideram importante lembrar e preservar? Quais memórias são ativadas por essas intervenções do poder público nas favelas? Para que serve a evocação de certas lembranças dentro desse contexto? Qual o uso que os jovens fazem desse passado para tentar compreender, questionar ou agir sobre o presente? Essas questões orientaram a análise das falas e das imagens produzidas pelos jovens durante o processo de pesquisa.

Nesse capítulo, abordamos como os jovens se apropriam do espaço da favela, construído pelas outras gerações, pelas suas vivências, brincadeiras, amizades, e também pelas memórias coletivas e familiares contadas pelos pais, avós, tios, entre outros. Consideramos a remoção como uma experiência de desenraizamento e de ruptura com esse lugar de afeto criado pelos jovens ao longo de sua história. Por isso, analisamos como eles dão sentido a essas ameaças de remoção, os medos, as inseguranças, os sentimentos de injustiça e suas possibilidades de ação. As intervenções do poder público, como os projetos de urbanização e a instalação de Unidades de Polícia Pacificadora, criam uma nova ordem nas favelas que geram conflitos, dificuldades e expectativas sobre o futuro dos jovens e do lugar onde vivem. Apresentamos as controvérsias apontadas pelos jovens a respeito desses projetos e, especialmente, em relação à instalação de teleféricos em três favelas do Rio de Janeiro (Complexo do Alemão, Providência, e Rocinha). O teleférico serve como um emblema do

conjunto de transformações que as favelas estão vivendo, reforçando o novo lugar que elas ocupam de atração turística. Também procuramos entender de que maneira os jovens estão lidando com aqueles que vêm de fora conhecer a favela.

Dividimos a análise do material empírico em cinco eixos: Os jovens e a produção dos ‘lugares de memória’: suas relações familiares, de amizade e vizinhança; O amor ao morro: os sentidos dados pelos jovens às remoções e suas formas de ação; As narrativas de violência e o sentimento de insegurança: as perspectivas dos jovens em relação à Unidade de Polícia Pacificadora; Os programas de urbanização e a UPP: oportunidades e expectativas dos jovens; Turismo e teleférico: a favela vista pelo outro e pelo alto.

### **5.1. Os jovens e a produção dos ‘lugares de memória’: suas relações familiares, de amizade e vizinhança**

Acho que o quintal onde a gente brincou é maior do que a cidade. A gente só descobre isso depois de grande. A gente descobre que o tamanho das coisas há que ser medido pela intimidade que temos com as coisas. Há de ser como acontece com o amor. Assim, as pedrinhas do nosso quintal são sempre maiores do que as outras pedras do mundo. Justo pelo motivo da intimidade.

Manoel de Barros

Nas entrevistas e nos grupos de discussão, os jovens disseram gostar de morar nas suas comunidades e não se imaginam vivendo em outro lugar, mesmo considerando as dificuldades. Eles dizem ter “amor ao morro”, por isso, não desejam sair do lugar onde moram. Nessa seção buscamos compreender como o sentimento de pertencimento ao lugar vai sendo construído pelos jovens, e porque aquele espaço se torna importante para eles. Entendemos que essa relação de afeto com o espaço está relacionada às memórias da infância e às memórias coletivas contadas pelas gerações anteriores. Nessa seção, apresentamos como esse “amor” foi sendo construído pelas experiências vividas no dia a dia, pelas histórias contadas sobre a favela e, pelas relações familiares e de amizade. Na primeira parte, analisamos suas narrativas sobre a infância, as brincadeiras entre colegas e vizinhos e como os jovens foram se apropriando do espaço a partir de uma relação lúdica. Na segunda parte, abordamos como a favela é apropriada pelos jovens a partir de suas relações familiares e histórias que eles ouviram de seus pais, avós, bisavós.

### 5.1.1. As relações de amizade e brincadeiras: a apropriação do espaço da favela

Nos grupos de discussão que realizamos com jovens da Rocinha, logo após a apresentação dos participantes, perguntamos quais lembranças eles tinham sobre aquele lugar. Dos treze jovens que participaram apenas dois tinham se mudado recentemente para a favela. Eles vieram de Duque de Caxias e São Gonçalo, depois que a Rocinha recebeu UPP, mas já possuíam parentes que moravam ali. Os jovens se dividiram entre os que passaram a infância brincando nos becos e vielas da Rocinha, na companhia de parentes e crianças vizinhas, e aqueles que ficavam restritos ao espaço da casa. Os que “eram de casa” falaram que não podiam brincar na rua devido ao tráfico de drogas e aos bandidos que ocupavam o morro. Os pais ficavam preocupados com a violência e preferiam que os filhos permanecessem em segurança no espaço doméstico, brincando com os seus bichos de estimação, de videogame, boneca, navegando na internet, assistindo televisão.

Tainá, que mora no Complexo do Alemão, não brincava na rua quando era criança. Ela conta que um dia foi visitar o avô, que morava próximo a sua casa e, no caminho, começou um tiroteio. Depois disso, ela não podia mais ficar na rua desacompanhada: “minha mãe ficava apavorada, em termos de rua, minha mãe era muito controlada, não gostava que ficasse na rua de bobeira”. Tainá fala que ela era estudante, pois passava a maior parte do tempo em casa, na escola e num curso no horário de contraturno escolar onde tinha aulas de reforço e interagia com outras pessoas da sua idade. Ela se considera privilegiada de ter estudado numa escola particular e agradece à mãe por ter sido rigorosa na sua educação. Quando se tornou adolescente pode frequentar festas com as amigas, mas tinha horário para voltar: “se saía de casa 20h no máximo 22h ou 22h30, eu tinha que estar em casa, mesmo assim ligando. (...) A gente não tinha liberdade de ir e voltar, como hoje em dia”.

Outros jovens comentaram sobre a falta de liberdade para circular pela favela e o medo da violência, que fazia com que se sentissem “presos” em casa pelos pais. Antônio afirma que sempre gostou de morar na Região Portuária, mas antes da Unidade de Polícia Pacificadora era mais perigoso. Quando perguntamos quais as memórias ele tinha sobre sua infância naquele lugar, o jovem respondeu:

A gente ouvia tiro, a gente brincava na rua. De vez em quando dava tiro e todo mundo tinha que sair correndo porque não tinha como ficar. Era bem complicado. Mas também era bom. Tirando isso, era bem bacana a infância. Mas em relação aos tiroteios era insuportável, né? Não podia ficar a noite na rua. Poder podia, mas até altas horas não porque ficava mais perigoso, mesmo sendo dentro de um condomínio (ANTÔNIO, morador do Morro do Pinto).

Por causa da violência, muitas famílias protegiam meninos e meninas em casa com medo que eles pudessem entrar em contato com as drogas e correr risco de se ferir com os tiroteios inesperados entre policiais e traficantes. Muitas vezes, os responsáveis pelas crianças trabalhavam fora de casa e eles eram cuidados pelos irmãos mais velhos. Miguel, do Complexo do Alemão, fala que desde pequeno ele cozinhava em casa para os irmãos mais novos. Ele tinha uma marca de uma queimadura, de quando tinha oito anos e estava usando o fogão. O jovem aprendeu a fazer comida com a tia, que pedia a sua ajuda. Quando era mais novo, grande parte do tempo ele passava em casa estudando e cuidando dos irmãos.

Outros jovens ficavam mais soltos pelos becos, acompanhados de seus amigos e familiares que moravam perto de casa. Uma menina contou o dia em que resolveu pegar doces de Cosme e Damião com o primo numa casa que ficava numa rua desconhecida e acabou se perdendo. Eles foram descendo pelos becos até chegar à parte baixa da Rocinha. Quando ela se deu conta de que não sabia voltar para casa, ficou com muito medo e pediu a ajuda do primo:

Quando eu me perdi eu morava lá na Rua 2 e eu parei aqui no ‘Valão’. Eu nunca tinha ido no ‘Valão’ sozinha, eu pensei: ‘como que eu vou voltar pra casa?’ Tive que ir pela rua, pegar carona. Eu chorei, chorei horrores, falei que eu ia me perder da minha mãe, que minha mãe ia me bater, que o cara do homem do saco ia me pegar. Foi horrível. Eu só pensava: ‘morri, não vou mais voltar pra casa’. Meu primo quase me bateu naquele dia. Porque ele era mais velho. Aí ele falou não chora que eu sei chegar. (...) Ele ficou muito chateado comigo porque eu não parava de perturbar ele. Agora, foi a primeira vez que eu me perdi na Rua 3. Eu ficava brincando e eu me lembrava que eu tinha perdido, só ficava aonde eu conhecia. (REJANE, Rocinha)

Essa história evocou outras lembranças dos jovens do grupo da Rocinha de quando eles se perderam no morro. Uma menina contou que ela tomou como referência uma quadra, mas não se deu conta de que vários becos chegavam até ela. Assim, notamos arquitetura vernacular da favela se apresenta como um labirinto para crianças e jovens, que precisam se arriscar para conhecer o lugar onde vivem. É através da tentativa e do erro, da ajuda de primos, irmãos e colegas mais velhos que se aprende o caminho de volta pra casa. Diferentemente dos traçados das ruas da cidade formal, que foram planejadas e seguem direções retas, formados quarteirões, as favelas possuem um emaranhado de ruas, que mesmo para aqueles que vivem ali há muito tempo, sempre há algo novo por descobrir. Um menino ensina como andar na Rocinha: “você vai descendo, às vezes, tem beco sem saída, aí você volta pelo outro beco. É só descer. Se você não sabe onde você tá, mas você vai chegar em algum lugar da comunidade”. Apesar de sempre ter vivido na favela e gostar de circular pelos

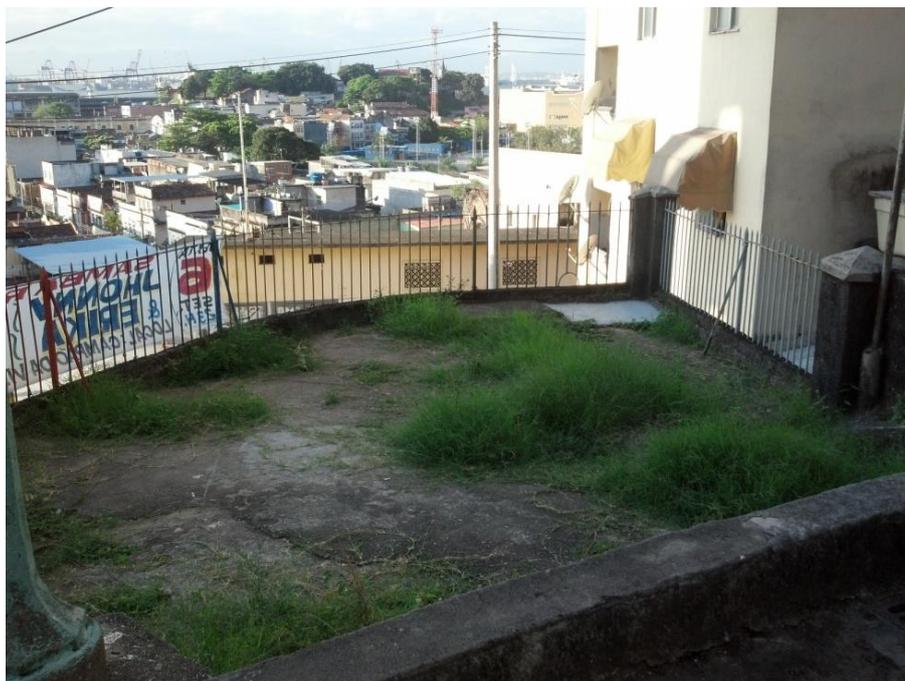
seus diferentes espaços, ainda existem lugares desconhecidos para o jovem. Este gostaria de fazer um curso de turismo para conhecer melhor a Rocinha e poder orientar aqueles que vêm de fora, já que a favela tem atraído muitos visitantes.

Nas falas dos jovens moradores de diferentes favelas, percebemos que a apropriação do espaço se dava coletivamente com crianças vizinhas, que passavam o tempo livre brincando juntas. As ruas, os becos, as lajes e as escadas eram usados para jogar bola, pique-e-pegas, menina-pegas-menino, polícia e ladrão, “bob-teco”, bolinha de gude, pipa, entre outras brincadeiras. Uma jovem que participou do grupo da Rocinha conta as suas memórias de infância:

Juntava o pessoal lá do beco de cima, meus primos (porque eu não tenho pouco primo), as ‘primaradas’ toda do quintal da minha avó e ficava muito legal, porque ficava muita gente. Aí todo mundo saía correndo pelos becos (...) aí tinha que levar até o quintal pra falar se você estava pego mesmo, na prisão. Aí o menino me pegava, a gente tentava sair, aí pegava de novo, aí vinham dois segurando... tinha vezes que minha avó chegava em casa estressada, porque ela chegava no quintal dela e tinha criança que ela nunca viu na vida, tinha umas 30 crianças brincando. Aí minha avó: ‘eu não quero essa bagunça no meu quintal, desce, menino!’ (...) Quando era pique-esconde, então, a gente escondia na laje, quem era a pequenininha que ia contar. Tinha uma laje que nem tinha escada, a gente subia pela árvore. A gente ficava ali ó um tempão... (REJANE, Rocinha)

Antônio, morador da Região Portuária, tirou duas fotos que retratam lugares de brincar de quando era mais novo. A primeira é do “Amarelinho”, como os meninos costumavam chamar o espaço onde eles se concentravam para jogar bolinha de gude, queimado, amarelinha. Ele ressalta que isso só acontecia quando os traficantes não estavam no local. A Vila Portuária se localiza numa via de acesso para o Morro da Providência, num ponto estratégico. Por isso, traficantes ficavam próximos ao condomínio, na subida para a favela. Para o jovem, o “Amarelinho” hoje está diferente porque o governo construiu um prédio que ocupou parte do espaço das brincadeiras. A segunda foto é de outro ponto de encontro das crianças onde se reuniam para brincar de telefone sem fio. Antônio se surpreendeu ao voltar nesse lugar e ver que estava vazio. Ele achou curioso o fato das crianças não estarem mais ali, agora que o condomínio está mais tranquilo, sem a presença do tráfico, e que elas poderiam brincar mais livremente.

### Foto do “Amarelinho”



Fotografia: Antônio

### Ponto de encontro das crianças



Fotografia: Antônio

Antônio tirou essa fotografia que retrata o espaço vazio, mas a imagem que ele gostaria de registrar era a da sua infância, com as crianças brincando e correndo no pátio. Ele costuma frequentar o condomínio da Vila Portuária, mas só se deu conta das transformações a

partir do momento em que foi tirar as fotos. O interessante dessas imagens é que alguém de fora daquele contexto dificilmente daria valor a espaços cimentados, entre prédios, que não tem aparentemente nenhum atrativo. Para quem não viveu ali, esses espaços podem ser vistos como “não-lugares”, que servem como passagem para chegar aos prédios ou à rua. Talvez, por isso, em uma das fotos, vemos o mato crescendo, como se aquele espaço tivesse sido abandonado. Contudo, para Antônio, esse pequeno espaço tem nome e evoca lembranças da sua infância, das histórias vividas com colegas e vizinhos.

Os jovens da Rocinha contaram que a temporada de pipa começava nas férias, no mês de julho ou janeiro. Eles passavam o dia inteiro soltando pipa na laje, mesmo quando estava muito quente, e se esqueciam até de se alimentar. Rejane explica que os seus primos tentavam “cortar” a pipa de outras pessoas e depois corriam para pegá-la. Ficava “o morro todo contra o morro todo, cortando pipa”. Quando anoitecia e não tinha mais nenhuma pipa no céu, os primos começavam a brincar entre si e depois desciam da laje para jantar. No dia seguinte, às 7h da manhã, estavam todos de novo brincando. Fazia parte do jogo disputar quem cortou mais e quantas pipas conseguiu pegar no final do dia. Na opinião de Rejane: “pipa é maldição, sabia? Igual cigarro, bebida, vicia. Pipa vicia porque você fica no ânimo de cortar o seu colega”. Para ela, a pipa se transformou num problema, pois os primos de 18, 19 anos não gostam de trabalhar e querem passar o dia inteiro brincando. A tia até fala: “eu prefiro que o meu filho fique soltando pipa do que matando ou roubando”. O primo também se defende: “Se eu chego e fico só em frente à televisão, reclama. Se eu viro bandido, vai ficar falando. Ah, deixa eu com a minha pipa”. Gabriel também sempre gostou de soltar pipa e entende a fixação dos primos de Rejane:

Ué, é a emoção de cortar a outro. Você tá na laje e tem um moleque lá embaixo soltando pipa. Aí só tem ele cortando, aí eu ‘ah, não, eu tenho que cortar ele’. Aí minha mãe ‘meu filho desce pra comer’. Aí eu ‘ah, não, mãe. Eu vou cortar esse menino aí, calma, mãe, eu não vou descer não’. Além disso, é bom encontrar as pessoas na rua para tirar onda com os colegas: “ih, cortou quantas pipas?”, “eu cortei 5”, “pá, eu cortei 10!”, “amanhã tem, hein? Bora amanhã na laje? Bora todo mundo!”. No dia seguinte, às 10h estão todos em cima da laje de novo (GABRIEL, Rocinha).

A brincadeira também se torna emocionante pelo risco. Os jovens conheciam pessoas que já tinham morrido ou se machucado soltando pipa. Gabriel perdeu um amigo que tentou pular de uma laje pra outra, não conseguiu, caiu no buraco e faleceu. Um dos primos de Rejane ficou cego soltando pipa. Os jovens disseram que os cachorros partem pra cima dos meninos que pulam no telhado das casas. Algumas pessoas também tacam pedra quando não

conseguem cortar. Apesar (ou também) pelos riscos, os meninos continuam brincando, correndo pelas lajes, excitados com a brincadeira.

Na família de Rejane, a pipa consegue agregar todos os homens, seja os de sua geração, seja os mais velhos. O primo dela, “pai de família”, chega do trabalho com a pipa na mão e logo se junta aos seis ou sete filhos na laje. Quando o pai dela resolve soltar pipa também “fica irreconhecível. Fica igual um moleque”. Dessa forma, percebemos que a pipa é um objeto que agrega diferentes gerações entorno dele, desde as crianças pequenas até os mais velhos. No entanto, essa brincadeira parece ser predominantemente masculina. Duas meninas do grupo disseram gostar de soltar pipa, mas nem sempre era fácil conseguir entrar na brincadeira: “os meus primos não deixavam, mas eu pegava a pipa deles. Eles não deixavam porque pipa é coisa sagrada”. Quando a menina estava na laje, eles pediam para ela descer e devolver a pipa, mas às vezes ela conseguia convencê-los a deixá-la brincar. Como esse caso da pipa evidencia, há uma forte delimitação do uso do espaço da favela, a partir das relações de gênero. Enquanto os meninos ficam mais livres para brincar com seus pares, nas ruas, becos e lajes, as meninas devem permanecer no espaço da casa, brincando de boneca e cuidando dos irmãos. Como explica Rejane:

Eu era muito travessa brincava, corria muito. Eu ficava igual um menino. Eu achava que eu tinha que brincar igual os meninos. Quando as minhas primas vinham pra cá, eu brincava de Barbie e tal. Mas a gente enjoava de ficar brincado de Barbie dentro de casa e decidia brincar de pique-e-pegar. (REJANE, Rocinha)

Para Rejane, brincar como menino é poder ocupar o espaço da rua, é passar o dia acompanhada por crianças da sua idade, é não se preocupar em atender as expectativa em relação à beleza. Em diversas situações, a jovem afirma como os meninos se surpreendiam ao vê-la brincando de pipa e bolinha de gude, consideradas coisas de menino. Muitos não a deixavam brincar ou colocavam dificuldade, alegando que ela não sabia usar o brinquedo ou que poderia quebrá-lo. Mas a jovem sabia que essa discriminação acontecia somente porque ela era menina. Durante a realização do mapa afetivo, a lembrança que Rejane tinha da Raiz, uma localidade da Rocinha, era a de uma garrafa pet, de 2 litros, cheia de “gude”, que pertencia ao seu primo. Esse objeto era muito cobiçado por todas as crianças do lugar, que ficavam pedindo para o primo dar uma bolinha para elas poderem jogar. Mas o menino não dava e logo começava a briga. Como ela sempre perdia o jogo, o primo não gostava de dar as bolinhas para ela brincar. Então, ela armava a sua pequena vingança: “quando as minhas primas iam pra lá eu pegava as ‘gudes’ dele pra jogar com as minhas primas. E depois ele [o primo] via e não tinha mais nada”.

Outra brincadeira comum entre os meninos da Rocinha era o “bob-teco”. Eles faziam uma arma de brinquedo usando cano, fita isolante e bola de borracha para encher. Como munição, usavam grãos que tinham em casa, podia ser milho ou feijão. Os jovens disseram que as armas de brinquedo ficam muito parecidas com as verdadeiras e que vistas de longe, muitas vezes, chegam a confundir. Crianças e adolescentes imitavam os ‘bandidos’ do morro: ficavam sem camisa, “largadões” no beco, e um deles ficava de tocaia em cima da árvore. Gabriel conta que uma vez, eles fizeram uma “vaquinha” pra comprar um binóculo para o “olheiro”, que tinha a função de avisar quando um grupo rival estava se aproximando e os traficantes, que não gostavam que os meninos brincassem disso. “A gente fazia igual o Bope quando saiu o filme a Tropa de Elite”, explicou Gabriel. Nesse caso, a encenação deixava de ser dos traficantes e passava a ser dos policiais. A brincadeira acontecia em segredo. O menino saía 1h, 2h da manhã, quando os adultos estavam dormindo, pulava a janela da casa, para não acordar ninguém, e ia para o confronto. Antes das 4h já estava de volta, pois era o horário que o seu pai acordava para ir trabalhar. A mãe, às vezes, reclamava que faltava feijão em casa e perguntava desconfiada, mas o menino nunca assumiu que brincava de bob-teco.

A localidade da Rocinha onde Gabriel mora, o 99, as pessoas entravam em casa e os becos ficavam desertos quando elas brincavam de bob-teco. O jovem narrou a situação de um senhor estava voltando da igreja cantando e encontrou com os meninos. Eles falaram em tom de ameaça: “vou mandar um tiro!”, o senhor saiu com medo e respondeu “paz do senhor, paz do senhor”. Havia uma reprodução da violência através da brincadeira. Ao encenarem como se fossem bandidos, acabavam fazendo com que as outras pessoas acreditassem e o limite entre realidade e ficção ficasse tênue.

Os moradores não gostam que crianças e adolescentes brinquem de bob-teco, pois ficam com medo que eles entrem para a criminalidade, além de ser um jogo violento. As armas, mesmo sendo de brinquedo, intimidam a vizinhança. Os meninos imitavam os “bandidos”, e criavam confrontos entre grupos de diferentes localidades da Rocinha. De acordo com o jovem, eles preferiam correr por cima de laje para não encontrar com os “meninos” do tráfico que ficavam nos becos. Essa brincadeira também podia gerar ferimentos sérios: “Teve amigos meus, que saíram com um rombo na perna. Jogaram um cabeção de nego, pegou na perna dele, isso aqui dele, arrancou, ficou só vendo o osso”. Quando num confronto o grupo conquistava um território, os meninos que moravam naquele local passavam a ser “escravos” dele. No caso narrado por Gabriel, a localidade conhecida como 99 ganhou da Rua 1, por isso, os meninos tinham que ir com eles, se não fossem iam apanhar. “A gente botou pneu, a gente queimava. Botamos lá na quadra do Cesário, dissemos que ia

explodir. O olheiro avisou “o bandido tá vindo”. Todo mundo desceu pelo beco gritando”. Nesse dia, os moradores ficaram assustados, achando que ia ter ‘guerra’ entre facções.

Os jovens falaram que o chefe do tráfico na Rocinha da época batia nos meninos que brincavam de bob-teco, por isso, eles saíam correndo com medo. Rejane conta a história de um vizinho que se achava o dono do Cesário, uma localidade da Rocinha. Ele botava um pano no rosto e sempre perguntava para aonde as pessoas iam, de onde elas eram e falava se podiam ou não passar por ali. Quando eram mais novos, brincavam juntos, mas acabou se afastando. Um dia veio um traficante e falou para o menino “dá licença, seu bandido, eu quero passar. Você vai fazer o que? Vai pra casa agora moleque!”. Rejane disse que os traficantes não gostavam de ver meninos brincando de bob-teco ou “imitando bandido”. Eles ameaçavam bater, levavam as crianças para a casa dos pais ou até as colocavam de castigo. A jovem narra a bronca que ouviu um traficante:

Arranja uma menina aí pra vocês namorar, brinca de alguma outra coisa. Vocês vão ficar crescendo brincando de bob-teco, vai acabar que nem eu. Tu não vai estudar, tu não vai querer trabalhar, porque é preguiçoso pra cacete. Tu quer ser igual eu, quer ficar correndo risco de polícia te levar dois tiros na cara de verdade? Não é tiro de feijão. Não quero mais vocês brincando disso aqui. Se eu ver, eu vou cascudar vocês e vou falar com a mãe de vocês e colocar vocês de castigo por um ano dentro de casa, não vão poder fazer mais nada. Na rua só quero ver pra ir para o colégio. Bora, vai pra casa”. (REJANE, Rocinha)

Gabriel falou que isso acontecia muitas vezes. Os meninos corriam porque tinham medo de que os traficantes os pegassem. No caminho, ele sempre perdia o chinelo, o celular, a carteira, de tão desesperado que saía. Gabriel viu um “negão fortão bandido” dando uma explicação porque eles não podiam mais brincar de bob-teco:

A gente já é bandido, aí tem que ficar ligado nas coisas que acontece. Aí tem um moleque um, monte de garoto vindo com arma para o alto eu não sei o que é. E se for outra pessoa querendo invadir o morro de verdade? E se for o seu filho brincando? Eu vou e jogo tiro pra cima dele e aí? Aí já vou eu sair no jornal porque matei a criancinha. Eu não quero! Não quero. Uma que não é bom pra eles e outra que vai acabar confundindo. Que nem aquele policial que confundiu a furadeira com arma? É a mesma coisa. (fala do traficante contada por Gabriel, Rocinha).

Desde que chegou a UPP no morro, Gabriel não brinca mais de bob-teco porque tem medo de ser confundido pelo policial: “eles não querem saber se você é grande, se você é pequeno. Eles saem batendo”. Antes a brincadeira era vista como uma encenação da violência que crianças e jovens presenciavam dos mais velhos e essa compreensão era compartilhada. Quando chegaram os policiais de fora da comunidade, que não conhecem as pessoas e nem seus costumes, o risco dos meninos serem confundidos com traficantes aumentou. Os

meninos, então, preferem brincar de outras coisas, o que agradou a vizinhança que reprovava a brincadeira.

Leandro, também morador da Rocinha, afirma que quando era mais novo gostava de jogar bola na rua descalça. A rua era mais espaçosa e não passava mototaxi, então, eles podiam brincar tranquilamente: “a gente só parava quando passava o carro de algum morador, o carro do material de construção, pra construir a casa de alguém aqui pra cima e quando subia a Kombi. Era só por isso que parava o futebol”. O jovem explica que naquela época não tinha tráfico de drogas no Laboriaux: “Aqui todo era mundo conhecido, ninguém usava drogas, não tinha bandido, não tinha o que nos desse má influência”. O Laboriaux não tinha venda de drogas porque possui uma estrada, sendo um fácil acesso para a polícia. Por isso, os traficantes preferiam se proteger nos becos. Hoje as crianças continuam brincando na rua, mas ele considera ser mais perigoso. Com a entrada da UPP em outras favelas, traficantes da mesma facção da Rocinha fugiram e se instalaram no Laboriaux. Muitas pessoas dali passaram a usar drogas e a andar armados. Alguns moradores começaram a se comportar de maneira estranha, diferente do modo de vida que eles sempre tiveram. Por isso, ele acha que é importante “ocupar a mente dessas crianças, porque se deixar solto, elas tendem ir para o caminho errado”.

Leandro falou que subindo uma trilha que tem próxima a bica d'água se chega a uma represa onde ele e os colegas gostavam de nadar, mas que agora eles não vão mais. “Aquela represa fez parte da minha infância. Depois, em 2004, teve confronto entre traficantes e eles tentaram tomar aqui a Rocinha. E de lá pra cá ficou perigoso andar pelo mato. Porque eles fugiram pela mata e depois eles vinham pela mata. Sempre diziam que eles estavam presentes na mata”. Quando entrou a UPP na favela, os policiais passaram a andar naquela região para procurar armas, drogas, traficantes. Leandro não frequenta mais a represa, pois não confia nos policiais: “é complicado. Por exemplo, a gente estava indo lá, tá certo que a gente estava indo de forma pacífica, a gente só estava querendo se divertir, mas eles poderiam dizer que a gente era bandido”. Como a represa fica num local escondido, longe dos olhares dos vizinhos, os policiais poderiam inventar a versão deles da história e o jovem não teria como se defender. Leandro conhece pessoas que ainda vão lá, mas lamenta não se sentir seguro para usufruir de um espaço de lazer, perto de casa e que faz parte de suas memórias de infância.

Daniel morador da Providência conta que a sua infância foi marcada pelas brincadeiras que ele criava juntos com seus vizinhos e amigos. Ele brincava de fazer gaivota de papel e jogá-la da pedreira porque ali o vento bate pra cima e ela ganha força para voar. O jovem narra com emoção o dia em que sua gaivota de papel foi parar no Bairro de Fátima, e todos os

seus colegas ficaram acompanhando o seu vôo, torcendo para que ela continuasse no céu. Uma de suas brincadeiras favoritas era o pique-lata<sup>4</sup>, que reunia muitas crianças. Ele estranha as crianças hoje não brincarem tanto na rua como a geração dele e preferirem ficar em casa, usando o computador, navegando na internet, assistindo vídeos, etc. Para Daniel, “não tem mais aquela cultura nossa de ficar na rua mesmo, zoar, andar pra lá e pra cá, apertar a campainha dos outros e sair correndo, já estão mais calmos”. Em sua opinião, antigamente, a Providência era mais perigosa, devido à forte presença do tráfico de drogas e dos confrontos com policiais, mas era também mais agitada, as pessoas se divertiam e brincavam mais.

Às vezes, Daniel gosta de ‘zoar’ as crianças, pegando o computador que elas estão usando para obrigá-las a brincarem de outra coisa. Ele disse que os mais velhos sempre perturbaram os mais novos na Providência, isso passa de geração para geração. Ele aponta para um novo uso da rua em tempos de tecnologia:

Agora tem o wireless aqui né, aí vem tudo pra rua, um monte de *notebookzinho* assim sentado, de noite, se você passar aqui é um monte de criança. (...) Fica em grupinhos porque nem todo mundo tem condição de ter um *notebook*, né? Aí, um traz o *notebook* e tem dez ‘coelhos’ em volta ali: ‘po, bota no filme, naquele site...’. Ficam aqueles grupinhos de internet no cantinho trocando aquela ideia (DANIEL, Providência).

Nesse caso, percebemos como a tecnologia é apropriada de uma maneira singular pelas crianças da Providência. O computador, que seria um objeto de uso individual, passa a ser compartilhado com as outras crianças no espaço da rua. Esta serve como palco para inúmeras atividades de crianças e jovens, se configurando como um espaço de encontro e de lazer. Apesar das brincadeiras terem mudado, há uma tentativa de criar outras formas de se estar com o outro. Como nem todas as crianças tem computador, elas se reúnem para compartilhar com aqueles que possuem. A falta de recursos e as dificuldades acabam agregando as crianças entorno daquele objeto desejado.

Para alguns jovens, as crianças atualmente brincam menos na rua porque preferem jogar videogame e computador em casa. Renata, moradora do Complexo do Alemão, discorda dessa perspectiva. Para ela, hoje as pessoas estão mais cientes das coisas que são boas e das coisas que são ruins e sabem que tudo em excesso faz mal. A jovem conta que existem mais oportunidades para as crianças hoje na favela. Saber mexer em aparelhos eletrônicos é

---

<sup>4</sup> Daniel explicou as regras do jogo: uma pessoa chutava a lata para longe enquanto o pegador ia buscá-la, os outros se escondiam. Ele deixava a lata para procurar as pessoas que seriam coladas. Quando achava alguém, tinha que correr até a lata e chutá-la. Se a pessoa que estava escondida conseguisse chutar a lata antes do pegador, a brincadeira continuava da mesma forma.

considerado positivo, porque mais cedo ou mais tarde elas vão precisar usar para conseguir um trabalho. A jovem gosta de observar os mais novos:

Tem gente que fala assim "as crianças só ficam no vídeo game direto", eles não ficam só no vídeo game direto, eles param, vão jogar um bola, brincar de pique esconde, de pique pega, eu vejo até criança brincando de bola de gude, coisa que não se vê muito aqui. Na rua da minha mãe ali, agora a febre é o skate, todo mundo está brincando de skate, bicicleta. Eu corria de bicicleta pra cima e pra baixo, já me ralei toda. (RENATA, Complexo do Alemão)

Quando estivemos na praça em frente ao morro Santa Marta fazendo a entrevista com um jovem, vimos dois meninos jogando bolinha de gude. Já era de noite quando um deles nos interrompeu perguntando as horas. Nós respondemos, mas eles continuaram brincando. Segundo Mauro “ele não tem hora pra chegar em casa, ele mora do lado da minha casa”. O jovem falou que, assim como esse menino, ele gostava de soltar pipa, jogar bola, jogar bolinha de gude na praça, andar de bicicleta e concluiu: de brincar como um favelado. Perguntamos ao jovem como ele definiria isso e ele respondeu: “brincar como um favelado é você escalar, ir no mato pegar jaca, jogar futebol na quadra do morro lá em cima, tocar na escola de samba do Santa Marta, isso é viver como um favelado” (Mauro Santa Marta).

Pelas entrevistas e grupos de discussão, percebemos que alguns jovens quando eram mais novos ficavam em casa porque suas famílias consideravam a rua um lugar perigoso, principalmente por causa da violência associada ao tráfico de drogas e dos tiroteios, que podiam acontecer a qualquer momento. Outros jovens podiam circular mais livremente pela favela, na companhia de crianças da mesma idade, primos e vizinhos. Eles se lembraram de brincadeiras entre pares que usavam diferentes espaços da favela: os becos, as lajes, as quadras, a mata, as ruas, entre outros. Como Mauro falou “viver como um favelado” é poder brincar, circular pelo morro, e explorar seus espaços. Pelas fotografias tiradas por Antônio, percebemos que qualquer espaço que compõe a materialidade da favela pode ser usado pelas crianças, sendo transformado em um lugar de afeto, seu e do seu grupo. Notamos também que havia uma separação de gênero uma vez que a rua e as brincadeiras narradas pelos jovens pertenciam mais ao universo dos meninos do que das meninas. Estas ficavam mais restritas ao espaço da casa, embora em alguns momentos também pudessem brincar nos becos na companhia de familiares e vizinhos. Algumas meninas se ressentiam de não poder soltar pipa, jogar bolinha de gude, entre outros jogos, que reuniam os meninos e inclusive os adultos.

Com a circulação pela favela, os jovens se deparavam com os seus problemas também, como a vala que existe perto de casa, as regras impostas pelos “bandidos”, a imprevisibilidade dos tiroteios. O fato de não estarem tão protegidos na esfera privada faz com que eles

construam um conhecimento do lugar onde moram e também sejam afetados pelo que acontece no seu entorno. O contexto de violência era incorporado ao repertório de brincadeiras. As mudanças que aconteceram na favela, como a entrada da UPP, também produziram efeitos nas brincadeiras das crianças que podiam ser mal-entendidas por aqueles que são de fora. Alguns espaços que eram usados pelas crianças e jovens, como a represa que Leandro nadava, se tornaram perigosos uma vez que ainda não há confiança nos policiais, como desenvolveremos mais no tópico 5.3. em que abordamos como os jovens estão lidando com essa nova política de segurança.

Alguns jovens percebem que as crianças não brincam mais nas ruas como eles, pois muitos têm acesso ao computador, à internet e aos videogames, que usam dentro de casa. Contudo, como apareceu no relato sobre a Providência, as crianças também ocupam as ruas para compartilhar o uso de computadores, assistir vídeos na internet, acessar as redes sociais, entre outros. Mesmo com essas novas possibilidades de brincadeiras mais individualizantes, observamos que os jogos coletivos continuam presentes na favela, como a pipa, a bolinha de gude, e os piques. Essas brincadeiras se dão em grupo e, nessa convivência, elas criam uma relação de afeto com os colegas, vivem momentos prazerosos, enfrentam desafios e dificuldades. Essas experiências vividas durante a infância criam uma proximidade entre os vizinhos, que compartilham memórias comuns. Ao se apropriarem do espaço da favela, as crianças criam um sentimento de pertencimento ao lugar e se inserem numa rede de relações compostas pelas pessoas que vivem ali.

### **5.1.2. A apropriação da favela a partir das relações familiares e das memórias de gerações anteriores**

Nas entrevistas, os jovens contaram histórias que eles ouviram de seus pais, avós e de moradores antigos da comunidade. Eles narraram como a sua família chegou à favela, como era o lugar naquela época e as mudanças sofridas em relação ao presente. Os jovens tomaram conhecimento dessas histórias no seu cotidiano e elas passaram a fazer parte das suas memórias individuais e da sua relação com a favela. Como Pollak (1992) afirma “a memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa” (p. 203). Abordamos aqui as ‘memórias herdadas’ pelos jovens e a apropriação desse espaço que foi construído pelas gerações anteriores.

Leandro, que vive na localidade do Laboriaux, conta que nos anos 1960, o seu avô veio do nordeste sozinho para a Rocinha, deixando duas filhas pequenas. A ideia era vir para

o Rio de Janeiro ganhar um dinheiro, enviar para a sua esposa uma quantia e depois de algum tempo retornar à cidade natal. Após alguns meses morando na cidade, um primo voltou para o nordeste e o avô entregou o dinheiro para ele dar à sua esposa. Quando o rapaz chegou, uma das filhas estava doente. A avó resolveu com esse dinheiro pagar a passagem para ir ao Rio de Janeiro com as filhas. Uma delas era a mãe de Leandro. Depois na Rocinha, os avós tiveram mais três filhos. O jovem comenta que foi assim que surgiu a história dele na favela, neto de imigrantes nordestinos, como a maior parte daqueles que vivem ali.

Leandro conta que a família perdeu contato com os parentes que ficaram no nordeste, alguns eles nunca mais viram porque os avós perderam o endereço e o telefone. Um tio dele voltou a morar lá e sempre dá notícias de primos e tios que moram longe. Leandro disse ter adicionado alguns parentes no *Facebook*, embora não os conheça pessoalmente. A Rocinha é uma comunidade formada por nordestinos: “tem gente que vem pra cá junta dinheiro e depois volta pra casa. E tem gente que acha que vai voltar e acaba ficando. Tem um homem que eu conheço que ficou mais de 40 anos sem ver o irmão e depois eles se reencontraram, sei lá como, acho que foi pela internet”.

Os pais de Leandro se conheceram na Rocinha e se casaram. Eles moravam numa área que alagava, por isso, a prefeitura quis removê-los de lá. Após muitas negociações e uma forte mobilização comunitária, eles foram reassentados no Laboriaux. As casas foram construídas pela prefeitura. Em 1982, os pais de Leandro se mudaram para a localidade. Muitas famílias que foram reassentadas cresceram, tiveram filhos, netos e, por isso, os moradores foram construindo novos andares nas habitações originais. Um senhor chamado de Zé do Queijo começou a vender lotes de terra bem baratos e a população local foi crescendo. Nos anos 1990, houve uma nova onda de migração e o Laboriaux passou a ficar mais populoso: “aquela área ali de cima é invasão, mas as pessoas já estão aqui há tanto tempo que foram criando raízes aqui e ficaram, foram montando a família”.

Quando a prefeitura levou as pessoas para o Laboriaux, construiu uma casa simples, igual pra todos os moradores. Leandro nos mostrou uma casa que ainda é dessa época, que registramos na foto abaixo. Depois essas casas sofreram muitas alterações. O jovem fotografou uma casa que foi construída por um morador que trabalhou muito tempo na construção civil como operário de obra. Segundo Leandro, ele nunca estudou engenharia e nem arquitetura, mas construiu essa casa inteira, sozinho onde mora sua família. Ele tirou uma foto para mostrar que existem pessoas talentosas na Rocinha e que por falta de estudo não puderam desenvolver suas potencialidades.

### **Casa original construída pela prefeitura na década de 1980**



Foto: Beatriz Corsino Pérez

### **Casa construída pelo morador**



Foto: Leandro

Leandro ainda tem amigos de infância que moram na favela: “a mesma vida que eu levo, eles levam”. Um deles seguiu um caminho diferente e se tornou policial. Ele não trabalha na UPP da Rocinha, mas todo mundo sabe a profissão dele e ninguém mexe. Todos respeitam o jovem porque o pai dele sempre morou na localidade. A sua família foi uma das primeiras que vieram da parte baixa da Rocinha, perto do canal, para o Laboriaux. Por causa dessa história familiar, todo mundo o respeita na favela.

Leandro estava ajudando um sociólogo a fazer entrevistas com alguns moradores antigos que são lideranças no morro. Ele disse que foi muito interessante conhecer mais a história da Rocinha e da luta para que hoje eles tivessem luz, água, escola e posto de saúde dentro da favela. O jovem ficou sensibilizado ao ouvir a Dona Dalva e a Dona Elisa, duas senhoras que se mobilizaram para atender crianças e construir creches comunitárias na favela:

É emocionante mesmo, eu quase chorei. Ela contando como ela chegou aqui, a luta dela e como ela enfrentou, o que ela passou pra ajudar as outras pessoas. Teve época aqui que ela não pode colocar as crianças na creche e ela colocou as crianças dentro de casa. Dormia todo mundo no chão, ela, as filhas e todas as crianças. Foi muita dificuldade o que ela passou pra manter a creche. E sem nunca ganhar dinheiro para isso. Ela nunca ganhou ajuda particular do governo. Ajuda pra fins pessoais, ela nunca recebeu. (LEANDRO, Rocinha)

Uma das fotos que o jovem tirou da Rocinha foi do posto de saúde da Rua 1 onde ele tomou suas primeiras vacinas e fez os seus primeiros exames quando era criança. Esse posto é o resultado da ação coletiva de pessoas que ajudaram a construir a comunidade e que também lutaram para que todos ficassem na Rocinha. Leandro é grato às gerações anteriores que fundaram o Laboriaux e conseguiram levar para favela serviços essenciais, como o posto de saúde. Este foi reformado nas obras do PAC e hoje pode atender mais pessoas.

#### **Posto de saúde da Rua 1**



Foto: Leandro

Leandro também tirou a foto do posto de saúde porque, na Rocinha, tem um grave problema de tuberculose; é o lugar da América Latina com maior número de casos. Isso acontece porque a favela possui muitos becos estreitos, sem ventilação, o que aumenta o contágio entre as pessoas. Com o PAC, eles ampliaram a Rua 4 e tinham plano de fazer o mesmo em outros lugares, mas o projeto não foi adiante. Outro problema de saúde apontado por Leandro são os casos de AIDS e HIV. Ele não conhece ninguém pessoalmente que tenha assumido publicamente que tem o vírus, mas quem trabalha no posto de saúde afirma que têm muitas pessoas que fazem o tratamento lá.

Outro lugar importante para Leandro é a bica d'água que tem no Laboriaux, próxima à mata. Ele e a maioria das pessoas que moram ali só bebem água da bica. O jovem disse que costuma ir ao local para encher garrafas, baldes e tomar banho. Quando realizamos a entrevista, ele nos levou até lá e tinha uma senhora tomando banho. Ela nos contou que os moradores dão “graças a Deus” por existir aquela bica, pois já faz seis anos que a água da Cedae não chega à sua casa.

Passamos também por uma quadra que foi construída pelo prefeito Marcello Alencar. Depois os traficantes a reformaram e, mais recentemente, a prefeitura disse ter gasto 190 mil reais para melhorar a quadra. Leandro acha que não é possível eles terem gastado todo esse dinheiro para pintar e recuperar o gradeado. Percebemos que na mata próxima à quadra havia muito lixo espalhado. O jovem contou que aquelas coisas pertenciam às pessoas que foram removidas porque viviam em área de risco. Os novos moradores ocuparam o vestiário da quadra esportiva onde estavam guardados os pertences (roupas, sapatos, eletrodomésticos, etc) das pessoas que sofreram com o deslizamento de terra. Eles jogaram tudo na mata para que tivessem um espaço maior para morarem. O jovem disse ainda não ter se acostumado com essas pessoas que chegaram recentemente, pois “elas jogam o lixo de qualquer jeito e não se preocupam com o lugar”.

### Foto do lixo e dos pertences de antigos moradores jogados na mata



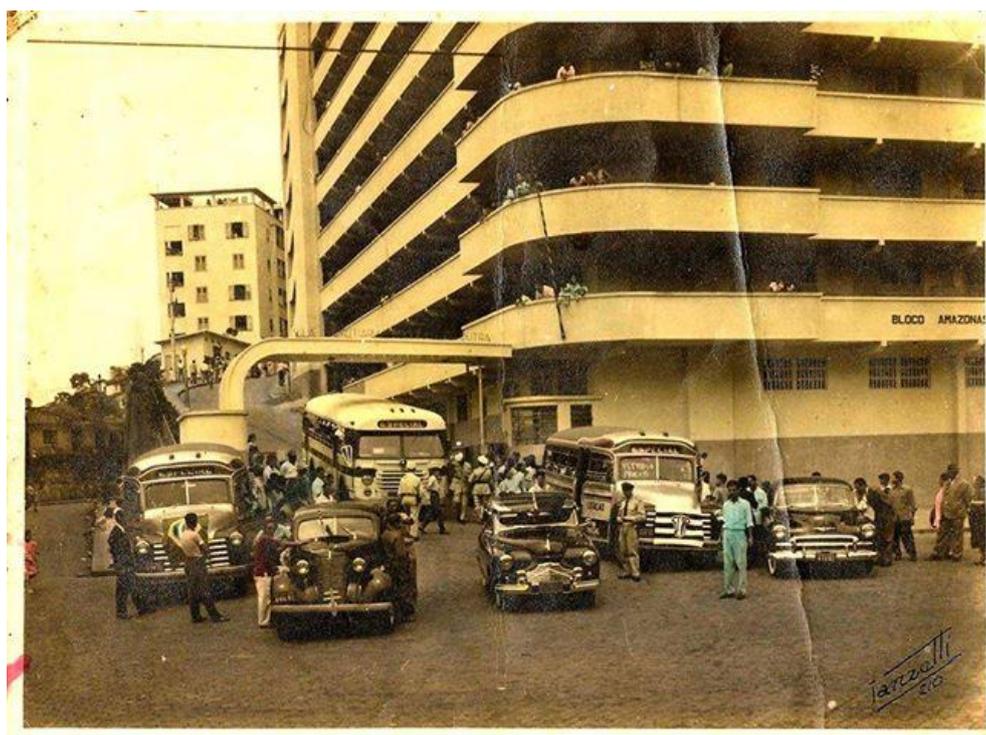
Fotografia: Leandro

O lixo apareceu diversas vezes na entrevista com Leandro como um problema que o afetava. Ele tirou várias fotografias de lixos espalhados pela favela, na mata e na trilha. Quando era mais novo, o jovem gostava de fazer um caminho por dentro da mata que chegava mais rápido a sua casa, sem precisar pegar a estrada principal do Laboriaux. Leandro conta que no final dos anos 1990 pessoas ocuparam um terreno na Rocinha e começaram a jogar lixo no local: “Aí ficou tanto lixo, que hoje é difícil passar. A trilha ficou horrível, ninguém mais anda ali. Até passou a incomodar as pessoas da Gávea, que reclamam que o lixo desce o morro com a chuva e cai na casa delas”. Para ele, os grandes problemas da Rocinha são: o saneamento, a coleta de lixo e a falta de conscientização das pessoas, que não preservam o lugar onde moram.

Leandro disse que não adiantava reclamar e pedir para as pessoas pararem de jogar lixo na trilha, pois é um hábito antigo. Na sua perspectiva, nas cidades do nordeste onde elas moravam não passava lixeiro, por isso, estavam acostumadas a jogar o lixo em qualquer lugar perto de casa. “A Rocinha é cheia de nordestino, todo mundo veio de lá, está todo mundo já acostumado a fazer isso”. O curioso dessa associação que Leandro faz entre ser nordestino e jogar o lixo na rua é que a sua própria família também veio do nordeste.

Outro jovem que entrevistamos, Antônio, sempre morou na Região Portuária com a sua família. Até os 17 anos, ele vivia na Vila Portuária onde residem descendentes de trabalhadores do cais do porto. A avó de Antônio herdou a casa do pai dela que trabalhava no porto com os filhos. A Vila Portuária é formada por dez prédios, cada um leva o nome dos Estados do Norte e do Nordeste do Brasil. Antônio já morou em dois prédios do condomínio e em vários apartamentos, pois conforme o aluguel encarecia, a sua família se mudava. Há quatro anos ele vive no Morro do Pinto, vizinho à Providência, mas sua mãe ainda trabalha como administradora da Vila Operária. Nas imagens abaixo vemos dois retratos da Vila Portuária. Antônio não sabe exatamente a data da primeira, mas é uma foto antiga que remete à época que o seu bisavô morava no condomínio. A foto seguinte é de Antônio, fotografada para a pesquisa.

#### **Vila Portuária na época do bisavô de Antônio**



Fotografia: autoria desconhecida

### Foto da Vila Portuária (2013)



Fotografia: Antônio

Nessas duas imagens, percebemos como a Vila Portuária se modificou com as obras realizadas ao longo do tempo. Antônio e outros moradores ainda são descendentes das famílias que receberam o apartamento do governo e permaneceram na região. Segundo a sua avó, nos anos 1960, 1970, o morro era dividido pelo tráfico de drogas. Cada subdivisão na Providência (Vila Portuária, Barão, Cruzeiro, Sessenta, Pedra Lisa, Praça Américo Brum, Buraco Quente...) pertencia a um grupo. Com as ‘guerras’ entre grupos rivais, o controle do tráfico no morro foi se unificando, restando um só ‘dono’. “Era como se fossem várias facções, mas agora não é mais assim”. Quando ele era mais novo havia umas turminhas que criavam rixas entre si. “Então, quem era do Morro do Pinto era playboy, quem era da Providência e morava no morro era favelado”. O jovem afirma que essas divisões eram coisas de adolescente, mas que para ele era como se fosse uma coisa só. Antônio não vê muita diferença entre os espaços da favela: “pra mim dá no mesmo porque eu sempre morei aqui, então, eu conheço praticamente todo mundo”. Ele conta que às vezes vai visitar a avó na Vila Portuária e reencontra os amigos de infância. “É um lugar bom de morar. Eu não me mudaria não, estou desde pequeno, já é costume”.

Cecília, moradora do Morro do Pinto, conta que fazia catequese aos sábados com seus vizinhos. “A gente fazia quase tudo juntos. Ia pra escola juntos, ia pra igreja juntos, pra festa

juntos. Era bom. Eu tenho saudade. Quando era criança morava numa casa que ficava nos fundos da Igreja. “Foi o lugar onde eu passei a maior parte da minha infância, dos 8 meses aos 8 anos. Foram os melhores anos da minha vida. O pátio da Igreja era o meu campo de diversão”. Por causa dessa lembrança dos bons momentos que viveu ali, Cecília gostaria de se casar na igreja católica de Nossa Senhora de Montserrat, retratada na foto abaixo.

### **Igreja de Montserrat e o quintal da casa**



Fotografia: Cecília

A jovem lamenta que a Igreja esteja tão mal conservada, pois é uma das mais antigas da região. Segundo Cecília, todos os moradores sabem da sua história: “essa igreja não era assim antigamente. Um raio caiu nela e as pessoas reconstruíram a igreja. A antiga foi demolida pra construir essa. Ela é o ponto mais alto do morro. A antiga devia ser da época da colônia, 1800, por aí...”. Assim, ao mesmo tempo em que Cecília brincava no pátio da igreja, ela entrava em contato com os valores religiosos, aprendia a história do Morro do Pinto e criava a sua história junto com as pessoas da sua idade. Ela também inventava brincadeiras com seus colegas na praça em frente à igreja, que aparece na fotografia abaixo. Mas à época ela ainda não tinha brinquedos. Cecília manteve o contato com os seus vizinhos e amigos de infância, mas a passagem para a juventude fez com que ela se distanciasse dos colegas do bairro.

### Praça com os brinquedos



Fotografia: Cecília

A imagem seguinte é da rua onde a sua avó morava e onde ela também costumava brincar. Hoje em dia, ela reside numa outra casa nessa mesma rua. Nos dias que a jovem ficava na companhia da avó, ela contava histórias sobre a favela. Segundo Cecília, a avó dizia que antigamente era muito melhor o Morro do Pinto do que agora. “O bairro era mais animado, tinha mais coisas para fazer e as pessoas eram mais unidas. Na época do carnaval, tinham mais blocos, no meio do ano festa junina, festa de natal, sempre tinha algum evento ou alguma brincadeira”. Cecília acha que atualmente as pessoas estão mais acomodadas e desinteressadas.

Uma das primeiras escolas de samba da cidade, a Vizinha Faladeira, era do morro e hoje quase não existe mais. “Naquela época as pessoas queriam crescer a escola, faziam fantasias, eram mais unidas. Minha avó falava que ela era baiana e que meu avô vinha na bateria. Era tudo assim, todo mundo fazia parte.(...) A Vizinha Faladeira era muito maior, mas agora eles entraram em decadência”. Para Antônio, que também vive no Morro do Pinto, as pessoas que tomavam conta da quadra da Vizinha Faladeira não estavam interessadas em fazer a escola crescer, apenas queriam ganhar dinheiro com eventos. “Chegou agora que praticamente... não acabou, mas tá praticamente esquecida”, segundo Cecília. A escola de samba virou a quadra da Vizinha Faladeira, que aluga pra ‘chopada’, baile funk, pagode.

Cecília e Antônio falam do enfraquecimento dos laços comunitários, que podem ser simbolizados pela decadência da escola de samba. A Vizinha faladeira ruiu porque houve uma mudança da geração dela para a de sua avó, pois hoje se tornou difícil reunir os vizinhos para fazer alguma coisa juntos. A jovem acha que na Providência ainda existe uma união maior, mas que no Morro do Pinto “cada um só quer saber de si”. Cecília fala que as pessoas não se preocupam com as obras que estão afetando os outros moradores da região. Para ela, eles só vão começar a se importar quando os atingir diretamente, enquanto acontece com outras pessoas não gera muita mobilização.

### **Rua onde mora Cecília e onde vivia a sua avó**



Fotografia: Cecília

Andreia, moradora da Gamboa, chegou ao local há sete anos. Antes ela morava numa favela no bairro do Catete, na zona sul da cidade. Depois que ela teve o seu filho, ficou muito caro se manter lá e resolveu buscar um novo local. A família de Andreia foi morar na zona oeste, em Campo Grande. Ela passou alguns meses na casa da mãe, mas ficava muito distante do trabalho. Andreia demorava muito tempo na condução, o que fazia com ela visse pouco o filho e tivesse dificuldade de estudar, pois chegava a casa já tarde e cansada. Primeiro, morou num cortiço e depois se mudou para uma casa na Gamboa. A jovem dá valor ao bairro por ser histórico, por ter abrigado escravos e manter suas tradições relacionadas à cultura negra, como a capoeira e os terreiros de umbanda. Ela cita a Pedra do Sal, o Centro Cultural Pretos Novos,

como “lugares de memória” porque trazem vestígios de épocas passadas: “dizem que a moça foi fazer uma obra na casa e ela encontrou ossos de pessoas, de escravos, isso é lindo e é sério, tem um colega meu que ele disse que quando ele entra nesse Centro Cultural Pretos Novos ele não consegue ficar lá dentro. Ele falou que tem uma energia, fica passando mal. Ele é negro. (...) Não sei se ele liga os ossos a uma questão do antepassado dele...”. A jovem também fala sobre o Hospital da Gamboa. Segundo ela, quando os navios atracavam no porto, as pessoas passavam pelo hospital e os negros também. Andreia gosta de conversar com o segurança do hospital que contou que, às vezes, vê pessoas, ouve choros, escuta as correntes dos escravos à noite. “Pode ser aquela coisa que está na cabeça da pessoa, agora, deve ter muito sangue de negro derramado ali”.

Andreia dá importância às histórias que circulam entre os moradores e que não fazem parte do discurso oficial da cidade. Repete a frase que ouviu de um senhor que conheceu num bar: “quando morre um negro, morre com ele uma universidade. Isso é lindo, porque a minha história do meu povo, dos negros, não é contada nos livros, é contada no boca a boca”. A jovem valoriza essas histórias que são transmitidas informalmente para os mais novos. Para a jovem:

Tem pessoas que nunca foram para a escola, mas com eles tem as histórias dos bairros. Tem um cara que era amigo do João Cândido, tem coisas que não existem em outro bairro. Na Providência tem pessoas que estão aí que contam histórias da Revolta dos Canudos, que estavam nas ruas... melhor da Guerra do Paraguai, a ideia do nome da favela veio da Providência e se isso se perder de repente eu ia embora. Hoje não, na Providência, tem uma senhora que mora, acho que é a dona Dodô, ela tem 90 anos. (ANDREIA, Gamboa)

A jovem acha que com a revitalização da Região Portuária a história vai embora porque “eles não estão ligando para o que o bairro foi historicamente”. Ela comenta que na obra da Rua Camerindo foram encontrados dois canhões e alguns artefatos, que devem ter sido do período da Revolta da Chibata, de 1910. Quando descobriram essas coisas algumas pessoas falaram que tinha que parar a obra para estudar esses objetos e o terreno, outros falaram que não podia parar porque perderiam dinheiro. Andreia fala que acabaram passando o asfalto por cima e não fizeram nenhum estudo mais aprofundado sobre o lugar: “eles estão passando por cima de toda a história do bairro, de toda história da Providência, e isso vai perder a essência, se isso se perder eu vou embora”. Nesse caso, a jovem atribui ao bairro uma “essência”, algo que seria próprio das pessoas que vivem ali, caracterizado por essa relação com as tradições da cultura negra.

Outra jovem que entrevistamos, Renata, moradora do Complexo do Alemão também narrou algumas histórias que seus avós contavam sobre como era a favela antigamente. Os avós dela nasceram no Ceará, mas só se conheceram no Rio de Janeiro. Quando o seu avô chegou ao Complexo do Alemão quase não havia construção: “era só mato, mato, mato. Aí foram surgindo casas e casas e hoje em dia está aí Complexo do Alemão, muita casa, muita gente”. Renata ouviu falar que, antigamente, tinha uma casa e a 50 metros havia outra, muito diferente da situação atual: “agora é uma casa e do lado outra, não tem espaço, só os becos. Tem beco que a gente tem que passar que não dá pra você esticar as duas mãos assim...” A jovem se preocupa com a avó porque tem uma escada muito inclinada no caminho para sua casa que ela sobe com dificuldade. Apesar do problema de acessibilidade, Renata afirma que eles não se acostuariam a viver em outro lugar: “a gente não perde a vontade de morar aqui, a gente gosta daqui, aqui é muito bom”. Ela disse não trocar o Complexo do Alemão pela zona sul por gostar muito das pessoas que vivem na favela.

O pessoal aqui é muito receptivo, humilde, trata a gente do mesmo nível que a gente está, não tem... "ah vamos mudar aquele ali", não! Todo mundo é acolhedor, muito bom isso aqui, você chega num lugar e se sente bem, não tem ninguém pra ficar te olhando com aquela cara, o pessoal é muito receptivo. A gente conhece um, depois conhece outro, acaba fazendo uma amizade, o pessoal aqui é muito amigo. Sempre tem gente pra somar, muito bacana isso. (RENATA, Complexo do Alemão)

Os avós de Renata tiveram cinco filhos. Na casa de um único cômodo, construída pelo avô dela, moravam sete pessoas. Com os trabalhos de garçom, açougueiro, porteiro, o avô foi conseguindo aos poucos ampliar e reformar a casa: “Eu hoje moro na mesma casa que meu avô construiu há tempos atrás, só que hoje ela está com três andares”. A casa foi sendo construída pelas mãos do seu avô ao longo dos anos, com muito trabalho e esforço. Hoje eles conseguiram torná-la mais confortável, moram na casa: Renata, os seus avós, seu irmão de dez anos e sua tia.

A avó de Renata trabalha numa lojinha na favela. No início, era um trailer para fazer cachorro quente na chapa, mas como ela também fazia comida ali dentro ficava muito quente. Para melhorar as condições de trabalho, eles resolveram fazer uma lojinha de tijolo com laje. Renata fala que com muita dificuldade a avó conseguiu criar todos os cinco filhos. A mãe dela casou com um rapaz do Espírito Santo e Renata nasceu lá. Depois de três anos eles se separaram e ela voltou com a filha para o Complexo do Alemão. A mãe deixou Renata ainda pequena para ser criada pelos avós, e seguiu outro caminho na vida. Como conta a jovem:

Na verdade ela me deixou lá na minha avó. Ela não queria mais saber de cuidar de filho, aí ela me deixou lá com três anos e foi viver a vida dela. Aí ela teve meu

irmão e com dois meses largou ele lá também. Meu irmão até hoje chama minha tia de mãe, ele sabe que minha mãe é a mãe dele, mas ele chama minha tia de mãe porque foi minha tia que cuidou dele. (RENATA, Complexo Alemão).

Renata afirma que ela e o irmão se acostumaram a morar com os avós: “é como se a nossa avó fosse a nossa mãe e avô o nosso pai”. Hoje eles se dão bem com mãe e sua nova família, mas continuam morando com os avós. Renata fala com orgulho do avô que trabalha em dois lugares: de noite de vigia noturno numa concessionária e de manhã na loja da família. Depois a avó chega para trabalhar na loja e ele vai pra casa descansar. Apesar de morar a vida inteira no Complexo do Alemão, tem muitos lugares que a avó não conhece mais, pois já faz tempo que ela não circula por outros espaços que saiam da rotina. “Fica na loja o dia inteiro a vida dela é aquilo lá, se tirar ela de lá ela fica doente, se deixar até dia de domingo ela vem trabalhar, aí trabalha de segunda a sábado”. Renata gostaria de oferecer uma vida melhor para os seus avós:

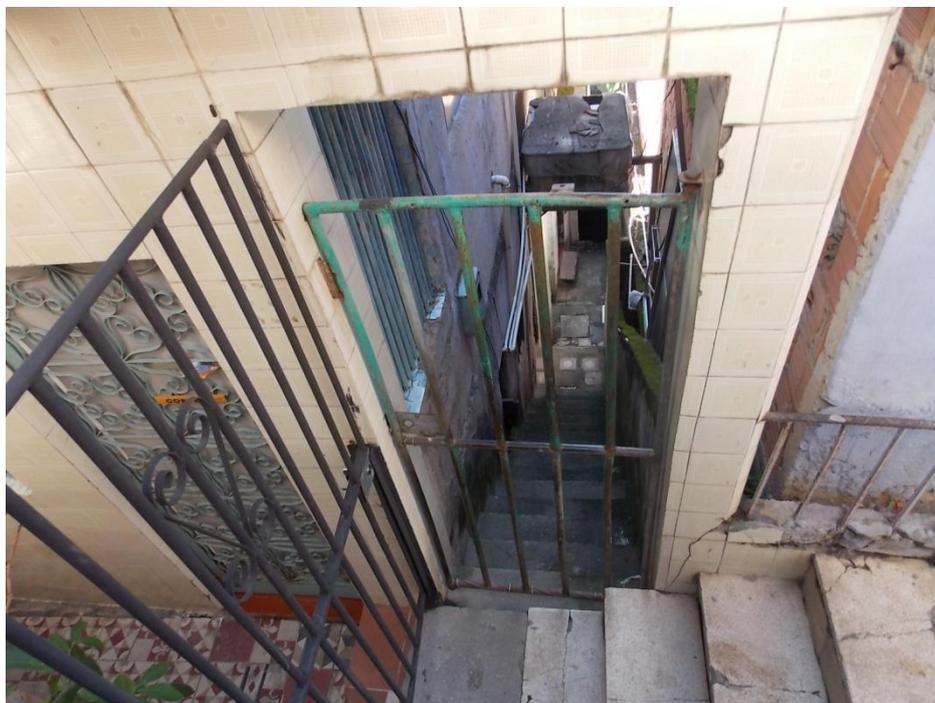
Meu avô com a idade que tem não era nem pra ele estar preocupado, nem para estar trabalhando, mas é muita luta que a gente passa todo dia. Sou muito grata ao meu avô e a minha avó por eles terem cuidado de mim e do meu irmão até hoje. Só a gente sabe o quanto custou e custa até hoje, é muita luta que a gente passa. Eu falei "vô quando eu for trabalhar eu vou ajudar o senhor e o senhor vai sair do trabalho, tá?" aí ele falou "não, não é pra você ir trabalhar não, é pra você estudar" (RENATA, Complexo do Alemão).

A jovem terminou o Ensino Médio e está fazendo uma série de cursos enquanto não sai uma bolsa de estudos de uma universidade particular que um vereador prometeu lhe dar. Ela diz ter vontade de trabalhar para que o avô possa largar o emprego de vigia noturno e ter uma vida mais tranquila: “o meu sonho é fazer meu avô parar de trabalhar, ele fica muito cansado (...). Se deus quiser vou conseguir fazer isso, ele vai ficar em casa e na loja”. Já a avó dela, Renata acha que é difícil fazê-la parar de trabalhar. “Dizem que quando você escolhe uma coisa que você ame você não vai está trabalhando, você vai estar fazendo uma coisa que você ama. Então, a minha avó ama cozinhar, como se fosse uma brincadeira pra ela, ela gosta muito”. Mesmo sendo difícil sustentar a família, os avós acham que a neta não devia se preocupar com o trabalho e investir nos seus estudos.

Quando criança, muitas vezes, Renata fugia da casa da avó para ficar perto da casa mãe dela. Lá brincava com outras crianças no beco. Diferentemente da avó que não gostava da menina ficar na rua, a mãe não se importava. Quando ela era pequena, às vezes, a mãe saía para trabalhar e trancava o portão. Renata conseguia atravessar a grade, “passava o corpo inteirinho”, depois pulava e descia as escadas. Hoje em dia, ela cresceu e não consegue mais

fazer isso, mas o portão continua lá como testemunho da sua história. Renata disse: “até hoje é o mesmo portão, não trocou o portão, o que marcou mesmo minha infância foi ali”.

### **Portão da casa da mãe**



Fotografia: Renata

A maior parte das memórias de Renata se passam em lugares próximos a casa da mãe dela. “Muito bom lembrar a infância, tá fazendo me lembrar das coisas aqui, que eu nem lembrava mais”. Outro local escolhido por ela é a casa de uma moça que fazia e vendia ‘sacolé’ por trinta centavos. Até hoje ela continua vendendo o doce, mas o preço já aumentou. Ela se lembra de juntar dinheiro e de ficar pedindo para mãe moedinhas para comprar o ‘sacolé’. Outra foto escolhida por Renata foi de um banco que tinha em frente à casa dessa moça:

Tem um banquinho no alto, a gente gostava de ficar ali. A gente pulava no chão, dava a volta, se divertia só de pular daquele banquinho. Aí caía no chão, aí voltava pra pular de novo. Ele era no alto, tinha uma escadinha, uma parte assim no alto, mas a gente ficava ali de madrugada conversando. As crianças brincando, a mãe da gente nem ligava, deixava a gente lá solto brincando. (RENATA, Complexo do Alemão)

### Banco perto da casa que vendia ‘sacolé’



Fotografias: Renata

Outro lugar que Renata comentou foi a loja da sua avó aonde vai para ajudá-la desde os nove anos de idade. As pessoas passam na loja e se lembram de quando Renata era mais nova, contam histórias e situações de quando ela era pequena. Por isso, a jovem conhece muita gente que mora na favela. Ela acha legal falar com todo na rua:

Aqui todo mundo conhece todo mundo, é muito legal, eu não trocaria isso aqui por nada, até pra passear, vou passear em outro lugar, mas pra morar, se mudar daqui não, é que nem a minha avó, se eu falar avó você tem vontade de morar em outro

lugar? ‘Tá maluca, eu não quero sair daqui não, posso morar no morro a vida inteira, mas eu não vou sair daqui’ (RENATA, Complexo Alemão).

Os outros jovens que entrevistamos também disseram gostar de morar no Complexo do Alemão, principalmente, das pessoas que eles conhecem. Tainá fala que ela sempre gostou de morar na favela, mas que atualmente está melhor porque está mais tranquilo. Ela mora e trabalha em Nova Brasília onde tem um forte comércio próximo a sua casa e, rapidamente, de ônibus chega a um shopping onde gosta de ir. Além disso, Nova Brasília é mais segura do que outros lugares do Complexo do Alemão: “acontece sempre casos de tiroteio na Grotta, não tinha nada aqui, aqui ficava normal, várias vezes. Eu não tenho vontade de ir morar fora, aqui tem tudo perto”.

Grande parte da família de Tainá mora no Complexo do Alemão. Os avós por parte de pai eram descendentes de italianos e portugueses e vieram de uma cidade do interior do Rio de Janeiro, chamada Cambuci para morar na comunidade. Os avós maternos vieram de Minas Gerais e tiveram os filhos no Morro do Alemão. Os pais de Tainá se conheceram em Nova Brasília. A jovem conta que seu avô é comerciante e o seu pai trabalhava com ele. Um dia o pai levou as compras até a casa da mãe dela e eles se conheceram, começaram a namorar e tiveram filho. Quando Tainá tinha um ano e meio ele faleceu: “eu não me lembro dele bem, atualmente, eu não lembro dele, ele morreu com 33 anos de derrame”. A jovem fala que tem muitos primos que moram no Alemão, às vezes, tem pessoas da família que ela nem conhece e vai conhecendo com o tempo em alguma festa, aniversário, enterros ou quando encontra por acaso na rua.

Teve uma vez, o meu primeiro amor assim, era um primo meu e eu nem sabia, fui saber depois. Fui descobrir depois, por parte de pai, descobri pelo sobrenome que era Ragozo, sobrenome Italiano. Aí o que acontece, eu falava: ‘tem o sobrenome igualzinho da minha avó’, aí depois de um tempo não tinha mais nada. Estava no shopping eu e minha mãe e estava ele e o pai dele, aí ele falou assim: ‘Bruno, essa aqui é tua prima, não sabia não?’ Eu falei: ‘não acredito!’. Descobri assim. (TAINÁ, Complexo do Alemão)

Diferentemente de Renata, a jovem afirma que se ela tivesse uma condição financeira melhor, até sairia da favela para morar num bairro ao redor. Ela tem vontade de viajar para conhecer outros lugares, “mas as minhas raízes são aqui no Morro do Alemão, Nova Brasília. Eu me sinto parte daqui, a minha vida se funde mais aqui entendeu, as pessoas. Se eu morasse fora daqui eu iria estranhar muito. Às vezes, quando eu vou viajar, eu estranho muito, tenho que voltar, porque me sinto melhor aqui”. Tainá só deixaria a favela caso piorasse a violência

e começasse a ter muito tiroteio. A sua história de vida está marcada por aquele espaço onde vive a maior parte de sua família.

Na comunidade do Horto Florestal, entrevistamos duas meninas que sempre moraram ali. A família de Barbara está no Horto há quatro gerações e os familiares de Letícia há cinco. Barbara fala que a história dela no lugar começou com o seu bisavô, que foi o primeiro a morar no Horto. O avô dela foi concursado público pelo IBAMA e trabalhou no parque, a mãe dela nasceu no Horto e passou a vida inteira ali. Elas falaram que todo mundo se conhece, pois as pessoas que vivem na comunidade são parentes, primos, tios, etc. “A gente quer ficar aqui pra sempre, eu quero ter meus filhos aqui, eu quero poder criar os meus filhos aonde os meus pais me criaram, aonde os pais dos meus pais criaram eles, sabe?”, segundo Letícia.

Letícia conta que o seu tataravô morava em Bangu e foi convidado para trabalhar no Horto Florestal. Eles estavam precisando de mão de obra e contrataram vários funcionários. Na época, o Horto era de difícil acesso, pois ainda não tinham ruas demarcadas como hoje. Havia só o bonde, mas para chegar ao local onde eles moravam precisava fazer uma caminhada. “Engraçado que meu avô dizia que todo mundo falava que era horrível morar no horto, quando eles iam sair com os amigos era tipo: ‘nossa, o Horto é cheio de bichos, cheio de insetos, cheio de tudo, horrível’”.

Elas explicaram que o Horto mudou muito depois que os trabalhadores chegaram. Era uma área que tinha sido desmatada para a plantação do café, depois ficou só capim: “poucos pedaços tinha algum verde, quando a gente veio pra cá cresceu a quantidade de verde, por causa da gente” (Barbara, Horto). Com a construção das casas, as pessoas passaram a plantar árvores frutíferas, fizeram hortas e trabalharam para o reflorestamento da região. As meninas falaram que um lugar do Horto onde tinha uma cachoeira era onde o ministério do meio ambiente comemorava o dia da árvore. Os seus avós contam que Juscelino Kubitschek e Getúlio Vargas participaram dessa comemoração.

Juscelino Kubitschek chegou a construir uma escola para os moradores no local, onde todos da família de Barbara e Letícia estudaram. Segundo Barbara, “todo mundo que viveu e vivo no Horto passa por lá”. Nessa escola também tinha uma brinquedoteca onde as crianças que moravam ali gostavam de ir. Quando uma parte ia estudar no Colégio Divina Providência, na Rua Lopes Quintas. “O pessoal do Horto sempre foi muito unido sabe? Sempre, sempre estava todo mundo junto pra brincar e até pra estudar”. Hoje, Letícia está cursando o 3º ano do Ensino Médio e Bárbara está no início da faculdade.

De quando era criança, Letícia se lembra de subir o rio próximo a sua casa com o avô,

os primos e o irmão. Durante a excursão, alguém sempre perdia o chinelo por causa da correnteza. Eles gostavam de catar caranguejo, mas com poluição de produtos tóxicos morreram todos os animais e hoje não tem mais como catá-los. Letícia lembra que quando passavam por umas pedras o avô dizia que era onde antigamente castigavam os escravos. Estes eram obrigados a ficar deitados na pedra para levar chibatadas. Ela gostava de passar ao lado do campo para ver o coqueiro cheio de borboletas, e de andar na mata com a sua família. A jovem explica que o Horto é muito grande, apenas 10% é ocupado por casas, os outros 90% são de floresta.

Quando Barbara era criança, vivia dentro do Jardim Botânico. Ela ia com seu avô também para passear e ele mostrava as plantas. A jovem explica que os moradores são do local, não são pessoas que estão querendo se aproveitar do parque: “são pessoas que estão junto do parque”. As meninas dizem que os moradores são os maiores interessados em manter a natureza preservada e que já estão acostumados com a presença de animais. Uma vez elas estavam brincando no rio quando apareceu uma jiboia, mas preferiram não matá-la, apenas se afastaram dela. Dentre os moradores, existe um senhor que sempre ajuda a capturar cobras quando elas estão perto das casas ou nos caminhos e depois solta na mata longe das residências. Elas criticam o parque de ter construído uma casa de show que faz barulho à noite. Segundo as jovens, os bichos se assustam, saem do Jardim Botânico, vão pra rua e morrem. Alguns pássaros também buscam outro local por causa da altura do som e acabam não tendo uma vida longa.

As meninas se queixaram que desde começaram as ameaças de remoção, os funcionários do Jardim Botânico não deixam mais os moradores entrarem no parque sem pagar o ingresso. Letícia fala que ela nunca precisou pagar porque entrava por trás e nem tinha portão ali. Um dia ela tentou ir ao parque para tirar umas fotos e o segurança não deixou. Após explicar ao rapaz que ela morava a vida inteira no Horto, e que não fazia sentido agora eles proibirem, ele respondeu: “Não, você não vai entrar, você é uma das invasoras daqui, não é?”. Letícia ficou muito chateada porque essa resposta demonstra como está tensa a relação da administração do Jardim Botânico com os moradores do Horto. “A gente sabe que a relação deles com a gente não é agradável, nós não somos bem-vindos. A gente esperava que ia ser bem-vindo e que ia poder estar junto, entrar e fazer as coisas. Até porque a gente teve com o Jardim Botânico, a gente não, falo dos meus pais, eles estiveram junto com o Jardim Botânico sempre, foram eles que construíram isso, com o suor da luta deles”.

Letícia disse foi com uma amiga numa parte do Jardim Botânico que tem uma valinha que passa a água do Rio, um caminho que é igual ao que existe perto da sua casa. Ai ela falou:

“pra quê que vou vir aqui se a mata de onde eu moro é igual?”. Com isso, as jovens têm frequentado menos o parque. Elas dizem que há dois anos ninguém olhava para elas e as chamavam de invasoras. Desde então, algumas pessoas começaram a ser agressivas e falar que elas não pagavam nada, que era um absurdo o governo mantê-las ali e elas tinham que sair de qualquer forma.

Quando terminamos a entrevista, Barbara nos levou para conhecer lugares que eram importantes para ela na comunidade. Passamos em frente ao Clube Caxinguelê, onde alguns moradores jogam futebol e comemoram aniversários. Antigamente, a quadra do clube era usada pelas crianças para jogar bola, mas parece que hoje em dia a administração do clube não deixa mais. Ela estava organizando com outros jovens uma festa junina na rua em frente ao clube. Barbara achava importante ter a festa pra melhorar o clima da comunidade porque as pessoas estavam muito sensibilizadas e unidas contra a remoção. Além disso, era uma forma das pessoas de fora conhecer o Horto e poderem ter outra perspectiva sobre o que aparece no jornal.

Caminhamos mais um pouco e ela nos mostrou algumas partes da rua que eram cimentadas e com paralelepípedo. Essas obras foram feitas pelos próprios moradores porque o caminho original era de terra. Subimos uma ladeira e chegamos ao local conhecido por Margaridas. Ali o cenário já era bem diferente, tinham casas mais simples, uma delas tinha um galinheiro e um porco. Barbara disse que no Horto a maioria são moradores antigos que vivem ali, mas que também tinham grupos que estavam há menos tempo. As pessoas tinham condições financeiras diferentes: “gente que é bem pobre e gente que estudou e já conseguiu uma situação melhor”. Descemos a ladeira e caminhamos até o SERPRO<sup>5</sup>. Barbara disse que num dos projetos para o Jardim Botânico a comunidade saía, mas o SERPRO continuava a funcionar no local, o que para ela não fazia sentido. Encontramos um senhor que estava mexendo no carro e perguntou pela família de Barbara. Ela respondeu e depois comentou comigo: “aqui todo mundo se conhece” e falou um pouco sobre quem ele era. Caminhamos até a escola municipal Julia Kubichek. Quando passamos pelo estacionamento, o guarda perguntou para onde a gente ia. Barbara disse que era só para eu conhecer a escola, fomos até a grade. Ela comentou “está vendo? A gente não pode mais andar pela comunidade”.

Com essas histórias, percebemos que as memórias dos jovens e os espaços selecionados por eles para serem registrados nas fotografias estão relacionados às histórias

---

<sup>5</sup> SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados é uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Fazenda que funciona no Horto Florestal.

familiares e das gerações anteriores que construíram o lugar onde vivem. Apesar de serem “recém-chegados” ao mundo, os jovens conhecem as histórias passadas pelo que lhes é transmitido nas conversas com os adultos e com os mais velhos. Como Halbwachs (1990) afirma a memória é anterior ao indivíduo, ela emerge de um grupo que ela une, por isso, ela é múltipla, desacelerada, coletiva, plural; há tantas memórias quantos grupos existem. Os jovens imaginam como era o espaço antigamente: tinha menos construções, casas mais simples, mais espaço entre as moradias, menos infraestrutura, mais união entre os moradores, entre outras características. Essas memórias evidenciam um espaço que está em permanente construção, que não se encerra. As mudanças na favela ora são vistas como positivas, por terem melhorado as condições de vida, e ora aparecem como negativas, como se a união e o envolvimento dos moradores tivessem se perdido ao longo do tempo.

Alguns jovens contaram como suas famílias chegaram à favela. Leandro, Tainá e Renata são netos de imigrantes que vieram do interior do estado e do nordeste para viver no Rio de Janeiro em busca de trabalho e de oportunidades. As jovens do Horto contaram que seus familiares vieram de bairros distantes para trabalhar e viver no Jardim Botânico, numa época que o Horto era bem precário. Nesse caso, as gerações anteriores sofreram um processo de desenraizamento do lugar onde moravam anteriormente e tiveram que se adaptar a realidade de um novo espaço e reconstruir ali um lugar, um sentimento de pertencimento. Como Bosi afirma, a dominação econômica de uma região sobre outra no interior de um país gera desenraizamento e morte com a supressão de tradições. “Age como conquista colonial e militar ao mesmo tempo, destruindo raízes, tornando os nativos estrangeiros em sua própria terra” (Bosi, 2003, p.176)

“Estrangeiros em sua própria terra” eles construíram a casa onde moram e a comunidade. Percebemos que os jovens dão valor às conquistas dos mais velhos que aparecem na casa que só tinha um cômodo e agora possui três andares, numa rua que era de barro e ganhou calçamento, na chegada de serviços essenciais à favela, como luz, água, posto de saúde e creche comunitária, na mata que foi reflorestada... Em locais onde o poder público se manteve ausente por anos, muitas dessas melhorias só foram conquistadas pelas lutas das gerações anteriores que se mobilizaram para construir coletivamente ou para pressionar o poder público. Leandro se emociona com os mutirões e os trabalhos comunitários que foram fundamentais na Rocinha, e lembra que o Laboriaux nem existiria se não fosse o movimento de resistência dos primeiros moradores.

Percebemos nas falas dos jovens o sentimento de “gratidão” pela construção dos mais velhos. Como no caso de Renata que os avós também tiveram a função de ‘cuidadores’,

deram uma boa formação e a incentivaram a estudar. A menina gostaria de poder oferecer-lhes uma vida melhor, em que eles pudessem trabalhar menos e descansar mais. Assim, Renata poderia retribuir o investimento que os avós fizeram para cuidar dela ao longo desses anos. Concordamos com Castro (2013) quando afirma que sentir gratidão e dever à geração mais velha significa reconhecer a posição conquistada, originária do legado das gerações anteriores, e a sua importância na tarefa de dar continuidade à construção da sociedade.

Os jovens também falaram de um passado mais distante, de quando ainda havia escravidão no país. A história da Região Portuária é apropriada pelos moradores e transmitida pelas conversas, informalmente, mas também por museus e centros culturais. Andreia afirma que muitas das histórias do lugar não estão presentes nos livros, mas fazem parte do saber popular. Como Letícia que ouviu de seu avô que uma pedra no rio do Horto era usada para sacrificar os escravos. Essas histórias dão qualidade ao espaço. O lugar se torna carregado, pesado, porque no passado abrigou situações de exploração, dor, sofrimento de seus antigos moradores. Boas lembranças, por sua vez, tornam o espaço belo, leve, alegre. Assim, esse passado se faz presente pela materialidade, pelos objetos que resistiram ao tempo e continuam evocando memórias coletivas.

Se na seção anterior vimos como os jovens se apropriam do espaço a partir das brincadeiras, da convivência entre pares e dos diferentes usos que fazem do espaço, na presente seção percebemos que o amor ao lugar também se produz pelas relações familiares e pelas “memórias herdadas” (POLLAK, 1992) de seus pais, tios, avós, suas construções, lutas, fracassos e conquistas. Weil (1996, p. 347) define o enraizamento como a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana e uma das mais difíceis de definir: “o ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos de futuro”. Percebemos, pelas entrevistas, que muitos jovens se sentem ‘enraizados no lugar’ onde moram. Algumas idealizações de como era “antes” a comunidade são criadas para fortalecer o argumento de que os jovens devem permanecer em seus locais de origem.

Outras vezes, essas idealizações servem para refletir sobre a situação atual em que mobilizar as pessoas para uma causa comum não parece ser tão simples assim, como apontou Cecília sobre os moradores do Morro do Pinto. Nesse caso, “o passado reconstituído não é refúgio, mas uma fonte, um manancial e razões para lutar” (BOSI, 2003, p.66). As meninas do Horto recorrem a esse passado para refletir sobre as novas ordens e regras que as impedem de entrar no Jardim Botânico e circular por certos lugares, que antes tinham livre acesso. As razões para lutar são diversas uma vez que muitos moradores encontram-se ameaçados de

remoção e aqueles que não estão ainda sofrendo com a ausência de serviços públicos, como a falta d'água e da coleta de lixo apontadas por Leandro.

## 5.2. O amor ao morro: os sentidos dados pelos jovens às remoções e suas formas de ação

Terror de amar num sítio tão frágil como o mundo

Mal de te amar neste lugar de imperfeição  
Onde tudo nos quebra e emudece  
Onde tudo nos mente e separa

Sophia de Mello Breyner Andressen

Nessa seção apresentamos como esse espaço, que foi apropriado pelos jovens a partir de situações boas e ruins que viveram ali e pelas 'memórias herdadas' das gerações anteriores, passa a ser alvo de disputa entre os moradores e o poder público. O sujeito que está "enraizado" no lugar onde mora, se vê obrigado a deixar para trás aquele espaço que ajudou a construir ao longo de sua vida. Abordamos sobre como os jovens estão lidando com as ameaças de remoção e os projetos de revitalização dos lugares onde vivem e quais são suas possibilidades de ação.

É importante ressaltar que a versão dos fatos apresentada aqui sobre as intervenções do poder público em curso nas comunidades foi elaborada a partir das falas dos jovens que entrevistamos. Certamente, outras pessoas do mesmo lugar possuem perspectivas distintas sobre as remoções, as obras e os projetos de revitalização. O poder público, por sua vez, deve ter outras justificativas para esclarecer como as obras estão sendo conduzidas e negociadas com os moradores. No entanto, tratamos exclusivamente das falas dos jovens que participaram da pesquisa por considerar relevante dar visibilidade as suas opiniões e posicionamentos. Compartilhamos da perspectiva de Bosi (2003, p. 65): "qual versão de um fato é verdadeira? Nós estávamos e sempre estaremos ausentes dele. Não tempos, pois, o direito de refutar um fato contado pelo memorialista, como se ele estivesse no banco dos réus para dizer a verdade, somente a verdade. Ele, como nós, conta a *sua* verdade".

A seguir, apresentamos como dois irmãos sentiram o processo de saída da comunidade da Grota, onde eles moravam no Complexo do Alemão, para morar em condomínio construído pelo PAC no entorno. Em seguida, tratamos do caso do Laboriaux, uma localidade na Rocinha que sofreu com o deslizamento de terra e os seus moradores estão ameaçados de remoção com a justificativa de habitarem uma área de risco. Discutimos como está sendo feito o processo de revitalização da Região Portuária, as remoções de moradias da Providência e de

ocupações de prédios que ficam na região. Na comunidade do Horto, abordamos como duas meninas estão vivenciando as ameaças de remoção. Por fim, apresentamos os sentidos que dois meninos entrevistados do Santa Marta dão ao processo de *gentrificação* e a remoção da localidade do Pico.

Entrevistamos dois irmãos, Pedro e Vicente, que viviam na Grota, no Complexo do Alemão. Eles moravam numa casa de dois andares. No primeiro, vivia a avó e no segundo, eles e os pais. Quando começaram as obras do PAC na rua, os técnicos marcaram a casa deles para ser removida, pois ficava atrás de uma vala. Os jovens reclamam que as obras foram mal feitas e que acabaram piorando a situação da favela em dias de chuva. Os operários fecharam as saídas de esgoto da rua, então, quando chovia a água invadia as casas porque não tinha para onde escoar. Os jovens contaram que a casa da avó encheu d'água e eles resolveram registrar os danos. Com as fotografias, puderam reivindicar outra residência que estava sendo construída pelo PAC. Eles conseguiram ser reassentados em dois apartamentos, um para a família deles e outro para a avó, já que a casa era de dois andares.

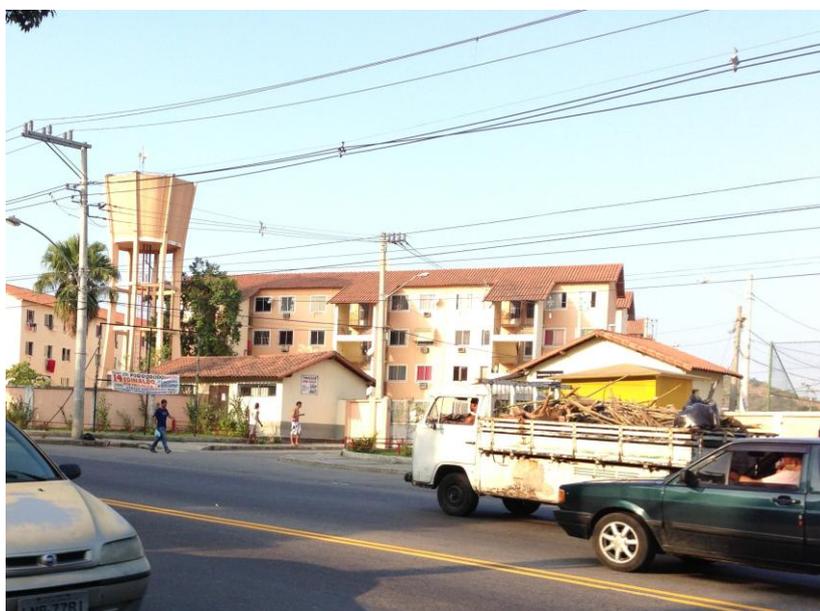
Há três anos, Pedro e Vicente estão morando no apartamento do condomínio construído na Avenida Itararé, que margeia uma parte do Complexo do Alemão. Eles disseram que, inicialmente, não queriam deixar a comunidade, mas como os pais se mudaram para o condomínio também tiveram que ir. Foi difícil sair de um lugar onde conheciam várias pessoas, tinham muitos amigos e familiares “por causa de uma obra mal feita”. Pedro não queria se mudar porque não sabia como seria viver num local diferente onde todos eram desconhecidos. Vicente, por gostar de circular mais pela favela, já conhecia alguns jovens que também tinham sido realocados no condomínio, no entanto, a relação com eles era diferente: “Quando eu vim pra cá, eu tinha alguns colegas que eu já conhecia, mas sendo que não é como é que eu tinha lá, que lá eram meus primos perto de mim, meus amigos que desde pequeno foram nascidos e criados juntos, então, lá já era uma convivência melhor do aqui”. Pedro ficou muito triste quando saiu da Grota e continuou frequentando a comunidade para encontrar seus amigos.

Apesar dessa resistência inicial de se mudar para o condomínio, os jovens disseram estar gostando de viver ali e que, aos poucos, foram se acostumando com a nova vizinhança. “Quando eu vim pra cá, eu fui pegando amizade, tranquilo, conversando, ai hoje em dia eu já tenho amizade aqui que nem eu tinha lá, ninguém foi nascido e criado comigo, mas sendo que eu fui fazendo amizade com eles e eles foram fazendo amizade comigo, os rapazes e as garotas, que nem eu tinha lá”. Os jovens disseram que no seu dia a dia quase não vão mais

para a Grotta. De vez em quando eles vão visitar parentes e amigos que ainda moram no morro, mas já estão gostando de morar no condomínio. Eles explicam que isso faz parte do processo de adaptação, num momento inicial é difícil, mas depois se acostuma. Após três anos morando fora da comunidade, os jovens disseram que achariam estranho voltar a viver lá.

Pedro e Vicente gostam de morar no condomínio porque tem maior facilidade de deslocamento, acesso a comércio, escola e hospital. No local, tem uma área de lazer fechada onde as crianças podem brincar até de madrugada. Os pais as deixam livres para correr o quanto quiser e fazer o que quiser. Os jovens se reúnem na quadra e gostam de ficar de noite ‘zoando’ ali. Quando eles se mudaram, acharam que ia ser um “lugar morto”, mas logo criaram novas amizades e se entrosaram com a vizinhança. Vicente disse que outro dia ele precisou dormir na casa da tia e ficou impressionado como estava diferente a comunidade: “nego tem medo de ficar na rua, antigamente não, todo mundo ficava na rua, zoando, agora não”. Eles acham que hoje vivem melhor morando no apartamento do que antes, quando viviam na Grotta, mas também têm a preocupação de não depreciar o lugar onde viveram a maior parte de suas vidas. “Mas lá foi um lugar bom, eu achei bom quando eu morava lá. Eu morei lá até meus 15 anos, e eu achava bom” (VICENTE, Complexo do Alemão).

#### Condomínio construído pelo PAC



Fotografia: Beatriz Corsino Pérez

Um dos jovens entrevistados, Leandro, mora numa parte alta da Rocinha conhecida como Laboriaux. Em 2010, uma forte chuva atingiu a cidade, provocando deslizamento de terra e duas mortes nessa localidade. O jovem nos levou para conhecer as áreas afetadas e

contou como, desde então, os moradores lutam para não serem removidos. Leandro também fotografou lugares importantes para ele. Utilizamos aqui algumas dessas imagens para apresentar sua perspectiva sobre o que a localidade vem passando nos últimos anos.

Visitamos no Laboriaux o lugar onde ocorreu deslizamento de terra e de lixo, que estava acumulado na encosta do morro. Próximo à localidade, há condomínios e residências luxuosas do bairro da Gávea que foram afetados pelos transtornos gerados pela chuva. Leandro tirou a fotografia abaixo para mostrar como as mansões ficam perto da favela. O jovem acha que um dos motivos do poder público para remover os moradores é a preocupação dos ‘ricos’ com a expansão da favela e a desvalorização de seus imóveis.

### **Casas vizinhas ao Laboriaux, na Gávea**



Fotografia: Leandro

Após o desastre, a prefeitura foi ao local para retirar os moradores que estavam em áreas de risco. Eles receberam uma indenização e compraram casas em outros locais: na própria favela, na baixada fluminense, na zona oeste e em Triagem, no condomínio Bairro Carioca. A prefeitura demoliu as casas que estavam ameaçadas, tirou parte do entulho, mas a obra ficou inacabada. Desde então, o local ficou abandonado e com os escombros das casas que foram derrubadas. O cenário de destruição incomoda os moradores que vivem próximos

ali. Algumas pessoas que tinham saído acabaram voltando para as casas que permaneceram no local. Outras moradias foram ocupadas por novos moradores.

### **Marcas das casas derrubadas pela prefeitura**



Fotografia: Leandro

Na área onde estavam as casas, a prefeitura começou a plantar uma horta. Quando visitamos o local com Leandro tinham algumas mudas plantadas, mas estava com um aspecto de abandono, com muito lixo e sujeira. Depois o jovem voltou para fotografar e o lugar estava um pouco diferente. Parece que uma ONG contratada pela prefeitura para construir a horta tinha começado a limpar o terreno. Chegaram a oferecer uma bolsa de R\$100 por mês para Leandro ajudar na manutenção da horta, mas ele não tinha interesse em trabalhar com isso. A ideia era que durante um ano a prefeitura ajudasse na construção da horta e depois os moradores teriam que continuar por conta própria, podendo vender os produtos para servir como uma fonte de renda. No entanto, havia um desconhecimento sobre como o projeto iria funcionar e se de fato conseguiria mobilizar os moradores para a criação da horta.

### Lugar onde teve deslizamento de terra



Fotografia: Leandro

Leandro fotografou uma rua com um muro de contenção que tinha sido construído recentemente. Ele ainda não se acostumou em ver como ficou o local onde algumas casas caíram, provocando duas mortes. Ficou bastante emocionado ao lembrar como era a rua antes do deslizamento de terra. Aquele “era um lugar bom para se morar”, tinha casas grandes e bem construídas onde viviam pessoas que ele conhecia desde criança. Olhando a fotografia, Leandro relata como é estranho não ter mais aquelas pessoas e as casas naquele lugar. Apesar de passar sempre por essa rua, porque é o caminho para a bica onde pega a água para beber e usar em casa, ainda dá uma tristeza.

Leandro se recorda que ali tinha a casa da Dona Eva, uma senhora aposentada que tomava conta de crianças. No dia da chuva, os pais foram pagar a mensalidade e deixar os filhos, ela recebeu o dinheiro, mas disse que não ficaria com as crianças naquele dia. Logo após, começou a desabar uma parte do morro e ela saiu com toda a família. Depois ela retornou para buscar alguma coisa em casa, mas quando estava chegando várias casas desabaram. Mãe e filha que estavam em uma das casas no momento do deslizamento faleceram soterradas. Leandro conta que Dona Eva perdeu tudo o que ela tinha, “todo o sacrifício de uma vida porque é difícil comprar móveis, construir uma casa. Até o dinheiro que ela tinha acabado de receber foi morro abaixo, restou apenas a roupa do corpo”. As

peças que ficaram desabrigadas foram morar na creche comunitária que tinha no Laboriaux, algumas estão lá até hoje.

### Lugar onde teve deslizamento de terra



Fotografia: Leandro

Depois disso, em 2010, a prefeitura foi à comunidade e passou a pressionar os moradores a saírem do Laboriaux. Era feita uma marcação com a numeração na casa das pessoas, indicando quais habitações deveriam ser desocupadas. Segundo Leandro “era uma abordagem muito violenta, como se a gente não tivesse chance mesmo, tinha que sair e pronto. E fez isso em todas as casas, no comércio também. Fez inclusive na casa de um senhor lá em cima, ele passou muito mal e veio a falecer”. Os técnicos da prefeitura marcavam uma visita durante a semana para fazer uma avaliação do imóvel. Os moradores precisavam estar presentes, então, muitos faltavam o trabalho para aguardar a presença deles. Após vistoriar as casas, a prefeitura divulgava o valor do imóvel na região administrativa. Se as pessoas quisessem vender, ela pagava aquela quantia.

Segundo o jovem, o Laboriaux construiu uma resistência que a prefeitura não esperava que fosse encontrar. Os moradores se reuniram com pessoas de outras favelas que também foram atingidas pela chuva e estavam vivendo o mesmo processo, como o Morro dos Prazeres, em Santa Teresa, e a Estradinha, situada em cima do cemitério São João Batista, em Botafogo. Eles foram atrás do apoio da arquidiocese, se encontraram com Dom Urani, se

reuniram com os deputados Alessandro Molon e Marcelo Freixo, com o senador Marcelo Crivela, entre outros políticos. Eles encontraram muitas pessoas que ajudaram a fortalecer a luta para manter o Laboriaux. Um técnico da prefeitura afirmou que todo o local estava em área de risco, pois infiltrava água pelos paralelepípedos o que deixava o solo encharcado. Os moradores, então, se articularam para fazer um contralauco. Levaram geógrafos da PUC ao Laboriaux que conseguiram provar que não era toda a área que corria risco de desabamento, apenas algumas regiões. Com isso, a prefeitura amenizou a pressão para que os moradores fossem removidos: “amenizou, mas não quer dizer que parou”.

Uma das fotos que Leandro tirou foi de uma igreja onde acontecem as reuniões mensais do encontro “Rocinha Sem Fronteiras”. Um evento organizado pelos moradores que convidam pessoas para discutir questões de interesse local. Os últimos que tiveram em 2013 foram sobre as obras do PAC na favela. Eles convidaram engenheiros, arquitetos, cientistas sociais, técnicos do município e do estado, políticos entre outros para ampliar a discussão sobre a construção do teleférico e dos outros projetos de urbanização previstos para a Rocinha.

### **Igreja que recebe o encontro “Rocinha Sem Fronteiras”**



Fotografia: Leandro

O jovem concorda que próximo aos lugares onde sofreram deslizamentos de terra é área de risco e considera perigoso continuarem famílias morando naqueles locais. Mas não

são todas as áreas que estão ameaçadas e que os moradores devem ser removidos. Ele acredita que se a prefeitura conseguir acabar com o Laboriaux será um passo pra tirar as outras localidades: “Depois eles vão tirar a Rocinha inteira. Eu acho que é isso que eles querem. Na Rocinha é muito valorizado aqui o espaço. E está crescendo, está valorizando mais. Ainda mais agora que vão botar o metrô...”

Leandro conhecia uma moradora que morava em uma área de risco no Laboriaux que ganhou, em 2010, o aluguel social no valor de 400 reais. Entretanto, o aluguel de um imóvel na Rocinha não está mais esse valor, custa entre 600 e 700 reais e, em alguns, casos a cima de 1000 reais. Ele acredita que nos últimos anos pessoas que moravam de aluguel na zona sul não conseguiram mais pagar o valor comprado, considerando que houve uma grande valorização dos imóveis. Então, resolveram morar na Rocinha, pois ali não precisavam pagar condomínio, água, IPTU... Com isso, os valores dos imóveis na favela também aumentaram de preço. O jovem hoje mora com os pais, mas tem vontade de sair de casa. Ele acha difícil conseguir se sustentar com o que recebe. Assim, pessoas que tiveram suas casas condenadas e receberam aluguel social não conseguem permanecer na Rocinha e vão procurar outras favelas, localizadas em áreas menos valorizadas para morar.

O Laboriaux é uma região privilegiada da favela. Possui uma estrada principal de fácil acesso; é uma área arejada, diferente de outros espaços que são formados por becos estreitos; é arborizado e próximo à mata; tem uma fonte de água mineral e possui uma das vistas mais bonitas da cidade, tanto para a Pedra da Gávea e São Conrado, quanto para a Lagoa Rodrigo de Freitas e Corcovado. O jovem considera que existem outros interesses da prefeitura para retirar os moradores dali, não se resumindo a evitar novas mortes e acidentes no local. Ele tirou a foto abaixo para mostrar a vista privilegiada:

### Vista da manhã no ‘Que visual’ do Laboriaux



Fotografia: Leandro

Leandro não gostaria de sair do Laboriaux porque sentiria falta da bica d’água, do visual e das pessoas: “elas não ajudam o próximo por troca de favores, mas simplesmente por gostar mesmo. Eu acho isso legal. Outras pessoas que vem de outros lugares e moram aqui, elas dizem que gostam disso. Elas acharam aqui um abrigo, elas se sentem bem aqui. As pessoas são hospitaleiras. Eu acho que se eu saísse daqui eu ia sentir muito a falta disso”. Moradores que saíram do Laboriaux de vez em quando voltam para visitar amigos e familiares que ficaram porque, segundo Leandro, “a gente teve uma ligação forte, a gente sempre esteve junto”. O jovem também não gostaria de morar em outro local dentro da favela porque, pra ele, a “Rocinha é o Laboriaux. Se fosse pra morar numa área de difícil acesso, acho que ia ser ruim pra mim, eu não moraria”.

Os jovens que entrevistamos da Região Portuária disseram que pessoas que vivem em ocupações, em áreas de risco no morro da Providência, e no caminho para os projetos de urbanização estão sendo ameaçadas de remoção. A região está passando por grandes obras e reformas com o objetivo de “revitalizar” a área. Isso tem gerado muitos impactos para a vida dos moradores que não têm para onde ir. Muitos acabam dependendo do aluguel social dado pela prefeitura. Outros estão preocupados com o aumento do custo de vida e com o processo de *gentrificação*.

Uma das jovens entrevistadas, Andreia, morava no morro Santo Amaro no Catete. Como o aluguel estava muito caro, resolveu se mudar para um cortiço na Gamboa. Quando conseguiu o trabalho de telemarketing, se mudou para uma casa melhor, já que tem um filho de oito anos. Nessa casa, Andreia paga 400 reais por mês de aluguel, mas está com medo do reajuste e de ser obrigada a se mudar outra vez. Ela recebe um salário mínimo, que hoje é de 678 reais, e ainda 114 reais do programa Bolsa Família do Governo Federal, mas que em breve deixará de receber, pois possui carteira assinada no emprego. Durante a entrevista, percebemos que esse é um tema que mobiliza muito a jovem que se engaja em um movimento para se opor à forma como as obras de revitalização estão acontecendo na região.

Quando Andreia chegou a Gamboa, há oito anos, o bairro estava diferente em relação ao que é hoje. As ruas eram mais escuras, havia mais moradores de rua e de ocupações, tinha menos policiamento e guardas municipais. Com a revitalização, a jovem afirma que os moradores perderam uma escola, outras duas não funcionam mais a noite, e não teve a criação de moradias populares. “Então se tem dinheiro para mudar, se tem dinheiro para novas obras por que não tem dinheiro para cuidar das pessoas?” Mesmo “com toda a escuridão, se tinha vida aqui. As pessoas iam para escola, as pessoas iam trabalhar. Se tinha vida aqui e agora não. Mudou na questão assim de maquiagem, de arrumação, uma falsa segurança”. As obras em curso parecem não resolver alguns problemas sérios do lugar, pois quando chove continua alagando as ruas e o esgoto fica vazando.

Andreia critica que as obras estão dando emprego para pessoas que não são do bairro. Ela acha que as vagas de trabalho tinham que ser pra quem mora na Região Portuária porque a maioria das pessoas trabalha em camelôs na Central do Brasil ou como empregados domésticos em casas na Zona Sul. Outras pessoas trabalham como estivadoras no porto, mas já não tem mais tanto trabalho. A jovem reclama dos empreendimentos que não possuem uma contrapartida social para as pessoas do bairro. Ela dá como exemplo a Cidade do Samba, cujos visitantes não precisam conhecer a Gamboa, pois tem restaurante, banco e outros serviços ali dentro. Para Andreia, a questão principal das obras de revitalização é que não tem um trabalho voltado para a população que já mora no bairro, valorizando a sua manutenção no local. Ela observa que antes moravam muitos negros e hoje pessoas que nunca passariam na Gamboa estão morando ali.

Os jovens falam que as grandes obras chegam ao bairro e os moradores não conseguem se manter porque as coisas estão ficando mais caras. Se essas obras dessem emprego para as pessoas locais, elas não precisariam sair. “eu não quero sair daqui, eu quero ficar aqui, eu acho que dá pra fazer moradia popular aqui na Gamboa mesmo, eu acho que o

certo é isso. Se vai remover, faz um espaço de moradia popular e deixa as pessoas, mas não fazem isso” (Andreia, Gamboa).

Muitos eventos passaram a ser na Região Portuária, mas estes não são divulgados e nem direcionados para os moradores. Às vezes, pessoas de fora vão para lá assistir algum show e a jovem nem fica sabendo. Andreia elogia a iniciativa do Galpão da Gamboa que oferece diversos cursos para os moradores e entradas com desconto nas peças em cartaz. Ela também fala do Instituto dos Pretos Novos que faz muitos eventos abertos aos moradores. “Às vezes, está cheio de pessoas que não são do bairro, e o pessoal daqui fica com vergonha de ir. Olham pra isso e ficam com vergonha, não é medo, mas ficam com vergonha mesmo, como estão vestidos, como estão calçados”.

Andreia considera que a maior visibilidade que o bairro ganhou foi boa porque agora todo mundo sabe a onde fica a Gamboa, algumas iniciativas e obras foram positivas para os moradores. Agora, “tem alguns galpões chiques lá na frente que não é pra gente” e também nunca tem vaga aberta de emprego. Alguns espaços históricos e importantes na cultura local, como a Pedra do Sal, mudaram porque não são mais as mesmas pessoas que o frequentam. “Antigamente, tinha pessoas de fora que vinham que trabalhavam perto, mas mudou muito, não tem mais aquela essência, aquela negra que descia para dançar”.

Cecília também questiona essa ideia de revitalização: “revitalizar é você melhorar uma coisa só que deixar o que está nela, a essência dela, e não transformar um lugar para empresários. Sem deixar uma história de anos pra trás”. As falas dos jovens entrevistados indicam que a região está perdendo algo que seria característico das pessoas que vivem ali. Na fala a seguir percebemos mais uma vez esse discurso:

Eles estão fazendo a revitalização, mas não estão revitalizando. As pessoas mesmo, da história, da essência do Morro da Providência, vão ser despejadas. Também já estão demolindo todos os patrimônios históricos que tem aqui pela redondeza, eles estão demolindo onde vão construir os prédios. Vão fazer também um centro empresarial. Também vão fazer um cais do porto pra atracarem navios...  
(ANTÔNIO, Morro do Pinto)

Se por um lado, compreendemos a posição dos jovens de que há algo que se perde quando moradores são obrigados a deixar suas casas e se mudarem para outros bairros, que seria a dimensão humana do espaço, por outro, também podemos problematizar essa ideia de “essência”. Para Massey (2000) a ideia de um lugar com identidade singular e essencial, construído por uma história introvertida baseada na sondagem do passado, é perigosa porque pode provocar reações defensivas, reacionárias, como certas formas de nacionalismos ou de recuperação sentimentalizadas de heranças. Para a autora, corremos o risco de associar o lugar

à ideia de comunidade e tentar retomar certa identidade perdida, homogênea, que exclui a convivência com pessoas diferentes. Essas obras na Região Portuária, ao darem visibilidade à região, e reconstruírem um passado comum à cidade faz com que novas pessoas se interessem pelo lugar, justamente por ser um “patrimônio”. Os que vêm de fora buscam conhecer a “pequena África”, entrando em contato com os vestígios do passado da cidade que ainda se fazem presentes na arquitetura e nas construções. O discurso da perda da ‘essência’ do lugar pode ganhar contornos conservadores ao considerar qualquer iniciativa que vem de fora da comunidade como uma ameaça.

Contudo, essa preservação local acaba provocando a retirada de moradores que não podem se manter nos casarões históricos. Cecília lembra que, no Morro do Pinto, tem um casarão que está ocupado há mais ou menos dez anos. Antigamente, o lugar era um hotel, mas como ele parou de funcionar, as pessoas o ocuparam. Com o projeto de “revitalização”, elas estão sendo obrigadas a sair do edifício. A jovem acha que “quando uma pessoa mora num lugar e se acostuma e se acomoda, é difícil ela querer ir pra outro lugar sem conhecer”. Esse é um exemplo dos diversos casos em curso na região, em que pessoas estão sendo obrigadas a deixar seu local de moradia, sem que tenha outra opção melhor para morar.

Andreia conta que pessoas foram tiradas de uma ocupação que existia ao lado da sua casa e foram levadas para Senador Camará, outras vivem de aluguel social. As famílias que foram para Senador Camará não conseguiram vagas para as crianças na escola e elas estavam sem estudar até aquele momento. Outra questão difícil é a do tráfico de drogas, pois lá tem uma facção diferente da que atuava na região portuária. “Quem passou a receber aluguel social só ganhou o dinheiro no primeiro mês, depois eles não tiveram como se manter e voltaram a ocupar um novo espaço na Rua do Livramento”. Ela lembra que agentes da prefeitura chegaram de manhã cedo para remover pessoas que moravam em outra ocupação, a Machado de Assis, e as levaram para Zona Oeste. A televisão não noticiou nada. Os jovens também falaram do Quilombo das Guerreiras, uma ocupação que existe há sete anos na Região Portuária, e que também está negociando a sua saída com a prefeitura. No momento, tinham cortado a luz e a água do prédio para pressionar os moradores a sair. Segundo Andreia, uma ocupação conseguiu ficar, a Chiquinha Gonzaga porque eles eram muito organizados. A juíza decidiu que o prédio deve servir de moradia popular por oitenta anos. Eles se perguntam por que não podem fazer isso em outros lugares também.

Na Providência, os jovens explicaram que existem motivos diferentes para justificar a remoção dos moradores. Algumas residências estão em áreas de risco, outras estavam no caminho do teleférico ou de algum projeto da Secretaria Municipal de Habitação. No caso de

Daniel, o prédio onde ele mora está localizado em frente à estação do teleférico. Ele seria derrubado porque no projeto de urbanização da favela estava previsto outra construção no local. Primeiramente, os engenheiros alegaram problemas estruturais no edifício e, por causa disso, todos os moradores deveriam sair. A proposta inicial da prefeitura era realocá-los num bairro distante. Como eles não concordaram, os técnicos fizeram uma avaliação do imóvel e ofereceram um valor para a compra. De acordo com Daniel, o que eles ofereceram não era suficiente para comprar uma casa na mesma região.

Os moradores começaram a correr atrás de informações, descobriram que o prédio não oferecia risco algum, e que esta era apenas uma justificativa para garantir os interesses da Secretaria Municipal de Habitação. Eles contrataram um engenheiro que fez um contralaunder e entraram na justiça, ganhando em primeira instância. Em seguida, a prefeitura alegou que ia ser criado um Corredor Cultural na Providência e que precisaria do terreno onde está localizado o prédio. Outro plano era a construção de uma quadra poliesportiva para compensar a perda da Praça Américo Brum, que virou a estação do teleférico. Tanto o Corredor Cultural quanto a quadra beneficiariam a comunidade como um todo. Daniel acredita que, ao divulgar esses projetos de uso coletivo, a prefeitura quis colocar a comunidade contra os moradores que estão resistindo às obras. É como se eles estivessem impedindo os outros moradores de aproveitarem as melhorias da Providência.

Daniel pensa que no começo foi mais fácil para o lado “deles”, da prefeitura, porque ninguém sabia como reagir. Muitas pessoas foram iludidas porque não tinham conhecimento da legislação e do que pode ou não pode ser feito pelo poder público. Um grupo cedeu à pressão e deixou a favela logo no início das obras. Ele distingue dois tipos de moradores. Um que está no morro por necessidade e que não faz questão de ficar na Providência, pois “não tem o amor pelo morro”. E o outro, no qual ele se inclui, que nasceu na favela, gosta de viver ali e quer ver os filhos andarem pelas mesmas escadas por onde eles passaram e brincarem nos mesmos espaços.

Os moradores que têm “amor pelo morro” começaram a incentivar outras pessoas a não aceitarem as propostas da Secretaria e a lutar pela permanência na favela. Daniel afirma que quanto mais eles se engajam contra as remoções, mais esse “amor pelo morro” cresce. Antes, eles não sabiam até que ponto estavam no seu direito de permanecer na sua residência e se valia a pena lutar por isso. Atualmente, as pessoas estão mais conscientes e unidas. Eles organizaram uma comissão de moradores com representantes de diversas partes da Providência que toma frente das ações e se informa sobre a situação do seu local. Eles se reúnem para compartilhar informações, ajudar os moradores a providenciarem documentos e

discutir as ações de resistência ao processo de remoção.

O jovem se queixa da ausência de uma proposta por parte do governo para realocá-los depois da remoção. Ao contrário de outros moradores, eles não foram incluídos nos apartamentos da Rua Nabuco de Freitas erguidos pela prefeitura para assentar as pessoas que saíram da Providência. A quantidade de apartamentos construídos não foi suficiente para receber todas as famílias atingidas pelas obras do Morar Carioca. Daniel afirma que esse apartamento é pequeno em relação a sua casa e esta ainda tem a vantagem de possuir vista para os dois lados da cidade. Algumas pessoas que moravam em habitações precárias ou em áreas de risco estavam animadas para se mudar para o prédio novo e ter melhores condições de moradia. No entanto, o jovem acha que elas foram ludibriadas, pois aumentarão o seu custo de vida uma vez que terão que pagar contas de luz, água, condomínio, etc. Além disso, Daniel se questiona como algumas famílias grandes vão conseguir viver num espaço tão pequeno.

Houve moradores que aceitaram receber o aluguel social e foram morar em outra casa na Providência, no Morro do Pinto, e em outros bairros. Algumas dessas pessoas souberam que as obras do programa Morar Carioca foram interrompidas pela ação judicial e querem retornar aos seus antigos imóveis. Muitos reclamam que o pagamento do aluguel social tem atrasado. Durante toda a entrevista, Daniel enfatiza as coisas boas de morar na Providência e como está sendo doloroso esse momento de incerteza. Ele fala sobre a rede de vizinhança e de solidariedade que aos poucos vai se desfazendo quando as pessoas perdem suas casas e precisam encontrar outros lugares para viver. Como percebemos na passagem a seguir:

Então acaba mudando, acaba perdendo um pedaço assim, mesmo não parecendo tanto né, mas acaba mudando muito a vida da pessoa. Porque é aquela união né, você tem um vizinho, o cara já é quase uma família tua, você pode discutir com ele todo dia pelo som alto, mas quando você precisar de um açúcar é lá que você vai pedir. Então, a gente acaba pegando aquele vínculo familiar, sabe? E voltando àquela ideia da cultura né, você vai perdendo alguém que sabia sobre o seu local, conhecia ali, que fazia parte de alguma história que você tem pra contar, tem algum aprendizado seu ali, você acaba perdendo... Vendo aquilo saindo assim, indo embora (DANIEL, Providência).

Quando entrevistamos Daniel, ele disse que a pressão para a remoção dos moradores estava menor. A prefeitura concentrou seus esforços para finalizar as obras do teleférico. Este já está pronto e estava aguardando alguns ajustes para ser inaugurado. Apesar dos moradores estarem mais calmos com a interrupção das remoções, eles ainda sofriam com a indefinição e com a falta de informação sobre a situação deles. O jovem continua preocupado com o desfecho dessa história: “por onde que eles vão começar a atacar a gente de novo? Onde vai

começar a ter as remoções? Mas até então nada, nenhuma informação”.

Daniel parece não cogitar a possibilidade de morar em outro local que não seja a Providência. Se ele realmente tiver que deixar a sua casa, pretende morar com a avó. A casa dela fica no alto da favela e não está correndo risco de ser removida. Ele gostaria de fazer um quartinho e ficar por lá ou então procurar outra casa para morar. Daniel gosta de morar na Providência porque é um morro bem localizado, com transporte para vários lugares e com muitas oportunidades de trabalho por perto. Perguntamos se ele via alguma dificuldade em morar na favela e ele respondeu que não.

Eu acho que tudo que eu sou hoje tem muito a ver com isso aqui, entendeu? Tudo que eu vivi, tudo que eu brinquei, tudo que eu vivi, os sustos que eu tomei, entendeu? Tudo graças a Deus aqui no morro mesmo (...). Eu amo morar aqui, morar aqui pra mim é tudo, acho que eu não trocaria por nenhum outro lugar pra ficar aqui. (DANIEL, Providência)

No Horto, entrevistamos duas jovens que nos contaram como elas estavam vivenciando o conflito entre o Jardim Botânico e os moradores pelo terreno onde elas vivem. Nos últimos dois anos as ameaças de remoção se tornaram cada vez mais intensas. As meninas questionam por que a delimitação da área do Jardim Botânico não considerou os pareceres de especialistas, historiadores, geógrafos, que conhecem a história local. Elas afirmam que tiveram seus direitos violados, pois o Governo Federal não pode entrar com um recurso para retirar famílias que estão há quatro, cinco gerações vivendo na mesma comunidade. As casas que estão ali há mais tempo eram de trabalhadores do Jardim Botânico, além disso, existem resquícios de ter uma comunidade de origem quilombola, que merecia um estudo arqueológico aprofundado para conhecer melhor a história do lugar. Como explica Letícia: “querendo ou não a gente sabe que tem mapas comprovando isso, tem historiadores que estão ao nosso favor que comprovam que isso aqui nunca foi área do Jardim Botânico. Nunca! E nunca vai ser!”

Para as jovens, a tentativa de remoção dos moradores começou com a vinda da Rede Globo para o Jardim Botânico na década de 1980 e com a valorização dos imóveis na zona sul. Antigamente, quando os familiares delas se instalaram ali, o Horto não era um lugar valorizado. “Pelo contrario, era um espaço considerado isolado, sem nada”. Elas sentem a necessidade de provar para todos que aquela é uma comunidade centenária, que tem idosos de 98 anos que nasceram ali e agora estão ameaçados de remoção. Como as pessoas não conhecem a história do Horto, falam que as pessoas que vivem ali são invasoras. Para elas, a retirada dos moradores do local não tem nada a ver com o reflorestamento e expansão do Jardim Botânico, o grande problema é o interesse político e econômico. Os vizinhos ao

parque querem que a comunidade saia para que seus imóveis se tornem mais valorizados.

A Rede Globo tem interesse nesse local e está “totalmente mal cominada com tudo isso. A verdade é: a gente sabe quanto custa a primeira capa de jornal. Quantas primeiras capas de jornal já não foram “os invasores do Jardim Botânico serão retirados”? Ela vende esse discurso de que a gente invadiu o Jardim Botânico. No site da associação de moradores do Jardim Botânico está inscrito “enquanto você está lendo isso, o Jardim Botânico corre sérios riscos de acabar”. (LETÍCIA, Horto)

As jovens explicam que elas não são invasoras, o Jardim Botânico cresceu junto com a comunidade do Horto formada por funcionários do parque: e “só cresceu por causa da gente, porque se não fosse os nossos pais e os nossos avós, o Jardim Botânico nem estaria como está hoje” (Barbara, Horto). Foi o trabalho das várias gerações de pessoas que viveram no Horto que o parque se tornou o que ele é. Sendo assim, as jovens acham que não faz nenhum sentido chamá-los de invasores sendo que todos praticamente passaram a vida trabalhando para o Jardim Botânico. A comunidade se manteve com casas simples, baixas, nenhum morador construiu um prédio ou está querendo ampliar a construção de moradias para a área do parque. As jovens gostariam que continuasse a existir a comunidade, do mesmo jeito que está.

Segundo Barbara e Letícia, a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e a faculdade de arquitetura da UFRJ elaboraram um projeto para que fosse feita a regularização fundiária da comunidade do Horto. Esse projeto mantinha a maior parte dos moradores no local, retirando apenas algumas casas próximas ao rio que estão em áreas de risco, e permitia que o Jardim Botânico fosse ampliado porque 90% da área do Horto são de mata. As famílias seriam reassentadas dentro da própria comunidade. No entanto, esse projeto foi descartado nas últimas negociações. Segundo as jovens: “po, se é terra da união, a união é feita pra isso sabe? Pra pessoas morarem mesmo, poxa, então se eles queriam dar regularização, por que agora foi mudado tudo isso, sabe?”. Passou a ser uma coisa totalmente contrária do que seria.

As jovens explicam que elas têm o direito perante a lei de permanecer no local, porque tem uma medida provisória que fala que as pessoas têm o direito de morar no terreno da união, a partir do momento que é comprovado que é pra moradia delas mesmas, que não é pra nenhum comércio. De acordo com essa lei, famílias que recebem até cinco salários mínimos podem morar de graça, a partir de cinco salários precisam dar uma pequena quantia para poder permanecer. Era isso o que o projeto elaborado pelo SPU previa, mas foi travado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pelo governo. As jovens alegam que o TCU não é um órgão legítimo para decidir sobre a regularização.

De acordo com as meninas, em 2010, uma diretora do Jardim Botânico pegou os endereços nos cadastros dos moradores e começou a entrar com processos para reintegração

de posse, aleatoriamente. Enquanto a justiça não definia se teria ou não a regularização da comunidade, não seria permitida a retirada de nenhuma família. Entretanto, um desembargador ou desembargadora decidiu que uma família deveria ser removida à força do parque. O governo não tinha se preparado pra retirar esses moradores, que não tinham pra onde ir. Então, os colocaram num abrigo junto com “mendigos e drogados”. A Associação de Moradores do Jardim Botânico pagou um caminhão para retirar todos os móveis da casa. Segundo Leticia: “nós fizemos barricadas, nós estávamos lá, a comunidade estava presente”. Morava nessa casa um senhor de 76 anos, que já tinha duas pontes de safena e que já tinha sido removido uma vez:

O maior problema é que naquela época os moradores ainda iam voltar porque ia ter regularização fundiária. Eles saíram com a promessa de voltar, mas eles descumpriram o acordo. Uma semana depois, chegou uma equipe do Jardim Botânico e saiu quebrando tudo, quebraram o telhado da casa. Eles não poderiam pela lei fazer isso. A casa tinha que ficar lacrada e ninguém mexer lá até o processo todo ser finalizado. (LETÍCIA, Horto)

As jovens falaram que desde então, a situação ficou complicada e incerta. Elas acham que têm o direito de permanecer no local, mas existe uma série de processos em curso que são contrários. “Você não bota a cabeça no travesseiro pra dormir direito, sabe? Você nunca sabe o que pode acontecer, você nunca sabe se um dia vai receber na sua porta uma carta dizendo ‘daqui a dez dias você tem que sair de casa’, você vai pra onde? Você vai fazer o que?”. As jovens se preocupam principalmente com os avós que tem cerca de 80 anos e que viveram a vida inteira naquele lugar. Leticia fica triste ao ver o seu avô tomando remédio porque não consegue dormir direito preocupado com lugar onde vai morar. Além disso, ele tem um problema sério de pressão, que se agrava quando recebe uma notícia ruim. Isso porque os mais velhos “simplesmente não conseguem se imaginar fora do Horto”. Barbara fala que é difícil ver sua avó triste, chorando diante dessa incerteza se eles poderão permanecer ou não na comunidade.

E querendo ou não a gente sabe que a tristeza pode levar a alguma coisa acontecer com a pessoa. Então a gente fica preocupado, sabe? É complicado a gente ver a nossa família se magoando por alguma coisa que a gente sabe que não tá certo, que as pessoas passam por cima umas das outras por causa do dinheiro, sempre dinheiro envolvido, o grande problema é esse. (BARBARA, Horto)

Muitos moradores afirmam que vão resistir no local e que só vão sair dali depois de mortos. “As pessoas não se veem longe daqui, porque aqui está a história delas. Está a nossa história, a história da nossa família aqui e a história do Horto, sabe?” (LETÍCIA, Horto).

As jovens falaram que depois da demarcação das terras do parque teve uma reunião para apresentar o projeto para os moradores. Representantes do Jardim Botânico explicaram quais partes da comunidade irão sair. No lugar onde elas vivem, está prevista a retirada de 500 famílias para fazer uma plantação de sementes das índias. “Então eles simplesmente querem destruir tudo isso, tudo isso eles querem destruir... Eles falam que vão fazer a ampliação do parque, mas a gente duvida, a casa ecológica do Jardim Botânico é o projeto da fundação Roberto Marinho”. Os moradores pegaram o microfone e contestaram várias coisas, inclusive o desmatamento da Rua Célio Vilela, provocado pelas mansões. Neste caso, para a construção das casas, desmataram uma área grande de floresta e desviaram o caminho do rio, mas o juiz achou melhor manter as casas lá, apesar dos danos. Os moradores da comunidade do Horto fizeram uma denúncia pública da situação irregular em que as casas se encontram, mas nada aconteceu: “pelo visto nada vai acontecer, mas isso é pra gente ver a diferença entre o rico e o pobre. O rico, infelizmente, nesse país como o Brasil pode tudo. Pode desmatar, pode desviar, pode roubar que fica bem. Agora o pobre não pode nada” (Barbara, Horto).

Letícia e Babara disseram que a relação com o Jardim Botânico tem ficado complicada, não é mais uma relação agradável de vizinhança. Elas criticam os textos divulgados pela internet que desqualificam a comunidade do Horto. No projeto apresentado tinham duas propostas para as famílias que seriam reassentadas. Uma é a entrada no programa do governo federal, Minha Casa Minha Vida, no qual elas teriam que pagar 75 mil reais por uma casa, provavelmente, na zona oeste. A outra é, caso os moradores tenham mais de 3 ou 5 salários mínimos, podem conseguir um financiamento da Caixa Econômica Federal para comprar um imóvel, mas não receberiam nenhuma indenização pela saída da casa. Eles ficaram insatisfeitos com essa proposta que os trata como invasores, desconsiderando a história com o lugar. Por isso, continuam lutando para que o projeto seja revisto.

Letícia disse que no ano passado uma menina da sua sala na escola estava preocupada e falou que fizeram uma votação nos condomínios do bairro para saber se eram a favor ou contra a retirada dos moradores da comunidade do Horto e que a própria mãe dela tinha sido a favor da remoção. Letícia critica os condomínios de não entrarem em contato com os moradores da comunidade para saber a perspectiva deles: “porque ninguém conversa com a gente, ninguém chega e diz ‘vamos fazer isso juntos’”. Barbara comenta que na escola dela, quando os colegas souberam da situação falaram: “ah vai perder a casa, coitadinha”. Para ela, não trata apenas de perder a casa é algo pior: “é perder toda a história da sua família, vai perder toda a comunidade”.

De acordo com as meninas, as pessoas morrem de inveja porque o Horto é um lugar

maravilhoso de viver. Quando elas andam na rua com a camisa do movimento “SOS Moradores do Horto”, as pessoas olham feio, vão, agridem. Segundo Barbara, “são besteiras que falam sobre a sua família e, mesmo assim, você tem que respirar fundo e tentar explicar pra pessoa, e muitas vezes as pessoas não conseguem entender”. As jovens participaram de diversas manifestações, carregando cartazes contra a remoção do Horto. Elas disseram que a comunidade toda foi junta, até uma senhora de 83 anos estava na passeata do dia 20 de junho de 2013 na Rua Presidente Vargas. O problema, segundo as meninas, foi que a polícia começou a tacar bomba de gás lacrimogêneo. Esta situação foi angustiante porque a senhora não conseguia correr e elas não tinham para onde sair, mas ficou todo mundo bem.

É bom a gente ver que uma pessoa de 83 anos tem fôlego pra andar tudo que ela andou em relação à casa dela, porque ela tava andando pela casa dela, ela falou "eu só saio daqui, só vou pra casa quando todo mundo for, porque eu estou lutando pela minha casa, meu direito". A gente até ficou emocionado, as pessoas passavam e tiravam foto dela... (LETÍCIA, Horto)

As meninas não acreditavam que a senhora poderia ter aquela resistência de andar mais de 7 km, acompanhando os mais novos. “É saber que tem muita gente em casa sentada, podendo estar no lugar dela, podendo fazer o que ela fez”. Letícia e Barbara foram a diversas passeatas para lutar pelo Horto, mas também pelas outras causas: redução da passagem, contra corrupção, pela qualidade da saúde e educação.

Participaram também de um ato em conjunto com outras comunidades ameaçadas de remoção por causa das obras da Copa do Mundo e das Olimpíadas. Apesar da situação do Horto ser diferente, os governantes aproveitaram a ocasião para intervir no Horto também: “a Copa tá retirando eles, vamos retirar isso aqui também. Vamos mandar todos eles pra mais longe possível pro Rio de Janeiro ser nosso”. As meninas fazem parte de um grupo de jovens moradores do Horto que estão tentando se articular contra as remoções. Elas explicam que tem sido difícil se reunir, pois cada um tem horário, mas que de vez em quando eles organizam algum ato. No momento da entrevista, o grupo estava organizando a festa junina no Horto. As jovens acham que se fossem obrigadas a sair sentiriam saudades dos vizinhos, da natureza, do lugar onde passaram a sua vida inteira:

eu gosto de dormir com o barulho do rio, atrás da minha casa eu escuto. É muito bom, você acorda e vê o Cristo Redentor, olha para o céu e vê a noite estrelada, é outra coisa, outro ambiente. Quando você dorme em outro lugar você escuta a buzina do carro (LETÍCIA, Horto).

Os jovens que entramos em contato do morro Santa Marta disseram que a possibilidade de remoção sempre foi algo que atormentou os moradores. Há muito tempo suas

famílias convivem com o medo de serem obrigadas a deixar a favela e morar num bairro distante. Eles lembraram a polêmica construção do eco-limite, um muro que foi erguido no morro, para impedir o crescimento da favela e o desmatamento. João conta que quando era criança já existia um muro que ele pulava para pegar jaca. Esse muro foi reforçado, dificultando a passagem para a mata: “É um muro para separar, os moradores se sentiram excluídos”.

Os jovens entrevistados vivem na parte baixa do morro e não estão sendo diretamente atingidos pelas remoções. As casas localizadas no alto, numa parte conhecida como Pico, foram avaliadas pela secretaria de obras como em situação de risco. Apesar de ter uma bonita vista para a cidade, incluindo pontos turísticos como o Pão de Açúcar, a Baía de Guanabara e o Cristo Redentor, a parte alta do morro era desvalorizada por ser de difícil acesso e ter a presença do tráfico de drogas no local. Com a construção do plano inclinado, que leva até o alto do morro sem precisar subir escadas, e a instalação da UPP, o Pico passou a atrair muitos turistas e se tornou uma área cobiçada para investimentos.

João lembra que em 2012 tiveram rumores de que seria construído no Pico um empreendimento do Eike Batista. Os moradores que vivem nessa localidade se reuniram para discutir a situação e se mobilizar contra esse projeto. Eles criaram faixas e cartazes se posicionando contra a remoção dos moradores. João acredita que esse empreendimento não deve sair: “acho que é muito boato também que rola sobre isso aí”. Outro jovem, Mauro, afirma que os moradores do Pico entraram com uma ação no Ministério Público para reivindicar a sua permanência no local. Para ele, há muitas coisas estranhas acontecendo no morro Santa Marta, como por exemplo, uma fábrica de material de construção que tinha na subida do morro e que foi comprada pelo Eike Batista. Especula-se que as casas da parte de cima da favela não serão removidas para proteger as pessoas, mas para ser construído um prédio, hotel ou shopping para turistas.

Estão sendo construídos na favela apartamentos para realocar famílias que moram em barracos de madeira, perto de valas ou em áreas de risco. Foi feito mapeamento e cadastramento das famílias que devem ser priorizadas para receber o imóvel. Mauro lembra que na primeira fase das obras foram feitos prédios para abrigar pessoas cujas casas estavam no local onde foi construído o plano inclinado. Algumas não queriam ir, mas a grande maioria foi porque os edifícios eram de boa qualidade e situados dentro da comunidade. Embora os apartamentos fossem pequenos, com 48 m<sup>2</sup>, eram melhores em comparação ao estado de algumas casas. As pessoas que não quiseram se mudar para o prédio moravam em casas grandes, de três, quatro andares, e tiveram de sair mesmo assim. Por isso, Mauro acha que

aqueles que realmente vivem em moradias precárias vão ter interesse de se mudar para os apartamentos que estão sendo erguidos no morro. Entretanto, as pessoas não querem sair de suas casas para que no local seja criado um empreendimento para turistas.

Os jovens criticam a especulação imobiliária no morro Santa Marta, que tem se tornado atrativo por ficar situado numa área nobre da cidade, “no coração de Botafogo”. O Estado, antes de ter implantado a UPP, tinha que ter feito um estudo das consequências que o programa poderia trazer para os antigos moradores da favela. Mauro acredita que “do jeito que está daqui a pouco a classe média vem pro morro, e o morro vai pra outras regiões”. Ele tem amigos que eram de classe média e que foram morar na favela: “eles saíram da rua pra morar no morro e tem muita gente que tá saindo do morro pra ir pra outros lugares”. O aluguel de uma casa simples que custava cerca de 250 a 300 reais, agora vale 500 a 600 reais. Além disso, os moradores do morro Santa Marta passaram a pagar contas de luz e água, o que aumentou as despesas. A mãe do jovem estava alugando uma casa pequena na favela e a maior parte das pessoas que foram olhar morava em apartamentos “no asfalto”. Para Mauro, esse interesse se dá também porque “morar no morro não é mais uma coisa ruim, já tem até albergue pra gringo aqui”. João percebeu que houve um processo de migração também entre as favelas. Pessoas de outras comunidades, que possuem uma condição melhor, estão indo morar no Santa Marta por ser mais seguro.

Se por um lado, o morro Santa Marta passou a se tornar atrativo para quem é de fora, por outro, o perfil dos habitantes também mudou. Mauro afirma que há uma mobilidade social entre os moradores que hoje tem mais anos de escolaridade e empregos melhores do que a geração anterior. A única pessoa que ele conhece da geração de seus pais que terminou a escola e depois cursou uma faculdade foi o Itamar Silva, liderança do Santa Marta que fundou o Grupo Eco<sup>6</sup>. Mauro conseguiu uma bolsa de estudos na PUC- Rio para cursar economia e tem a expectativa de ter uma vida mais confortável que seus pais. Outro jovem que entrevistamos, João, está cursando geografia na UFRJ. Também percebemos isso entre os jovens entrevistados de outras favelas. Cecília do Morro do Pinto terminou o Ensino Médio, fez um curso técnico em auxiliar administrativo e agora está cursando o pré-vestibular comunitário na Providência. A jovem abandonou o curso técnico porque se deu conta durante o estágio que não teria possibilidade de crescer na profissão com essa formação: “eu vi que eu quero mais, eu não quero ficar como assistente administrativo”.

---

<sup>6</sup> Mauro chegou a fazer parte do Grupo ECO, fundado em 1977 pelos moradores, que é bastante atuante na favela. Todo ano promove uma colônia de férias que reúne cerca de 400 crianças, além de debates e discussões sobre política, cidadania, direitos humanos, com o objetivo de promover a participação comunitária. Eles mantêm uma posição crítica em relação ao momento pelo qual a favela vem passando.

Assim como eles, existem muitos moradores do morro que os pais eram analfabetos funcionais ou com pouca escolaridade e os filhos estão cursando a faculdade. Mauro acredita que o maior acesso à educação também propicia uma ascensão social que pode garantir a permanência dos antigos moradores na favela. Em suas palavras: “o acesso à educação talvez não faça essas pessoas trocarem de lugar porque o acesso à educação hoje em dia é muito mais amplo do que há 10 anos. Por mais que seja de má qualidade, é muito maior do que a 15 anos atrás”. Mauro fala que muitos jovens, como ele, estão correndo atrás de oportunidades que aparecem, conseguindo construir uma carreira: “Hoje você tá indo pra luta, mas não como minha mãe foi aceitando qualquer coisa. Hoje o jovem favelado tem poder de disputa. Ele tem conhecimento, não estuda se não quiser, todas as ferramentas estão aí, a internet. Hoje qualquer lar aqui não tem geladeira, mas tem computador, tem internet”.

O jovem explica que os moradores de favela conhecem os seus direitos, tem mais acesso ao conhecimento, e a entrada da Unidade de Polícia Pacificadora no morro fez com que mudassem as relações com o entorno. Para Mauro, os jovens hoje têm mais expectativa de cursar uma universidade e ter a profissão que desejam. Ele relaciona o aumento de oportunidades ao governo Lula, que criou políticas de democratização da universidade:

Porque com o governo Lula, antes você era um pobre no artigo indefinido, agora você é "o" pobre com artigo definido. Ou *a* pobre, ou *o* pobre. Você não é mais qualquer um. Por causa dessa coisa que o Lula fez, essa questão do Prouni, das cotas nas universidades públicas, do acesso a bens de consumo como computador e tudo mais, que em governos anteriores foi muito complicado. O governo FHC não foi tão assim entendeu? (MAURO, Santa Marta)

Mauro fala que o fato do ex-presidente ter sua origem na classe popular e mesmo assim ter conseguido chegar à presidência, inspira novas pessoas a acreditarem e correrem atrás daquilo que desejam. Antes ele pensava ser impossível um favelado se tornar engenheiro, advogado, médico, mas agora, com essas políticas inclusivas, ele acha que não é tão distante assim. Imaginariamente, isso produz efeitos nos jovens que desejam seguir um caminho diferente do que as gerações anteriores. Na fala a seguir, o jovem evidencia a seu pensamento:

Quando um pobre olha pro Lula, por mais que com todo escândalo do mundo, eu acho difícil que por mais que todo escândalo aconteça ele perder esse mártir que ele virou. Porque é questão do que minha mãe falava, a minha mãe falou isso muito pra mim "olha ele aí, tá vendo? Ele era pior do que a gente, olha ele aí", você tem uma representação de alguma forma. Aí você tem uns caras tipo assim Lula, Joaquim Barbosa, entendeu? Então o favelado tá se inspirando, ele tá batalhando porque ele tá se inspirando, ele tá vendo que é possível, entendeu? (MAURO, Santa Marta)

Mauro reconhece que a escola pública no Rio de Janeiro é muito ruim e que ele foi privilegiado por contar com uma bolsa de estudos numa escola particular. Ele fala que o ensino nesta escola mudou radicalmente a sua forma de pensar, fez com que ele tivesse mais interesse nos estudos e desejo de cursar uma faculdade. O jovem tem a esperança de que os seus filhos não precisem ganhar bolsa de estudos porque ele já vai estar numa condição melhor. “O morador de favela não é o mesmo, é isso. (...) Há uma mudança de comportamento muito grande, eu espero que essa galera não se esqueça de onde saiu, entendeu? Porque se essa galera não se esquecer, a gente vai ter um mundo assim bem agitado”. O mundo vai se tornar agitado, pois novas relações de poder vão ser construídas. Se as pessoas com maior nível de instrução permanecer na favela, poderão ajudar a melhorar as condições de vida daqueles que moram ali. O jovem acredita que elas podem ajudar na transformação social do “favelado”.

Mauro afirma que os jovens universitários, quando conseguem ter uma condição financeira melhor, têm uma tendência a sair do morro e a esquecer a sua história. Eles querem mostrar para a sociedade e para os próprios moradores da favela que são bem-sucedidos. Sair do morro significa um maior *status*: “Eu consegui vencer essa barreira”. As pessoas se mudam porque “ninguém quer morar num lugar onde você é tachado”. Antes da entrada da UPP, quando eles iam procurar emprego e diziam que eram do morro Santa Marta não conseguiam ocupar a vaga. Há um resquício histórico da desvalorização dos moradores de favela, que permanece no imaginário dos que vivem ali. “Se você conseguir sair do morro, você é visto como um vencedor (...) de um lugar sem acesso a nada e você conseguiu”. Então, as pessoas querem morar num lugar diferente de onde elas vieram para mostrar que foram capazes de se dar bem na vida. As pessoas saem do morro porque não querem carregar o preconceito e o estigma de ser favelado.

João, por sua vez, gostaria de sair da favela para dar mais conforto para a mãe e o pai. Ele reclama da falta de acessibilidade do morro, pois o plano inclinado é do lado oposto ao da sua casa. Todo dia precisa subir muitas escadas até chegar a sua residência, o que se torna complicado quando está carregando compras. O jovem aponta também o problema da falta de água como algo que torna a vida mais difícil: “agora, os moradores estão pagando a conta e mesmo assim está faltando água”. João critica a iluminação pública e a infraestrutura dos becos como elementos que deveriam melhorar. Ele só deixaria o Santa Marta para morar numa casa ou num apartamento em um bairro próximo. O jovem não gostaria de sair da zona sul ou morar em outra favela onde enfrentaria os mesmos problemas.

Mauro gostaria de continuar morando no morro por causa de seus amigos e familiares que vivem ali. Se fosse morar em “prédio” sentiria falta da proximidade entre os moradores. Ele acha que no morro as pessoas são muito mais próximas do que em outros lugares da cidade, pois ele se sente fazendo parte de uma rede familiar e de vizinhança. Já no prédio, as pessoas desconhecem quem mora em frente a sua porta:

‘Poxa, você não conhece o seu vizinho, não sabe qual a idade dele, não sabe o que ele gosta?’ Eu acho isso um pouco diferente pra mim porque eu conheço todos os meus vizinhos, eu sei do que eles gostam, conheço toda a família deles e tudo mais. Eu sei que a vida é muito corrida, mas a vida do morro também é muito corrida. Mas acho que no morro você tem esse calor humano mais forte, entendeu? Sabe ‘ah você tá doente? Então, vamos descer agora que eu te ajudo’, acho que disso eu sentiria mais falta (MAURO, Santa Marta).

Para Mauro, essas relações de vizinhança e solidariedade que existem na favela fazem as pessoas ficarem menos tristes, pois sempre têm alguém com quem conversar. Uma das coisas que o jovem mais gosta é de puxar assunto com diferentes pessoas na rua, quando ele chega ao morro Santa Marta. Por mais que tenha muitas dificuldades em morar na favela, ele nunca ouviu ninguém reclamando de morar perto da vala ou de morar mal. Mauro acredita que “quanto menos relações as pessoas têm, mais tristes elas tendem a ficar, por isso, que talvez nós sejamos muito felizes, por mais difícil que seja a vida”.

Apesar de querer continuar a viver no morro Santa Marta, ele não gostaria que os seus filhos passassem pelos mesmos problemas pelos quais ele passou: “eu queria que o morro fosse diferente pro meu filho do morro no qual eu convivi, entendeu? Eu queria que fosse diferente. Essa questão do estereótipo, eu queria que fosse diferente”. O jovem acha que a atual valorização da cultura da favela, como o funk, a entrada das favelas no circuito turístico e de lazer da cidade, como enredo e cenário para novelas, filmes, clipes e séries, faz com que a sociedade veja o favelado de outra forma. Assim, essa nova inserção cultural pode mudar o preconceito e a discriminação contra quem vive na favela e fazer com que pessoas bem sucedidas queiram morar no local. Um motivo que faria Mauro deixar o Santa Marta é se voltasse a ter tiroteio, caso a UPP saísse da favela. O jovem desconfia se essa política de segurança se sustenta, após as Olimpíadas de 2016.

### **5.3. Narrativas de violência e o sentimento de insegurança: as perspectivas dos jovens em relação à Unidade de Polícia Pacificadora**

Uma das principais mudanças apontadas pelos jovens na comunidade onde moram foi

a instalação da Unidade de Polícia Pacificadora - UPP. Essa nova política de segurança representa uma ação explícita do poder público em áreas que ficaram, durante muito tempo, negligenciadas. A UPP faz parte de um cenário de transformações que vem acontecendo nas favelas do Rio de Janeiro baseado no discurso da redução da violência e da sua integração à cidade formal. Nessa seção, analisamos como o sentimento de insegurança e as narrativas de violência estão presentes nas memórias dos jovens que, desde cedo, conviveram com homens armados, a venda de drogas ilícitas e confrontos entre policiais e traficantes. Buscamos compreender de que forma a evocação do que era a favela antes da entrada da UPP serve para analisar, do ponto de vista dos jovens, o que está acontecendo no presente. Quais são as mudanças e as rupturas que essa “nova ordem” impõem aos moradores das favelas, no que se refere às formas de interação e sociabilidade, ao sentimento de insegurança e às perspectivas em relação ao futuro dos jovens?

Para isso, utilizamos as falas dos moradores da Rocinha, Complexo do Alemão, Santa Marta, Providência e adjacências. As jovens da comunidade do Horto não compartilham da mesma história de violência que os moradores das favelas citadas acima. Segundo as meninas, a comunidade é um lugar tranquilo, que não tem a presença do tráfico de drogas e nem possui uma forma específica de policiamento, em relação ao resto da cidade. Por isso, suas falas não foram incorporadas ao texto.

Para os jovens entrevistados, a Unidade de Polícia Pacificadora aparece como um marcador que estabelece um “antes” e um “depois” nas suas narrativas. Muitas vezes os jovens usam o termo “antigamente” para se referir a uma situação que aconteceu há um ou dois anos, mas que seria antes da entrada da polícia na favela. A UPP parece criar uma nova configuração temporal e um discurso de que “antes da UPP era ruim, mas agora melhorou”.

Antes da entrada da UPP, os jovens sofriam com os confrontos entre policiais e traficantes e conviviam diariamente com a violência associada ao tráfico de drogas. Antônio, morador da Providência, lembra que na Vila Portuária onde ele morava tinha muito tiroteio, e que foi bem difícil passar a infância ali. Alguns espaços da Vila as crianças só podiam usar quando os “bandidos” não estavam presentes: “mas agora não. Está bem mais tranquilo, foi pacificado, tem áreas que tá bem melhor”. Cecília concorda que na Providência não têm mais a circulação de homens armados e a venda explícita de drogas como havia antes da UPP e que isso trouxe tranquilidade aos moradores.

Os jovens do Complexo do Alemão afirmaram que antes da UPP, as pessoas eram obrigadas a ver situações que elas não queriam: crianças e adolescentes consumindo drogas; pessoas vendendo drogas ilícitas e gritando “pó de R\$10, pó de R\$2”; homens ostentando

armas “com mais de dez fuzis na mão passando na frente de crianças”; motos em alta velocidade, que geravam medo nos moradores; entre outras. Para os jovens entrevistados, a presença da UPP melhorou a vida na comunidade, pois não precisam ver e nem escutar essas ações do tráfico de drogas no seu cotidiano.

Quando estivemos no Laboriaux, Leandro nos levou a um local que possui uma bela vista para a Lagoa Rodrigo de Freitas e para o Corcovado, chamado pelas pessoas que vivem ali de “Que visual”. Quando ele era mais novo, gostava de ficar neste lugar, mas parou de frequentá-lo depois que foi ocupado por usuários de drogas. Conforme outras favelas foram recebendo UPPs, traficantes buscaram proteção na Rocinha, alguns se instalaram ali. Para o jovem, o Laboriaux que não tinha a presença forte do tráfico de drogas ficou insuportável. Nessa época, ele sentia muita vontade de deixar a Rocinha já que havia “muita bagunça” e som alto a noite inteira. Com a chegada da UPP, os moradores puderam recuperar aquele espaço e se sentir mais seguros. Nas suas palavras:

Ali era o principal ponto de consumo de drogas da Rocinha. As pessoas compravam as drogas nas bocas de fumo, lá pra baixo e vinham pra cá consumir. E era 24h, era muita gente, muita gente... às vezes, eram os bandidos armados, as vezes, eram os usuários consumindo. E eu gostava, desde criança de ficar ali, de subir naquela árvore e de repente eu fui impedido disso porque eu ficava próximo a eles. Com a chegada da polícia, eu voltei a ficar ali, um lugar que eu sempre gostei. Então, melhorou bastante (LEANDRO, Rocinha).

Os jovens que vivem há pouco tempo na Rocinha falaram que suas famílias resolveram se mudar para a favela depois da entrada da UPP. Antes, quando eles iam encontrar os parentes, ficavam assustados com as histórias de violência. Outros jovens, que moram desde pequenos na favela, estranhavam quando pessoas de fora da Rocinha iam visitá-los e sentiam medo dos traficantes, se comportando de um jeito que todos no morro sabiam que eles não eram dali. João, morador do Santa Marta, também fala sobre essa situação: “acho que essa nova geração vai ver a comunidade de um jeito diferente do que eu vivi. Porque pra gente era normal ver homens armados, mas pra gente de fora não era. Então foi bem legal ter mudado isso”.

Os jovens que entrevistamos do morro Santa Marta disseram que a entrada da UPP representou uma grande mudança na favela. Mauro critica a forma como a UPP foi imposta pelo governo do Estado, sem que houvesse um diálogo prévio com os moradores sobre como seria o programa de segurança pública. Muitos grupos e lideranças da favela foram contrários à UPP, mas ele considera a iniciativa positiva para o morro. Mauro lembra que sempre fez

parte da política do Estado entrar atirando nos moradores com “caveirão”<sup>7</sup> e helicópteros e a polícia de proximidade representa uma mudança nesse sentido. Para ele, a UPP “não tinha que ser uma imposição, mas sim uma conciliação entre os dois lados que sempre foram antagônicos: os moradores da favela e o Governo do Estado”.

Os jovens ressaltaram que o tráfico de drogas continua atuando nas favelas, mesmo sem o “desfile de armas”. Andreia se surpreendeu quando caminhava na Providência com algumas pessoas de fora para divulgar uma assembleia e os traficantes pararam o grupo, perguntando quem eles eram. A jovem disse que só conseguiram continuar o trabalho de divulgação porque estavam com moradores da Providência que conversaram com os traficantes. Para ela, essa situação deixa claro que eles ainda possuem força no morro. Tainá também disse não se sentir segura no Complexo do Alemão porque, algumas vezes, os comerciantes tiveram que fechar as portas de seus estabelecimentos a mando do tráfico. “Então eu não me sinto segura, como eu vou me sentir segura em um local que bandido manda ainda? Não tem essa segurança, mas melhorou muito”.

Mauro e João falaram que o tráfico de drogas continua enraizado no morro Santa Marta, mesmo após cinco anos de instalação da UPP. Para eles, se os policiais não andassem armados ou se não tivessem sede na favela, iria voltar a ser como era antes: “porque se com a polícia aqui tá assim, imagina se eles saírem vai voltar tudo ao normal” (Mauro, Santa Marta). Essa fala nos chamou atenção, pois o que o jovem considera “normal” é a presença do tráfico armado no morro. A ação constante da polícia, mesmo depois de tanto tempo, ainda é vista como uma exceção. Isso reflete a insegurança que os moradores têm se essa política de segurança pública vai ser tonar permanente ou vai durar até o final dos Jogos Olímpicos de 2016.

Percebemos que na Rocinha e no Complexo do Alemão a relação entre os moradores e os policiais se dá de forma mais problemática e conflituosa. Essas favelas possuem uma grande extensão, são muito populosas e eram pontos centrais para o funcionamento do tráfico de drogas da cidade. Diversas vezes, apareceram nos jornais notícias de tiroteios entre policiais e traficantes, mesmo depois de ter sido instalada a UPP. São territórios, portanto, onde essa política de segurança encontra maiores desafios para ser posta em prática.

Dois irmãos que entrevistamos do Complexo do Alemão guardam muitas lembranças das incursões violentas da polícia na favela. Algumas vezes, ficamos com dificuldade de localizar as histórias contadas por eles, no tempo cronológico. Diferentemente dos outros

---

<sup>7</sup> Caveirão: veículo blindado usado pela polícia militar utilizado em situações de crise

jovens que faziam questão de fazer uma demarcação entre como era a favela “antes” e “depois” a entrada da polícia, os meninos contavam diversas situações vividas por seus amigos e familiares sem deixar claro quando aconteceram. Uma data importante que apareceu nas suas falas foi o ano de 2007, considerado um marco em suas vidas. Isso se deve a uma grande operação policial que teve na favela com o objetivo de assegurar a realização dos Jogos Pan-Americanos, que aconteceu em julho daquele ano, no Rio de Janeiro.

Os jovens conheciam pessoas que foram humilhadas, espancadas, baleadas e mortas pelos policiais, sem que tivessem envolvimento com o tráfico de drogas. Uma situação que eles contaram foi de um amigo que estava em casa cuidando da irmã, enquanto a mãe foi trabalhar, e acabou sendo atingido por uma bala perdida. Os vizinhos o levaram até os policiais para ser socorrido, mas eles o identificaram como “bandido” e resolveram prendê-lo. A família de Pedro e Vicente ajudou o menino providenciando advogados para provar na justiça a sua inocência. No dia que o rapaz foi solto, eles fizeram uma festa para comemorar. Os jovens ficaram muito assustados porque nada impedia que essa situação também pudesse acontecer com eles, uma vez que o rapaz não tinha envolvimento com o tráfico e estava em casa na hora da entrada da polícia na favela.

Os jovens desconfiam do número oficial de mortos divulgados na operação, pois, para eles, naquele dia, “a polícia veio na comunidade para matar”, usando até facas. Enquanto o número divulgado da chacina foi de 19 mortos, a comunidade contou mais de 20. Eles acreditam que muitos corpos foram ocultados pelos policiais para que não aparecesse na imprensa um número maior e tivesse uma repercussão ainda mais negativa. Depois daquele dia a Comissão de Direitos Humanos foi convocada para ir à favela e investigar o que aconteceu. Os jovens falam da dificuldade de apagar da sua memória as cenas de violência vividas durante essas operações policiais:

Ai na moral, eu nunca mais vou me esquecer dessas coisas que... A polícia entrava na favela, na comunidade e fazia maldade, não entravam pra fazer o bem. Se entrassem pra prender quem eles tinham que prender... Eles entravam pra matar, pra matar morador. Pô, mata quem eles têm que matar, quem confronta eles, não quem eles não têm que matar. Matam morador, batem em morador e fica por isso mesmo, eles ficam rindo, mas eles se esquecem que eles têm família, que Deus tá vendo tudo que eles estão fazendo, uma hora a justiça chega, mas eles não querem saber de nada não, eles entram pra matar. (VICENTE, Complexo do Alemão).

Os jovens denunciam a banalização da violência que é legitimada pelo Estado que permite que alguns possam e devam morrer por serem “bandidos”, sem que haja uma investigação séria, uma apuração dos fatos e uma punição para os assassinos. Como assevera Coimbra & Nascimento (2003), se no capitalismo liberal os jovens pobres foram recolhidos

em espaços fechados para serem disciplinados e normatizados para se tornarem cidadãos honestos, trabalhadores e pais de família, no modelo neoliberal, eles não são mais necessários ao mercado, são supérfluos e, por isso, podem ser exterminados. Os jovens mortos nas favelas e periferias não ganham destaque nos noticiários dos jornais e a sociedade não toma consciência do ocorrido; as histórias circulam apenas entre os moradores. Com isso, essas mortes ficam registradas nas memórias individuais e familiares, mas não são inseridas na memória coletiva do país. Para se tornarem coletivas, essas memórias de injustiça e opressão precisam ser narradas e compartilhadas, sair da esfera individual e ganhar a dimensão pública.

Outro momento marcante nas narrativas dos jovens foi a operação para instalação da “Força de Paz” na favela que antecedeu a entrada da UPP. Eles contaram que muitos policiais acobertaram os “bandidos”, que foram transportados dentro de carros blindados da polícia, e receberam em troca ouro e dinheiro. Alguns moradores, chamados de X9, ajudaram a identificar os lugares onde os traficantes se reuniam e guardavam armas, drogas ilícitas, joias e dinheiro. Segundo Pedro, naquele dia, policiais de diferentes batalhões, inclusive os reformados, estiveram presentes na favela para enriquecer: “na primeira ação aqui no morro, que teve dessa ocupação, um montão de policial que saíram daqui rico, rico!”. Pedro presenciou uma cena dos policiais disputando o dinheiro encontrado numa casa, como vemos no relato a seguir:

Na casa do lado de onde que a gente morava era casa de um bandido. Lá tinha várias drogas e tinha uma mochila de dinheiro. Ai quando os policia acharam a mochila de dinheiro eles foram lá atrás, aonde que era a valinha da nossa casa, e ficaram discutindo pra ver quem ficava com o dinheiro: ‘a gente vai dividir, a gente vai dividir’. Eles brigando, eu ouvi. Eu tava em cima da laje tirando água com a borracha pra colocar na outra caixa, ai eu ouvi. Eles estavam brigando mesmo, um agarrando o outro, colocando na parede, e ficou ‘a gente vai dividir isso, a gente vai dividir’, e brigando mesmo (PEDRO, Complexo do Alemão).

A maior parte das falas de Pedro e Vicente durante a entrevista foram relatos da violência policial vivida por pessoas conhecidas, familiares, amigos ou testemunhadas pelos jovens. Eles qualificam os policiais como sendo “ladrões” e “assassinos”. Para eles, a violência só não foi maior no dia que teve a entrada do BOPE e do exército na favela porque estava sendo transmitido ao vivo pela televisão. Os jovens acham que os duzentos homens que foram vistos fugindo da polícia subindo a Serra da Misericórdia – uma imagem que foi gravada pela televisão e repetida exaustivamente – numa operação normal, seriam baleados por policiais que atiram do alto, de dentro de helicópteros, sem saber ao certo quem eles estão atingindo.

A partir dessas falas, podemos refletir sobre como a visibilidade conferida pela televisão orienta quando determinadas ações policiais podem ou não acontecer. Ao invés dessas ações se basearem em princípios éticos, elas estão dirigidas para o espetáculo. Se os policiais atirassem nas pessoas que estavam fugindo da favela, iam manchar a imagem positiva da UPP e de seus agentes como sendo aqueles que vão “dar a paz” aos moradores, libertá-los do controle do “poder paralelo”, permitindo a inserção social dos “favelados”. No entanto, longe das câmeras, os comportamentos são diferentes. Como os jovens relataram, os policiais podem bater, ameaçar, chantagear, humilhar e até roubar os moradores, mas têm que se mostrar competentes perante a opinião pública.

Mauro e João recordam que quando a UPP entrou no morro Santa Marta em 2008 foi um “choque” porque as pessoas não tinham confiança nos policiais; precisou de um tempo para adaptação. Como problemas que ainda existem na favela, eles apontam o abuso de poder dos policiais, os conflitos entre eles e os moradores, e a permanência do tráfico de drogas. Para os jovens, o Estado construiu uma relação de repressão nas favelas que tinha como veículo os policiais. Por isso, os moradores não os reconhecem como agentes de fiscalização e mediação de conflitos. Eles acham que “a percepção do favelado e do policial vem mudando à medida que o tempo vai passando, mas ainda assim é uma relação muito complicada, muito delicada”. Segundo Leandro, cada localidade da Rocinha tem um posicionamento em relação à UPP, então, é difícil falar da comunidade como um todo:

Tem gente que diz que não melhorou em nada, porque o tráfico continua a venda. Então pra eles não houve mudança. Pra outros, houve mudança. Como por exemplo, eles podiam andar na rua que ninguém revistava, ninguém os humilhava. Tem policiais fazendo isso. Então, tem gente que não concorda com a presença da polícia. Outros casos, é como aqui: não tem mais a exposição de armas, não tem mais a presença forte do tráfico, do poder paralelo, acabou. Então cada localidade tem uma opinião diferente. A Rocinha tem muito essa desigualdade (LEANDRO, Rocinha).

Na Rocinha, tivemos a oportunidade de fazer grupos de discussão com os jovens que vivem em diferentes localidades. Percebemos que algumas regiões eram consideradas mais pobres, precárias e perigosas do que outras. Como a favela é muito grande, os jovens nunca tinham ido a algumas localidades onde moravam os seus colegas. Então, foi interessante colocar em perspectiva essas diferentes opiniões sobre como é a favela e reconhecer que existem diferentes favelas dentro do que chamam de Rocinha. Os jovens falaram que em algumas localidades, como a Roupa Suja e Macegas, a polícia tem enfrentado dificuldade de ocupar e ainda estariam sob o domínio do tráfico. Para quem é de fora e não conhece bem o morro, é fácil se perder nas partes formadas por um labirinto de becos, o que torna os policiais

vulneráveis. Eles reclamam do aumento do número de confrontos entre policiais e traficantes, que acontecem à luz do dia, e são imprevisíveis.

Antes da UPP, os moradores sabiam quando ia acontecer operação policial na favela. Na maioria das vezes, os traficantes os avisavam e havia uma série de códigos que anunciavam o confronto, por exemplo, o uso de fogos de artifício. Agora, os traficantes se comunicam por mensagens de texto. Quando o policial começa a entrar nos becos próximos de onde eles estão, informantes avisam aos traficantes para se esconderem. Os jovens dizem que é uma guerra silenciosa, pois eles nunca sabem quando pode acontecer. A informação não tem chegado da mesma forma que antes, pelo “boca a boca”, porque as pessoas sentem medo. Com isso, muitas coisas que acontecem na favela eles ficam sabendo depois, às vezes, pela televisão.

Segundo os jovens, é grande o consumo de drogas nos becos de difícil acesso da Rocinha: “é aquele cheiro insuportável de maconha, é gente cheirando na sua porta”. Eles contam que os traficantes que atuavam na favela não deixavam os moradores consumirem crack. Depois que entrou a UPP, a droga passou a ser usada também. “Hoje você vê no beco bagunça e você vai reclamar com quem? Então houve um pouco de mudança para o lado ruim. Agora a gente não tem mais sossego. É de segunda a domingo, de domingo a segunda esse caos, não tem descanso. É muita gente drogada que, antigamente, não tinha isso dentro do beco”. Os moradores da Rocinha se sentem constrangidos, pois antes da UPP, eles podiam reclamar com o chefe do tráfico quando acontecia algo que eles não gostavam na favela e agora eles não sabem a quem recorrer.

Eles não confiam na polícia para denunciar os traficantes e como estes ainda atuam na comunidade, os moradores sentem medo que possam ter retaliações. Segundo um menino, não adianta denunciar porque se até o momento “os policiais não descobriram essa boca de fumo é porque tem algum policial aí no meio”. Nesse caso, o jovem chama atenção para a corrupção da polícia, o que aumenta a descrença no poder dessa instituição de mudar a realidade.

De acordo com os jovens, os policiais ainda veem os moradores através do estereótipo do criminoso ou marginal. É como se os “favelados estivessem devendo alguma coisa”, o que justifica a realização das abordagens. Para eles, é constrangedor passar por uma revista policial no caminho de casa, na frente de pessoas conhecidas, como se estivessem fazendo algo errado. Os jovens criticam a diferença de tratamento de quem vive no morro e de quem vem de fora para uma festa ou para conhecer a favela. Segundo Mauro, se no final de semana ele quiser pegar um taxi ou um carro para subir o morro, os policiais não vão deixar. Mas se

pessoas de fora estiverem de carro indo para alguma festa na favela os policiais as deixam entrar: “Isso eu acho um absurdo, você dar preferência a quem vem da rua do que a quem mora no morro”. Os jovens do morro Santa Marta afirmaram que, com o passar dos anos da UPP, tem diminuído a frequência de revistas aos moradores da favela.

Andreia fala que sempre que um homem negro sobe na Providência os policiais revistam. Para ela: “as armas só mudaram de mão e o terror continua, mas eu não sou a favor do tráfico, mas eu sou contra a ideia da polícia lá, como se fosse tomar conta da gente, que trata todo mundo como marginal, porque ele não conhece ninguém”. Diferentemente do traficante, que “minimamente te conhecia porque era filho de alguém”, os policiais não sabem quem são os moradores. Segundo a jovem, essa é uma estratégia do secretário de segurança Mariano Beltrame para combater a corrupção. Os policiais fazem um revezamento em cada território, pois em tese isso dificultaria os agentes serem corrompidos pelo tráfico local. A jovem argumenta que quem ganha dinheiro com a corrupção não é o ‘soldado’, mas o comandante do batalhão que aceita “arrego” dos traficantes. No entanto, é mais fácil conseguir provas que incriminem o policial do que do comandante. Mais uma vez os jovens denunciam o envolvimento de policiais com o tráfico, demonstrando que a ação dos traficantes não se dá de forma oculta na favela, mas com o aval da própria UPP.

No grupo de discussão, os jovens da Rocinha falaram que sentem medo dos policiais porque eles costumam bater nos moradores, “não importa se são pequenos ou grandes”. Recentemente, um jovem tinha sido recebido tapas na cara, na frente da mãe, quando estava indo para a escola porque o policial achou que ele tinha “cara de vagabundo”. Eles contaram a história de um garoto que voltava da padaria quando um policial começou a interrogá-lo. Depois, jogou o saco de pão no chão junto com um saquinho de maconha para incriminar o menino. Segundo Rejane, os policiais devem ter pensado: “eu sai de casa, pra fazer uma operação e chegar aqui e não ter um saquinho de drogas? Pra não bater em um garotinho? Não. Aí eles forjam”. Os jovens denunciam que muitos colegas foram incriminados injustamente por policiais que não queriam voltar para casa sem “mostrar serviço”.

Pedro, do Complexo do Alemão, contou que um parente foi preso comprando drogas na boca de fumo do morro. O policial o incriminou por todas as drogas que foram apreendidas no local, sendo que ele não era traficante. Ele ficou dois anos preso. Quando foi solto, ficou viciado em crack. A família estava ajudando-o a se recuperar, mas ele foi pego novamente pelos policiais comprando drogas: “quando os polícia chegou os bandido correu, as drogas ficou. Policial não tem quem jogar nas costas, qualquer um que tá junto é traficante (...). eles têm que arrumar alguém, quem vai prender a droga só? Ai fazem isso, já fizeram muito com

muitas pessoas”. O jovem considera essa situação injusta, pois ele pagou por um crime que não cometeu. Mas como o parente estava numa situação delicada, e não tinha como provar diante da justiça que as drogas não eram dele, acabou sendo incriminado. Pedro deu o exemplo da sua família, mas ele afirma que é comum os policiais agirem de má fé, responsabilizando pessoas por crimes que elas não cometeram.

Os jovens moradores do Complexo do Alemão relataram diversas situações em que moradores foram humilhados por policiais na favela, que os abordaram de forma violenta e injusta. Para eles, muitas pessoas entram para a criminalidade após terem sido “esculachados” e espancados pelos policiais. Vicente narrou a história de um homem que estava indo trabalhar, às 5h da manhã e os policiais começaram a interrogá-lo. O homem se defendeu falando que era trabalhador, mostrou os documentos, mas os policiais insistiram e jogaram no chão a sua marmita com o almoço que a sua esposa tinha preparado. Para o jovem, essa situação opressiva fez com que o homem se revoltasse e entrasse para a criminalidade. “Vou falar pra tu, muitas pessoas viraram bandido porque os policiais esculacharam. As pessoas indo trabalhar, a polícia vem e esculacha, bate, e não pode falar nada, se falar é capaz deles te matar” (VICENTE, Complexo do Alemão).

Para Vicente é de tanto ser tratado como marginal, como “bandido”, que as pessoas acabam se tornando aquilo que é esperado delas. A situação de humilhação, vivida repetida vezes, gera uma revolta que faz com que o indivíduo não acredite nas leis e nas instituições. Se ele não pode denunciar e falar sobre aquilo que aconteceu para que o outro seja punido pelos seus atos, resta tratá-lo como um inimigo a ser eliminado. Se tornar “bandido” é uma forma de poder se vingar dos policiais, em confronto futuro. Mas também de corresponder aos estereótipos e preconceitos que a própria sociedade cria em torno daquele que é desfavorecido, pobre, negro, morador de favela.

Os jovens da Rocinha comentaram que muitos garotos quando encontram com um policial saem correndo com medo, mas se eles não estão fazendo nada de errado deveriam agir naturalmente. Alguns falaram que é difícil passar pelos policiais nos becos, principalmente, quando se está sozinho porque sentem medo do que pode acontecer. Eles ficam nervosos e acabam correndo. O policial estranha essa reação, acha que o jovem está fazendo alguma coisa errada e corre atrás dele para revistá-lo.

Você tá ali num momento de adrenalina. O policial tá andando pelos becos. O tiro pode vir de cima, pode vir de baixo, pode vir de qualquer lugar... sua cabeça é eu tenho que pegar... aí você vê um menino que dá a volta e sai correndo. Ele tá correndo por quê? 10h, 11h da noite ele é o quê? É estudante? Enquanto eu não sei se ele é estudante, eu vou fazer o meu trabalho. Agora não, eu acho que tem que

ajudar as duas partes: nem os policiais serem maus e nem os meninos serem maus. Eu sou de menor? Não devo nada? Então, eu pego, abro minha mochila. Por isso que é sempre bom andar em grupo porque vai existir sempre os policiais que são ruim, sabe? (REJANE, Rocinha)

Nessa fala, a menina busca ver a situação a partir da perspectiva do policial, que também vivencia uma situação de tensão, num território desconhecido, onde não conhece direito as pessoas e o caminho. Para os jovens: “nenhum deles gosta de trabalhar no beco, porque no beco a coisa é pior. É mais tenso. Então, ele não vai ter respeito a ninguém. Nem aos moradores”. O beco estreito e sinuoso faz com que o policial não consiga ver com quem ele vai encontrar no percurso, o que aumenta o estado de alerta e o medo de que a qualquer momento possa se deparar com pessoas armadas e com alguma situação que coloque a sua vida em risco. Muitos policiais andam sem identificação para não serem denunciados pelos moradores. Por isso, os jovens falam que eles precisam tomar cuidado: “se eles acharem que podem te matar e vai fazer pronto e acabou”. Para eles, os policiais inexperientes se tornam, às vezes, mais agressivos como uma forma de encobrir o medo que eles também estão sentindo.

A proposta da UPP é ter policiais recém-formados, que não possuem um histórico de confrontos com moradores de favelas, pois isso poderia ajudar a criar uma proximidade com a comunidade. Contudo, o que os jovens apontam é que esses policiais são mal preparados, desconhecem a favela e sentem dificuldades de romper com o estereótipo de que todo morador, principalmente, homem, jovem e negro é “bandido”. Eles ficam nervosos e agem, muitas vezes, de forma desastrosa e violenta para ocultar suas próprias fragilidades e dificuldades.

No entanto, a presença de policiais no morro não impede que aconteçam brigas, furtos, roubos e estupros. Principalmente no Complexo do Alemão e na Rocinha, jovens contaram histórias de “tarados” que andam soltos pelo morro, gerando medo em mulheres e crianças, e casos de pessoas que se feriram em brigas com vizinhos e familiares. Antes da UPP, os jovens podiam contar que ações como essas seriam fortemente repreendidas pelos traficantes. Eles narraram diferentes histórias de homens que foram expulsos da Rocinha por baterem na mulher e por entrarem em brigas com outros moradores, por terem matado ou estuprado alguém. Na opinião de uma menina:

Os bandidos estupravam os estupradores. E deixava isso claro para o morro todo mesmo e não se contentavam enquanto não achasse o cara e o eliminasse. Isso passava segurança para os moradores. Era brutal? Era. Mas passava uma segurança. Eu sei que eles eram assim traficantes. Mas eles nunca fizeram mal pra comunidade.

Eles sempre tomavam conta das pessoas que moravam aí. Eles davam segurança. (Jovem, Rocinha).

Nessa fala da jovem, percebemos uma idealização dessa figura de autoridade, que tem o poder de legislar e eliminar os inimigos internos para proteger a comunidade. Hoje em dia, apesar dos traficantes ainda estarem nas favelas, eles não repreendem pessoas que infringem pequenas regras. Por não andarem mais armados, eles não conseguem transmitir da mesma maneira o seu poder. Segundo uma jovem: “antes eles poderiam pegar, fazer e acontecer. Agora não, eles estão normais iguais à gente. Eles andam pelo morro, igual à gente anda. Então, os policiais vão pegar e vão prender. Eles não vão pegar pra matar porque isso é contra a lei”. Para ela, o que conferia aos “bandidos” o poder de ameaçar, silenciar, impor a sua força, e matar era o uso da arma. Sem ela, os homens passam a ser “normais iguais a gente”, ou seja, submetidos ao poder de outros homens que agora dispõem desse objeto: os policiais. Para a jovem, os moradores se sentem inseguros mesmo com a polícia no morro porque não confiam na justiça. Não sabem se as pessoas que cometem crimes vão ser presas ou se depois de cumprirem a pena vão retornar à favela.

Para uma jovem da Rocinha, antes era mais tranquilo deixar as crianças brincarem fora de casa, pois havia uma rede de vizinhança na favela que protegia os mais novos: “o vizinho que morava perto de você, era o mesmo vizinho que morava há anos”. As pessoas se conheciam e confiavam uma nas outras, o que fazia com que os pais não precisassem se preocupar com a segurança dos filhos. Atualmente, entraram novos moradores na favela e aumentou a violência entre os próprios vizinhos. Para a menina, houve alguma mudança na forma das pessoas se relacionarem entre si: “Não só entraram pessoas diferentes como as pessoas se tornaram diferentes. Elas começaram a ter atitudes diferentes. As pessoas que eram antigas ajudavam. Ficou cada um por si. Eu criei uma rixa com você”. Ela não entende porque vizinhos que eram amigos passaram a entrar em conflito, às vezes, por pequenas coisas. Com essa rede de vizinhança enfraquecida, as pessoas se sentem mais inseguras.

Essa fala da jovem é interessante porque ela também responsabiliza os moradores pelos problemas que eles vêm enfrentando. Ao invés da jovem culpar somente os outros, aqueles que vêm de fora, entende que há uma dificuldade das pessoas de dentro do morro se aproximarem e se unirem para reagir à violência policial e às obras indesejadas do PAC, para reivindicar o saneamento básico e as melhorias na saúde e educação. Parece haver uma dissolução dos laços de solidariedade, que no passado foram importantes para construir a favela, mas que diante dessas ações repressivas promovidas pelo próprio Estado, acabaram se enfraquecendo.

Vicente fala que apesar de hoje ter alguns casos de roubo no Complexo do Alemão que antes não havia, ele não prefere a situação anterior quando ‘os bandidos’ controlavam o morro. Em sua opinião: “eu preferia que não tivesse ninguém, nem bandido e nem polícia. Preferia que não existisse bandido”. O jovem fala que a cidade só seria de fato segura se não tivessem as drogas, principalmente o crack que mata as pessoas. Ele fala que as drogas destruíram a sua família: os seus dois avós, uma tia avó e um primo foram mortos por usarem drogas, e outro primo está preso por ser usuário. “O Rio de Janeiro ia ser uma cidade muito linda, dez vezes melhor do que todas as cidades do Brasil, se não tivesse essas drogas malditas aí, crack, maconha, pó, essas drogas sintéticas que tem, se não tivesse essas drogas o Rio de Janeiro seria ótimo”. Vicente não defende a situação anterior da favela porque as drogas estavam presentes. Para ele, a mudança só vai acontecer quando elas não existirem mais no morro.

Com essa fala do jovem, podemos pensar que falta um trabalho de saúde pública com os usuários de drogas, capaz de prevenir e reduzir os danos enfrentados por eles e por seus familiares. O que o jovem sinaliza é que o combate ao tráfico não se dá apenas pela via da força policial. Também são necessárias políticas públicas que visam reduzir os problemas diretamente causados pelo consumo de drogas, e indiretamente atrelados ao ambiente de criminalidade, que existe por causa da sua proibição. Um desdobramento dessa questão apontada pelo jovem seria a descriminalização das drogas que poderia eliminar as disputas pelo controle do tráfico, que continuam gerando mortes nas favelas e periferias.

Renata afirma que com a presença da polícia, os moradores se sentem mais seguros para mostrar aquilo que não vai bem na favela. Ela hoje fotografa problemas vividos pelos moradores e divulga num site na internet e nas redes sociais. A jovem conta que, após divulgar o texto e as imagens e enviar para os responsáveis, muitos vão à favela para resolver os problemas apontados por ela. A jovem acha que dessa forma ela pode colaborar para a construção do lugar onde vive. Ela passou a ter coragem para agir, depois que a polícia ocupou a favela:

Antigamente quando tinha tráfico a gente não podia sair por aí falando o que a gente quer, a gente tinha que medir as palavras, a gente não podia falar nada, hoje em dia todo mundo é livre pra falar o que quer não está devendo nada pra ninguém, tem liberdade né pra falar as coisas que pensa, as coisas que acha, o que está errado, o que está certo e sabe que eles vão ajudar. Eu acho que é isso está bem melhor agora, está bem melhor (RENATA, Complexo do Alemão).

Outros jovens não são tão otimistas em relação a essa liberdade para falar o que querem na favela. Eles acreditam que muitos moradores ainda tem medo da presença de

“bandidos”. Mas acreditam que em relação ao passado, eles estão tomando mais atitude para denunciar os problemas. “Hoje os moradores denunciam onde que tá os bandidos. Tão denunciando. As coisas estão mudando e vai ficar ainda melhor” (Pedro, Complexo do Alemão). Para os entrevistados do morro Santa Marta, os moradores estão satisfeitos com a UPP e, embora o programa ainda precise de ajustes, deveria continuar após os megaeventos na cidade. Antes da UPP, tiveram outros programas de segurança pública na favela, em que a polícia entrava, ficava alguns meses e depois ia embora. Os moradores acreditavam que ia ser uma ação contínua, mas durava de 3 a 6 meses e logo havia o retorno do tráfico de drogas. O jovem recorre à memória desses eventos anteriores para justificar a dificuldade dos moradores de acreditar que o programa da UPP vai continuar na favela após os megaeventos:

As pessoas querem acreditar, mas elas estão receosas pra ver o quê que vai acontecer. Então a partir de 2016 a gente vai ver o que vai realmente acontecer, que a gente não pode achar que isso é pra sempre, porque a gente vive uma política de empurrar a sujeira pra debaixo do tapete. Vamos ver se a sujeira não sai do tapete depois (MAURO, Santa Marta).

A decisão de manter ou não a presença dos policiais na favela não passa pelos moradores. É algo que parece depender de interesses políticos e econômicos que são completamente externos àqueles que vivem ali. Da mesma forma repentina que chegou ao morro, a UPP também poderá sair. Quando perguntamos quais as possibilidades de ação, por parte dos moradores, seja pra reivindicar a sua presença ou pra buscar a saída da UPP da favela, o jovem respondeu que o morador tem poder, mas que sua voz foi suprimida ao longo da história. Os “favelados” se sentem impotentes e subjugados diante de duas forças que agem simultaneamente: a polícia e o tráfico de drogas:

Você viver uma história toda subjugado nessas duas mãos, ou na mão da polícia ou na mão do tráfico. E ainda há um poder pela violência de ambos os lados, então, o morador fica nessa perspectiva de não... Ele se vê despossuído de poder diante dessas duas vertentes... Você não sabe pra que lado vai, que lado fica, aonde vai, o que fala, aonde pode ir, o que pode fazer porque você ainda tá subjugado por ambos os lados. (MAURO, Santa Marta)

Há, assim, um sentimento de impotência diante desses outros que controlam, por meio da força, aquilo que pode ou não ser feito. Muitas vezes, os jovens se silenciam diante das situações de injustiça e violência que assistem no seu cotidiano por medo de represálias e retaliações. O sentimento de impotência faz com que eles se sintam incapazes de agir, de fazer com que suas ações repercutam numa estrutura social que parece ser inabalável. Ao mesmo tempo, os jovens percebem que algumas mudanças estão acontecendo nas favelas com UPP, no sentido de possibilitar novas formas de ação dos moradores, que começam a denunciar os

problemas vividos nas redes sociais, pelo telefone, nos jornais.

Para os jovens, os benefícios da UPP serão sentidos mais pelas próximas gerações que não guardam lembranças dos tiroteios e não conviveram com o tráfico de drogas armado na favela. Eles falam que é difícil esquecer as cenas de violência policial das invasões que aconteciam quando o tráfico de drogas estava presente, em que a polícia chegava para “matar” qualquer um que estivesse em seu caminho. Eles também sentem medo de denunciar as situações de injustiça envolvendo policiais da UPP. Quando essas histórias não se tornam públicas, não são esclarecidas e nem reparadas, acabam por se repetir. Quando, eventualmente, os casos de corrupção, de abuso de poder e crimes de policiais ganham repercussão pública e visibilidade, são tratados como exceções dentro de uma política pública que funciona. Eles não remetem a uma reestruturação do modelo de organização da polícia.

Para Mauro, uma das formas de mudança da situação em que as favelas se encontram hoje é por via da política institucional, mas as pessoas que são eleitas dificilmente estão voltadas para a classe popular. Ele explica que o “favelado nunca teve acesso à política e, por falta de conhecimento, muitas vezes, fez escolhas ruins. O voto de cabresto acabou num determinado momento histórico, mas se perpetuou de outras formas”. Para o jovem, ainda é preciso tempo para que os moradores consigam ter o poder de decisão e de participação sobre as coisas que acontecem no lugar onde moram. Apesar de estarem mais informados, os moradores continuam sendo ludibriados pelos políticos. Ele espera que a sua geração possa reverter esse quadro de injustiça e desigualdade, a partir de uma maior inserção nas universidades e de outras formas de ascensão social. Com maior informação e circulação por outros espaços de fora da favela, eles poderiam fazer com que suas opiniões e denúncias sobre os problemas vividos fossem ouvidos.

#### **5.4. Os programas de urbanização e a UPP: oportunidades e expectativas dos jovens**

Desde que chegaram aqui achando super- heróis  
 Enganando nós  
 Com suas promessas, sua imposição  
 Máquinas de encaixotar, de escravizar  
 Mecanismos de alienação  
 No Complexo ou é bandido ou é ladrão  
 A minha arte não é só pra entreter  
 Eu não simpatizo com o seu proceder  
 Evento de milhão  
 Tanta corrupção  
 Cadê educação? Cadê? Cadê educação?

Eddu Grau

A nova política de segurança pública e os projetos de urbanização produzem um conjunto de mudanças nas favelas onde vivem os jovens entrevistados que mexem com suas expectativas em relação ao seu futuro e da favela onde moram. A entrada da UPP, do PAC ou do Morar Carioca geram uma série de dúvidas sobre quais vão ser os seus desdobramentos na vida dos jovens e daqueles que os cercam. Se compreendermos as subjetividades como também sendo construídas a partir do lugar onde os indivíduos moram, as atuais intervenções na favela introduzem mudanças na forma dos jovens perceberem a si mesmo e aos outros. Muitas vezes, as evocações das experiências passadas não ajudam a compreender o presente e a vislumbrar as possibilidades que o novo traz. Nessa seção, buscamos compreender quais são as expectativas, oportunidades e perspectivas em relação ao futuro que esse conjunto de transformações da favela trouxe para os jovens.

Os jovens falaram que havia uma expectativa inicial de que a presença da UPP poderia facilitar a entrada de outras ações do Estado na favela capazes de melhorar a qualidade de vida de seus moradores. Eles perceberam que nos últimos anos houve uma ampliação da oferta de cursos e projetos sociais voltados para os jovens. Atualmente, muitas ONGs atuam nas favelas e oferecem escolinha de esportes, curso de línguas estrangeiras, de reciclagem, técnicos e profissionalizantes. Eles acham positiva essa oferta de oportunidades: “dentro da favela tem muita opção gratuita hoje, então, a gente nem precisa sair daqui” (RENATA, Complexo do Alemão).

Os jovens do Complexo do Alemão elogiam o cinema e a Praça do Conhecimento, uma instituição pública, que oferece acesso a computadores, videogames, internet *Wifi* e diferentes cursos voltados para arte e tecnologia. Miguel fala que ele mudou muito depois que passou a frequentar a Praça do Conhecimento. Ele não tem computador em casa, então, todos os dias, depois do horário da escola, vai à Praça para encontrar seus colegas. O jovem é muito tímido e encontrou ali um grupo de pessoas que passam a tarde brincando juntas. Miguel estava orgulhoso na entrevista por ter tirado boas notas na escola e ter virado um “aluno exemplar” surpreendendo a mãe. Nesse caso, o jovem encontrou ali um lugar de sociabilidade, onde pode conviver com pessoas da sua idade, brincar e fazer amizades. Renata também elogia o cinema que fica ao lado da Praça: “a gente ia no cinema uma vez na vida e outra na morte, agora não, a gente pode vir no cinema o final de semana inteiro, sábado, domingo fica cheio, aqui tem estreias de filmes, não é só aqueles filmezinhos, tem filmes bons também”.

Os jovens apontaram que os policiais da UPP estão envolvidos em diferentes projetos sociais voltados para crianças. No morro Santa Marta, tem um projeto de artes marciais e de

violino para o público infantil. No Complexo do Alemão, em Nova Brasília, os policiais têm uma escolinha de futebol e no Itararé, nos finais de semana, eles projetam filmes num galpão vazio da comunidade, oferecem pipoca e refrigerante para as crianças. Os jovens falaram que no início os moradores ficavam receosos de frequentar esses eventos, mas esse sentimento tem mudado: “Antes, os moradores tinham medo de chegar e hoje eles veem que os policiais estão aqui para ajudar mesmo, não é só coisas ruins que todo mundo pensa. Eles têm as coisas boas, de benefício, ainda mais com criança” (RENATA, Complexo do Alemão).

Renata organizou um evento voltado para as crianças e recebeu doações de materiais escolares dos policiais. Ela ficou feliz com a ajuda e explica: “tem gente que fala que policial não presta, que eles vieram pra cá e não está servindo de nada. Está sim, se você parar pra analisar, saber do que eles fazem você vai mudar a ideia que você tem, aí a gente vê que muitas coisas eles ajudam sim”. Renata acha que as pessoas criticam os policiais porque não conhecem o que eles desenvolvem na favela. Elas se acostumaram a ver a polícia como repressora, o que impossibilita olhar as coisas boas que a UPP também trouxe para a comunidade. Para a jovem é “falta mesmo de interesse do povo de querer saber”.

Os jovens entrevistados do Complexo do Alemão acreditam que as próximas gerações serão diferentes, pois não terão mais a figura do traficante como um exemplo a ser seguido. Vicente conta que os traficantes serviam de influência para as crianças porque andavam com dinheiro, armas e tinham várias mulheres. Quando perguntavam o que elas gostariam de ser quando crescer, desde pequenas, as crianças já diziam que queriam ser traficantes. Apesar dos “bandidos” não venderem drogas para crianças, ele viu muitas pessoas com 8, 9 anos, usando maconha e cocaína nos bailes *funks*.

A mãe também não quer saber de nada, deixa o garoto solto no meio da rua, aí a influência dele é crescer no tráfico. Vai ficar nessa: não tem um curso pra fazer, não se importa com nada, só quer saber de traficar, usar droga, ficar perto de bandido. Vai influenciando mais a pessoa, vai botando só isso na mente, quando crescer vai virar traficante” (VICENTE, Complexo do Alemão).

Para o jovem, com a presença da UPP na comunidade, essa realidade tende a mudar uma vez que os “bandidos” não podem mais ostentar sua força e riqueza.

A partir das falas dos jovens, podemos compreender que há um esforço para substituir, nas áreas com UPP, a figura identificatória dos “bandidos” pelos policiais. Estes se aproximam dos moradores por via das crianças, que não viveram de forma tão intensa os tiroteios e a violência policial das incursões na favela, anteriores à UPP. Através de doações e projetos sociais, aos poucos, eles tentam reverter à imagem negativa que os moradores

possuem da polícia. Muitas vezes, os policiais criam eventos na quadra em dias comemorativos e distribuem brinquedos para as crianças, dão balas e chocolates, usando uma estratégia próxima a que o tráfico usava para conquistar os moradores. As crianças aceitam mais facilmente a convivência com policiais do que os jovens que são vistos como o grupo mais resistente à presença da UPP. Principalmente os meninos têm dificuldades em acreditar na mudança da polícia porque continuam sofrendo revistas, humilhações e agressões. Eles são constantemente classificados como “suspeitos” de estarem envolvidos com o tráfico de drogas e vistos pelos policiais como possíveis “inimigos” a serem combatidos.

Os jovens entrevistados afirmam que as próximas gerações vão ter uma relação diferente com os policiais, provavelmente, menos conflituosa. Eles acreditam que, com a presença da polícia na favela, meninos e meninas vão vislumbrar outras possibilidades de futuro, que não seja voltada para criminalidade; menos homens se tornem “bandidos” e mais sejam “trabalhadores”. Essas categorias se referem à valorização do trabalho como um meio de inclusão social, de ser produtivo e útil para a sociedade, e como um caminho para a construção de uma vida futura melhor. Ser trabalhador também protege os jovens da violência policial, servindo para diferenciá-los daqueles que são desonestos, vagabundos ou marginais.

Os jovens da Rocinha afirmaram que hoje aumentaram as oportunidades de cursos na favela. Depois da escola, eles frequentam quatro vezes na semana o RAP da Saúde - Rede de Adolescentes e Jovens Promotores da Saúde, projeto da Secretaria Municipal de Saúde. Além disso, também fazem outras atividades, tais como: aulas de reforço escolar, esportes, violão, inglês, informática, entre outras. Eles disseram ter pouco tempo livre para ficar em casa ou se divertir: “minha vida é muito ocupada não tenho tempo pra fazer isso”. Há uma preocupação grande da família para que os jovens tenham todo o tempo ocupado para não ficarem na rua, podendo ser “levados para o mau caminho”.

Se durante a infância muitos deles puderam brincar fora de casa, nos becos com os colegas, a passagem para a juventude parece ter sido marcada pela dissolução do grupo de amigos e pela maior ocupação do dia com diferentes tipos de atividade. Uma menina se queixa do distanciamento de seus grupos de amigos:

Assim, as pessoas que brincavam comigo e que está comigo até hoje é minha irmã e minhas duas primas, porque o resto, os meninos que a gente ficava brincando pelo beco a fora, tudo cresceram. Aí alguns ficaram drogados, começaram a usar drogas. Aí não sei se ficam com vergonha de falar, sabe? Aí tem outros que já estão com filho. Aí não sei se fica com vergonha de falar também. Aí eu olho e falo, caraca, sabe? Ele me olha e abaixa a cabeça ou me olha e desvia o olhar. Mas não fala, sabe? (Jovem, Rocinha).

Apesar dos jovens se lamentarem do distanciamento dos amigos de infância, admitem que eles também deixaram de falar com certas pessoas, principalmente, com aquelas que usam drogas para não serem confundidos: “a gente brincava com ele. Mas ele só anda com garoto maconheiro eu vou falar com ele e depois vão dizer ‘olha, lá a *cracuda* também’”. Meninos e meninas têm medo que esse tipo de notícia se espalhe pela favela e que suas famílias acreditem que eles estão usando drogas. Então, como uma forma de se defender, os jovens preferem se afastar de pessoas que são consideradas “perdidas”.

Diante dessas falas, parece não haver mistura, as posições sociais são criadas de forma dicotômica: vagabundo *versus* estudante, bandido *versus* trabalhador. Podemos dizer que há uma reprodução pelos jovens do discurso presente desde o início do século XX de que existem “pobres dignos”, que estudam, trabalham, possuem uma família organizada e seguem a religião, e os “pobres viciosos”, que não pertencem ao mundo do trabalho, que vivem no ócio, portadores da delinquência, são libertinos, maus pais e vadios (COIMBRA & NASCIMENTO, 2003). Os últimos representam um “perigo social”, são criminosos em potencial e, por isso, precisam ser evitados e afastados, para que os outros jovens não sejam “contaminados” e confundidos.

Os jovens que participaram do grupo de discussão falaram que apesar da favela oferecer diversas oportunidades que “às vezes, bate na sua porta”, há pessoas que preferem não fazer nada, não se interessam pelos cursos que são oferecidos, não procuram trabalho e nem estudam. Segundo uma menina: “só é vagabundo quem quer, porque tem cursos, tem muitas coisas que você pode fazer de graça, às vezes, bate na sua porta”. Eles relacionam os adolescentes ociosos à criminalidade, ao consumo de cigarro, álcool, drogas ilícitas e à gravidez. Diversas vezes ouvimos nas entrevistas que as crianças não podem ficar nas ruas brincando e que os jovens precisam ter o tempo ocupado, porque “cabeça vazia é casa do diabo”. Como fala uma menina:

Assim como tem vários cursos, têm varias oportunidades também pra levar para o mal. (...) Naquela matinê você vai conhecer pessoas ruins, não são todas pessoas ruins que frequentam esses lugares, mas assim... como tem aquela oportunidade boa, tem muita oportunidade ruim na Rocinha.

As jovens dizem que antes havia matinê pra criança e baile *funk* para adulto, mas com a proibição dos bailes, as duas festas ficaram misturadas, o que é ruim para as crianças. Segundo uma menina “o *funk* vai lá e estimula o adolescente a fazer sexo. A criança a fazer sexo”. Elas responsabilizam as letras das músicas e as coreografias pela erotização da infância e da adolescência. Elas reclamam que “hoje *funkeira* parece sinônimo de favelada”. As

meninas não concordam com isso porque atrela a favelada à promiscuidade e, conseqüentemente, à gravidez na adolescência. Apesar das meninas também gostarem de dançar e às vezes frequentarem bailes, acham que essa generalização não considera moradoras de favelas que possuem outros interesses. Elas têm medo de engravidar, pois é algo considerado comum entre colegas da sua idade, como vemos na fala a seguir:

Porque todas as meninas da minha idade (17 anos) e da idade dela (14 anos) já tem filho, já engravidou, já tá no terceiro filho. Tem uma menina que eu conheço que tem a minha idade e já está no terceiro. Aí sempre tem um que fala “cuidado, você vai engravidar”. É muito raro você ver uma garota formada que não tem filho e que não tem nada. Aqui na Rocinha é muita jovem perdida. (Jovem, Rocinha)

Elas disseram ter poucos exemplos na favela de mulheres que conseguiram completar os estudos sem ter filhos. As meninas que engravidam, acidentalmente ou não, buscam preencher um vazio de uma vida sem projeto, que não veem perspectivas nos estudos e nem a gratificação pelo trabalho. As adolescentes buscam dar um sentido para suas vidas através da maternidade. Kehl (2008) afirma que na cultura de consumo, a adolescência sem projeto se torna epidêmica:

Estranho o vazio de sentido, de esperança, de projetos de vida, entre pessoas tão jovens. Vazio que se perpetuará na vida dos filhos e dessas mães adolescentes, quase sempre criados pelas avós para serem lançado no mesmo mundo de sua mãe, onde os apelos ao gozo, à festa, ao excesso, também não serão suficientes para produzir sentido para suas vidas (KEHL, 2008, p.63).

As meninas que participaram da pesquisa se veem como exceção dentro desse contexto, pois querem escrever uma história diferente: fazer faculdade e ter um trabalho. Elas preferem ocupar a sua rotina de atividades a correr o risco de “se perder” ou ir para “o mau caminho”. Por isso, é preciso se afastar de todos aqueles que não seguiram o mesmo destino: meninas que engravidaram, que fumam, que usam drogas, que não trabalham, que não estudam, que são *funkeiras*, promíscuas, entre outros.

Foi preocupada com o público que não se interessa pelo estudo e nem pelo trabalho, com dificuldades de criar projetos de vida, que uma agente da Secretaria de Estado de Direitos Humanos resolveu desenvolver um trabalho com jovens moradores do Chapéu Mangueira e Babilônia, favelas vizinhas localizadas no Leme, zona sul da cidade, que têm UPP desde 2009. Durante o trabalho de campo tivemos alguns encontros com ela. A agente contou que, quando começou a trabalhar no Chapéu-Mangueira, percebeu que os cursos oferecidos na FAETEC<sup>8</sup> dentro da comunidade não tinham as vagas preenchidas. A Secretaria

---

<sup>8</sup> FAETEC - Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro, vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia.

queria oferecer novos cursos aos jovens, voltados para o mercado de trabalho, mas não sabia qual era o interesse deles. Então, ela resolveu aplicar um questionário sobre o perfil dos jovens, atingindo cerca de 400 pessoas. Uma das questões era sobre como eles se viam dali a cinco anos e muitos deixaram essa pergunta em branco ou responderam que não sabiam. A dificuldade de projetar o seu futuro chamou a atenção dela e despertou o interesse de promover alguma ação voltada para os jovens.

A agente e três moradores, que já tinham envolvimento e participação comunitária na favela, elaboraram um projeto. O grupo de jovens se reunia duas vezes na semana à noite. Um dia era de ação e trabalho comunitário e outro de reflexão sobre temas que os jovens escolhessem, tais como: tráfico de drogas, sexualidade, religiosidade, entre outros. A agente disse que o projeto não tinha um caráter moralizante, de criticar ou educar os jovens, mas de criar um espaço de fala e troca entre eles.

Após um ano de encontros, o grupo ameaçava parar de funcionar porque os jovens não estavam mais com disponibilidade para participar das reuniões. Alguns deles passaram a trabalhar e a maior parte voltou a estudar à noite. Ela disse que esse foi um resultado surpreendente do projeto porque, mesmo sem falar diretamente aos jovens que eles deveriam voltar a estudar, a presença deles no grupo provocou esse tipo de iniciativa. Outro efeito do projeto foi a melhora das relações entre os jovens, que se tornaram mais amigos e próximos. Segundo a agente, muitos deles procuram à facção criminosa em busca de uma filiação. A ideia do projeto era fazer com que os jovens se sentissem pertencendo a um grupo em que eles pudessem conversar. Ela estava bastante satisfeita ao ver que os participantes tinham conseguido vislumbrar outras possibilidades para a sua vida, apostando na educação como uma forma de se inserir na sociedade.

Dessa forma, percebemos que algumas ações públicas e privadas estão em curso nas favelas com UPP que buscam criar outras possibilidades de vida para crianças e jovens. Embora muitos desses projetos não tenham continuidade, sejam de curta duração, com poucos investimentos públicos ou dependam dos interesses de indivíduos e empresas para financiá-los, alguns conseguem criar bons resultados. A maior parte dos jovens entrevistados já tinha participado de projetos sociais na favela ou tinha se beneficiado com bolsas de estudos. Entretanto, eles não se conformam com as oportunidades que a favela já possui, muitos disseram que ainda é preciso investir mais na formação de crianças e jovens.

Cecília e Antônio escolheram a escola como um lugar importante na vida deles e registraram em fotografias. Antônio fotografou a escola municipal e a quadra de esportes que ficam dentro da Vila Portuária. Ele disse que ambas tinham sido reformadas recentemente,

então, estavam em melhor estado do que quando ele as frequentava. Naquela época, tinha a forte presença do tráfico no local, a cobertura da quadra era esburacada porque as pessoas tacavam pedras e quebravam as telhas, mas mesmo assim, ele jogava bola e vôlei com os amigos. Segundo Antônio, “agora a quadra está boa, eu acho que é a melhor quadra da região”.

### **Escola da Vila Portuária depois da reforma**



Fotografia: Antônio

### **Quadra da Vila Portuária depois da reforma**



Fotografia: Antônio

Antônio e Cecília reconhecem a importância da escola e comentam que a principal necessidade da Região Portuária é a educação. De acordo com eles, a secretaria fechou o curso noturno de jovens e adultos de uma das escolas que era perto da Providência e transferiram os alunos para outras escolas. Com isso, muitas pessoas desistiram de estudar por achar perigoso andar pelas ruas do centro da cidade à noite, com pouco movimento e sem ônibus que vá até a Providência: “quando era no pé do morro eles iam quando chegavam do trabalho. Agora tendo que andar eles não vão”. Os jovens disseram que as pessoas aceitaram essa situação: “eu nunca ouvi falar de manifestação de alunos não. Acho que as pessoas são muito acomodadas também”. Para Antônio e Cecília, houve um avanço em termos de escolarização da geração deles em relação a de seus avós, que eram analfabetos e não tiveram acesso à educação. Apesar de hoje ter mais oportunidades, ainda está longe do ideal, pois falta qualidade no ensino: “eles botam a sala cheia de gente, aprovam o aluno de qualquer jeito, mesmo sem saber. Só pra dizer que a educação está melhorando” (Cecília, Morro do Pinto).

Andreia afirma que se objetivo é integrar a favela à cidade, a presença do poder público no morro não deveria ser através dos policiais. A pacificação das favelas deveria se dar com serviços voltados para a população local, principalmente, com a melhoria da educação. Para ela, dificilmente os ‘meninos’ se envolveriam com o tráfico se tivessem oportunidades: uma educação de qualidade, projetos sociais, cursos técnicos. “Esses caras que são bandidos aqui com certeza ele não é bandido porque ele quer, ele não é ladrão porque quer, não é uma escolha. Ninguém tem o sonho de ser bandido, porque isso faz a mãe sofrer”. Ela critica os políticos que estão no poder, que sabem da importância de ter uma boa formação, mas ao invés de melhorar a qualidade do sistema público de ensino priorizam a repressão por meio das forças policiais. Eles preferem “colocar a UPP pra segurar as pessoas, pra tomar conta”.

A jovem afirma que o mercado de trabalho tem exigido qualificação cada vez maior, o que muitos meninos que largaram a escola não têm. Então, eles são facilmente atraídos para o tráfico de drogas que dá a oportunidade para receberem um bom dinheiro: “se ele não tem uma família estruturada, não tem uma instrução de ninguém, não tem escolaridade nenhuma e não sabe fazer nada, o dinheiro é mole, é fácil, ele não vai?”. Para Andreia, a transformação social não pode estar desvinculada da melhoria do sistema público de Educação:

As obras que têm aqui não são pra gente. A falsa segurança que tem aqui não é pra gente. Todo o dinheiro que chega pros investimentos pro Porto não é pra gente. Eu acho que se tivesse pensando na gente a primeira coisa seria...Vamos pro porto? Então, nós temos a obrigação de fazer cinco escolas no bairro, de qualidade, escolas com professores bons, que os professores tivessem um espaço para trabalhar, com

um salário descente. Se eles querem mudar, o primeiro passo é a educação. Mas não, eles não fazem isso, muito pelo contrário, eles tiram as escolas do bairro. Fecharam alguns turnos de algumas escolas, e faz tudo ao contrário. Aí ele vai fechar escola vai ter que abrir presídio, porque se ele está tirando a educação das pessoas o que elas vão ser? Vai para o tráfico de drogas. (ANDREIA, Gamboa).

Nessa fala, percebemos que a jovem relaciona a UPP na Providência às obras de urbanização da Região Portuária. Assim como a criação do teleférico no morro, de empreendimentos imobiliários, a remoção de moradores que vivem na favela, em cortiços e ocupações, a presença de policiais também não é voltada para a população local. Ela acha que se fosse de interesse público mantê-los na região, outras políticas seriam criadas para beneficiar os moradores, e não para atrair aqueles que são de fora. Para Andreia, a presença de policiais serve para possibilitar a visita de turistas na Providência. Além disso, gera uma valorização econômica da favela que, aos poucos, torna insustentável o custo de vida para os antigos moradores, obrigando-os a sair do local. A jovem fala que a UPP, na verdade, é uma “falsa segurança” porque não é feita para eles.

Após cinco anos da implantação da UPP no Santa Marta, os jovens reclamam que as políticas públicas não chegaram como eles esperavam: pessoas continuam vivendo em barracos de madeira e perto de valas de esgoto. Quem olha de fora do morro, vê algumas fachadas de casas pintadas e pensa que houve melhorias nas moradias. No entanto, ao andar por dentro da favela, percebe-se que ainda existem habitações precárias e problemas de infraestrutura para serem resolvidos pelo poder público. Eles falam que há 10 anos a favela está em obra, mas com muitas interrupções. Atualmente, está em curso a construção de um edifício para realocar famílias que vivem em áreas de risco e em condições precárias. Eles desconfiam se esse prédio vai dar conta de atender todos moradores que precisariam se mudar.

Leandro, da Rocinha, tirou a fotografia abaixo do problema do lixo na comunidade. Segundo ele, a empresa de coleta de lixo não vai com frequência ao Laboriaux, deixando acumular uma grande quantidade. Antes, havia a justificativa de que o acesso era dificultado pela presença do tráfico de drogas. Com a entrada da polícia na favela, os responsáveis pela limpeza deixaram de ser os garis comunitários para ser a Comlurb, empresa que trabalha no resto da cidade. No entanto, após um ano com UPP no morro, o serviço ainda não foi regularizado.

### Lixo acumulado no Laboriaux



Fotografia: Leandro

Os jovens apontam muitas coisas que ainda precisam mudar nas favelas: a qualidade da educação pública e do sistema de saúde, as condições de moradia, o saneamento básico, a coleta de lixo, o transporte e a acessibilidade, a situação de pessoas que ainda passam fome... Durante anos esses espaços foram deixados de lado pelo Poder Público com a justificativa de que a sua entrada era dificultada pelo controle do tráfico de drogas. Com a polícia atuando de forma constante nas favelas, o Estado não enfrenta mais esse problema, podendo prestar os serviços que a população precisa. Como afirma João: “agora não tem mais desculpa nenhuma para poder entrar e fazer as políticas públicas necessárias”.

#### 5.5. O turismo e o teleférico: a favela vista pelo outro e pelo alto

A cidade. Vista do alto  
Ela é fabril e imaginária, se entrega inteira  
Como se estivesse pronta.  
Vista do alto,  
Com seus bairros e ruas e avenidas, a cidade  
É o refúgio do homem, pertence a todos e a ninguém.

Ferreira Gullar

Uma das questões que estava sendo discutida em três favelas que visitamos foi a instalação do teleférico. Durante as entrevistas e os grupos de discussão realizados com

jovens da Rocinha, Complexo do Alemão, Providência e adjacências, o teleférico apareceu como uma obra controversa. Podemos compreendê-lo como um emblema do momento atual que algumas favelas estão vivendo no Rio de Janeiro, pois materializa a imposição de uma nova ordem instaurada por aqueles que são de fora, que não compartilham dos mesmos interesses e projetos sobre o lugar. Nesta seção, apresentamos as diferentes perspectivas em relação ao teleférico, os possíveis benefícios para os moradores e as críticas à sua construção. Analisamos como esse transporte reforça a favela como um roteiro turístico, produzindo novas imagens sobre o lugar e seus efeitos na vida dos moradores. Buscamos compreender também como os jovens significam o encontro com aqueles que vêm de “fora” da favela, os conflitos e as repercussões das relações com os diferentes.

Os jovens que entrevistamos que vivem no Complexo do Alemão relataram que as obras do PAC atingiram de forma desigual a favela. Enquanto algumas partes melhoraram porque ganharam muitos investimentos, outras continuaram da mesma forma ou até pioraram. Eles apontaram o Capão como um dos lugares mais pobres do Complexo, que não recebeu saneamento básico e as casas são bem simples. Na subida para a estação Central do teleférico, algumas casas foram demolidas, mas o governo não retirou o entulho e nem construiu nada no local. Os moradores trabalharam por conta própria para limpar a rua. Em várias partes da favela, obras inacabadas do PAC e os entulhos das casas que foram derrubadas geram transtornos para os moradores, pois acumulam lixo e quando chove desce e atinge outras casas.

Os jovens também criticaram a obra que foi feita na Grotta, pois reformaram apenas a entrada e o ponto de mototaxis. Caminhar em dia de chuva ali é difícil: a rua alaga, o valão entope e acumula lama. Depois sobra para os moradores o trabalho de realizar a limpeza e o desentupimento das valas. Esse parece ser um problema que afeta todo o Complexo, os jovens contaram diversas situações difíceis que viveram em dias de chuva. Eles afirmam que, em alguns lugares, as obras do PAC até pioraram a questão do esgoto, segundo Miguel: “depois que eles fizeram a obra, aí começou a transbordar tudo quando chove. Qualquer chuvinha que tem já começa a transbordar, piorou”.

Para os jovens entrevistados a construção do teleférico facilitou a vida dos moradores, que podem acessar mais rapidamente outras partes da favela. Principalmente, daqueles que moram perto da estação e que demoravam muito tempo para chegar à parte baixa do morro, precisando pegar ônibus ou van. Eles contam que alguns moradores usam o teleférico como um meio de transporte para ir ao trabalho, mas que grande parte usa esporadicamente para passear, visitar amigos e parentes. “Com esse teleférico agora a gente pode ir a muitos lugares

que a gente nunca foi, porque esse morro é muito grande, você não tem noção. Acho que foi isso mesmo, a gente pode ir pra tudo que é lugar, pode passear, conhecer outros lugares aqui do Alemão mesmo que eu não conhecia, acho que isso foi o que mais mudou” (Renata, Complexo do Alemão). Na opinião de alguns jovens, a construção do teleférico favoreceu a circulação e o encontro entre moradores de diferentes localidades do Complexo. Miguel nos relatou como foi a sua aventura na primeira vez que usou o transporte:

Eu tenho pavor de altura. Eu tive muita coragem de ir. Quando eu fiquei lá em cima, eu quase amassei o ferro porque eu estava com tanto medo. (...) E na hora da volta? Eu tinha ido com uns amigos, mas eu resolvi passar na casa de uma colega. Quando eu voltei, eles já tinham ido há muito tempo. Aí eu fui... eu fiquei sozinho. Aí tinha uma mulher e ela ficou comigo. Caramba, eu achei que eu ia desmaiar dentro do teleférico. Eu estava sentindo um negócio subindo e depois descendo dentro de mim. Eu estava me sentindo muito estranho. (MIGUEL, Complexo do Alemão)

Por sentir muito medo de altura, Miguel preferia ir caminhando pela favela: “eu pego os atalhos e chego rapidinho onde eu quero”. A partir de suas falas, notamos que andar de teleférico é uma experiência corpórea nova, que gera medo e vertigem. Os jovens estão acostumados a caminhar pelos becos estreitos e sinuosos, subir e descer ladeiras e escadas. Em seu cotidiano eles tecem o espaço pelas suas diferentes histórias, pelos fragmentos de trajetórias de outros moradores.

Certeau (1994) aborda a experiência daqueles que vivenciam a cidade de dentro ou embaixo, em oposição à visão aérea dos urbanistas e arquitetos que se relacionam com a cidade através dos mapas. O autor nos mostra que há um saber e uma apreensão do espaço pelo corpo dos pedestres que “obedece aos cheios e vazios de um ‘texto’ urbano, escrevem sem poder lê-lo. Esses praticantes jogam com espaços que não se veem” (CERTEAU, 1994, p.171). Miguel, assim como outros jovens, está acostumado a caminhar “cego” pela favela, experimentando-a não apenas pelo olhar, mas também pelos seus sons, cheiros, gostos, utilizando todos os sentidos corporais. Como Jacques afirma “a cidade é lida pelo corpo e o corpo escreve o que poderíamos chamar de uma ‘corpografia’. A corpografia seria a memória urbana do corpo, o registro de sua experiência da cidade” (JACQUES, 2011, p.119). Diferentemente do teleférico que o caminho já está pré-definido, ao andar pela favela, o jovem escolhe seu percurso, cria desvios e atalhos. Os urbanistas criam e indicam possíveis usos para o espaço projetado, mas são aqueles que experimentam no cotidiano que legitimam ou não aquilo que foi projetado. São as apropriações e improvisações dos passantes que possibilitam a reinvenção dos espaços.

Renata mostra na fotografia a seguir, a perspectiva dos moradores que vivem na favela. Quando era mais nova, ela gostava de correr ‘para tudo que é lado’, brincar de pique-pega, de pique-esconde, pelos becos. Ela tirou a foto abaixo de uma escada que fica ao lado da sua casa: “eu tenho boas lembranças dos meus amigos e eu correndo por ali”. A imagem escolhida por Renata mostra um beco estreito que recebe a luz do dia por uma pequena fenda. Notamos também que há nele as marcas do uso e das pessoas que passam por ali. Os degraus da escada tortos, gastos pelo passar do tempo, e com musgos, por causa da umidade, contrastam com a parede recém-pintada de azul e com as linhas coloridas que emolduram a parede. Apesar de na fotografia só aparecer uma pessoa no alto, o beco passa a sensação de ser um lugar habitado e cuidado pelos moradores. Essa fotografia apresenta o espaço visto “por dentro” e “de baixo”, a partir daqueles que têm no corpo escrito as memórias e as marcas do lugar.

### **Lugar da brincadeira**



Fotografia: Renata

Essa fotografia do beco, não dá pra ser tirada do alto do teleférico. Este cria leitores que buscam apreender o todo da favela pelo olhar, levando consigo o projeto de superar as contradições da aglomeração urbana. A experiência de ver o Complexo do Alemão de cima coloca o jovem à distância: “aquele que sobe até lá no alto foge à massa que carrega e tritura em si mesma toda a identidade de autores e de expectadores” (CERTEAU, 1994, p.170). Se para Miguel essa experiência de ver a totalidade da favela o apavora, para Pedro serve como distração e passeio. O jovem gosta de pegar o teleférico para ver a vista, sem objetivo de chegar a lugar algum, deixando ser conduzido pela máquina.

Ultimamente muitos turistas passaram a frequentar a favela. Eles andam de teleférico, visitam ONGs que atuam no Complexo do Alemão, vão a bares e lugares que tocam samba. Mas segundo Renata: “o que eles mais gostam é o teleférico, porque mostra a favela de cima, é muito interessante pra eles, pra tirar foto”. Pedro acredita que depois da visita, os turistas saem com a impressão de que a favela está melhorando, o que não corresponde à realidade. Apesar de algumas áreas do Complexo do Alemão terem se beneficiado com as obras, outras permanecem em condições precárias e não são mostradas. “Não vai levar o turista nas partes que tá com a escada caindo, criança que não tem educação correndo descalça, não tem um chinelo, não tem nada” (PEDRO, Complexo do Alemão).

A visão que se tem da favela do alto é a que mais atrai os visitantes porque eles não precisam entrar em contato com os problemas do lugar e nem se relacionar com as pessoas que vivem ali. Ao usar o teleférico, o turista mata a sua curiosidade sobre a favela, sem perder a sensação de que as coisas estão sob controle. “Escapando às totalizações imaginárias o olhar, existe uma estranheza do cotidiano que não vem à superfície, ou cuja superfície é somente um limite avançado, um limite que se destaca sobre visível” (CERTEAU, 1994, p. 172). Conhecer a favela, sem andar pelo ‘labirinto’ (JACQUES, 2011) de seus becos e vielas, sem experienciar a estranheza de um novo caminhar que a própria arquitetura vernacular impõe é uma forma de se proteger da diferença, de evitar o encontro com outro capaz de provocar novos sentimentos, impressões, desejos.

O Complexo do Alemão ganhou visibilidade com a instalação do teleférico e da Unidade de Polícia Pacificadora. Antes era considerado um dos lugares mais perigosos da cidade, com a forte presença do tráfico armado, onde turistas e visitantes não tinham interesse em conhecer. Houve um grande investimento para mudar essa imagem do Complexo, sendo escolhido até para servir de locação para uma novela. Renata considera positiva essa exposição da favela: “o pessoal está ficando muito feliz, agora está saindo na mídia e o pessoal está ficando famoso. Na novela então, está aparecendo tudo, as estações culturais

apareceram na novela também, alguns moradores também apareceram...”. Renata conta que, atualmente, há muitas atrações culturais no Complexo do Alemão: “tem dança, uma feirinha cultural, exposição de foto, reciclagem, música, artesanato, brincadeira para criança, pintura, um monte de coisas”. Alguns desses eventos acontecem aos sábados nas estações do teleférico. Na sua perspectiva, as obras do PAC e a entrada da UPP possibilitaram a ampliação dos espaços de lazer e de sociabilidade na favela.

Na região portuária, os jovens que entrevistamos foram muito críticos em relação à instalação do teleférico na Providência. Para eles, faltam escolas, moradias dignas, infraestrutura, saúde de qualidade, enfim, uma série de coisas que deveriam ser prioritárias em relação à construção do teleférico. Os jovens afirmaram que esse é um projeto turístico que tem como objetivo levar os visitantes à Região Portuária, facilitando o acesso aos mirantes da Providência e à Cidade do Samba. Assim, o turista não precisa subir escadarias, andar pelas ruas e becos, e nem ver o descaso que se tem com a comunidade:

Eles sobem direto para o mirante e desce pelo teleférico. Eles veem tudo de cima, então, não sabem nada do que acontece. O teleférico vai estar servindo só pra isso mesmo: para atração turística. Só que a realidade eles não vão enxergar. Eles vão ver o Rio de Janeiro como sempre aparece na televisão, o Cristo Redentor, a Praia de Copacabana, é só isso. (ANTONIO, Morro do Pinto)

Nesse caso, o teleférico faz parte de um “consumo visual” da cidade, em que a paisagem se transforma em mercadoria a ser vendida. Ao valorizar a ida aos mirantes da Providência, sem fazer com que os turistas percorram a favela, reforça a imagem publicitária da “cidade maravilhosa”, que aparece na televisão. É exibido apenas aquilo que é bonito, agradável, divertido que pode atrair novos investimentos financeiros e turistas. Perguntamos aos jovens da região portuária se a vinda dos turistas também traria algo de bom para eles e seus vizinhos. Eles responderam que passaria a ter mais eventos voltados para os novos moradores, aqueles que terão condições de viver na região depois das obras. Eles têm medo que o processo de *gentrificação* se intensifique com a chegada dos turistas na favela. A visibilidade que o teleférico pode conferir à Providência beneficiaria aos visitantes e aos novos moradores que possuem um poder aquisitivo maior do que aqueles que vivem ali há mais tempo.

Para os jovens que entrevistamos, os moradores que apoiaram a construção do teleférico não se deram conta de que só terão direito a duas passagens por dia: uma de subida e outra de descida. Caso precisem descer o morro outra vez terão que pagar pelo transporte. Além disso, eles apontam que o teleférico tem um alto custo de manutenção e não atende

todas as regiões do morro, beneficiando poucos moradores. Se o objetivo fosse melhorar o transporte, a prefeitura poderia ter regularizado o sistema alternativo de vans que ficam na entrada da Providência e levam os moradores até a parte mais alta. Os jovens afirmam que o investimento nesse tipo de transporte poderia empregar pessoas que moram na região. Segundo Andreia: “iria gastar muito menos e as pessoas iriam se mover dentro da comunidade, mas aí teleférico não é pra gente, a ideia dele é claro que não é ajudar a população em momento nenhum, porque o teleférico ele não vai pra parte nenhuma da comunidade”.

Além do teleférico não atender às necessidades dos moradores, gerou a remoção de muitas casas e famílias para sua construção. A casa de um dos jovens que entrevistamos está localizada próxima à estação e está ameaçada de remoção. Alguns vizinhos já tiveram de sair, mas a sua família resiste no local. Daniel lamenta a perda da quadra Américo Brum, que ficava no local onde foi erguida a estação do teleférico. Nessa praça, crianças e jovens jogavam futebol e brincavam na quadra, tinha baile *funk*, festa de Natal e Ano Novo, entre outras comemorações. O jovem se lembra da comemoração do dia das crianças quando comerciantes, deputados e outras pessoas que atuavam na favela distribuíam brinquedos na quadra para as crianças. Ele lamenta não ter mais um lugar de encontro para os moradores na Providência.

Quando Daniel era criança existia outra quadra no largo, em frente à igreja, onde eles brincavam e também faziam festas e eventos. Segundo o jovem, eles perderam essa quadra porque foi feita uma reforma mal feita: “a gente diz que aquilo parece um cemitério, uma cruz no meio grandona, as covinhas do lado, a gente meio que sacaneia”. Apesar dessa perda, os moradores não ficaram tão chateados porque tinha ainda a Praça Américo Brum: “Ai ali virou nosso coração, a gente acabou até deixando o largo de lado quando existia a praça, ai, infelizmente, fizeram o teleférico em cima da nossa praça”. Por mais que os moradores tenham protestado contra a destruição da praça, a prefeitura continuou com o seu projeto. No último evento que os moradores fizeram na favela, eles fecharam a rua e se reuniram na ladeira mesmo.

A gente perdeu não só uma praça pra ter baile, a gente perdeu cultura. Se você visse, até as brincadeiras... Eu via os moleques brincando de taco na lata, ninguém brinca mais de taco na lata porque não tem como brincar de taco na lata na ladeira de paralelepípedo porque você vai se arrebentar todo, sabe? (DANIEL, Providência)

O que chama atenção do jovem são as mudanças na cultura e nos costumes provocados pela transformação do espaço. Considerando que a Providência é uma favela

íngreme e a praça era um local plano, algumas brincadeiras que só eram possíveis ali passaram a ser substituídas por outras ou foram sendo adaptadas. Daniel conta que quando era mais novo, ele gostava de brincar de pião de madeira, mas hoje as crianças não tem mais essa cultura. “Muita coisa se perdeu e a gente foi esquecendo assim com o tempo”. Andreia também lembrou que as obras para a construção do teleférico provocaram a retirada de uma árvore centenária. Os operários a transportaram para um canteiro em frente à Central do Brasil. Para a jovem, seria importante fazer um ato para trazer a árvore de volta para a Providência: “são cem anos imagina, a gente às vezes deixa de lutar por essas coisas, pode parecer pouco, mas a gente tem que lutar por isso também, isso é uma questão de manter a história no bairro”.

Essas falas de Andreia e Daniel evidenciam as contradições dos projetos de urbanização em curso. Se, de um lado, eles desejam promover o turismo e resgatar uma história da Providência, por outro, fazem obras que destroem espaços fundamentais para aqueles que vivem ali. A Praça Américo Brum e a árvore centenária eram bens dos moradores, que faziam parte da história do lugar e remetiam à participação das diversas gerações que construíram a Providência.

O projeto de transformar a favela em uma nova atração turística não valoriza as rugosidades do espaço e a memória contida na materialidade dos objetos e espaços que compõe o lugar. “Trata-se de um movimento que imprime uma perda progressiva de nossas pequenas histórias, e com elas, perdemos também nossas vinculações com a vida na/cidade” (BARBOSA, 2011, p.129). Para atrair turistas e investimentos, passados são forjados, criam uma versão *fake* da favela, que atende às expectativas daqueles que estão interessados no consumo de sua paisagem. Longe de ser uma experimentação do ‘caminhar cego’ daqueles que estão embaixo, os visitantes experimentam uma favela-cenário, homogênea, em que não dá margem para as relações com a diferença e com alteridade. O teleférico simboliza, nesse contexto, esse poder que vem de fora, que produz uma “destruição criativa” (Harvey, 2013) do espaço impondo aos moradores uma nova cultura, à qual eles devem estar subordinados.

Os jovens que participaram do grupo de discussão da Rocinha sabiam que as obras do PAC 2 iam começar, mas tinham muitas dúvidas em relação ao seu projeto. Eles não sabiam se iam construir um “bondinho” (plano inclinado), um elevador, uma escada rolante ou um teleférico. Muitos desses projetos saíram na imprensa, em épocas diferentes, gerando uma confusão sobre o que de fato iria acontecer na favela. O plano inclinado era um projeto do PAC1 a ser construído na localidade conhecida como Roupas Sujas, mas a obra foi interrompida. No PAC 2 está prevista a implantação do teleférico que vai ligar a Rocinha às

estações de metrô de São Conrado e da Gávea. Os jovens estavam esperançosos que essas iniciativas melhorem o transporte na região. Eles se queixam dos ônibus que demoram a passar na favela e que ficam lotados: “alguma coisa vai ficar mais vazia. Uma metade para o ônibus, outra metade pro metrô”; “Quem mora na Rua 1 vai descer de teleférico e vai chegar na porta do metrô. Vida boa a gente vai ter”. Uma menina se mostrou otimista:

O PAC era pra demorar, mas não demorou tanto assim não. Aqueles negócios lá da Rua 4 foi rápido. O metrô só vai ficar pronto em 2014, 2015. Oh, eu queria agora me livrar desse busão de 92. Chegar em casa, eu queria pegar esse metrô, ia ser facinho. Eu fiquei pensando, vou estudar na PUC, vou de metrô pra faculdade. (jovem, Rocinha)

Percebemos nesse grupo uma expectativa de que as estações do metrô e do teleférico possam facilitar a circulação dentro e fora da favela. Hoje a Rocinha depende de um sistema precário de ônibus e vans, que não dão conta do número de moradores que eles atendem, não respeitam os horários e são sem qualidade. O transporte também é feito por mototaxi, que consegue entrar em becos e vielas mais estreitos onde os carros não passam. No entanto, os mototaxis também são um problema, pois andam em alta velocidade, gerando acidentes e atropelamentos. Ao longo da oficina, os jovens relataram diversas situações em que ajudaram pessoas que corriam o risco de serem atropeladas, batidas entre carros e motos, pessoas que não respeitam as regras de trânsito, entre outras histórias. Uma menina narrou uma situação em que ela viveu:

O motoqueiro vem lá de cima na velocidade. Não é pra andar rápido pra caramba. Quase pegou o menino, se eu não tivesse atrás e ter ajudado ele. E aí? O policial vai fazer o que? Nada, porque não é o dever deles. A mulher vem na contramão. “Não é meu dever”, ele falou assim mesmo. É com o guarda municipal. E se atropela o menino ali? Vão fazer o quê? E se morrer? Não é seu dever não? Eu quebro todas aquelas motos ali. Eu quebro tudo e ainda quebro o cara, pego um ferro ali, não tem essa não. (jovem, Rocinha)

Os jovens reclamam da falta de fiscalização e controle dos serviços de transporte, cuja responsabilidade é passada de mão em mão. Se as instituições não funcionam fica a cargo de cada um resolver os seus problemas pessoalmente, por meio, muitas vezes da força física. Após essa fala indignada, os jovens disseram que não tem nada que pode ser feito, uma vez que a população não se mobiliza para tratar dos meios de transporte. Recentemente, a prefeitura proibiu a circulação de vans que faziam o mesmo trajeto de ônibus na zona sul da cidade. Os motoristas e trocadores de van da Rocinha fizeram uma mobilização contra essa medida, mas poucos moradores aderiram à causa. Apesar de serem os maiores prejudicados pelo sistema ineficiente, eles não reivindicaram soluções para o transporte local. Dentro desse

contexto, podemos entender os desejos dos jovens em ter outra opção de transporte na favela, uma vez que esperam não depender mais de ônibus, vans e mototaxis.

Ao mesmo tempo em que os jovens veem a construção do metrô e do teleférico como iniciativas positivas para os moradores da Rocinha, eles acham que ainda é uma realidade distante: “olha, quando tiver teleférico, já vai estar todo mundo se sustentando, fora da casa da mãe. Se duvidar nem na Rocinha eu vou morar quando esse teleférico ficar pronto”. Há uma descrença nas ações do poder público. Os jovens se ressentem de diversas promessas que foram feitas em campanhas eleitorais durante a obra do PAC1 na Rocinha, mas que não foram cumpridas.

Um jovem que entrevistamos afirma que os moradores acompanharam os urbanistas na elaboração do Plano Diretor e apontaram que os esgotos e valas a céu aberto são os principais problemas da Rocinha. No entanto, eles não tiveram influência na tomada de decisão sobre as reformas promovidas pelo PAC 1. Leandro denuncia que houve desvio de dinheiro por parte do governo federal, estadual, da prefeitura, da associação de moradores da Rocinha e das empreiteiras. “Todo mundo ganhou muito dinheiro com aquele PAC”. Para ele, com o dinheiro que vai ser investido nas obras do PAC2, daria pra reformar a Rocinha e acabar com seus problemas: saneamento, segurança, transporte, asfalto, contenção de encostas, educação, saúde... Contudo, se for feito o teleférico, dificilmente, irão conseguir recursos para realizar obras que são cruciais para a favela. Uma menina falou sobre isso durante o grupo de discussão:

Na época de eleição, a prefeitura marcou de amarelo as casas que iam sair e a casa está pintada de amarelo até hoje. A casa que não foi retirada, estrada que não foi feita... Lá em cima tem um montão de gente que mora em área de risco. O pessoal dali tiveram que sair da creche e a creche não está pronta, eles foram morar na mesma área de risco. Então, eu acho que antes de colocar o teleférico eles têm que melhorar os problemas internos. Eles só vão acrescentando coisa na lista e vão acabar não fazendo nada. (REJANE, Rocinha).

Durante as oficinas, alguns jovens alegaram que as obras de saneamento básico devem ser prioritárias na Rocinha. Eles criticam a televisão que só mostra por fora as obras bem sucedidas, como as casas da Rua 4, a Unidade de Pronto Atendimento e a passarela, mas não retratam a realidade dos moradores, o esgoto, a sujeira, as pessoas que vivem em situação de risco. Eles reclamam que onde existe o complexo esportivo da Rocinha tinha uma vala, que não resolveram a situação: “se chover a vala transborda fica um nojo. Se for fazer o teleférico, vão mostrar só o teleférico. Não vão mostrar a casa das pessoas. Tá entendendo?”. Os jovens temem que o teleférico ganhe visibilidade, vendendo uma imagem positiva da favela e,

principalmente, da vista que se tem do alto do morro e oculte os problemas sérios que afetam a vida dos moradores.

A Rocinha foi uma das primeiras favelas do Rio de Janeiro a entrar no turismo profissional. Desde 1992, a empresa *Jeep Tour* oferece um passeio de três horas acompanhado de um guia, que dá as orientações no carro, caminha a pé pela favela, e visita uma residência. Desde então, outras empresas passaram a oferecer o passeio pela “maior favela da América Latina”. Atualmente, cerca de três mil turistas por mês visitam a Rocinha. Leandro disse que todos os dias muitas pessoas vão à favela através dessas empresas: “Pode estar chovendo eles estão aí. Na época que tinha tiroteio constante eles estavam aí. (...) Eles nem sabem o contexto, eles nem falam com os moradores. Eles vêm aqui, sobem com os guias, depois descem, não falam com ninguém. Acho que eles são orientados a não falar mesmo”.

Mauro, morador do morro Santa Marta, também critica a política de turismo na cidade. Os guias turísticos de empresas de fora da favela falam para os estrangeiros não comprarem qualquer tipo de mercadoria dos comerciantes locais. “Isso é uma coisa velada, mas não é assim uma obrigação. Eles falam assim ‘poxa, não compra nada no morro não’, meio que só um aviso. Eu acho isso um absurdo”. Mauro faz parte de um grupo de guias turísticos formado por moradores do morro Santa Marta que, segundo ele, trabalha apenas com 20% de todos os turistas que visitam a favela. Grande parte vai pelas empresas que buscam os turistas nos hotéis e contratam seus próprios guias. Por isso, ele pergunta: “todo mundo tá ganhando com a política de turismo, mas o quê que a gente tá ganhando com a política de turismo? Isso é a pergunta mais importante”. Os moradores reclamam das promessas de que o turismo promoveria trabalho para as pessoas da favela e que movimentaria o comércio local. No entanto, o que eles percebem no dia a dia é que o retorno tem sido muito pequeno nesse sentido.

Perguntamos para Mauro porque ele acha que a visita à favela atrai os estrangeiros. Ele disse que era algo novo para quem vem de fora do país onde não existe esse tipo de moradia. Mauro conversou com um rapaz da Noruega que disse ser impossível imaginar como as pessoas conseguiam morar daquela forma no Brasil. Outros jovens disseram que os turistas acham exótico, diferente, o modo de vida deles, por isso, se interessam em conhecer a favela. Leandro fica incomodado com os turistas que vão “a Rocinha para ver as coisas ruins, para ver a pobreza, como os jornalistas que querem ver a lágrima”. Para o jovem, não tem nada para eles fazerem na Rocinha. Uma das fotografias que ele tirou da favela foi de um hotel que não tem infraestrutura nenhuma, mas já estava lotado de hóspedes para o evento da Jornada Mundial da Juventude Católica, que aconteceu em junho de 2013. Ele também

criticou os estrangeiros que vão ao morro para comprar drogas proibidas no seu país de origem. Na mesma época em que foi feita a entrevista, um turista alemão tinha sido baleado na Rocinha. Leandro deu a sua versão para a história: “Estavam falando que ele chegou, viu o bandido e quis tirar foto para colocar na internet, se deu mal. Eles acham que é assim? Vem aqui, tiram foto do bandido e pronto? Eles pediram, não é por nada não, vou até dizer que foi bem feito”.

O turista circula por diferentes espaços do mundo com o objetivo de vivenciar aventuras e experiências excitantes quando comparadas a sua vida cotidiana. A cidade com suas paisagens, praias, parques e, recentemente, as favelas são procuradas para produzir uma experiência nova, que gere prazer aos visitantes. O cidadão global vai às favelas em busca de conhecer uma “cultura autêntica” do carioca ou do povo brasileiro. O que atrai o turista é a possibilidade de ter uma revelação de si, a partir do encontro com a comunidade, que está livre das influências corrosivas do mundo externo. Nesse caso, no imaginário “vendido” ao visitante é que tanto os anfitriões quanto os hóspedes viveriam uma experiência positiva de interação e conhecimento mútuo. No entanto, o que incomoda os habitantes locais é que o turista não possui nenhum envolvimento ou obrigação de longo prazo com aqueles que vivem ali, pois brevemente encontrará outro destino para visitar. O “exotismo” produz uma condição de subjetivação que objetifica o morador de favela, transformando-o em mais uma mercadoria a ser consumida pelo outro.

Leandro associa a alta de preços dos imóveis na Rocinha ao aumento do número de turistas estrangeiros que resolveram viver ali. O jovem foi a uma festa na favela vizinha, o Vidigal, e ficou impressionado com a quantidade de “gringos”: “No Vidigal tem muito estrangeiro. Até assusta. Porque o número é muito grande. Muito, muito, muita gente mesmo”. De acordo com Leandro, muitos estrangeiros estão comprando casas de moradores para alugar e fazer albergues. Por ser de frente para o mar e ter um fácil acesso, o Vidigal acaba atraindo mais pessoas de fora. Mauro também fala que o morro onde tem mais turistas na cidade é o Vidigal. Segundo o jovem, “tem albergue pra gringo no Vidigal que custa 800 reais”, este valor é bem mais alto do que no morro Santa Marta, onde ele mora.

Porque o Vidigal ele é um morro e não é um morro, porque o Vidigal no meio dele tem a área nobre, onde só mora gente rica. E ali em torno dos prédios, antigamente, morava a classe famosa praticamente toda, era o reduto da cultura, morou a Marília Pera. Então o Vidigal é um morro diferente, ele sempre foi um morro diferente. (MAURO, Santa Marta).

Para Mauro, o Vidigal é diferente porque ocupa um lugar de centralidade na cultura.

Ele cita como exemplo o trabalho do Gutti Fraga, criador do ‘Nós do Morro’, uma importante escola de teatro formada para atender crianças e jovens da favela. Para ele, esse trabalho está realmente mudando as pessoas que moram no local, que conseguem viver do teatro, fazer filmes e novelas. Na época que foi criada a escola de teatro ainda havia o narcotráfico forte no Vidigal, mas os artistas que vieram de fora não se incomodavam de morar no morro. De acordo com Mauro, o tráfico lá nunca foi tão forte como em outras favelas, como no próprio Santa Marta: “aqui, em 87, teve a maior guerra da história, na Rocinha também, e lá nunca teve essa coisa absurda”. Mauro entende que o “Nós do Morro” não poderia nascer em nenhum outro lugar porque o Vidigal sempre teve uma mistura de classe social e de cultura:

Por exemplo, eu tenho um amigo que estudou comigo, ele é rico, mas ele é favelado, mora no Vidigal porque no Vidigal teve essa mistura, entendeu? Que foi diferente daqui. Eu moro na Zona Sul, eu moro no morro, mas eu não me misturei com outras pessoas além do meu morro, não me misturei. E no Vidigal não, as pessoas se misturaram, então, elas tiveram uma nova consciência. (MAURO, Santa Marta)

Durante a entrevista, Mauro sugeriu que incluíssemos a favela na pesquisa. Fomos duas vezes ao Vidigal, mas infelizmente não conseguimos realizar entrevistas com os jovens de lá. Para ele, a entrada das UPPs nas favelas torna possível que outros espaços possam viver o processo que o morro do Vidigal já vive há muito tempo. Mauro fala que houve uma mudança na cultura da população em relação às favelas: “você não vê mais essas áreas como um reduto da criminalidade, você vê como um lugar bacana de se vir e de se viver. Tem muita gente ganhando dinheiro com isso”. No morro Santa Marta, tem um morador que faz festas na laje, o evento ficou conhecido como “Lajão Cultural” que ganhou destaque da mídia. Muitos artistas que aparecem na televisão frequentam essas festas, algo que há 15 anos seria impossível, segundo o jovem. Para Mauro, a entrada da Unidade de Polícia Pacificadora provocou uma mudança grande abrindo a favela para aqueles que vêm de fora.

Para o jovem passou a existir um interesse maior pela favela e suas produções culturais por causa do aumento de renda e da capacidade de consumo de seus moradores. Para ele, o destaque que o *funk* tem ganhado na mídia se refere a um reconhecimento da produção cultural da favela, deixando de ser relacionado à marginalidade: “o *funk* hoje tá explodindo em todas as camadas sociais, antigamente ele também era muito estigmatizado e ligado ao narcotráfico”. Para o jovem essa mudança na percepção do *funk* como cultura acompanha a transformação do lugar da favela na cidade, que também deixou de ser vista como reduto de traficantes e ‘bandidos’ para se tornar parte da cidade, atraindo até turistas. Por isso, Mauro afirma “essa questão do *funk* não é uma questão que a classe dominante deixou entrar, não,

não é essa. É que hoje em dia o nosso poder econômico, da classe C e D, tá muito grande, então a gente também pode definir o conceito cultural. Hoje em dia a cultura da favela tá em todo lugar (...), então não é uma questão de olhar o exótico, mas sim de olhar a mídia de massa”. O jovem entende que os movimentos culturais da favela ganharam visibilidade porque os seus moradores se tornaram uma fatia importante do mercado consumidor. Houve uma valorização dos elementos culturais das favelas e periferias como uma forma de agradar essa classe social emergente, que passa a se incluir socialmente pela via do consumo.

Essa visibilidade que a cultura da favela ganhou nos últimos anos faz com que os jovens apareçam pelo ato de consumir, se diferenciando de uma aparição por via da ação política. A favela e a periferia têm aparecido na televisão em séries, novelas, filmes, propagandas publicitárias, programas de auditório, entre outros. Como afirma Kehl (2004, p. 156) “na sociedade do espetáculo toda imagem, mesmo a imagem jornalística, mesmo a informação mais essencial para a sociedade, tem o caráter de mercadoria, e todo conhecimento se reduz à dimensão da aparição”. A visibilidade da sociedade do espetáculo se diferencia de uma visibilidade conferida pela ação e pelo discurso no espaço público, onde o sujeito revela a sua singularidade e diferença em relação aos outros e se responsabiliza pelas suas ações (ARENDDT, 2005). A ação na esfera pública faz com que o sujeito se torne parte de uma teia, colocando-o necessariamente numa relação com os outros. A sociedade do espetáculo faz com que a exibição produza mais efeitos sobre o laço social do que a participação nos assuntos da cidade, que passa a ser delegada para os outros.

Andreia estranha pessoas passearem pela favela como se estivessem em um safári. Sobem o morro para saber como é, mas não se interessam em participar para mudar as condições de vida dos moradores locais. Nesse caso, o visitante vai para consumir a imagem da favela e da vista que se tem do alto, mas não se preocupa em se envolver para mudar a situação do lugar. A jovem acha que pessoas de fora podem ajudar os moradores levando informação, pois a partir disso a comunidade poderia se mobilizar para que mudanças sejam feitas. Ela dá como exemplo o grupo que organiza um pré-vestibular na Providência. Quando ela conheceu o grupo em 2010, ficou desconfiada: "o que esse pessoal branco está fazendo aqui, oferecendo pré-vestibular de graça?". Andreia disse que como “tudo novo na favela” ela ficava receosa, mas aos poucos foi vendo que “as pessoas era legais, queriam saber como você está, te ajudam no vestibular, te colocam para estudar, se preocupam com você”.

Segundo Andreia, não adianta alguém de fora subir em um caixote e começar a falar o que os moradores da favela devem fazer: “a população não vai te escutar, você é diferente dela”. Então, nas reuniões comunitárias, as pessoas que trabalham no pré-vestibular

comunitário “tentam colocar a população do morro mais a frente, dos projetos, de organização, de puxar mutirões, de ter as ideias, de pensar, eles colocaram a ideia aqui e vai, mas ajudam a gente o tempo todo”. De acordo com a jovem, as pessoas que vem de fora talvez nem sofram com o aumento da passagem dos transportes coletivos ou com a baixa qualidade da educação – uma vez que cursaram escolas particulares e possuem uma renda maior – mas sabem que são causas importantes para os moradores da Providência. Andreia aponta para outras formas de diálogo que podem ser estabelecidas entre quem é de “dentro” e que é de “fora” da favela, que não passa pelo turismo ou pela exploração. Apesar da desconfiança inicial, o grupo a conquistou por criar uma relação baseada na solidariedade e na responsabilidade diante do outro. Há uma tentativa em construir conjuntamente reflexões e ações para transformar a realidade daqueles que vivem ali. A jovem afirma que ela e a Providência mudaram muito depois da entrada desse grupo, pois há um incentivo a mais para estudar e para participar.

Nesse caso, o morador de favela não é tratado como “exótico” ou como uma figura estereotipada. O encontro do estrangeiro com o “favelado” se dá pela “relação ativa” com a diferença. Como discutimos anteriormente (PÉREZ, 2009), a ‘relação ativa’ se distingue de uma relação baseada na tolerância ou na passividade, em que o outro é mantido distante e incapaz de provocar algum impacto no indivíduo. Na relação passiva as interações com os diferentes se dão minimamente, sem que identidades e diferenças possam ser questionadas ou abaladas. Já na ‘relação ativa’, o indivíduo tem que lidar com o inesperado e com os sentimentos que o encontro com o outro pode acarretar, seja de fascínio, horror, medo, angústia, alegria, entre outros. Esse tipo de relação demanda, portanto, a ‘coragem’ de se mostrar e de enfrentar as reações e atitudes do outro e, ao mesmo tempo, de estar aberto às transformações que podem ocorrer a partir desse encontro. Como os jovens apontaram durante as entrevistas sobre as ações do grupo de teatro e do pré-vestibular comunitário, o contato dos moradores de favelas com quem é de fora também pode ser criativo e transformador, a partir do momento em que há uma troca de experiências que visa à transformação social.

Dessa maneira, percebemos que hoje a favela não pode ser considerada apenas como um lugar onde vivem pessoas pobres da cidade. No contexto atual, tornou-se um negócio para empresas de turismo profissional e para diferentes atores sociais, que exploram suas paisagens e seu modo de vida como uma mercadoria a ser vendida. Alguns jovens consideram que o teleférico pode trazer melhorias na circulação e no deslocamento dos moradores nas favelas, atrair turistas e estimular novos eventos e atrações culturais. Eles têm a expectativa que a

presença de turistas possa trazer novas possibilidades de encontros e de uma mudança na imagem negativa e preconceituosa atrelada ao “favelado”. O benefício seria a transformação da perspectiva sobre aquele espaço considerado um “covil de bandidos”, marginalizado, para um lugar também faz parte da cidade onde moram cidadãos.

Outros jovens são contrários à instalação do teleférico, pois entendem que esse projeto não atende às necessidades dos moradores. Os recursos gastos nessa obra poderiam ser investidos para melhorar a rede saneamento básico, fazer obras de contenção de encostas, melhorar a qualidade dos postos de saúde e das escolas públicas. Os jovens questionam sobre o retorno que o turismo pode dar aos habitantes e se de fato vai oferecer oportunidades de trabalho e de desenvolvimento econômico local. Na experiência atual, o turismo parece alimentar a especulação imobiliária e o processo de *gentrificação*, que gera um aumento do custo de vida e a expulsão de moradores de baixa renda.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente tese tivemos como objetivo compreender as relações dos jovens com o espaço; desvendar os sentidos que eles atribuem às intervenções urbanas nos lugares onde moram; e refletir sobre a função da memória na disputa por sentidos diante das transformações na favela.

Na análise das entrevistas e dos grupos de discussão com jovens percebemos que a favela é um espaço permeado de afetos, que ganha um sentido singular a partir das histórias vividas ali. Os jovens evocaram lembranças de sua infância na favela, suas brincadeiras, suas relações de amizade, gênero e vizinhança. O grupo se dividiu entre aqueles que eram “de casa” e os que eram “de rua”. Ou seja, entre crianças que não podiam ficar fora de casa, pois a família não deixava com medo da violência, e aquelas que podiam circular livremente pela favela. Estas exploraram seus becos, vielas, lajes, matas, quadras, entre outros espaços, se deparando, desde cedo, com as coisas boas e ruins de morar naquele lugar. Pelas fotografias dos jovens, percebemos que qualquer espaço podia servir para brincar e para o encontro com outras crianças, como um banco, um pátio entre dois prédios, uma escada. A violência vivida pela presença do tráfico de drogas e do confronto com policiais também era elaborada pela brincadeira.

Ao mesmo tempo, os jovens contaram histórias do lugar que ouviram de seus avós e familiares. Em algumas falas, notamos o sentimento de gratidão pelas heranças de seus pais e avós, que permitiram eles terem hoje um maior acesso à educação e a uma vida mais confortável. As fotografias também revelaram, como a do posto de saúde tirada por Leandro, que o espaço da favela foi construído a partir de lutas e conquistas de outras gerações. A referência à família também faz com que os jovens sejam reconhecidos na comunidade como “netos” ou “filhos” de moradores, o que garante respeito e maior proximidade. Pelos relatos, essas relações parecem se diferenciar da experiência urbana em que entramos em contato com estranhos que não sabemos a origem e nem temos referências. A partir das experiências individuais e das histórias que eles ouviram das gerações anteriores, pelas dificuldades, conquistas, medos e alegrias, entre tantos outros sentimentos que os jovens transformaram a favela num lugar “seu”.

Considerando que as memórias são evocadas para atender às solicitações do presente, percebemos que, muitas vezes, os relatos sobre a história dos jovens tinham a função de reforçar um conjunto de valores, num contexto em que eles estão sendo ameaçados de remoção. Dizer que sempre moraram ali, que seus avós ou bisavós chegaram aquele lugar

quando não tinha nada e que eles ajudaram a construí-lo significa que não é apenas o valor de troca do espaço que está em jogo, mas o seu valor de uso, nos termos de Lefebvre (2006). Os jovens disseram sentir “amor ao morro”, esse sentimento parece ter se fortalecido diante de uma ameaça externa, servindo para unir os moradores a lutar contra a remoção. Vimos que os moradores da Rocinha, Providência, Horto e Santa Marta estão se engajando para permanecer no local, através de reuniões comunitárias, manifestações, e buscando especialistas que possam dar argumentos contrários aos que defendem o Poder Público. Recorrer ao passado ajuda a fortalecer a luta, uma vez que remete às conquistas que as outras gerações já conseguiram. Assim como os pais de Leandro foram realocados da parte baixa da Rocinha, nos anos 1980, para outra localidade dentro da própria favela, os jovens acreditam que também vão conseguir reunir esforços para permanecer ali.

Os jovens falam da importância da comunidade não apenas para os moradores, mas por portar um valor histórico para a cidade do Rio de Janeiro. Este é o caso do Horto, em que há uma mobilização para fazer com que os outros reconheçam a comunidade como um “lugar de memória” (Nora, 1993), com a criação do museu. Assim, eles buscam os vestígios deixados pelos antigos moradores, como os escravos, para justificar a importância do local. Como Letícia fala, o problema não é apenas ela perder sua casa, mas acabar com toda a comunidade.

Na Região Portuária, o seu valor histórico também está presente nas falas de alguns jovens, como as memórias que são transmitidas oralmente pelos que vivem ali há muitos anos. No entanto, no caso do Centro do Rio, há investimentos públicos de revitalização do local, o que significa, por um lado, reconhecer o patrimônio histórico com as obras de preservação dos sobrados e casarios, e por outro, abrir aquela região para os empreendimentos da iniciativa privada, o que acarreta a remoção das famílias que vivem em ocupações e em áreas que estão sendo valorizadas. Nesse caso, o discurso da memória e da preservação do patrimônio público acaba servindo para excluir os mais pobres desses locais.

As favelas que estão hoje em áreas valorizadas da cidade resistiram às remoções na época da ditadura militar e às diversas ameaças ao longo da história. Esse “fantasma” da remoção parece ir e vir e, agora, ganhou mais força no contexto de preparação da cidade para a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Mesmo não estando em áreas próximas aos jogos, se instaurou na cidade um conjunto de transformações para atender sua “vocação turística”. Há um investimento de valorização para projetar a imagem da cidade internacionalmente para atrair investimentos estrangeiros e turistas. Assim, obras são feitas não para aqueles que

vivem ali, mas para atender aos interesses externos à comunidade, se tornando uma mercadoria a ser vendida.

No caso das remoções é uma ordem imposta de fora que rompe radicalmente as relações que os moradores estabeleceram com o lugar, produzindo sujeitos desenraizados. Mas também existem outros processos em curso que modificam essa espacialidade imprimindo novos valores. As obras de urbanização, muitas vezes, destroem espaços que eram importantes para aqueles que vivem ali e que não são considerados pelos urbanistas e arquitetos, como, por exemplo, a praça Americo Brum, o “coração” da Providência. Os planejadores urbanos são estrangeiros ao local e olham a favela de cima, de forma racionalizada, inscrevendo no espaço os seus valores. Eles desconsideram as apropriações cotidianas de quem vive “embaixo e dentro” da favela. Os jovens também reclamaram das obras de fachada, que servem mais para quem é de fora olhar o morro do que para quem é de dentro viver com melhores condições. Eles citam a pintura das casas do Santa Marta, enquanto ainda existem muitas casas de madeira e em situação precária; e as obras do PAC no Alemão, que ficaram concentradas nas áreas de acesso ao teleférico e nas ruas que circundam o Complexo, não atingindo quem mora mais para dentro do morro.

O caso mais radical de intervenção é a instalação do teleférico, uma obra que gera um grande impacto e que traz poucos benefícios aos moradores. É algo imposto de forma violenta por aqueles que tem poder e que não corresponde às necessidades e às prioridades apontadas pelos moradores. Estas seriam as obras de saneamento básico, um sistema eficiente de coleta de lixo, melhorias no sistema de saúde e educação. No caso da Rocinha, em que houve a participação popular e uso de recursos públicos para a construção do Plano Diretor, a construção do teleférico desrespeita todo esse processo democrático uma vez que foram apontadas outras soluções para o transporte que traria impactos menores. O teleférico serve, portanto, como um emblema das relações de poder que estão em conflito nessas intervenções urbanas; é uma construção que contrasta radicalmente com a arquitetura vernacular da favela.

Alguns jovens falaram da dificuldade de conseguir agregar e mobilizar pessoas que não estão sendo diretamente atingidas pelas obras. Há um discurso de que o teleférico vai aumentar o turismo na região, o que pode gerar desenvolvimento econômico e social para o local. Esse discurso coopta algumas pessoas que esperam obter ganhos com as obras, dividindo os moradores para lutarem contra o teleférico. Outra questão que dificulta a ação coletiva é política da desinformação, pois a cada momento uma informação diferente passa a ser vinculada pelo poder público e seus representantes. Os relatos evidenciaram que não há um interesse em apresentar e tornar claro o projeto para incluir os moradores e discutir com

eles as propostas para o lugar. Pelo contrário, informações desencontradas são fornecidas para enfraquecer a construção do coletivo e colocar uns contra os outros.

Em favelas onde o turismo existe há mais tempo, como a Rocinha e o Santa Marta, os jovens afirmam que a presença de estrangeiros traz poucos benefícios aos moradores. Os visitantes chegam por empresas que são de fora da favela, interagem pouco com as pessoas e são até instruídos a não consumir no local. Os jovens se sentem incomodados de serem vistos como “exóticos” e terem sua privacidade violada por câmeras fotográficas. Essa visibilidade que a favela ganha como destino turístico também atrai empresários que desejam investir em negócios ou com a especulação imobiliária, e pessoas de outras classes sociais que passam a querer morar ali. Com o tempo, o custo de vida nesses locais tende a aumentar, o que pode fazer com que eles sejam obrigados a deixar suas casas por não terem condições econômicas para permanecerem no local. Dessa forma, segundo Andreia, da Região Portuária, mesmo os moradores resistindo às remoções, mais cedo ou mais tarde talvez sejam obrigados a sair da Providência.

Outra mudança apontada pelos jovens foi a instalação de Unidades de Polícia Pacificadora, criando uma nova configuração temporal que marcam suas narrativas, produzindo um “antes” e um “depois”. Em seus relatos, eventos que aconteceram antes da UPP, mesmo sendo há um ano, aparecem como “antigamente...”, como se já pertencesse há um passado distante. Os jovens apontaram melhorias em relação às trocas de tiros e à exposição de venda de drogas e de homens armados nas favelas. Muitas vezes ouvimos que “antes era ruim, mas agora melhorou...”. Pelo que observamos nos relatos dos jovens, a UPP parece não se dar da mesma forma em todas as favelas e há também diferenças entre as suas localidades. O modo de funcionar da UPP depende dos contextos locais, dos comandantes que assumem o poder e das relações que conseguem criar com os moradores.

Notamos também que a arquitetura vernacular da favela se transforma em um labirinto para quem é de fora, dificultando a atuação dos policiais. Podemos pensar que muitas dessas obras de urbanização que visam ampliar as ruas por motivos de saúde pública também estão relacionadas às tentativas de facilitar a entrada e o controle do território pelo Estado. Nesse caso, observamos como as políticas higienistas formuladas no século XIX são atualizadas e ganham novas formas no século XXI.

Quando aprofundamos a discussão sobre as UPPs, os jovens criticaram o controle repressivo e das abordagens policiais uma vez que eles são identificados como o grupo mais vulnerável ao crime. Eles reclamam de serem revistados constantemente, de sofrerem preconceito e agressões dos policiais. Com a UPP, há também um impedimento à

sociabilidade na favela, como percebemos nas falas de Vicente que o “morro estava morto”, pois as pessoas não ficavam até mais tarde nas ruas, assim como a proibição dos bailes funks. Em alguns lugares, os policiais passaram a promover o “baile da proximidade” e a “batalha do passinho”. Espaços que eram usados pelo tráfico de drogas passaram a estar sob controle da polícia, numa tentativa de apagar seus vestígios. A polícia passa, então, a exercer o poder de definir quais são as festas permitidas, o horário de funcionamento dos bares, quem sofre ou não a revista, quem é visto como suspeito, o taxi que pode ou não subir a ladeira para entrar no morro, entre outras funções. Alguns policiais parecem se esforçar para romper com a imagem negativa de pertencer a uma instituição opressora, oferecendo cursos e aulas na favela. Assim, buscam se aproximar dos moradores, começando por aqueles que consideram ser mais fácil de se relacionar: as crianças.

Quando os jovens se mobilizam contra as ações policiais suas críticas são objetivadas como se eles fossem contra a polícia e, automaticamente, a favor do tráfico ou tachando-os de “bandidos”. Há uma forma binária de se pensar a realidade do jovem morador de favela que classifica qualquer crítica ao modelo da UPP como sendo contra a presença do poder público e a favor do estado de coisas anterior. Os jovens buscam se defender de serem confundidos com “bandidos” através da imagem de “estudante” ou de “trabalhador”, se afastando daqueles que consomem drogas, que não estudam e nem trabalham. Eles possuem lembranças traumáticas da presença da polícia na favela que não são fáceis de esquecer. Por isso, afirmam que as próximas gerações, que não vão guardar as memórias dos tiroteios, dos confrontos e de “quando a polícia subia o morro para matar”, poderão estabelecer uma relação melhor com os policiais.

Ao mesmo tempo em que falam das “próximas gerações”, os jovens também têm dúvidas se a presença da polícia continua após os megaeventos na cidade. Eles dizem que muitos moradores apoiam a atuação da polícia e que gostariam que ela continuasse na favela, mas como o tráfico continua presente, eles têm medo de expressar suas opiniões. Defender a presença da UPP não significa apoiar todas as suas ações, mas afirmar que, apesar de muitos problemas e ajustes precisarem ser feitos, proporcionou melhorias na sua qualidade de vida.

Os jovens afirmam que o conjunto de intervenções na favela possibilitou o aumento de ofertas de cursos e de oportunidades. Durante as observações participante em reuniões comunitárias, ouvimos de moradores antigos que muitas coisas já existiam antes da UPP. Eles criticam que todas as conquistas passaram a ser atribuídas a entrada da polícia, desconsiderando os papéis que as lideranças desempenharam na favela ao longo da história. Para os jovens, a nova visibilidade que a favela ganha pode trazer benefícios para as imagens

de seus moradores. Se antes eram vistos como “bandidos” e “ladrões” ou “criminosos”, agora, outros sentidos estão em disputa. Os jovens que moram nas favelas hoje também não são mais os mesmos, que há trinta, quarenta anos. Muitos possuem um bom nível de escolarização, diferentemente de seus pais. Eles também não são os mesmos porque possuem uma maior capacidade de inserção no mercado consumidor. A visibilidade do jovem morador de favela se dá pela via do consumo, o que faz com que as suas produções culturais também sejam capturadas pelo mercado.

Como mostraram as fotografias em que aparecem suas escolas, os jovens entrevistados reconheciam a importância da educação nas suas vidas e desejam que haja mais investimentos nessa área. Há uma aposta de que a educação possa propiciar a ascensão social e a um maior conhecimento de seus direitos. Dos jovens entrevistados quatro estavam na universidade ou já tinham cursado ensino superior e outros cinco estavam fazendo cursinho pré-vestibular. Dessa maneira, o conjunto de transformações que as favelas estão enfrentando também cria uma nova perspectiva em relação ao futuro dos jovens.

Muitos temem sair de onde moram e serem obrigados a se readaptarem em lugares estranhos, onde não conhecem ninguém. Para os jovens do Complexo do Alemão, que foram realocados próximos à comunidade e aos serviços, a mudança foi difícil no início, mas depois se acostumaram e novas relações foram tecidas. Mas nesse caso, eles não precisaram se deslocar para áreas longínquas da cidade. A maior parte deseja permanecer aonde mora, embora outros também revelem os problemas da favela e afirmem que gostariam de dar mais conforto para os pais. Os jovens falam que aqueles que são bem sucedidos na vida, em geral, deixam o morro para mostrar para si mesmo e para os outros como eles ascenderam socialmente. Eles esperam que esse sentimento possa mudar e fazer com que os jovens queiram ficar e batalhar para melhorar a comunidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, M. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997.
- AGACHE, A. **Cidade do Rio de Janeiro: remodelação, extensão e embelezamento**, Paris: Foyer Brésilien, 1930.
- ALERJ. Lei nº 5543, de 22 de setembro de 2009. Define o funk como movimento cultural e musical de caráter popular.  
<<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/f25571cac4a61011032564fe0052c89c/78ae3b67ef30f23a8325763a00621702?OpenDocument>> Acesso em 13 de Junho de 2012
- ALMEIDA, M.H.T. Intervenção social ou o direito cidadão ao espaço da cidade? Dois registros ligeiros sobre as possibilidades e limites da política. In M.F.C.M.Gomes, L. L. Fernandes & E. S. Maia (Orgs). **Interloquções urbanas: cenários, enredos e atores** (pp. 249-264), Rio de Janeiro: Arco-íris, 2008.
- ALVITO, M. Bicho-de-sete-cabeças. In A. Zaluar & M. Alvito (Orgs.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. P. 181-208.
- ARENDETT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense, 2005.
- ARIÈS, P (Org.). **História da vida privada**, vol 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- AUGÉ, M. **Não-lugares: uma introdução a uma antropologia da supermodernidade**. São Paulo: Papirus, 2005.
- AUGÉ, M. **Por uma antropologia da mobilidade**. Maceió: EDUFAL:UNESP, 2010.
- AZEVEDO, A. **O cortiço**. Centaur Editions, 1890/2012.
- BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BARBOSA, L. **Sociedade de Consumo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- BARBOSA, J. L. Ordenamento território urbano na era da acumulação globalizada. In M. Santos; B. K. Becker. **Território, territórios: ensaios em ordenamento territorial**. Niterói: Eduff, 2011.
- BARUS-MICHEL, J. Implication, significations et engagement. In V. Gaulejac, F. Hanique & P. Roche. **La Sociologie Clinique: enjeux théoriques et méthodologiques**, Ramonville Saint-Agne: Éditions érès, 2007. P. 218-125.
- BARUS-MICHEL, J. **Le sujet social: étude de psychologie sociale clinique**. Paris: Dunod, 1987.
- BAUMAN, Z. **Mal-estar na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- BAUTES, N. Para além do espetáculo: resiliência e desvio em torno de um projeto de valorização da favela In M.F.C. Gomes, L.L. Fernandes & R.S. Maia (Orgs.), **Interloquções urbanas: cenários, enredos e atores**, Rio de Janeiro: Arco-íris, 2008. P. 161-172.
- BENICHOU, A. La transmission des oeuvres d'art: du monument à l'art de l'interprétation. Les ruses de Christian Boltanski. **Intermédialités: histoire et théorie des arts, des lettres et des techniques** 5, 2005. p. 135-161.
- BENJAMIN, W. (1994). **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Obras Escolhidas I. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

- BENJAMIN, W. (1997). **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo.** Obras Escolhidas III. São Paulo: Editora Brasiliense.
- BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOSI, E. **Tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BRANDÃO, C. R. (Org.) **Repensando a Pesquisa Participante.** São Paulo: Brasiliense, 1999.
- BURGOS, M. B. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In A. Zaluar & M. Alvito (Orgs). **Um século de favela,** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. P. 25-60.
- BUTLER, J. **Vida Precaria: el poder del duelo y la violencia.** Buenos Aires: Paidós, 2006.
- CAUSSE, L. Au plus près des acteurs. In V. Gaulejac, F. Hanique & P. Roche. **La Sociologie Clinique: enjeux théoriques et méthodologiques,** Ramonville Saint-Agne: Éditions érès, 2007, P. 244-258.
- CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.** São Paulo: Edusp/Editora 34, 2003.
- CARDOSO, I. C. C. A procura de antigos e novos diálogos entre o direito à cidade e o direito ao trabalho: a cidade do Rio de Janeiro em foco. In M. F. C. M., Gomes, L. L. Fernandes & E. S. Maia (Orgs). **Interlocuções urbanas: cenários, enredos e atores,** Rio de Janeiro: Arco-íris, 2008. P. 41-58.
- CARVALHO, J. M. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CASSAB, M. A. T. **Jovens pobres e o futuro: a construção da subjetividade na instabilidade e incerteza.** Niterói: Intertexto, 2001.
- CASTRO, L.R. **Infância e adolescência na cultura do consumo,** Rio de Janeiro: Nau Editora, 1998.
- CASTRO, L. R. Da invisibilidade à ação, crianças e jovens na construção da cultura. In L. R. Castro (Org.), **Crianças e jovens na construção da cultura.** Rio de Janeiro: Nau, 2001. P. 19-46.
- CASTRO, L. R. **A Aventura Urbana: crianças e jovens no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: 7 Letras/Faperj, 2004.
- CASTRO, L. R. Conhecer, transformar (-se) e aprender: pesquisando com crianças e jovens. In: L. R. Castro; V.L. Besset (Orgs.). **Pesquisa intervenção na infância e juventude,** Rio de Janeiro: Trarepa/Faperj, 2008, p.21-42.
- CASTRO, L. R. Os jovens podem falar? Sobre as possibilidades políticas de ser jovem hoje. In. J. Dayrell; M.I.G. Moreira; M. Stengel (Org.). **Juventude contemporânea: um mosaico de possibilidades.** Belo Horizonte: PUC-Minas, 2011, p. 299-324.
- CASTRO, L. R. **O futuro da infância e outros escritos.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.
- CASTRO, L. R. et al. **Falatório: a participação e a democracia na escola.** Rio de Janeiro: Contracapa, 2010.

- CASTRO, L. R., PÉREZ, B. C., SILVA, C.F.S. “**Trabalho solidário**”: em busca de outros valores para a participação política. Praia Vermelha: Estudos de Política e Teoria Social, Rio de Janeiro, 19(1), 2009. P. 1-20.
- CAUSSE, L. A plus près des acteurs. In V., Gaulejac; F., Hanique, P., Roche. **La Sociologie Clinique: enjeux théoriques et méthodologiques**. Ramonville Saint-Agne: Éditions érès, 2007. P. 224-258.
- CECIP. O impacto sobre a primeira infância das políticas de segurança pública e iniciativas comunitárias em comunidades urbanas de baixa renda, 2010. Disponível em: <<http://www.cecip.org.br/images/relat%F3rio%20pesquisa%20bv1%20-%20julho2012.pdf>>. Acesso em 10/07/ 2012.
- CERTEAU, M. D. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CESEC, Unidades de Polícia Pacificadora: o que pensam os policiais, 2011. Disponível em: <[http://www.comunidadessegura.org/files/SumarioUPPs\\_PoliciaisPensam.pdf](http://www.comunidadessegura.org/files/SumarioUPPs_PoliciaisPensam.pdf)> Acesso em 05/07/2012.
- COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. Dossiê Megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://comitepopulario.wordpress.com/2012/04/20/baixegora-dossie-megaeventos-e-violacoes-dos-direitos-humanos-no-rio-de-janeiro/>> Acesso em 15/08/2012.
- CHAUI, M. Apresentação: os trabalhos da memória. In: E. , Bosi, **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, P.17-36.
- COIMBRA, C. M.B; NASCIMENTO, M. L. Jovens pobres: o mito da periculosidade. In: P.C.P., Fraga; J. A. S., Iulianelli. **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, P. 19-37.
- CORALINA, CORA. **Poema dos becos de Goiás e estórias mais**. São Paulo: Global, 2001.
- CORREIA, (2003). O desafio moderno. Hannah Arendt e a sociedade de consumo. In E. J. Moares ; N. Bignotto, (Org). **Hannah Arendt: Diálogos reflexões, memórias**. Belo Horizonte: UFMG.
- COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- COSTA, J. F. **O vestígio e a aura**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004a.
- COSTA, J. F. Perspectivas da juventude na sociedade de mercado. In R. Novaes & P. Vannuchi (Orgs.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004b. P. 75-88.
- ELIAS, N. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- FAVRET-SAADA, J. **Ser afetado**. Cadernos de Campo, 13, 2005 p.155-161.
- FERREIRA, A. **A cidade no século XXI: segregação e banalização do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.
- FLEURY, S. **Militarização do social como estratégia de integração** - o caso da UPP do Santa Marta. Sociologias, Porto Alegre, 14(30), 2012, p. 194-222.
- FOUCAULT, M. Heterotopias. In Michel Foucault. **Ditos e Escritos**. Vol. III. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. P. 411-422.

- FREIRE-MEDEIROS, B. Favela como Patrimônio da Cidade? Reflexões e polêmicas acerca de dois museus. **Estudos Históricos**, v. 38, 2006.
- FREYRE, G. **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano São Paulo: Global, 2006.
- GEISLER, A. R. R. **O que também se pode esperar de nossas favelas?:** olho no mundo, olho no outro, olho em você. Tese de Doutorado (Doutorado em Psicologia), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- GIDDENS. A. **As consequências da modernidade**. São Paulo:Unesp, 1991.
- GOMES, M. F. C. M. Habitação e questão social - análise do caso brasileiro. **Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, IX, 194 (26), 2005.
- GOMES, M. F. C. M. Favela e meio ambiente - a corda arrebenta sempre do lado mais fraco. In M.F.C. Gomes, L.L. Fernandes & R.S. Maia (Orgs.), **Interlocuções urbanas**: cenários, enredos e atores, Rio de Janeiro: Arco-íris, 2008. P. 161-172.
- GONÇALVES, J.R.S. Apresentação. In J.R.S. Gonçalves, N. P. Bitar, R. Sampaio (Orgs.). **A alma das coisas**: patrimônio, materialidade e ressonância. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2013. P. 7-19.
- GONDAR, J. Lembrar e esquecer: desejo de memória. In: I.T.M. Costa; J. Gondar (Orgs.) **Memória e Espaço**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000, p.35-43.
- GUPTA, A., & FERGUNSON, J. Mais além da "cultura": espaço, identidade e política da diferença. In A. Arantes. **O espaço da diferença**. São Paulo: Papirus, 2000. P. 30-49.
- GUSMÃO, D. S. & JOBIM E SOUZA, S. **A estética da delicadeza nas roças de minas**: sobre a memória e a fotografia como estratégia de pesquisa-intervenção. *Psicologia & Sociedade*, 20, 2008. P.24-31.
- HALBWACHS, M. (1990). **La mémoire collective**. Paris: Presses Universitaires de France.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.
- HALL, S. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- HARTOG, F. **Regimes d'historicité**. Présentisme et expériences du temps. Paris: Point, 2002.
- HARTOG, F. **Tempo e Patrimônio**. *Varia História*. 22 (36), 2006. P. 261-273.
- HARVEY. D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HARVEY, D. O direito à cidade. **Revista Piauí**, 82, Julho 2013. Disponível em: <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-82/tribuna-livre-da-luta-de-classes/o-direito-a-cidade>> Acesso em: 16/08/2013.
- HENRIQUES, R. & RAMOS, S. **UPPs Social**: ações sociais para a consolidação da pacificação. In: Seminário de Pesquisa o Seminário de Pesquisa “UPPs Social: ações sociais para a consolidação da pacificação”, Instituto de Economia da UFRJ, 30/08/2011. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/datacenterie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto3008.pdf>> Acesso em: 17/01/2014.
- HUYSSSEN. A. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano/ MAM, 2000.
- J, F. L. **Diário de uma invasora**. Rio de Janeiro: Livre Expressão. 2012.
- JACQUES, P. B. **Estética da ginga**: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/RIOARTE, 2011.

- JOBIM E SOUZA, S. J. Infância, violência e consumo. In S. Jobim e Souza (Org.). **Subjetividade em questão: a infância como crítica da cultura**, Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005. P. 91-98.
- KAZTMAN, R. A dimensão espacial nas políticas de superação da pobreza urbana. In: L. C. Q. Ribeiro; O. A. Santos Junior. **As Metrôpoles e a Questão Social Brasileira, Rio de Janeiro: Revan/ Fase**, 2007. P. 301-333.
- KEHL, M. R. A juventude como sintoma da cultura. In R. Novaes & P. Vannuchi (Orgs.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. P. 89-114.
- KEHL, M. R. **O ressentimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.
- KEHL, M. R. **A fratria órfã: conversas sobre a juventude**. São Paulo: Olho d'água, 2008.
- KEHL, M. R. **O tempo e o cão: a atualidade das depressões**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- KOSSOY, B. **Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo**. Cotia, SP: Ateliê editorial, 2007.
- KRAMER, S. (2002). **Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças**. Caderno de Pesquisa, 116, 2002. P.41-59.
- LAGO, L. C. **Desigualdades e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise**. Rio de Janeiro: Editora Revan/Fase, 2000.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro Editora, 2006.
- LEITE, R. P. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas: Editora Unicamp; Aracaju: Editora UFS, 2007.
- LÖWY, M.. **Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses "sobre o conceito de história"**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MAIA, R. S. **A produção do espaço em áreas de auto-segregação: o caso da Barra da Tijuca**. Anuário do Instituto de Geociências - UFRJ , 2, 1998. P.39-75.
- MAIOLINO, A. L. G; MANCEBO, D. **Análise histórica da desigualdade: marginalidade, segregação e exclusão**. Psicologia & Sociedade, 17(2), 2005. P.14-20.
- MAIOLINO, A. L. G. **Espaço Urbano: conflitos e subjetividade**. Rio de Janeiro: Mauad X/ FAPERJ, 2008.
- MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In A. Arantes, **O espaço da diferença**, Campinas: Papirus, 2000. P. 176-185.
- MAYORGA, C. **Pesquisar a juventude e sua relação com a política: notas metodológicas**. Estudos de Psicologia, 18(2), 2013. P. 343-35.
- MORIN, V. (1969). **L'objets**. Communications, 13, 1969.
- MOUFFE, C. **O regresso do político**. Lisboa: Gradiva, 1996.
- MOUFFE, C. **The democratic paradox**. Londres: Verso, 2000.
- NEEDELL, J. D. **Belle Époque Tropical**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1993.
- NORA, P. **Entre a memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, 10, 1993. p.7-28.

- NUNES, M. J. **Remoções em foco**: políticas públicas para as favelas cariocas em tempo de megaeventos. VI ENAPEGS - Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, São Paulo, 2012. P.1-16.
- OSWALD, M. L. M. Cidade, memória e pesquisa: um percurso com Walter Benjamin. In S., Jobim e Souza & S., Kramer. **Política, cidade e educação**: itinerários de Walter Benjamin. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Contraponto, 2009. p. 116-126.
- PEREIRA, R. R. Tudo ao mesmo tempo agora: considerações sobre a infância no presente . In: J. G. Gondra, **História, infância e escolarização**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.
- PEIRANO, M. G. S. **A favor da etnografia**. Brasília, 1992.
- PÉREZ, B. C. **Os jovens na cidade**: os impasses de uma 'relação ativa' com os diferentes no contemporâneo. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- POLLOK, M. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, 5 (10), 1992. p. 200-212.
- RIBEIRO, A. C. T.; LOURENÇO, A. Marcas do tempo: violência e objetivação da juventude. In P. C. P. Fraga & J. A. S. Iulianelli (Orgs.) **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p 38-53.
- RIZET, S. De la reconnaissance de l'implication du chercheur à sa mise au travail. In V. Gaulejac, F. Hanique & P. Roche (Orgs.). **La Sociologie Clinique**: enjeux théoriques et méthodologiques. Ramonville Saint-Agne: Éditions érès, 2007. p. 325-340.
- ROCHA, I. S.; PEDRO, R. (2012). **A produção da paz na cidade do Rio de Janeiro**, Mnemosine, 8 (1), 2012. P.220-240.
- RODRIGUES, A. C.; BAPTISTA, L. A. S. **Cidades-imagem**: afirmações e enfrentamentos às políticas da subjetividade Psicologia & Sociedade; 22 (3): 422-429, 2010.
- ROLNIK, R. **O que é cidade?** São Paulo: Brasiliense, 1998.
- SAFRA, G. **A face estética do self: teoria e clínica**. Aparecida: ideias & letras: São Paulo: Unimarco Editora, 2005.
- SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico científico informacional. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.
- SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Edusp, 2004.
- SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Edusp, 2007.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SARLO, B. **Cenas da vida pós-moderna**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.
- SARLO, B. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- SARLO, B. Cidades, Itinerários. In H.M.M Starling; S.R.G. Almeida (Orgs.), **Sentimentos do Mundo**: ciclo de conferências dos 80 anos da UFMG. Minas Gerais: Editora UFMG, 2009. P. 17-34.
- SATO, L.; SOUZA, M. P. R. **Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em psicologia**. Psicologia USP, 12(2), 2001. P. 29-47.

SENNETT, R. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das letras, 1988.

SENNETT, R. **Carne e Pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

SEVCENKO, N. **A revolta da vacina**: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Cosac Naify, 2010a.

SEVCENKO, N. Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In N. Sevcenko (Org.), **A história da vida privada no Brasil República**: da belle époque à era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 2010b. P. 7-48.

SILVA, R. Blog Renê Silva. Disponível em: <<http://renesilvasantos.blogspot.com.br/>> Acesso em: 1/06/2012.

SOARES, L. E. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. R. Novaes & P. Vannuchi (Orgs.). **Juventude e sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. P. 130-159.

SOARES, L. E. A crise no Rio e o pastiche midiático. **Blog Luis Eduardo Soares**, 2010. Disponível em:< <http://luizeduardosoares.blogspot.com.br/2010/11/crise-no-rio-e-o-pastiche-midiatico.html>> Acesso em: 03/02/2012

SOARES, L. E. Além do bem e do mal na cidade sitiada. **Política Democrática**, v. 32, 2012. P. 69.

SOJA, E W. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

SOUTO, J. Os outros lados do Funk carioca. In H. Vianna (Org.), **Galeras Cariocas**: Territórios de conflitos e encontros culturais, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. P.58-92.

SOUZA, L. O. C. **Horto Florestal**: um lugar de memória da cidade do Rio de Janeiro. A construção do Museu do Horto e seu correspondente projeto social de memória (Tese de Doutorado em Serviço Social). Departamento de Serviço Social do Centro de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro, 2012.

SOUZA, L. O. C.; SILVA, J (Org.). **O que é favela, afinal?**, Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?**, Belo Horizonte: UFMG, 2010.

TELLES, V. S. **Direitos sociais**: afinal do que se trata?, Belo Horizonte: UFMG, 2006.

TOLEDO, L. C.; SILVA, J. M. P.; TÂNGARI V. R. Derrubando os muros: planejamento participativo e integração social na comunidade da Rocinha no Rio de Janeiro. **XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**. Belém, Pará, 2007. P.1-18.

VAINER, C. Palestra do prof. titular Carlos Vainer no **Seminário Nacional Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos**. Promovido pelo Programa Nacional de Capacitação das Cidades. Salvador, 6 a 8 de agosto de 2007.

VAINER, C. Cidade de Exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. **Anais do IV Encontro Nacional da ANPUR** – Quem planeja o território? Atores, arenas, estratégias, realizado de 23 a 27 de maio, no Rio de Janeiro, 2011a.

VAINER, C. **Estamos sofrendo uma manipulação brutal**. **Jornal Le Monde Diplomatique Brasil**, 1 de novembro de 2011b. Disponível em:

<[http://www.ongcidade.org/site/php/noticias/noticias.php?id\\_noticia=1477](http://www.ongcidade.org/site/php/noticias/noticias.php?id_noticia=1477)>. Acesso em: 20/06/2012

VALLADARES (2005). **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

WACQUANT, L. **Os condenados da Cidade**. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

WEIL, S. **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

YOUNG, I. M. Asymmetrical reciprocity: on moral respect, wonder, and enlarged thought. In: **Constellations** 3 (3), Oxford: Blackwell Publisher, 1997, 340-363.

ZALUAR, A. & ALVITO M. Introdução. In A. Zaluar & M. Alvito (Orgs.), **Um século de favela**, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. P. 7-24

ZALUAR, A. Crime, medo e política. In A. Zaluar & M. Alvito (Orgs.), **Um século de favela**, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. P. 209-232.

ZANELLA, A. V. & BRITO, R. V. A. **Jovens e cidade: a experiência do projeto ArteUrbe**. Polis e Psique, 2(1), 2012. P.43-62.

ZUKIN, S. **Gentrification: Culture and Capital in the Urban Core** In: Annual Review of Sociology, Vol. 13, 1987, P. 129-147.

### Reportagens:

BOTTARI, E. ; GONÇALVES, L. Beltrame quer pressa em investimento sociais pós UPPs: 'nada sobrevive só com segurança'. **Jornal O Globo**. 28 de maio de 2011. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/beltrame-quer-pressa-em-investimentos-sociais-pos-upps-nada-sobrevive-so-com-seguranca-2764060>>. Acesso em: 10/08/ 2011.

BLOCH, A. Cenas chocantes no Fashion Mall. **Jornal O Globo**. 03 de março de 2012. Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/blogs/arnaldo/posts/2012/03/03/cenas-chocantes-no-fashion-mall-cronica-deste-sabado-434470.asp>> Acesso em: 03/03/2012.

CÂNDIDA, S. ; RAMALHO, S.. ISP: áreas de UPP têm redução de crimes. **Jornal O Globo**. 14 de setembro de 2011. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/isp-areas-de-upps-tem-reducao-de-crimes-2698779>>. Acesso em: 9/9/2012.

COSTA, C.; MAGALHÃES, L.E. ; REBELLO, P. Demarcação do Jardim Botânico pode sair em menos de 60 dias. **Jornal O Globo**. 6 de setembro de 2012. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/demarcacao-do-jardim-botanico-pode-sair-em-menos-de-60-dias-6024412> Acesso em: 06/09/2012.

FERNANDES, E. O conflito entre o social e o ambiental é falso. **Canal Ibase**. Entrevista concedida a Rogério Daflon em 27 de junho de 2013. Disponível em: <<http://www.canalibase.org.br/os-falsos-argumentos-para-a-remocao-do-horto/>> Acesso em: 27/06/2013.

FREITAS, C. Rocinha e Alemão pretendem processar Estado por causa de Teleférico. **Jornal do Brasil**. 29 de setembro de 2013. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/rio/noticias/2013/09/29/rocinha-e-alemao-pretendem-processar-estado-por-causa-de-teleferico/>> Acesso em: 29/09/2013.

KAZ, R. Daqui eu não saio. **Revista O Globo**. Rio de Janeiro, p. 34, 18 de nov. 2012.

KEHL, M. R. Delicadeza. **O Estado de São Paulo**. 15 de maio de 2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,delicadeza,552129,0.htm>> Acesso em: 16/12/2012.

MARTINS, M. A. Em 76% das UPPs no Rio há denúncia contra algum policial. **Jornal Folha de São Paulo**. 2 de setembro de 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/09/1335523-em-76-das-upps-no-rio-ha-denuncia-contra-algum-policial.shtml> Acesso em 23/09/2013.

PREFEITURA desmente vice-prefeito e nega que UPP Social vá acabar. **Jornal Extra**. 25 de março de 2013. Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/rio/prefeitura-desmente-vice-prefeito-nega-que-upp-social-va-acabar-7938552.html>> Acesso em: 12/11/2013.

ROCINHA: Teleférico terá seis estações e duas linhas. **Jornal O Dia**. 27 de abril de 2013. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/portal/rio/rocinha-telef%C3%A9rico-ter%C3%A1-seis-esta%C3%A7%C3%B5es-e-duas-linhas-1.576236> Acesso em: 23/04/2013.

RÓNAI, C. A voz jovem e conectada da comunidade do Complexo do Alemão. **Jornal O Globo**. Caderno Perfil, Entrevista com Rene Silva. Rio de Janeiro, p.20, 25 de maio de 2013.

SCHMIDT, S. Canteiros e passarela no projeto da presidente do Jardim Botânico. **Jornal O Globo**. 8 de setembro de 2013. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/canteiros-passarela-no-projeto-da-presidente-do-jardim-botanico-9871704> Acesso em: 08/09/13.

SCHMITT, L. G.. Lado a lado com a miséria na Zona Sul. **Jornal O Globo**. 15 de abril de 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/zona-sul/lado-lado-com-miseria-na-zona-sul-4495555>> Acesso em: 15/4/2012.

Secretário do Rio diz que ocupação da mangueira é histórica e conclui cinturão de segurança. **Notícias Uol**. 19 de junho de 2011. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/06/19/secretario-do-rio-diz-que-ocupacao-da-mangueira-e-historica-e-conclui-cinturao-de-seguranca.htm>> Acesso em: 19/06/11.

VASCONCELLOS, F. Pesquisa mostra alta aprovação das UPPs em favelas sejam pacificadas ou não. **Jornal O Globo**. 11 de dezembro de 2010. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/mat/2010/12/11/pesquisa-mostra-alta-aprovacao-das-upps-em-favelas-sejam-pacificadas-ou-nao-923253096.asp>> Acesso em: 11/12/2010.

VIANNA, L. F. Dança do passinho do menor cresce no funk e se profissionaliza. **Jornal O Globo**. 7 de fevereiro de 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/danca-do-passinho-do-menor-cresce-no-funk-se-profissionaliza-3885854#ixzz2rAHoIYwt>> Acesso em: 03/01/2013.

## ANEXO I

### Roteiro de entrevista

#### Ficha de Identificação

Nome:

Sexo: F ( ) M ( )

Idade:

Localidade onde mora:

#### Perguntas

1. Há quanto tempo você mora aqui? E a sua família?
2. Quais os motivos fizeram vocês morarem aqui?
3. O que você gostaria de me falar sobre onde você mora?
4. Quais histórias você poderia contar daqui?
5. Quais são as lembranças que você tem da sua infância nesse lugar?
6. Você acha que houve muitas mudanças daquela época para hoje?
7. Você gosta de morar aqui?
8. Quais são as coisas boas?
9. E as dificuldades?
10. Quais são os motivos apontados para a remoção? O que você acha sobre isso?
11. Houve alguma proposta de negociação do governo? De que maneira foi apresentada?
12. Qual foi a reação dos moradores?
13. Os moradores e os jovens têm participado de algum grupo ou movimento?
14. Caso você seja obrigado (a) a morar em outro local, do que você mais sentiria falta daqui?
15. Tem algum local para onde você gostaria de se mudar? Para onde?

**ANEXO II****Lugares onde foram instaladas UPPs, por zona e data de instalação**

UPP instalada	Zona	Data de Instalação
Santa Marta	Zona Sul	19.12.2008
Babilônia e Chapéu Mangueira	Zona Sul	10.06.2009
Pavão-Pavãozinho e Cantagalo	Zona Sul	23.12.2009
Tabajaras e Cabritos	Zona Sul	14.01.2010
Escondidinho e Prazeres	Zona Sul	25.02.2011
Rocinha	Zona Sul	20.09.2012
Vidigal	Zona Sul	18.01.2012
Cerro-Corá	Zona Sul	03.06.2013
Borel	Zona Norte	07.06.2010
Formiga	Zona Norte	01.07.2010
Andaraí	Zona Norte	28.07.2010
Salgueiro	Zona Norte	17.09.2010
Turano	Zona Norte	30.10.2010
São João, Matriz e Quieto	Zona Norte	31.01.2011
Macacos	Zona Norte	30.11.2011
Coroa, Fallet e Fogueteiro	Zona Norte	25.02.2011
Mangueira, Tuiuti	Zona Norte	03.11.2011
Nova Brasília	Zona Norte	18.04.2012
Fazendinha	Zona Norte	18.04.2012
Adeus e Baiana	Zona Norte	11.05.2012
Alemão	Zona Norte	30.05.2012
Chatuba	Zona Norte	27.06.2012
Fé e Sereno	Zona Norte	27.06.2012
Parque Proletário	Zona Norte	28.08.2012
Vila Cruzeiro	Zona Norte	28.08.2012
Jacarezinho	Zona Norte	16.01.2013
Maguinhos	Zona Norte	16.01.2013
Barreira do Vasco e Tuiuti	Zona Norte	12.04.2013
Caju	Zona Norte	12.04.2013
Arará e Mandela	Zona Norte	06.09.2013
Cidade de Deus	Zona Oeste	16.02.2009
Batan	Zona Oeste	18.02.2009
Providência	Centro	26.04.2010
São Carlos	Centro	17.05.2011

## ANEXO III

### Documento divulgado pela Comissão de Moradores da Providência

#### ***Morro da Providência***

O Morro da Providência é a primeira favela do Brasil e fica na região portuária do Rio de Janeiro, onde há um grande projeto de revitalização urbana, o Porto Maravilha, e o programa de urbanização de favelas Morar Carioca, que inicialmente previa a construção de teleférico, plano inclinado e outros equipamentos, mas também a remoção de centenas de famílias. Não há informações claras e precisas sobre o impacto das obras e as alternativas para a comunidade e não houve discussão sobre o projeto com as famílias diretamente impactadas.

- O número de famílias ameaçadas de remoção varia de 832 a 655. Isso gera incerteza e insegurança para as pessoas que não sabem qual será o seu futuro.
- As obras começaram em 2011 e 196 famílias já foram removidas. Destas, 136 estão recebendo aluguel social esperando reassentamento.
- Os apartamentos prometidos pela Prefeitura deveriam ficar prontos no início de 2012, mas ainda não foram entregues. A maior parte nem começou a ser construído.

Em setembro de 2013, após pressão de moradores e apoiadores, a Prefeitura finalmente iniciou diálogo com as famílias para revisar o projeto e discutir alternativas. Espera-se que o resultado seja a garantia de moradia adequada e respeito aos direitos de todas essas famílias.

## ANEXO IV

### Urbanização responsável com 100% saneamento e cidadania

A Rocinha desde sua existência enfrenta problemas como queda de encostas, enchentes na parte baixa da favela, e por conseqüência bairros vizinhos sofrem com a falta de canalização correta do esgoto e drenagem pluvial decorrente do abandono pelo poder público, que até início dos anos oitenta consentia apenas a entrada da repressão através da polícia.

Em determinado período de sua existência moradores de favelas viviam o fantasma da remoção e para afastar tal ameaça a Rocinha acreditava que as ações de mutirões de limpeza de valas eram o remédio, conforme consta em reportagem da Revista Veja publicada em 09/08/78, pag. 70, que no presente nos remete a perceber que continua na pauta de reivindicações além de outros serviços prestados parcialmente ou não.

Em Artigo Editorial publicado no Jornal Folha de São Paulo, em 21/11/2011, denominado “Urbanismo Pacificador, diz que: “para integrar favelas às cidades, é preciso que urbanização, saneamento básico e prestação de serviços sejam levados a sério”. E que o desafio da pacificação é a remoção dos obstáculos urbanísticos e arquitetônicos com abertura de ruas para acesso aos serviços públicos e redução do índice da tuberculose que corresponde a sete vezes a média nacional (300 casos por 100 mil habitantes). Para isso há um projeto de plano diretor, escolhido por concurso público promovido pelo governo do Estado, em 2005, que prevê intervenções para facilitar deslocamento de pedestres e serviços na favela.

Tal editorial diz ainda que se deva pensar em empregar recursos na melhoria da qualidade de vida dos moradores, em vez de obras grandiosas, referindo-se ao teleférico, que o governo do estado pensar em erguer na Rocinha.

O citado editorial nos faz refletir sobre o que a Rocinha quer e o que a Rocinha precisa, visto que em visita ao teleférico do “Alemão”, percebeu-se que acesso para deficientes físicos moradores é difícil, transporte de bens adquiridos de maior porte não é possível, transporte de resíduos em descarte também não é possível, o comércio não se beneficiar porque o transporte é feito pelo ar; daí a pergunta para quem e para que serve o teleférico?

Em artigo publicado no mesmo jornal e na mesma data, denominado “O teleférico e a tal vontade política”, o arquiteto Luiz Carlos Toledo faz referência a proposta de implantação do teleférico na Rocinha com a seguinte expressão: “Só mesmo a vontade política, descolada da realidade das nossas favelas, poderia impor a construção de teleférico na Rocinha como vem sendo dito”, e diz que isto coloca de lado as propostas do plano diretor sócio espacial da Rocinha, aprovado pelo próprio governo do estado, e que tal plano prevê melhorias nas condições de mobilidade na favela, tendo como objetivo eliminar os gargalos que dificultam o fluxo viário e o de pedestres, que sofre com barreiras físicas de toda ordem e com a topografia acidentada da Rocinha.

Para seguir em frente não se deve esquecer que o PAC 1 ainda não foi concluído, há obras previstas não reiniciadas, nesse contexto vem a pergunta, quando reiniciam? Quando terminam?

SOS ROCINHA SANEAMENTO

Quinta-feira, 29 de novembro de 1990

# No coração da Rocinha, um refúgio especial

Existe um lugar em plena Rocinha — a maior favela da América Latina — que pouca gente conhece e que é considerado por seus moradores como um verdadeiro oásis. Chama-se Laboriaux, uma espécie de "bairro" da favela, situado no ponto mais alto do morro e de onde se tem uma das vistas panorâmicas mais deslumbrantes de São Conrado e da Lagoa Rodrigo de Freitas.

Mas não é apenas a paisagem que faz do Laboriaux um belo recanto e motivo de orgulho de seus 664 moradores. Encravado entre a densa vegetação remanescente da Mata Atlântica — uma extensão da Floresta da Tijuca —, o local possui um clima ameno, mesmo nos dias mais quentes do ano.

Em meio a essas dádivas da natureza, os moradores do Laboriaux ainda festejam uma série de conquistas da comunidade: a

rua principal que corta o bairro (a Maria do Carmo) foi calçada recentemente, a Prefeitura entregou há pouco à comunidade uma quadra de esportes onde são realizadas animadas partidas e o Governo do Estado está concluindo as obras da creche Ciranda Cirandinha, com capacidade para atender 50 crianças.

O Presidente da Associação de Moradores do Laboriaux, Antônio Pedro da Silva, gaba-se que o único problema por que passa a comunidade é a falta de água encanada em parte do bairro. Para abastecer suas casas, os moradores que não são beneficiados são obrigados a pegar água em duas nascentes, localizadas na mata, a poucos metros da quadra de esportes do bairro.

— Queremos que a Cedae leve água a todas as casas do Laboriaux para facilitar a população — ressalta Antônio Pedro.